

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

***NEGROS(AS) DA GUINÉ E DE ANGOLA: NAÇÕES AFRICANAS
EM SERGIPE (1720-1835)***

Joceneide Cunha dos Santos

**Salvador (BA)
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DOUTORADO EM HISTÓRIA**

***NEGROS(AS) DA GUINÉ E DE ANGOLA: NAÇÕES AFRICANAS
EM SERGIPE (1720-1835)***

Joceneide Cunha dos Santos

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História, como requisito parcial para
obtenção do título de doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eugenio Líbano Soares

**Salvador (BA)
2014**

Ficha catalográfica – Catalogação na Fonte

SANTOS, Joceneide Cunha.

A487 Negros(as) da Guiné e de Angola: nações africanas em Sergipe (1720-1835)/Joceneide Cunha dos Santos. – Salvador, 2014.
314f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eugênio Líbano Soares

Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

1. Africanos – Brasil – História.
2. Escravidão – Brasil – História.
3. Escravidão – Sergipe – História.
4. Diáspora africana- História.

CDD – 326.0990



ATA e PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Joceneide Cunha dos Santos		209115052	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
Negros(as) do Guiné e de Angola: Nações Africanas em Sergipe (1720-1835)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Carlos Eugênio Líbano Soares (UFBA - orientador)		667574357-87	
Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS)		07292503500	
Mariza de Carvalho Soares (UFF)		26110601772	
Lina Maria Brandão de Aras (UFBA)		254.145.425-20	
Luiz Roberto de Barros Mott (UFBA)		2537001-40	

ATA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de 2014, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Joceneide Cunha dos Santos**, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Carlos Eugênio Líbano Soares, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra à autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinanda. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar a aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A tese discute objeto definido e seu metodológico e referencial adequados. A tese atende aos requisitos necessários à sua aprovação, desde que a autora realize as alterações apontadas pela banca. //

SSA, 31/03/2014: Assinatura da aluna:

SSA, 31/03/2014: Assinatura do orientador:

TERMO DE APROVAÇÃO

JOCENEIDE CUNHA DOS SANTOS

NEGROS(AS) DA GUINÉ E DE ANGOLA: NAÇÕES AFRICANAS
EM SERGIPE (1720-1835)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: _____
Prof. Dr. Carlos Eugenio Líbano Soares – UFBA

Prof. Dra. Mariza Soares – UFF

Prof. Dr. Luiz Roberto de Barros Mott – UFBA

Prof. Dra. Lina Maria Brandão de Aras – UFBA

Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho – UNILA

Suplentes:

Prof. Dr. Júlio Claudio da Silva – UEA

Prof. Dra. Solange Pereira Gomes - UFPB

Salvador (BA)
2014

*Para os homens e mulheres
africanos que migraram
forçosamente, chegaram a
Sergipe e transformaram as
diversas paisagens sergipanas.*

*Para Neide Cunha dos Santos e
José Batista dos Santos, meus pais,
por me terem dado muito mais que
a vida...*

AGRADECIMENTOS

Agradecer não é uma tarefa fácil, pois sempre corremos o risco dos lapsos de memória. No entanto, correrei esse risco, pois para terminar um doutorado se faz necessária a ajuda e solidariedade de muitas pessoas, tanto no campo acadêmico quanto no emocional. Porquanto, aproveitarei esse espaço para agradecer a generosidade de diversas pessoas.

Agradeço aos professores do programa de Pós Graduação em História, especialmente ao meu orientador, Carlos Eugênio Líbano Soares, por ter acreditado na pesquisa e pelas indicações bibliográficas. Sou grata, ainda, a Lina Maria Brandão de Aras, pelos incentivos e puxões de orelha; a Maria Hilda Baqueiro Paraíso, João José Reis, Gabriela Sampaio e Nicolau Parés, pelas aulas e sugestões ao longo do doutorado. Ainda dentre os professores do programa, agradeço a Luiz Mott, pela grande generosidade, fornecendo preciosas sugestões e por ter cedido fontes para este trabalho.

Da minha “antiga casa”, Universidade Federal de Sergipe, agradeço aos professores Josué Modesto dos Passos Subrinho, pelos empréstimos de livros e contribuições na qualificação; a Lourival Santana e Verônica Nunes, pelas oportunidades e livros emprestados; por fim, a Carlos Liberato que ainda na graduação me instigou a pesquisar os africanos em Sergipe.

Sou grata aos meus atuais e ex-colegas de trabalho, do meu ex-local de trabalho, à Universidade Tiradentes; a Antônio Bittencourt, que facilitou meus horários no momento de curso de disciplinas, bem como a José Vieira e Pedro Abelardo, pelo companheirismo de longa data. A todos meus atuais e ex-parceiros de *eito* da UNEB/Eunapólis, dentre eles destaco: Célia Santana, Francisco Cancela, Ivanice Ortiz, Sandra Barbosa e Sandra Gama, pelo apoio e compreensão. Agradeço a eles também, bem como a Instituição, pela liberação na reta final do doutorado que foi fundamental para a conclusão da tese. Saliento que alguns de vocês, dos locais de trabalho, ultrapassaram, e imagino que saibam, a fronteira do coleguismo de trabalho e se transformaram em grandes amigos, sou grata também a isso.

Pesquisei em várias instituições: Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe e da Bahia, as Paróquias de Santo Amaro, Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Nossa Senhora de Guadalupe, Piedade e Imperatriz, além do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional; nesses locais contei com a ajuda de muitas pessoas, destaco Eugênia Rodrigues do AGJSE, por sua imensa compreensão e

solidariedade; também tenho grande dívida com Assunção. Além delas, agradeço a todos os funcionários desse Arquivo que foi minha casa durante um longo período. Agradeço aos funcionários de todas as paróquias, sobretudo à secretária de Santo Amaro, Vanessa, bem como ao Padre Fábio, bela confiança e acolhida.

Alguns alunos e ex-alunos me ajudaram na coleta, afinal pesquisar toda a Capitania não foi uma tarefa fácil. Tenho uma grande dívida com Jamilly Laureano me ajudou com transcrições, tabelas dentre outros, agradeço também a Sonia Mendes, Jaqueline Bispo, Elielma Lisboa, Sandro Leite, José Domingos, Leyla Santana, Fernando Góes, Josimary Viturino e Ana Carla que digitalizaram livros, ajudaram nas transcrições, tiraram fotos enfim contribuíram com diversas atividades. Ainda sobre as fontes, Lucilene Reginaldo foi de uma grande generosidade, pois me cedeu cópias de três estatutos utilizados nesta pesquisa, por isso lhe sou muito grata. Agradeço também a Andreza, que me ajudou com algumas tabelas que pareciam intermináveis.

Sou grata aos colegas que tive no doutorado, dentre eles destaco Sabrina Gedhill, Denilson Lessa e Cândido Domingues, pela generosidade e troca de *figurinhas*.

Agradeço também aos meus velhos e novos amigos pelo ombro, pelas risadas, sugestões acadêmicas e colo tão necessário em algumas ocasiões, dentre eles destaco: Antônia Vieira, Conceição Machado, Flavio Nascimento, Ivaneide Almeida, Jackson Ferreira, Jussileide Bomfim, Ligia Monteiro, Marcelo Santos, Marcos Gonçalves, Marcos Santana, Neide Oliveira, Patrícia Santos, Rosana Seibt e Terezinha Marcis; em fim ao parceiro de longa data Augusto Leal.

Por fim, a todos meus familiares por terem suportado as minhas ausências e mudanças súbitas de humo, destaco entre eles: Jailson Cunha, Joelma Cunha, José Batista, Neide Cunha dos Santos e meu neguinho Arthur Cunha, que tanto queria brincar e não entendia essa tarefa de casa quase interminável que a tia dele tinha. Agora poderemos brincar...

Angola, Congo, Benguela
Monjolo, Cabinda, Mina
Quiloa, Rebolo
Aqui onde estão os homens
Há um grande leilão
Dizem que nele há
Um princesa à venda
Que veio junto com seus súditos
Acorrentados num carro de boi
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver
Angola Congo Benguela
Monjolo Cabinda Mina
Quiloa Rebolo
Aqui onde estão os homens
Dum lado cana de açúcar
Do outro lado o cafezal
Ao centro senhores sentados
Vendo a colheita do algodão tão branco
Sendo colhidos por mãos negras
Eu quero ver
Eu quero ver
Eu quero ver...

Jorge Bem Jor, Zumbi, 1974.

RESUMO

Nos últimos anos têm crescido o número de trabalhos que tratam sobre as nações africanas, a vivência dos mesmos, as possibilidades de (re)construção de identidades através das Irmandades, batismo, dentre outras formas. Essa tese objetiva identificar e analisar as nações africanas em Sergipe, bem como as possibilidades de reconstrução dessas identidades através desses espaços e momentos citados. Os limites do marco temporal escolhido foram de 1720 a 1835, e a principal justificativa foi a existência de documentação, sobretudo, os inventários *post-mortem*. Outra razão foi devido às mudanças econômicas que ocorreram em Sergipe no período, o que possibilitou um aumento de homens e mulheres africanos e uma diversificação bem como mudanças no decorrer do período nas nações africanas. O marco espacial foram as Vilas que existiam nos Setecentos, Santa Luzia, Lagarto, Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Santo Amaro, Vila Nova e Própria; bem como a Cidade de São Cristóvão. Para isso, utilizei uma documentação diversa, que incluiu inventários *post-mortem*, testamentos, compromissos das irmandades, registros de batismos, dentre outros. A metodologia aplicada foi a quantificação, cruzamento das fontes; por fim, também busquei os indícios na documentação. Um dos resultados alcançados foi a percepção das especificidades da população africana através das localidades. Percebi que as nações africanas foram diversas, e que os angolas foram majoritários em muitos momentos e em muitas Vilas. Que através do compadrio, do convívio nas senzalas e nas irmandades foi possível para muitos homens e mulheres reconstruir uma etnicidade, principalmente os angolas, esse foi elemento importante para homens e mulheres africanos em algumas Vilas sergipanas.

ABSTRACT

In recent years, a growing number of studies have dealt with African cultural groups or “nations,” their experiences, and the possibilities of (re)constructing identities through confraternities, baptisms and other means. This PhD dissertation aims to identify and analyze the African “nations” present in the northeastern Brazilian state of Sergipe and the possibilities for reconstructing their identities. The timeframe chosen runs from 1720 to 1835. The main reason for that choice was the existence of documentation for that period, especially probate records (post-mortem inventories). Another reason was the economic changes that took place in Sergipe during that time, which allowed an increase in the number of African men and women and the diversification of African “nations.” The geographic area selected was the towns that existed in the eighteenth century, Santa Luzia, Lagarto, Santo Antônio and Almas de Itabaiana, Santo Amaro, Vila Nova and Própria, as well as the City of São Cristóvão. I used a variety of documents, which included probate records, the regulations of confraternities, baptismal records and other sources. The method used was cross-referencing and comparing these sources and looking for clues in the documentation. One outcome was the perception of the specific characteristics of the African population based on the localities studied. I concluded that a variety of African “nations” was present, and the “Angolas” were in the majority most of the time and in most of the towns in question. Relations between godparents, and contacts in the slave quarters and confraternities made it possible for many men and women to reconstruct their ethnicity, mainly the “Angolas.” They were also an important part of life for Africans, both male and female, in some Sergipe towns.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1	População em Sergipe (1707- 1834)	42
------------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1	Atividades econômicas dos moradores. Vila de Santa Luzia (1720-1800)	69
Gráfico 1.2	Vila de Propriá: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1	Cidade de São Cristóvão: ocupação econômica dos inventários e testadores (1765-1800)	48
Tabela 1.2	População escrava entre os lavradores de São Cristóvão (1785)....	51
Tabela 1.3	Atividades econômicas dos inventariados e testadores. São Cristóvão (1801 a 1835)	55
Tabela 1.4	Atividades econômicas dos inventariados e testadores. Vila de Itabaiana (1725-1798)	62
Tabela 1.5	Atividades econômicas dos inventariados e testadores. Vila de Itabaiana (1801-1835)	65
Tabela 1.6	Tipos de lavradores. Vila de Santa Luzia (1720-1800)	73
Tabela 1.7	Vila de Santa Luzia: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)	77
Tabela 1.8	Vila de Lagarto: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1764-1800)	82
Tabela 1.9	Vila de Lagarto: atividades econômicas (1801-1835)	85
Tabela 1.10	Vila de Santo Amaro: ocupações dos inventariados e testadores (1749-1800)	91
Tabela 1.11	Vila de Santo Amaro: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)	95
Tabela 1.12	Vila Nova Real do rio São Francisco: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1751-1799)	100
Tabela 1.13	Vila Nova: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)	103
Tabela 1.14	Vila de Própria: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)	107
Tabela 2.1	Batizados e batizadas da Freguesia de Nossa Senhora Dos Campos (1785-1803)	119
Tabela 2.2	Batizados e batizadas da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos (1827-1835)	124
Tabela 2.3	Batizados e batizadas da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1832-1835)	127
Tabela 2.4	Batizados e batizadas de Santo Amaro (1816-1829)	130

Tabela 2.5	Nações dos homens e mulheres africanos batizados em Santo Amaro (1816-1829)	131
Tabela 2.6 -	Padrinhos de homens e mulheres africanos	143
Tabela 2.7	Padrinhos de Crianças crioulas	147
Tabela 2.8	Batizados e batizadas das Freguesias de Santa Luzia e Nossa Senhora de Guadalupe (1832-1835)	149
Tabela 2.9	Batizados e batizadas da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1833-1835)	152
Tabela 3.1	Composição Étnico-racial da População e Escrava. Capitania de Sergipe D´El Rey (1720-1750)	158
Tabela 3.2	Composição Étnico-racial da População e Escrava. Capitania de Sergipe D´El Rey (1751-1800)	167
Tabela 3.3	Ocupação dos homens e mulheres escravizados	179
Tabela 3.4	Idades dos africanos da Capitania de Sergipe Del Rey (1751-1800)	186
Tabela 3.5	Idades dos africanos da Capitania de Sergipe Del Rey (1751-1800)	187
Tabela 3.6	Média de preços dos escravizados de Sergipe (1751-1800)	189
Tabela 3.7	Média de preços dos escravizados angola	190
Tabela 4.1	Composição Étnico-racial da População Escrava. – Capitania de Sergipe D´El Rey (1801-1820)	194
Tabela 4.2	Idade dos Africanos e africanas (1801-1820)	204
Tabela 4.3	Idade dos Homens e Mulheres Africanos (1801-1820)	205
Tabela 4.4	Fases etárias dos Nascidos no Brasil.....	206
Tabela 4.5	Idade dos Nascidos no Brasil	207
Tabela 4.6	Composição Étnico-racial da População e Escrava Capitania de Sergipe D´El Rey (1821-1835)	208
Tabela 4.7	Idade dos homens e mulheres africanos (1821-1835)	222
Tabela 4.8	Idade dos africanos e africanas (1821-1835)	223
Tabela 4.9	Idades dos escravizados nascidos no Brasil (1821-1835)	223
Tabela 4.10	Idades dos escravizados e escravizadas nascidas no Brasil (1821-1835)	225
Tabela 4.11	Ocupação dos homens e mulheres escravizados	225
Tabela 4.12	Preços de homens e mulheres africanos	237
Tabela 4.13	Preços de homens e mulheres angolans	237
Tabela 4.14	Homens e mulheres jeje	238
Tabela 4.15	Homens e Mulheres Nascidos no Brasil	238
Tabela 5.1	Nação dos enterrados – Santo Amaro (1802-1815)	268
Tabela 5.2	Local dos Sepultamentos – Santo Amaro (1802-1815)	270
Tabela 5.3	Nação dos enterrados – Santo Amaro (1826-1835)	274

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1.1	Mapa de Sergipe	45
Ilustração 5.1	Capela do Rosário de São Cristóvão	252
Ilustração 5.2	Capela de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto	255
Ilustração 5.3	Igreja Matriz de Santo Amaro	277

LISTA DE ABREVIATURAS

Instituições

AGJSE- Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe

APEB-Arquivo Público do Estado da Bahia

AN – Arquivo Nacional

APES-Arquivo Público do Estado de Sergipe

BN – Biblioteca Nacional

IHGSE – Instituto Histórico Geográfico de Sergipe

IHGB- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Documentação

cx. - Caixa

Pac. - Pacotilha

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I	
Lavradores e criadores: um perfil das atividades econômicas dos moradores das Vilas sergipanas (1720-1835)	40
1.1 São Cristóvão: a Cidade de Templos Suntuosos e Magníficos	46
1.2 A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana	60
1.3 A Vila de Santa Luzia do Piauí e a Povoação de Estância: terra de doces [...] costumes de seus moradores	68
1.4 A Vila de Lagarto	81
1.5. Santo Amaro - ...a mais famosa e rica de toda a capitania	88
1.6 As Vilas Franciscanas: Vila Nova e Propriá	98
CAPÍTULO II	
A entrada de homens e mulheres africanos nas terras sergipanas e no mundo cristão	109
2.1 A entrada de africanas e africanos em terras sergipanas	110
2.2 Os Santos Óleos: o batismo de homens e mulheres africanos e seus filhos .	114
CAPÍTULO III	
Construindo uma Torre de Babel Africana: nações e trabalho de homens e mulheres africanos	155
CAPÍTULO IV	
A Torre de Babel: nações africanas e trabalho nos oitocentos	191
CAPÍTULO V	
OS homens e mulheres africanos nas Irmandades do Rosário dos Homens Pretos nas terras sergipanas	240
5. 1 As Irmandades Setecentistas	243
5.1.1 Administração	245

5.2 Valores e arrecadação	247
5.2.1 As Capelas das Irmandades	250
5.2.2 As festas dos Santos de homens e mulheres pretos	257
5.3 Cortejo e sepultamentos nas Capelas do Rosário	263
5.3.1 O caso da Vila de Santo Amaro	265
5.4 As nações africanas do Rosário	278
5.4.1 As nações africanas: Angolas e <i>Ethiopinos</i>	279
5.4.2 Relação entre africanos e crioulos	283
5.5 Os irmãos e irmãs do Rosário	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS	294
LISTA DE FONTES	298

INTRODUÇÃO

Desde a infância sempre escutava o termo Quissamã ou o lia em placas. Nas minhas férias na meninice, quando ia visitar meu avô paterno, passava pelo povoado que tinha esse nome. No entanto, nunca me preocupei em descobrir o que significava o nome que recebia o povoado de deliciosas jacas e mangas que tanto saboreei e que por tantas vezes deram cheiro e gosto as minhas memórias de menina.

Também ouvia em minha infância termos como Tabúa, Cumbe, Mundo Novo, Poxim dentre outros, sempre se referindo a lugares que minha família tinha morado, trabalhado ou ido visitar parentes ou amigos ou ainda como referências a caminhos. Esses lugares apareciam com frequência em suas narrativas, no entanto, a menina de outrora não compreendia realmente o que eram aqueles lugares.

A menina cresceu e a mulher com o olhar mais atento percebeu que parte daquelas memórias remetia a um passado açucareiro e escravista. Ajustando mais as lentes percebi vários elementos que indiciam uma presença efetiva dos africanos em Sergipe no período colonial e imperial. Como por exemplo, o nome de alguns logradouros, em Estância há um porto chamado de “Porto da N’Angola”; no agreste sergipano, interseção de Ribeirópolis com São Miguel do Aleixo, há uma comunidade rural negra denominada de *Caenda*; bem como o velho *Quissamã*, também povoado majoritariamente por negros e localizado na antiga capital da Província. Ainda continuando os indícios dessa presença, nas andanças por Sergipe, identifiquei alguns templos de Igrejas do Rosário que fazem parte da paisagem e ainda abrigam festas de negros, um desses está na cidade de Laranjeiras. Nesse templo ouvi o trecho da seguinte música:

Mãe de Deus do Rosário nos quêra ajuda
Catirina de Congo de Congoriá
A rainha de Congo de Congoriá
A rainha de Congo mandou me chama
Catirina de Congo mandou me busca...¹
 (grifos meus)

¹ DANTAS, Beatriz Góis *A taieira de Sergipe*: pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do nordeste. Petrópolis: Vozes, 1972. p.109-110

Esse é um trecho de uma das músicas das taieiras e, na citada música, há referências a um dos reinos mais importantes da África Centro-Ocidental: o Congo². Segundo Beatriz Dantas, as taieiras nos Oitocentos tinham a função de acompanhar a realeza do Congo, que no momento da pesquisa dela, na década de 1970, já eram denominados de reis do Rosário. A citada dança resiste e é apresentada no dia seis de janeiro, todos os anos, momento que se comemora São Benedito em Sergipe. Ou seja, na atualidade persiste uma dança que rememora um reino da África e que construiu ritos relembando uma linhagem real daquela região. Algumas perguntas podem ser feitas a partir dessa breve narrativa: quem eram as primeiras taieiras? Seriam africanas? Vieram africanos da região citada para Sergipe? Como viviam? Há outras músicas que fazem referências aos africanos, como as cantadas pelos lambe-sujo em Laranjeiras, que se referem aos congos e angolas³.

As referências à presença de africanos nos Oitocentos são inúmeras, no entanto, poucos são os trabalhos que tratam deles nas terras sergipanas. Os trabalhos atuais mostram a heterogeneidade no interior da comunidade escrava: africanos e crioulos, mulheres e homens, entre os africanos, os ladinos e os boçais, outra diferenciação entre os africanos era entre as nações distintas. Há alguns trabalhos sobre os africanos no Rio de Janeiro⁴, Minas Gerais⁵ e na Bahia⁶. Todavia, em Sergipe ainda há uma grande carência sobre essa temática. Principalmente os que abarcam o século XVIII e a primeira metade do século XIX. Abordarei mais adiante os trabalhos que citam ou analisam os africanos em Sergipe. Por esses motivos nosso projeto se concentrará nos africanos nas terras sergipanas, no interstício de 1720 a 1835.

Para identificar as nações africanas na capitania de Sergipe Del Rey, e posteriormente da província, escolhemos as vilas que existiam nos Setecentos: Santo Amaro, Santa Luzia, Lagarto, Itabaiana, Vila Nova, Propriá e a cidade de São Cristóvão. Essa escolha se ampara na hipótese das economias serem diferenciadas entre

²Uma dança que ocorre em algumas cidades sergipanas, dentre elas Lagarto e Laranjeiras, desde o século XIX nessas duas cidades.

³ Ver a exposição e o documentário: *Um povo e uma história de pretos e vermelhos: Lambe-sujo* X Caboclinhos, 2006.

⁴FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio & Soares, Carlos Eugênio Líbano. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁵MAIA, Moacir.

⁶REIS, João José. "Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão". In: *Tempo*. Rio de Janeiro, RelumeDumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v.2, n.3, jun., 1997; REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: UNICAMP, 2005. (Tese de doutorado)

as Vilas e, com isso, o número de africanos também variou, bem como as nações. Através da crônica de Marcos Souza, realizada no início dos Oitocentos, tive a notícia de grandes populações de negros na primeira vila citada que eram também, segundo o mesmo cronista, a mais rica da capitania. Ele também informou sobre uma grande quantidade de negros na Cidade de São Cristóvão que também foi a sede da Ouvidoria e, em seguida, a primeira capital da Província. Já a povoação de Estância era o local que mais recebia escravos africanos⁷. A Vila de Lagarto nos Oitocentos era uma vila cuja economia era caracterizada por criação de animais e produção de voltados para o mercado interno⁸. Ressalto que o título desta tese “negros da Guiné e de Angola” foi retirado da crônica do citado religioso.

As duas primeiras vilas citadas e a cidade de São Cristóvão localizam-se na Zona da Mata, já as demais em região de agreste-sertão e sertão (vide mapa). Os dados das cinco Vilas, juntamente com a Cidade, permitiram ter um quadro com mais dados sobre os africanos nas terras sergipanas, visto que as características econômicas eram diferentes e possivelmente esse elemento refletiria no tamanho das posses, na relação senhor e escravo e, por fim, no número de africanos e de nações. Assim, poderei identificar as nações africanas e apontar alguns elementos de suas vivências em diversas situações em grandes, médias e pequenas posses; no eito e na cidade⁹.

Segundo Slenes, as possibilidades de construção de identidades variaram; nas cidades os contatos entre os africanos do mesmo grupo étnico eram mais frequentes e, por isso, possibilitava a permanência de identidades ou de costumes provenientes da África; já nas fazendas, por conta das distâncias entre as propriedades, como também devido a pouca mobilidade espacial dos africanos, havia maior dificuldade para a mencionada permanência. Por isso, as fronteiras étnicas tinham que ser (re)elaboradas. No mundo rural elas foram reconstruídas no cotidiano, na luta com o senhor e na busca de pessoas para se relacionar¹⁰.

⁷ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. 2ª ed. São Cristóvão: EDUFS, 2006. p.227

⁸ MACIEL, Carlos Roberto Santos; SANTOS, Carlos José Andrade e SANTOS, Ronaldo Pinheiro dos. *Arraia-Miúda: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-SE (1850-1888)*. Estância: UNIT, 2007. (Monografia).

⁹ Nicolau Parés, analisando Santo Amaro, Salvador e Cachoeira percebeu que as redes de tráfico eram diferenciadas. E que havia regionalidades na classificação étnico-racial, e que as proporções de africanos variavam de acordo com o período e a região. Vê em: PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

¹⁰ Slenes, Robert. ““Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, 12, (1991/92), pp.48-67.

Os limites do marco temporal dessa pesquisa foram 1720 e 1835. Para demarcar esse período utilizei como referência a documentação, sobretudo as datas da documentação judiciária, 1720 é o ano do primeiro inventário encontrado, e, na década de 1830, aos poucos, os inventários silenciam sobre as nações africanas; eles passam a ser classificados apenas como africanos. Isso ocorre devido à legislação que proibia o tráfico. Essa legislação foi outro elemento que contribuiu para demarcar o citado marco. Ressalto que pós 1750, principalmente após 1780, é marcado por uma expansão da cana de açúcar, o que contribuiu para um aumento de número de africanos, bem como uma diversificação nas nações africanas.

Nesse período houve um crescimento no número de engenhos nas terras sergipanas. Em 1756, havia 46 engenhos, no ano de 1798, 140 unidades e em 1852, 680¹¹. Lembrando que nesse período ocorreu um aumento da produção açucareira, sobretudo baiana, até aproximadamente 1822. Ressalto que Sergipe pertenceu a Bahia até o mesmo ano, portanto, provavelmente o aumento da produção baiana tinha a participação do açúcar produzido nas terras sergipanas¹². Possivelmente, por conta desse crescimento houve uma maior importação de escravos africanos. O ano de 1780 é marcado por mudanças no tráfico atlântico, bem como momento que o Brasil passou a ter uma menor concorrência em relação ao escravo devido à crise nas Antilhas. Sem a concorrência das Antilhas o preço do escravo caiu e possibilitou que os senhores de engenho baianos e possivelmente sergipanos comprassem um número maior de escravos. A produção de açúcar aumentou e a quantidade de viagens anuais para a África em busca de escravos também se expandiu.

Saliento que no período contemplado na pesquisa, Antônio Pereira Rebouças foi secretário da recém criada Província de Sergipe Del Rey. Assumiu o cargo em 1824, nomeado por Dom Pedro I e, acompanhando-o, Manoel Fernandes da Silveira, o presidente da Província. Em Sergipe, foi chamado de “miserável neto da Rainha Ginga”. E foi acusado de ter contribuído ou organizado uma revolta de escravos em Laranjeiras, que ocorreria em 25 de junho. Também o incriminaram por, em terras sergipanas, ter enaltecido a Revolução no Haiti¹³. Os acontecimentos que cercam esse

¹¹ MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986. pp.145-146.

¹² OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19/20. (1997) p.57; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

¹³ Sobre o envolvimento de Antônio Pereira Rebouças nas revoltas dos escravos há divergências entre Keila Grinberg e Luis Mott, a primeira autora menciona que as acusações ocorreram porque os senhores de engenho não admitiam terem como secretário da Província um mulato; já Mott acredita que Rebouças

momento da vida de Rebouças mostra que Sergipe vivia uma grande movimentação política; entre corcundas e liberais, como também entre escravos, africanos e crioulos; e entre libertos, mulatos, africanos e crioulos. Todavia, o fato dele ter sido chamado de neto da Rainha Ginga evidencia uma tentativa de demonstrar e desqualificar a sua ancestralidade negra. Bem como indicia que esses senhores tiveram notícias sobre a afamada Rainha que viveu nas terras do Reino de Angola e da Matamba, no século XVII¹⁴.

Passos Subrinho mostra que as exportações de escravizados para as Províncias do Sul pós 1850 não foram acentuadas como parte da historiografia defende. No entanto, o autor pontua que a população escrava diminuiu de forma acentuada nesse período, devido às mortes, alforrias, fugas e as citadas transferências. Nesse período, pós 1850, o número de africanos era diminuto. Segundo Mott, o impacto da extinção do tráfico começara a ser sentido no final da década de 60 dos Oitocentos¹⁵. Assim, o período estudado, 1720-1835, é provavelmente o que teve uma maior presença africana.

Há diversos autores que abordam as nações dos africanos que vieram para o Brasil e o seu legado. Essa preocupação remete ao final do século XIX e início do XX. Dentre os autores principais desse período temos Nina Rodrigues e Arthur Ramos. Para Sergipe temos Sílvio Romero, João Ribeiro e Felte Bezerra, que também participaram do debate nacional.

O sergipano Sílvio Romero, já em 1888, chamava atenção para a necessidade e a urgência de se estudar os africanos no Brasil, pois eles estavam morrendo e também por serem um importante objeto das ciências humanas¹⁶. Nina Rodrigues pouco depois escreveu “Os africanos no Brasil” no início do século XX¹⁷, com o intuito de entender algumas virtudes e os diversos “vícios” que os brasileiros possuíam provenientes dos africanos e atendendo ao apelo citado de Sílvio Romero.

estaria envolvido nas revoltas dos escravos. Ver em: GRINBERG, Keila. O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey*: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

¹⁴ PANTOJA, Selma. *Nzinga, Mbandi*: Mulher, Guerra e Escravidão. São Paulo: THESAURUS. 2005.

¹⁵ PASSOS SUBRINHO, Josué. Reordenamento do Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe. 1850-1888. Aracaju: FUNCAJU, 2000; MOTT, Luiz. *Sergipe*...pp.142-146.

¹⁶ A primeira edição do livro foi publicada em 1888. ROMERO, Sílvio. *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. Tomo I.

¹⁷ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 8º Ed. Brasília: Editora de Brasília, 2004. A obra começou a ser impressa em 1906, no entanto, foi interrompida por conta do falecimento do autor, só foi publicada em 1936, através dos seus discípulos.

Segundo Nina Rodrigues os africanos contribuíram para a construção da nacionalidade brasileira, com a sua língua e religiosidade, elementos que tanto intrigou e fascinou o médico maranhense. Ele aponta que os africanos eram distintos e possuíam capacidades diferenciadas, por isso se faz necessário conhecê-los em separado. Nina Rodrigues via a Bahia como um *locus* privilegiado para estudar os africanos, pois ainda existiam africanos vivos ali no início do século XX, ou seja, contemporâneos a esse autor. Segundo ele os “sudaneses” (africanos ocidentais) foram majoritários dentre os africanos traficados ao país. Ele criticou Sílvio Romero e João Ribeiro por dizerem que os bantos eram maioria entre os africanos no Brasil, pois ambos chegaram a essas conclusões devido a observações feitas em apenas Pernambuco e Rio de Janeiro.

João Ribeiro, por sua vez, teria reproduzido as ideias de Spix e Martius de defesa da supremacia numérica dos chamados bantos. Nina Rodrigues acreditava que havia uma hegemonia dos bantos apenas em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Um indicativo disso eram as coroações do reino do Congo, mas essa informação não refletiria a totalidade da realidade brasileira. Para ele também havia uma superioridade, intelectual e social dos “sudaneses” em relação aos demais africanos.¹⁸

A discordância entre Sílvio Romero, João Ribeiro e Nina Rodrigues deu indícios sobre as nações africanas que existiram em Sergipe. Defendo que Sílvio Romero e João Ribeiro não observaram somente Pernambuco e Rio de Janeiro. Sílvio Romero nasceu em 1851, em Lagarto (Sergipe), onde viveu até os 14 anos. Trabalhou em Estância, também localizada na Província de Sergipe, como promotor entre janeiro de 1873 e fevereiro de 1874¹⁹, visitou várias cidades do interior sergipano e mencionou a grande influência que recebeu na sua infância dos escravos²⁰. Conviveu possivelmente com

¹⁸ RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 8º Ed. Brasília: Editora de Brasília, 2004. Ressalto que Lucilene Reginaldo aponta os motivos que fez com que Nina Rodrigues visualizasse os iorubas na Bahia. Primeiramente por conta de uma atenção dada aos terreiros de candomblé desse grupo, segundo, por acreditar na superioridade desses africanos; terceiro motivo é o fato do tráfico de escravos no final do XVIII e século XIX ter importado um grande número de escravos da região do Golfo do Benim e esses eram os africanos que Rodrigues conheceu e por fim por ter se concentrado sua pesquisa em Salvador. Ver em: REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: UNICAMP, 2005. (Tese de doutorado)

¹⁹ GUARANÁ, Armindo. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925. pp.492-493

²⁰ Sílvio Romero coletou vários contos em Sergipe e esses são provenientes de Lagarto e Estância. Nas memórias do livro do seu sobrinho, Abelardo Romero, ele menciona que o seu tio gostava de ouvir as histórias de Zefa Nó. Esta era uma mulher livre, negra e moradora de Lagarto. ROMERO, Abelardo. Op.cit, pp.27-28. Um ponto interessante de um dos contos é que o negro é enganado por um macaco que acumulava trapaças para conseguir dinheiro e queria ir para Angola. Uma menção direta a uma das nações criadas no tráfico e que pelos indícios encontrados até o momento de boa parte da dos africanos que viveram em Lagarto. ROMERO, Silvio. “O macaco e o rabo”. In: *Folclore Brasileiro 2: Contos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. pp.389-390. E na entrevista concedida a João do

africanos de *nação* angola, já que a senzala do seu pai era chamada de Angola do Velho André²¹. E João Ribeiro nasceu em Laranjeiras e viveu em Sergipe até os 20 anos, de 1860 a 1880, momento quando migrou para o Rio de Janeiro²². Laranjeiras era uma das Vilas que mais possuía escravizados e libertos no período citado.²³ Dessa maneira, os dois conviveram com escravizados em terras sergipanas.

João Ribeiro, no livro *o elemento negro*, apontou as distintas localidades de origem dos africanos que vieram para o Brasil: ilhas do mar de Guiné, Fernando Pó, Ano Bom, São Tomé, Ilha do príncipe, Angola, Benguela, Moçambique. Esse tráfico trouxe para o Brasil cacimbas, jejes, gingas dentre outras “tribos”²⁴. De acordo com ele o Porto de Luanda fornecia escravos ausass, (sig) bembas, gingas e tembas, e os quatro últimos falavam o português, eram “dóceis e de boa índole”. Os provenientes do Golfo de Cabinda eram conhecidos como congos e cabindas; eram de “estatura inferior e menos robustos” que os já citados e, por isso, eram preferidos para o serviço doméstico. Outros grupos foram exportados por Moçambique, os da *nação* macuas e angicos, que não se “adaptavam” e por isso morriam vários desses africanos²⁵. Ribeiro cita que os primeiros que vieram para o Brasil foram da Guiné, ainda no tempo de Anchieta; em seguida de Angola e depois das costas de Moçambique. Para Ribeiro, os africanos provenientes da Costa da Mina eram majoritários na Bahia, por ser a costa da Mina, uma região de fácil acesso para os navegadores e traficantes baianos. Os africanos dessa região, ainda segundo o autor, não aprendiam com facilidade o português e por isso se

Rio, menciona a vivência que teve com os escravos em Lagarto. Ver em: ROMERO, Silvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1906.

²¹ Existia uma localidade em Lagarto no século XVIII com a denominação de Angola Cachorro, ou seja, aonde a forra Eufemia Rodrigues tinha casa. Ou seja, desde os Setecentos os moradores da Vila nomeavam lugares com Angola.

²² GUARANÁ, Armino. *Dicionário bio-bibliográfico sergipano*. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe, 1925. 271-272

²³ PASSOS SUBRINHO, Josué. *Reordenamento do Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe. 1850-1888.

²⁴ Em meados do século XX, Joaquim Ribeiro, filho de João Ribeiro, resolveu reunir todos os textos do seu pai falecido que faziam referências sobre os africanos e os negros e publicou uma obra póstuma: *O elemento negro*. A obra é uma coletânea dividida por temas, sem ordem cronológica: influência do elemento negro na história, a influência negra no folclore e por fim a influência do elemento negro na língua. Joaquim Ribeiro menciona no prefácio que os estudos sobre africanos estavam crescendo e por isso ele resolveu reunir os apontamentos do seu pai sobre os mesmos que se encontravam dispersos em vários escritos. Segundo ele, João Ribeiro buscou a influência negra na linguagem popular brasileira e o seu pai foi pioneiro neste tipo de estudo. Segundo Joaquim Ribeiro, Nina Rodrigues era o grande especialista em africanos no Brasil, todavia teria consultado João Ribeiro sobre as línguas africanas., e seguido a sugestão de João Ribeiro para fazer a classificação de Meyer Ver em: RIBEIRO, João. *O elemento negro: história, folclore, linguística*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

²⁵ Idem

comunicavam em nagô, o ioruba, na Bahia²⁶. Ou seja, ele também percebeu a língua como elemento comum entre os nagôs. E, antecipa o modelo de ciclos do tráfico, popularizado por Vianna Filho nos anos 30²⁷. Para o autor os nagôs eram provenientes da Costa da Mina.

Ao tratar da vivência dos escravos²⁸ João Ribeiro chama a atenção para o fato de que os negros tinham sociedades e nessas eram vivenciados os costumes africanos, ainda que dentro dos limites de uma sociedade branca escravocrata. Nessas sociedades havia hierarquizações, como reis e súditos. Faziam a coroação do rei do Congo, que coincidia com a festa católica dos três reis Magos. O autor fala em “afinidade” típica da “raça negra”, mas seria uma identidade? Ou as sociabilidades construídas por esses africanos? Será que ele teria observado essa “afinidade” em Laranjeiras? Lembro que em Laranjeiras e em Lagarto a festa de São Benedito coincidia com a festa dos três reis. Segundo Mello Moraes, a festa que ocorria em Lagarto havia presença de rainhas e de congos. Dessa forma, parte das citações do livro de João Ribeiro podem ter sido observadas nas terras sergipanas. O autor aponta elementos que contribuíram fortemente para a (re)construção de identidades escravas em Sergipe, quiçá africanas, como as festas das irmandades.

Outro autor a tratar sobre os africanos foi Manuel Querino. Ele, da mesma forma que Nina Rodrigues, teve a oportunidade de conversar com os africanos e identificou alguns grupos africanos que viviam na Salvador Oitocentista. Entre esses grupos estavam os jejes, congos, angolas e iorubas de diversas cidades como Queto, Ijexá. O autor busca características inaptas para cada nação africana. Ele, juntamente com Nina Rodrigues, estão entre os pioneiros em pesquisar sobre os africanos²⁹.

Essas obras, do final dos Oitocentos e início do século XX, abordaram a diversidade dos africanos e se preocuparam com as distintas origens desses. No entanto, trabalharam com categorias que deveriam compreender grandes unidades culturais, como *bantos* e *sudaneses*. Por outro lado, não se preocuparam com as identidades construídas pelos próprios africanos, ressalta-se que não era uma temática nos estudos a época.

²⁶ RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 20 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 2001.

²⁷ VIANA FILHO, Luís. *O Negro na Bahia: Um ensaio clássico sobre a escravidão*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

²⁸ O autor no decorrer da obra não faz distinção entre negros e africanos, trata como sinônimos.

²⁹ QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1938. GLEDHILL, Sabrina. “Velhos respeitáveis”: notas sobre as pesquisas de Manuel Querino e as origens dos africanos na Bahia. *História Unisinos*. 14(3):340-344, Setembro/Dezembro 2010.

Nos anos trinta do século XX, Gilberto Freyre inaugurou uma nova abordagem sobre a escravidão: a antropológico-cultural, influenciada por Franz Boas, com uma metodologia considerada revolucionária para a época. Ele defende que as diferenças entre os povos são compreendidas através da história cultural, social e a antropologia cultural e não no racismo biológico ou no determinismo geográfico. A procedência dos africanos era diversa e, por isso, eles eram distintos culturalmente, e se apoiava nas afirmativas de Nina Rodrigues para dizer que, além dos bantos, vieram para o Brasil os sudaneses e que estes possuíam cultura superior aos primeiros. Estes africanos seriam superiores até aos dos Estados Unidos³⁰.

Freyre argumentou em longas páginas sobre a superioridade cultural de alguns povos africanos sobre outros, chega a conclusão que os africanos que chegaram a Bahia e Pernambuco (ocidentais) foram superiores aos que chegaram no Rio de Janeiro (centro-ocidentais). Segundo ele, os homens e mulheres africanos vieram para o Brasil para os trabalhos agrícolas, metalúrgicos, para serem comerciantes, e até mesmo esposas como foi o caso de Minas Gerais. Em seguida, Freyre parte para as heranças africanas no Brasil, tratando-as em muitas situações como um simples transplante África-Brasil, não enfatizando as reconstruções desses africanos³¹.

Nos anos 1960 a historiografia se detém na temática da resistência, um desses autores é Clóvis Moura³², ou no sistema escravocrata; por conta desses elementos, os africanos não vão constituir em um tema privilegiado para os historiadores dos anos sessenta. No entanto, temos o trabalho de uma geração de brasilianistas e, dentre estes, destacamos Mary Karash que iniciou a sua pesquisa sobre a escravidão no Rio de Janeiro Oitocentista em 1968³³, utilizando-se de um leque amplo de fontes³⁴, conseguiu traçar um perfil dos escravos na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, abordando as diversas ocupações dos africanos: o ganho, as religiões como a católica

³⁰ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 29. ed., Rio de Janeiro: Record, 1992.

³¹ Idem

³² Clóvis Moura e Alípio Goulart apontam os quilombos como lugares de negação do regime escravocrata nos quais era possível construir uma sociedade alternativa. Vê em: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombo, Insurreições e Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972. Goulart, Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/INL, 1972.

³³ No entanto seu livro, a versão em inglês foi publicada apenas em 1987 e a primeira edição em português foi publicada em 2000. Ver em: KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁴ Dentre as fontes temos diversos relatos de viajantes, pois o Rio de Janeiro por ser a capital do Império atraía vários viajantes estrangeiros, alguns deles inseridos em missões artísticas e/ou científicas, e esses noticiaram costumes dos escravos, como também pintaram e até mesmo fotografaram. Além dessas fontes, ela também utilizou registros notariais com alforrias, correspondência da polícia sobre o controle da população escrava dentre outras.

dentre outras, dentre outros aspectos. Ela identificou que os escravos urbanos no Rio eram majoritariamente africanos e, analisando as nações que compunham esses africanos, percebeu que eram na maioria da África Centro-Occidental e da Oriental. Todavia, ela percebeu que havia muita confusão na identificação das nações, pois nas denominações tinha portos, grupos etno-linguísticos, cidades, estados dentre outros elementos. Ela aponta que as nações africanas mais comuns no Rio de Janeiro foram: Benguela, Congo e Angola, entre outras³⁵. O trabalho dessa brasilianista dá inúmeras pistas de fontes e temas que foram aprofundados posteriormente como a capoeira, por exemplo³⁶.

Um dos pontos de distinção entre as correntes citadas e as mais novas da historiografia diz respeito à utilização das fontes históricas. Os historiadores dos anos sessenta, como Clóvis Moura, já citado, utilizaram, principalmente, relatórios oficiais, relatos e crônicas de viajantes. Já os adeptos das novas correntes ampliaram o leque de fontes, sobretudo a partir da década de 1960, quando, no Brasil, ocorreu uma maior profissionalização dos historiadores com a criação e consolidação dos cursos de pós-graduação, com a proliferação de pesquisas, inclusive na área da escravidão. Os documentos cartorários, eclesiásticos, dentre outros que passaram ser considerados fontes históricas foram incorporados às pesquisas, além dos já citados anteriormente, como os relatos de viajantes³⁷.

Essas inovações foram mais sentidas na década de 1980, quando emergiram novos autores³⁸. Entre estes se destacam João José Reis, Maria Odila Leite Dias, Silvia Lara, Robert W. Slenes, Hebe de Castro, Flávio Gomes e Sidney Chalhoub. Alguns dessa corrente tiveram como influência teórica, entre outros, Eugene Genovese e Edward P. Thompson. Esses intelectuais buscaram ver o escravo como agente histórico

³⁵ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³⁶ A autora cita essa prática cultural quando se refere as práticas culturais dos escravos e conclui que seria uma dança-jogo ou um jogo, e a temática foi aprofundada posteriormente por Carlos Eugênio Líbano Soares. Ver em: KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p.436-7

³⁷ Ressalto que acerca desse tema houve, durante algum tempo, a ideia de não existirem documentos para pesquisar sobre a escravidão, por conta das ordens de Rui Barbosa que mandou queimar boa parte do acervo. Vide: SLENES, Robert. "O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Estudos Econômicos* 13, N° 1, 1983, pp. 117-150.

³⁸ Ver em: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986; DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense. SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. LARA, Silvia H. *Campos da Violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

e possibilitaram a emergência de estudos sobre mulher, família escrava, os significados da liberdade e as estratégias para consegui-la, os africanos e as (re) construção de suas identidades; e sinalizaram a importância dessas identidades para compreendê-los. Essas identidades, pautadas em uma contraposição étnica, foi de grande importância.

Slenes, um dos pioneiros a tratar da temática identidade étnica, trabalhou a formação de uma identidade no cenário rural do sudeste brasileiro e defende a formação de uma proto-nação bantu nas zonas rurais daquela região no século XIX, sobretudo na primeira metade. Essa identidade se formou, dentre outros motivos, em virtude do número de africanos que existia na região, como também pela periódica entrada de africanos, o que aproximava os que aqui viviam dos que estavam na África. Para poder mostrar a formação dessa identidade ele recorre a alguns vocábulos falados no Brasil como *Malungu*, *Kalunga*, *Ngoma* para apontar como os povos falantes do Kimbundu³⁹, Kikongo⁴⁰ e Umbundu⁴¹ se entendiam entre si, falando uma língua comum. Os significados das palavras eram próximos e tinham praticamente os mesmos sentidos cosmológicos; os senhores não compreendiam esses significados. Nas senzalas do centro-sul brasileiro eram faladas duas línguas: uma franca, baseada no kikongo, umbundu e kimbundu e outra crioula, baseada no português regional⁴². Será que o mesmo ocorria em Sergipe? Slenes mostra que vários povos da África central também tinham semelhanças nas formas de parentesco e nas crenças religiosas baseadas no complexo ventura/desventura⁴³. Esses elementos facilitaram a formação da mencionada identidade.

Maria Inês Cortês de Oliveira, em artigo publicado em 1996, tratou das identidades étnicas na Bahia Oitocentista. Segundo a mesma, as nações africanas não conservavam nos nomes, nem o arranjo, as formas que esses povos viviam no continente africano. As nações eram nomenclaturas dadas aos africanos no tráfico e refletiam portos de embarque, lugares dentre outros. No entanto, as nações atribuídas foram assumidas pelos próprios africanos. Dessa forma, a identidade sempre era modificada, isso mostra a historicidade dos africanos. E os etnônimos africanos eram a base da identidade; no entanto, foram realizadas outras alianças grupais entre nações.

³⁹ Falado na região da Província de Luanda.

⁴⁰ Falada na região entre o rio Dande até ao norte de Loango.

⁴¹ Língua falada na região de Benguela.

⁴² SLENES, Robert. ““Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, 12, (1991/92), pp.48-67.

⁴³ Dentro dessa visão o universo possui um equilíbrio, no entanto, através de bruxarias podem ocorrer doenças. Ver em: Slenes, Robert. ““Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, 12, (1991/92), p.58

Ocorreu uma reorganização da comunidade africana em torno dos laços de nação, para isso os africanos escolhiam entre seus pares os da mesma nação, os seus cônjuges, vizinhos, e até mesmo os escravos que compraram. Os africanos também lutaram pela permanência das relações familiares originárias na África. A autora também mostra que a língua nagô contribuiu para a formação dessa identidade, africanos de localidades próximas como os aja-fon(conhecidos como jeje) entendiam o nagô⁴⁴. Ou seja, a língua nagô era compartilhada entre africanos de povos distintos. Uma crítica feita à autora é que alguns termos utilizados como nações como jeje e nagô também foram nomes de grupos étnicos no continente africano⁴⁵.

João José Reis, ao tratar da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em um artigo publicado em 1997, discute como se erguia uma identidade social e como a mesma irmandade também era um espaço de solidariedade coletiva. As irmandades também gozavam certa autonomia e eram um espaço para entender a alteridade no interior da comunidade africana⁴⁶. Um grande diferenciador das irmandades de pretos era a nação, as últimas se dividiam em crioulos e africanos, e esses em *nações*; termo usado na época para classificar os africanos como os nagôs, angolas, benguelas, dentre outras. Ressaltando que os termos nagôs, jeje, angola são referentes ao tráfico e aglutinam diversos grupos étnicos provenientes da África. Esses termos são reveladores quando se trata de identidades assumidas e construídas pelos africanos. Assim, as irmandades foram um dos espaços onde essas (re)construções ocorreram. Essas identificações eram importantes na construção de alianças e de definição de opositores.

As irmandades permitem visualizar as diferenças na comunidade escrava, como por exemplo, a relação entre africanos e crioulos, que em muitas situações foi conflituosa. Prova disso, são alguns compromissos de irmandades. A relação senhor x escravo crioulo era distinta entre a relação senhor x escravo africano. Todavia, boa parte dos estatutos das irmandades dos angolas mostram uma aliança entre os grupos citados, crioulos e angolas. Também havia tensões entre os africanos, como por exemplo, os mina e os angola no Rio de Janeiro. Ainda segundo Reis, essas relações dependiam da

⁴⁴ OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. “Viver e morrer no meio dos seus”. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, 28 (1995/96), p.175-93.

⁴⁵ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

⁴⁶ REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v.2, n.3, jun., 1997.

comunidade, da vila, e por isso a irmandade é um espaço para perceber os conflitos no interior da comunidade escrava⁴⁷.

Outro trabalho que aborda as identidades étnicas é o de Mariza Soares, *Devotos da Cor*, que analisa os “pretos-mina” no Rio de Janeiro Setecentista, e utiliza principalmente a irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. A autora trabalha com dois conceitos, grupo de procedência e nação. O primeiro são os termos atribuídos, sobretudo nos portos de embarque e assumidos pelos africanos; e o segundo nação remontaria as identidades étnicas originárias no continente. Através dos registros de batismo ela pontua que os minas foram uma presença marcante no período mencionado no Rio de Janeiro. E que as relações de sociabilidade dos africanos eram construídas no cotidiano brasileiro; além disso, através dos batismos e da irmandade é possível analisar as possibilidades e as diferentes alternativas de organização de um grupo de procedência. Ressalta ainda que os critérios de pertencimento a um grupo, como também as formas de organização, eram definidas no Brasil e poderiam variar de acordo com a região e o momento⁴⁸. Assim, ser Mina no Rio de Janeiro era diferente de ser Mina na Bahia e em Sergipe. Neste trabalho optei por trabalhar com o termo *nação* como um termo atribuído e assumido pelos africanos visto ser a denominação utilizada pelos contemporâneos dos africanos.

João José Reis, no seu livro *Rebelião escrava no Brasil*, utiliza o termo nação e aponta que era o termo usado para evidenciar as diferenças étnicas entre os africanos na Bahia Oitocentista. E que os povos africanos que viveram na Bahia no período conheceram a experiência de serem identificados e identificarem aos outros etnicamente, bem como a filiação étnica como um fenômeno político. Por isso, esse elemento de identificação, o étnico, perdurou na Bahia, reconstruído e ampliado dentro das possibilidades; o parentesco étnico teria se tornado o de nação. Neste livro, João José Reis também menciona que os conflitos na África alteraram a distribuição étnica do tráfico, os iorubas, haussás e outros grupos provenientes do Golfo do Benim passaram a ser mais numerosos na Bahia no decorrer dos Oitocentos. A identidade estava pautada em vários elementos como na língua, nas escarificações étnicas, nos nomes, na religião, como construíam suas relações afetivas, pois os casamentos

⁴⁷REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, v.2, n.3, jun., 1997.

⁴⁸SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

endogâmicos eram majoritários e até mesmo nos parceiros de moradia. Outro ponto mencionado pelo autor é a relação existente entre crioulos e africanos, para o mesmo a referida relação era marcada principalmente por diferenças e divergências, pois os primeiros criaram maneiras distintas de resistir e tinham maiores possibilidades de barganha com os senhores ⁴⁹.

Enfatizo que as alterações ocorridas no tráfico do século XIX, citadas por Reis, são de grande relevância, pois também podem indicar modificações entre os grupos existentes em Sergipe; já que os dados da pesquisa apontaram que boa parte dos africanos que viveram em Sergipe desembarcou na Bahia.

Lucilene Reginaldo, em tese de doutoramento intitulada: *Os Rosários dos Angolas*, analisou as relações entre as Irmandades de cor na Bahia Setecentista e os angolas. Para a autora, as irmandades do Rosário permitiram aos angolas uma reconstrução das identidades étnicas no interior da comunidade escrava, bem como da sociedade baiana. O culto ao Rosário e a experiência nas Irmandades foi construído no atlântico, com elementos ibéricos, centro-africanos e que comungaram nas Américas. Esse catolicismo praticado pelos centro-africanos era africanizado e foi substituído por um negro. A autora também mostrou como a presença dos angolas, que era marcante na cidade de Salvador, tornou-se invisível através de grandes intelectuais como Nina Rodrigues e seus seguidores. Esses construíram uma visão da grande maioria dos iorubas na Bahia por conta de ter utilizado, sobretudo, os terreiros de candomblé nagô como ponto de investigação⁵⁰. Ressalto que algumas das irmandades tratadas pela autora ficavam nas terras sergipanas, na época subordinada a Bahia.

No entanto, não era só no interior das irmandades que essas identidades eram (re)construídas, nas práticas mortuárias, nas relações de parentesco, festas, na busca pela alforria, nas fugas, dentre outros. Flávio Gomes, Juliana Barreto Farias e Carlos Eugenio Líbano Soares mostram que no Rio de Janeiro Oitocentista, os escravos da mesma nação fugiam, às vezes, em dupla ou em pequenos grupos, o que pode indicar a força dessas identidades. Identidades essas que já eram reconstruídas na África e que no Brasil também foram (re)elaboradas. Essas (re)elaborações variaram no tempo e no

⁴⁹ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁵⁰ Para atender a esses objetivos pesquisou uma série de compromissos de Salvador e do recôncavo, esses foram a base da sua pesquisa, além de correspondências, livro de entrada de irmãos dentre outros documentos. Ver em: REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: UNICAMP, 2005.

espaço. Bem como a conquista da alforria pelas mulheres mina e o papel da atividade do ganho⁵¹.

Nicolau Parés no seu livro, *A formação do Candomblé*, trata da construção da etnicidade dos jejes no período colonial no Recôncavo e a importância dos cultos voduns no processo de formação do Candomblé, dentre outros temas. A grande questão do livro é a formação e permanência de identidades étnicas no Brasil. Para debater esse tema, da mesma maneira que Inês Oliveira e João Reis, o autor optou por utilizar Barth e sua teoria situacional que será apontada mais adiante. O autor defende a ideia de identidade metaétnica, que era atribuída e que também podia ser assumidas pelos africanos e se tornar uma identidade interna. Havia diversas categorias de identificação, que iam da mais específica para a mais geral. A identidade de escravo perante o seu senhor ou a sociedade, a de africanos x crioulos quando em negociação ou conflitos com os últimos, quando estavam frente a outros africanos ou grupos africanos, assumiam-se com a identidade imposta, jejes, nagôs e entre os do mesmo grupo revelavam as suas identidades étnicas africanas, saluvi, fon, dentre outras. Essa complexidade não era percebida pelos brancos ou não era valorizada, mas era preservada entre os africanos⁵². Outra identificação que proponho que fosse possível seria o de africana em oposição a de africano.

Parés também pontua que as semelhanças linguísticas, de comportamento, o convívio nas senzalas, identificação de lugares, mesmas procedências ou de lugares próximos, fizeram esses africanos reconstruírem suas identidades. O autor enfatiza a importância da linguagem, do poder se comunicar nesse processo e da religião na composição desses novos grupos étnicos⁵³.

Há algumas dissertações e teses de doutorado sobre a temática. Destaco as de Carlos Francisco Silva Junior, intitulada *Identidades afro-atlânticas*, Moacir Maia nomeada de *Quem Tem Padrinho Não Morre Pagão*, e a de Rodrigo Rezende, *As Nossas Áfricas*⁵⁴. Esses trabalhos também analisaram a importância da filiação étnica

⁵¹ GOMES, Flávio. “Reinventando as “nações”: africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888.”. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio & Soares, Carlos Eugênio Líbano. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

⁵² PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

⁵³ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé...*

⁵⁴ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado); MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Quem Tem Padrinho Não Morre Pagão: As relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa Vila Colonial (Mariana, 1715-1750)*. Rio de Janeiro: UFF, dissertação de mestrado, 2007. REZENDE, Rodrigo

em espaços distintos nos Setecentos, em Salvador e Minas Gerais; e para o Rio de Janeiro, *Mosaicos da Escravidão*, de Nielson Bezerra⁵⁵.

Em suma, esses trabalhos têm apontado que havia alianças e divergências entre nações distintas, povos esses marcados por um grande distanciamento geográfico, como também de alguns grupos com os crioulos. As pesquisas também têm apontado que os africanos conseguiram reconstruir suas identidades e redes de aliança dentro do contexto escravista. E que as identidades surgidas no tráfico foram em alguns momentos assumidas pelos africanos como um grande guarda-chuva identitário. Por fim, que as identidades foram construídas equilibrando as vivências cotidianas do cativo com as trazidas e modificadas ainda na África.

Por fim, alguns historiadores conseguiram recuperar a experiência de alguns africanos, principalmente de homens e mulheres que se envolveram com aspectos religiosos, dois deles são tema de biografias detalhadas que é possível acompanhar vários passos desses personagens, são eles Rosa Egipcíaca e Domingos Sodré. A Rosa Egipcíaca, africana de *nação* Courá, viveu em Mariana nos Setecentos. se prostituiu, conseguiu a alforria, e em seguida caiu nas garras da Inquisição acusada por ter possessões. Domingos Sodré, um nagô, que também conquistou a alforria, viveu em Salvador no século XIX e foi um babalaô requisitado na cidade. Outra africana estudada é a Luzia, uma angola, nascida em Luanda, viveu em Sabará e também caiu nas garras da Inquisição em decorrência da prática do Calundu⁵⁶.

Na historiografia sergipana⁵⁷, provavelmente o primeiro a noticiar a existência dos africanos foi o cronista Marcos Souza. Ele menciona que havia escravos da Guiné e, dentre esses, os de Angola eram maioria nas terras sergipanas. Ele os menciona em duas vilas: São Cristóvão e Santo Amaro. No entanto, o autor pouco se dedica a

Castro. As “nossas Áfricas”: população escrava e identidades *africanas* nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2006. (dissertação de mestrado)

⁵⁵ BEZERRA, Nielson. *Mosaicos da Escravidão: Identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Rio de Janeiro: UFF, 2010. (tese de doutorado)

⁵⁶ DAIBERT JR, Robert. LUZIA PINTA: EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS CENTRO-AFRICANAS E INQUISIÇÃO NO SÉCULO XVIII. *Religare* 9 (1), 3- 16, março de 2012. MOTT, Luiz. *A Rosa Egipcíaca: Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1993; REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

⁵⁷ Os autores João Ribeiro e Silvio Romero, não foram abordados na categoria historiografia sergipana porque os mesmos, principalmente o primeiro dialogou com Nina Rodrigues, participando assim do debate nacional.

escravatura⁵⁸. Porém, pergunto quais eram as outras nações as quais pertenciam os africanos da Guiné?

Outro autor que menciona os africanos em Sergipe é Felte Bezerra no livro *Etnias sergipanas*⁵⁹. O intelectual afirma que para Sergipe vieram bantos e sudaneses, com predominância do último. Ele menciona o “equivoco” de Sílvio Romero e João Ribeiro que acreditavam serem os bantos os majoritários, o citado erro que foi corrigido por Nina Rodrigues. Bezerra esclarece que entre os sudaneses estavam os jeje, os malês e os haussás. E que os minas e os ashanti também estavam dentre os africanos que vieram para Sergipe⁶⁰.

Bezerra ainda afirma que há elementos no folclore sergipano que são oriundas dos africanos sudaneses. Ou seja, seu trabalho se insere numa perspectiva de buscar os elementos formadores da identidade sergipana. Identifica, ainda, alguns costumes como provenientes dos africanos; também há no seu trabalho utilização de categorias gerais como *bantos* e *sudaneses*, para identificar os africanos. Além do uso dessas categorias, ele aponta as práticas culturais da população negra sergipana como fruto de um transplante das práticas culturais dos africanos.

Outro autor que citou os africanos em Sergipe foi Schwartz. Estudando a população escrava da Bahia, buscou dados da fronteira norte do Recôncavo Baiano, na Ribeira do Vaza Barris, atual Sergipe, para comparar com os dados do citado

⁵⁸ Marcos Souza foi vigário no início dos Oitocentos da Freguesia de Pé do Banco, localizada nas terras sergipanas. Ver em: SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Sergipe/Aracaju. 2005. O termo Guiné variou a significação no tempo. Inicialmente, em meados do século XV, significava as primeiras terras que os portugueses alcançaram correspondendo a costa ocidental do Senegal contemporâneo, no final do mesmo século correspondia a região que ia do sul do Saara as terras de Angola. E, até o século XVIII o termo continuou significando essa região, ou as terras citadas por Zurara, atuais Gâmbia, Senegal, Guiné Bissau e Guiné. Ver em: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

⁵⁹ Esse intelectual foi formado na faculdade de medicina da Bahia, provavelmente na primeira metade do século XX, ficou conhecido no meio acadêmico como etnólogo e na sua obra percebe-se uma grande influência de Nina Rodrigues. O mesmo nasceu em 1909 e faleceu em 1990. Ver em: NUNES, Maria Thétis. “O professor Felte Bezerra (1909-1990)”. In: *Revista do IHGS*. Aracaju, n. 31, 1992. A primeira edição do livro foi 1950 e discute a várias etnias que formaram o povo sergipano, indígena, europeia e africana. A segunda edição do livro é de 1984. BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo*. 2º edição. Aracaju, gráfica J. Andrade, 1984. (Estudos sergipanos VI). Felte Bezerra trocou diversas correspondências com vários intelectuais de sua época, mostrando o quando acompanhava o debate sobre os temas que pesquisava. Entre os intelectuais que correspondeu estavam Roger Bastide, Câmara Cascudo e Thales de Azevedo. Vê em: DANTAS, Beatriz G. & NUNES, Verônica. *Destinatário: Felte Bezerra, cartas a um antropólogo sergipano 1947-59 e 1973-85*. São Cristóvão: EDUFS, 2009. A primeira edição do livro foi 1950 e discute a várias etnias que formaram o povo sergipano, indígena, europeia e africana. A segunda edição do livro é de 1984. BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo*. 2º edição. Aracaju, gráfica J. Andrade, 1984. (Estudos sergipanos VI).

⁶⁰ BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo*. 2º edição. Aracaju, J. Andrade, 1984. (Estudos sergipanos VI).

Recôncavo. Ele defendeu que, em 1785, havia uma maioria de angolas e minas, e que também existiam benguelas, jejes e Congos. Menciona, ainda, uma maioria masculina dentre os africanos. E que os africanos deveriam compor 1/3 da escravaria⁶¹.

Luiz Mott, ao fazer um estudo demográfico de Sergipe, apontou alguns dados para a população sergipana na primeira metade do século XIX, dentre eles que os pretos representavam 36,3% da população, no entanto, os documentos utilizados não permitiram que ele estimasse quantos desses eram africanos. Utilizando os dados que possuía menciona que os crioulos ocupavam 2/3 dos pretos. Afirma que, em 1785⁶², os africanos eram 34% dos escravos, e dentre os africanos: 197 eram Angola, 2 Congo, 6 Benguela, 67 Mina e 4 jeje. Para o autor, o fato dos sergipanos não terem se envolvido diretamente no tráfico fez com que o índice de africanos fosse menor que na Bahia e no Rio de Janeiro⁶³.

Ressalto que um importante trabalho sobre escravidão em Sergipe é a tese de doutorado de Sharyse Amaral. A autora aborda a luta dos escravos por liberdade e suas estratégias para consegui-la na zona da Cotinguiba, zona açucareira da Província. O trabalho retrata os últimos anos da escravidão. Há um momento do trabalho em que a autora analisa a vivência e as estratégias utilizadas pelos libertos para sobreviverem; os libertos encontrados eram em grande maioria africanos. Através dos inventários *post-mortem* e testamentos, a autora conseguiu perceber a teia de relações econômicas e culturais que existiam entre os africanos e que os mesmos formavam uma verdadeira comunidade negra. Essa comunidade vivia na rua da Poeira, Cangaleixo, Porto dos Oiteiros e nos sítios nos subúrbios da Vila. Esses africanos, em sua maioria iorubas, recriaram um padrão ioruba em Laranjeiras, moravam na Vila e trabalhavam no campo; como também percebe como a preocupação com o enterro foi constante entre os mesmos, e que os seus pares ou os seus parceiros os enterrassem. Amaral propõe que nos ritos fúnebres haveria dois momentos, um público, católico, e um privado, de acordo com os costumes africanos. A comunidade africana não era homogênea, pois os iorubas eram divididos entre “nagôs os que adoravam os orixás e os malês, adeptos do islamismo”; e ainda havia os nagôs católicos. Para a autora, poderia haver disputas no

⁶¹ Ele utiliza um censo realizado entre os plantadores de mandioca como fonte histórica. Ver em: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.290 e 439.

⁶² Ele utiliza o mesmo documento citado por Schwartz, p Mapa feito pelo capitão da ordenança Francisco Xavier de Oliveira [...] a respeito das mandiocas q há plantadas em a Ribeira de Vaza-barris, termo deste cidade de Sergipe de El-Rey (1785), APB, Cartas ao Governo, 188. Vide : Schwartz...p.439

⁶³ MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986. pp. 143-144.

mercado religioso, mas também havia solidariedade, pois moravam nas mesmas ruas ou em áreas próximas. A autora conclui que os africanos construíram uma cultura autônoma⁶⁴. Ela consegue penetrar na *alcova* desses africanos, no entanto, devido ao fato de ter estudado os últimos anos da escravidão, ela encontrou indícios apenas dos iorubas, possivelmente os últimos grupos africanos a chegarem à região da Cotinguiba. Por isso, ela pouco abordou a relação entre africanos de nações distintas.

Por fim, Frank Marcon et alli publicou um interessante artigo que versa sobre os africanos forros nos últimos anos da escravidão na Cotinguiba. Nesse texto ele analisa as sociabilidades africanas. Mostra as demonstrações religiosas desses africanos nos seus testamentos, bem como o fato de alguns terem conseguido acumular bens, e construir redes de solidariedades, inclusive com brancos, e que muitos viviam em comunidades, uma prova disso é que viviam nas mesmas ruas. Em Laranjeiras, as ruas do Cangaleixo e da Poeira estavam entre as preferidas por africanos e africanas⁶⁵.

Encerrado esse breve balanço historiográfico, apontarei alguns conceitos que utilizei para a feitura do trabalho. Um conceito que será de grande relevância para a pesquisa foi o de construção *identidade étnica*, pensando a partir de um princípio que pode ser nomeado como teoria relacional por distinção defendida por Fredrik Barth. O autor pondera os grupos étnicos como “categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas”⁶⁶. Contudo, a organização se dá a partir da diferenciação entre contrastes que se acionam ou não conforme as necessidades apresentadas pelo contexto.

A existência e a continuidade de fronteiras na etnicidade ocorrem não pelas semelhanças próprias a cada grupo étnico, mas pelo intercâmbio social entre diferentes grupos. Para Barth, quanto maior a interação, mais intensa e marcada se tornaria o limite étnico. Tal limite seria a fronteira dos grupos étnicos, fronteira que seria social, apesar das possíveis correspondências territoriais. Segundo o autor, “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a

⁶⁴ AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. 2007. 272f. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁶⁵ MARCON, Frank, BEZERRA, Daniela Moura, SILVA, Williams Souza e SILVA, Aline Ferreira. “Africanos livres e sociabilidades no Vale do Cotinguiba”. In: Revista do IHGSE, nº38, 2009.pp.49-74.

⁶⁶ BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. p.189.

exclusão”⁶⁷. Assim, o sentimento de pertencimento a um grupo ocorreria pela diferenciação e pelo contraste entre os seus respectivos sinais diacríticos. Esses sinais serão buscados nessa pesquisa. Ressalto que esse conceito de identidade étnica já foi utilizado por alguns historiadores que trataram do tema, como João José Reis e Maria Inês Cortez.

A tese visa ainda analisar a experiência dos africanos consoante ao gênero, pois trabalhei com a hipótese de haver distinções na vivência dos africanos e africanas. Fazendo uma incursão sobre a historiografia feminista percebe-se que os trabalhos historiográficos que têm a mulher como tema são relativamente recentes⁶⁸; apesar de existirem algumas obras mais antigas, a maioria data do sexto decênio do século XX. Com o crescimento do movimento feminista e o desenvolvimento da história social e cultural o tema passou a despertar o interesse da intelectualidade. Os primeiros trabalhos abordavam a mulher como uma categoria homogênea; os subsequentes ressaltaram a heterogeneidade de papéis por elas exercidos na sociedade, analisaram sua atuação a partir da inserção delas nos grupos étnicos, econômicos, sociais e culturais⁶⁹. Os trabalhos mais recentes utilizam o conceito de gênero, que remete à cultura e trata da classificação entre masculino e feminino. Trabalharei com a perspectiva de Tilly, que defende que ao se fazer uma análise da história das mulheres deve se usar os métodos de análise da história social e o conceito de *gênero*⁷⁰.

Minha preocupação principal foi identificar as nações africanas que viveram em Sergipe, mostrando as diferenças no decorrer do período e das Vilas. Acredito que as possibilidades de (re)construção das nações africanas variaram de Vila para Vila, bem como de acordo com o tamanho das posses. Nas Vilas que possuíam um maior número de africanos essas reconstruções foram mais prováveis e visíveis. No decorrer do trabalho percebi que os angolas foram a nação que mais encontrou possibilidades de reconstrução de uma identidade étnica. Segundo ponto, é que as vivências das africanas foi distinta da dos africanos, e um dos locais de percepção dessa diferença foram nas irmandades. Por fim, que a relação entre africanos e crioulos tiveram momentos de cooperação e de conflitos, todavia penso que as cooperações foram majoritárias.

⁶⁷ BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”...p. 195.

⁶⁸ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. RIO DE JANEIRO: Paz e Terra, 1988.

⁶⁹ Ver em: PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. (org. FREITAS, Marcos Cezar) 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

⁷⁰ TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp.29-62.

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo, elaborei uma contextualização da Capitania de Sergipe e posteriormente da província de Sergipe. Traçando um perfil das atividades econômicas exercidas pelos moradores de Sergipe Del Rey. Abordei as mudanças provocadas com a ampliação da cana de açúcar nas terras sergipanas, como o deslocamento da produção de farinha e principalmente do gado para a região do agreste. Também fiz uma caracterização das vilas. Parto da hipótese de que as Vilas possuíam especificidades na sua economia e, dessa maneira, o número de africanos variava de Vila para Vila; hipótese essa que foi confirmada.

Para isso, utilizei dados da literatura, de alguns cronistas a exemplo de Marcos Souza, Antônio Moniz de Souza e de um manuscrito encontrado na biblioteca nacional e cujo autor é desconhecido, no entanto sabe-se que o texto é do início dos Oitocentos. Nesse documento há uma descrição das várias vilas e de suas atividades econômicas. Por fim, também pesquisei os inventários *post-mortem* e testamentos para atingir o objetivo citado, como também algumas correspondências recebidas e expedidas pelos capitães-mores. Porquanto, sabe-se que os inventários *post-mortem* e testamentos são documentos distintos, que possuem algumas semelhanças, como a descrição dos bens, ou a proximidade com a morte, e que servem para analisar a vida material e espiritual. Ressalto também que esses documentos eram feitos, sobretudo, por pessoas que tinham posses, assim é uma fonte que permite apenas alguns ângulos sobre a região. Segundo Furtado, uma parte da população fez testamentos privados, não registraram em cartórios e por isso não chegaram à posteridade⁷¹. Esse primeiro capítulo se fez necessário pelo fato da existência de poucos trabalhos que abordam a economia de Sergipe nesse período. Os testamentos, principalmente os Setecentistas, fizeram-se necessários para que pudesse aumentar a amostra de documentos. Trabalhei com a série documental. Os documentos foram catalogados, os dados extraídos, principalmente das partilhas, quantificados e em seguida analisados. Por fim, quando possível os dados foram cruzados.

No *segundo capítulo*, identifiquei algumas rotas de entrada dos africanos e, em seguida, abordei os africanos no rito do batismo. Em que momento ocorria, em quais situações. Sobretudo, identifiquei as nações dos africanos presentes nos registros de batismo, através dos africanos batizados e dos pais que batizaram seus filhos. Através dos registros de batismo também percebi a idade que os africanos entraram em Sergipe.

⁷¹ FURTADO, Junia. “A morte como testemunho da vida”. In: *O historiador e as suas fontes*. Carla Bassanezi e PINSKY & Tania Regina Luna. SP: Contexto, 2009. pp.106-107

Separei a análise por Freguesia, que foram as de: Nossa Senhora de Campos, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto e Nossa Senhora da Conceição da Itabaianinha, essas na Vila de Lagarto; a Freguesia de Santo Amaro, na Vila de mesmo nome; a de Santa Luzia e Nossa Senhora do Guadalupe, na Vila de Santa Luzia; e a Freguesia de Santo Antônio das Almas, de Itabaiana, cuja Vila também possuía o mesmo nome. Os documentos utilizados foram os registros de batismo que cobrem o período de 1785 a 1835. Os registros foram quantificados, seus dados cruzados entre si e com os inventários *post-mortem*. Também foram realizadas análises socioculturais desses registros de batismos. E feitas algumas ligações nominativas quando possível.

Busquei, ainda, indícios políticos e culturais dos registros de batismo. Nos registros de batismo possui o nome da criança batizada ou do adulto, os nomes dos pais e a condição de ambos, a cor, a nação (quando africano), o nome do proprietário ou dos proprietários, pois os pais poderiam pertencer a senhores diferentes. O(s) nome(s) dos padrinhos e/ou madrinha e dos seus senhores, quando eles eram escravos. Por fim, a idade da criança, o local que foi batizado, a data e o nome do pároco. Ressalto que os registros de batismo não são padronizados, havia alguns párocos que colocavam mais informações nos registros de batismo, como o estado civil dos padrinhos. Há diferenças nas informações citadas entre os livros das diversas freguesias e no interior de um mesmo livro, quando os registros não foram realizados por um mesmo pároco. Segundo Bassanezi, os registros eclesiásticos são fontes populares, pois escravizados, índios, crianças enjeitadas, dentre outros, também tiveram seus eventos vitais sendo registrados: o nascer, o casar e o morrer. Antes da proclamação da República, esses eram os registros que oficializavam os momentos vitais. Sobretudo, o primeiro, o registro de batismo. Por registrarem os citados momentos vitais de boa parte da população esses documentos são de grande importância e permitem as citadas análises quantitativas e socioculturais⁷².

No terceiro capítulo, trabalhei os dados demográficos, identificando as nações presentes nos inventários *post-mortem* e testamentos. Dividi o período em duas fases, de 1720 a 1750, 1751 a 1800, e analisei as mudanças ocorridas entre essas fases. Também tabulei os dados das Vilas em separado; pois há Vilas que possuía uma diversificação maior de nações que outras, bem como o número de africanos. Também identifiquei os

⁷² BASSANEZI, Maria Silvia *Registros paroquiais e civis: Os eventos vitais na reconstituição da história*. In: *O historiador e as suas fontes*. Carla Bassanezi e PINSKY & Tania Regina Luna. SP: Contexto, 2009. pp.141-172.

ofícios desempenhados pelos africanos e africanas nas distintas vilas, pensando nas distribuições de ofícios urbanos e rurais, nas diferenças de gênero e comparando com as atividades dos crioulos e mestiços. Além disso, utilizei os inventários *post-mortem* e testamentos, esses foram quantificados e analisados.

No *quarto capítulo*, também trabalhei com os dados demográficos dos Oitocentos e dividi o período em duas fases, 1801 a 1820 e 1821 a 1835. Busquei as nações africanas do período bem como as ocupações exercitadas por eles. Também utilizei os inventários *post-mortem* e os testamentos.

No *quinto capítulo*, tratei do trânsito dos africanos nas irmandades dos homens pretos. Nas de São Cristóvão e Vila Nova os homens e mulheres faziam parte da mesa administrativa. Nesse capítulo tratei das sociabilidades, disputas e alianças desses africanos. Como também abordei as relações dos mesmos com crioulos, brancos e, dentre esses, portugueses no interior das irmandades. Trabalhei com as irmandades dos homens pretos existentes nas quatro vilas, a saber: Lagarto, Estância, as duas de Santo Amaro, Vila Nova e a da Cidade de São Cristóvão.

Nesse capítulo utilizei um leque diverso de fontes: testamentos, correspondências das Irmandades, Estatutos, Justificação cível, prestação de contas, dentre outros. O método utilizado foi o indiciário, proposto por Ginsburg⁷³. Também utilizei, os registros de óbito. Em alguns deles os padres apontavam as nações dos africanos e cores dos nascidos no Brasil e, através do óbito, identifiquei alguns africanos que ficaram e viveram na Freguesia.

⁷³ GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.pp.143-179.

CAPÍTULO I

LAVRADORES E CRIADORES: UM PERFIL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DOS MORADORES DAS VILAS SERGIPANAS (1720-1835)

A conquista e o início da ocupação das terras sergipanas pelos portugueses ocorreram no final do século XVI. No entanto, a administração mais efetiva da Capitania de Sergipe Del Rey se inicia no final do século XVII, várias são as medidas adotadas com esse intuito, dentre elas a criação do cargo de ouvidor e provedor da comarca de Sergipe em 1696, que ficavam sediados na Cidade de São Cristóvão. Em 1698 são criadas quatro vilas: a de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Santa Luzia do Itanhy e Santo Amaro das Brotas. Com a criação das Vilas eram instaladas as câmaras municipais, após esse momento as localidades ganhavam o direito de administração. As câmaras eram formadas por dois ou três vereadores, um procurador, dois juizes ordinários e, em alguns casos, tinha o juiz de fora que era nomeado e remunerado parcialmente do salário pela Coroa⁷⁴. Segundo Thétis Nunes, as câmaras das vilas de Sergipe defendiam em muitas situações os interesses locais⁷⁵.

A maioria dessas Vilas foi criada após a criação das freguesias, ou seja, possivelmente já existia uma relativa povoação em torno das igrejas. As freguesias correspondiam aos Templos e a região subordinada a eles, não possuíam contornos territoriais precisos, mas os fregueses entendiam a sua jurisdição. Uma freguesia podia conter diversas capelas, urbanas e rurais. E as Vilas podiam ter diversas freguesias na sua jurisdição⁷⁶. Outra medida tomada para efetivar a colonização foi a distribuição de sesmarias.

As primeiras sesmarias foram doadas no final do XVI e início do XVII, logo após a expulsão dos índios com o intuito que se criassem gados, sobretudo no curso do Rio Vaza Barris. As sesmarias, no decorrer do século XVII, foram cedidas à lavoura de

⁷⁴ FONSECA, Claudia Damasceno. *Espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

⁷⁵ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.86-89

⁷⁶ FONSECA, Claudia Damasceno. Op. cit.

gêneros alimentícios como o feijão, milho e principalmente a mandioca; minoritariamente também foram instalados alguns engenhos⁷⁷.

No século XVII, após a ocupação dos holandeses, alguns engenhos foram destruídos e demorou um tempo para que os mesmos fossem refeitos na Bahia. Em Sergipe foram destruídas principalmente fazendas e roças. Nesse ínterim, as colônias francesas e holandesas começaram a exportar açúcar para a Europa, com isso, o mercado para o açúcar brasileiro diminuiu.

Na centúria seguinte, nos Setecentos, Portugal enfrentou uma crise econômica em decorrência do comércio do açúcar e do fumo terem decaído, bem como ao decréscimo na produção das minas. Após 1750, com o intuito de resolver essa crise, Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, tomou algumas medidas para recuperar a economia da Metrópole e da Colônia, mas não se sabe se essas medidas foram as responsáveis por um crescimento do comércio que ocorreu pós 1780. Barickman, citando um cronista do final do século XVIII, afirma que o período foi economicamente difícil⁷⁸. Possivelmente, os aspectos responsáveis pela recuperação da economia açucareira foram diversos: a revolução na Colônia de São Domingos, que resultou depois na sua independência em 1791; a Revolução Industrial, que demandou uma maior quantidade de produtos tropicais, além de outras guerras e revoluções. Por isso, o número de engenhos cresceu no decorrer no final dos Setecentos, principalmente após a década de 80. Esse crescimento foi visível na Bahia e em Sergipe Del Rei, pois entre 1807 e 1818 a Junta da Real Fazenda da Bahia matriculou mais 154 novos engenhos sergipanos⁷⁹.

Entre 1724 e 1730, existiam cerca de 30 engenhos nas terras sergipanas. Em 1756 o número cresceu para 46; em 1798, 140 unidades; em 1802, haviam 146 propriedades; em 1808 seriam 114 engenhos; no ano seguinte 200; em 1817 mais de 300 engenhos; em 1826, 232 unidades e 1838, 445 engenhos⁸⁰. Nesse processo de expansão os canaviais chegaram a terras que cultivavam outros produtos, como a mandioca, e até mesmo em regiões que o cultivo não era favorável como em Lagarto.

⁷⁷ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006, p.110-112; 152-153.

⁷⁸ BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto baiano... açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 50- 51.

⁷⁹ BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto baiano... p. 74*

⁸⁰ Luiz Mott chama atenção que das fontes pesquisadas por ele, as que possuem melhores dados são as que ele utilizou para 1756, *Notícia geral da capitania da Bahia, 1807, Matrícula dos engenhos da Bahia e em 1823*, Matrícula dos engenhos de Sergipe. Ver: MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986. p. 135-136.

Os senhores aproveitavam as margens dos rios para cultivar os canaviais, e essas regiões se tornavam propícias para o cultivo da cana de açúcar.

As atividades econômicas da Capitania e posterior Província eram diversificadas. Além da fabricação do açúcar e de aguardentes, havia uma grande produção de farinha de mandioca e parte dela era exportada para a Bahia. Afora o plantio de outros produtos que eram exportados como o algodão e o tabaco. O primeiro, após a guerra de Independência dos Estados Unidos, passou a ter sua produção incentivada; o tabaco, por sua vez, além do consumo era usado no tráfico na Costa da Mina. Por fim, também eram plantados alimentos como feijão, milho e criados animais diversos.

Acompanhando o crescimento no número de engenhos, a população da Capitania também cresceu no decorrer do XVIII, sobretudo na segunda metade dessa centúria e no início do XIX cresceu em uma velocidade ainda maior. Esse crescimento pode ser acompanhado no quadro abaixo:

Quadro 1.1
População em Sergipe (1707- 1834)

Ano	População		Total
	Livre	Escrava	
1707			17.169
1775			16.454
1780			54.005
1802	36.234	19.434	55.668
1808			> 72.000
1823	88.783	26.213	123.000
1834	112.640	47.812	160.452

Fonte: MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986, p.86

Ressalto que esses números são estimativos, pois a época os “censos” não eram muitos confiáveis, porquanto permitem apenas uma noção geral da população. Analisando os números dos anos de 1775 e 1780 percebe-se uma diferença acentuada e, possivelmente, o censo de 1780 esteja mais confiável. Segundo Vilhena, referindo-se principalmente a Salvador e seus arrabaldes, as pessoas não gostavam e não deixavam ser censitadas, pois achavam que o objetivo era a cobrança de mais um imposto ou para recrutamento militar⁸¹. Em 1834, conforme pode ser notado na tabela, existia em toda a Província 160.452 habitantes e dentre estes quase 30% eram escravizados⁸². A população da Capitania e em seguida Província cresceu cerca de 150% nas três

⁸¹ VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Bahia: Itapuã, 1969, pp.459-460

⁸² Idem, *ibidem*.

primeiras décadas do século XIX, o número de escravizados também cresceu mais de 100%. O que evidencia uma economia em ebulição.

Saliento que esse crescimento populacional ocorreu na Colônia, visto que chegaram muitos portugueses de diversas regiões como Minho ou Trás-os Montes dentre outros; além de milhares de homens e mulheres africanos. Alguns desses portugueses chegaram a Sergipe nos Setecentos e início dos Oitocentos. Como por exemplo, Domingos Lopes Ferreira nascido no Arcebispado de Braga e viveu nos Setecentos na Vila de Santo Amaro. Ou ainda Francisco José Vieira Araújo, oriundo do Minho, viveu em Sergipe no início dos Oitocentos⁸³.

Em um marco temporal vasto também ocorreram diversas mudanças políticas na Colônia, incluindo Sergipe. Irei narrar brevemente alguns acontecimentos que tiveram grande repercussão. A ascensão do Conde de Oeiras em 1750, com a chegada ao trono português de José I e permaneceu até 1777. Período marcado por uma maior centralização política, mudanças no campo econômico e cultural. No campo econômico, o incentivo a produção de novos produtos e maior fiscalização dos impostos bem como do contrabando. Em 1763, ocorreu a mudança da sede do Vice Reinado de Salvador para o Rio de Janeiro. Dessa forma, o eixo do poder ficaria mais próximo das Minas Gerais, mas também das áreas de disputas com a Espanha no sul da Colônia.

Em 1808, ocorreu a chegada da Família Real o que também contribuiu para aumentar o número da população na Colônia. Em seguida, o Brasil passou à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarve e os portos foram abertos às nações amigas, o que possibilitou uma maior entrada de produtos no Brasil. Em 1822, ocorreu a esperada independência, inspirada em preceitos liberais, no entanto escravista. E, em sequência, surgiu o debate de quem seriam os cidadãos brasileiros; e os africanos, mesmo os que estavam na condição de forros, foram excluídos da cidadania, bem como grande parte dos egressos da escravidão⁸⁴.

Em 1820, D. João VI declarou Sergipe independente da Bahia. No ano seguinte, 1821, assumiu o poder o brigadeiro Carlos César Burlamarque que saiu do poder um mês após, devido a tropas baianas que o tiraram do poder. A independência de fato ocorreu com a confirmação de Dom Pedro I, em 1822. Assumindo a presidência da

⁸³ AGJSE, Cartório de Maruim, cx. 1.807, 3/12/1799, testador e inventariado: Domingos Lopes Ferreira; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 63, 21/07/1824, Testador: Francisco José Vieira Araújo.

⁸⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. A crise do colonialismo Luso na América Portuguesa – 1750-1822. In: História Geral do Brasil. 9ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. pp.111-126. MATTOS, Hebe. “Racialização e cidadania no Império do Brasil”. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Província José Elói Pessoa e em seguida Manuel Fernandes da Silveira, que tinha como secretário o mulato Antônio Pereira Rebouças⁸⁵. Período de muitos conflitos, os partidos políticos já tinham sido formados: os liberais e corcundas; os líderes deles aparecerão no decorrer das páginas desse texto na condição de senhores de escravizados.

Por fim, ocorreram muitas revoltas de escravos. Algumas delas foram atribuídas a incitações realizadas por Antônio Rebouças⁸⁶. Com a independência de Sergipe, o comércio ganha um fôlego ainda maior o que contribuiu para uma efervescência na economia. Isso, possivelmente, deu margem à entrada de novos africanos.

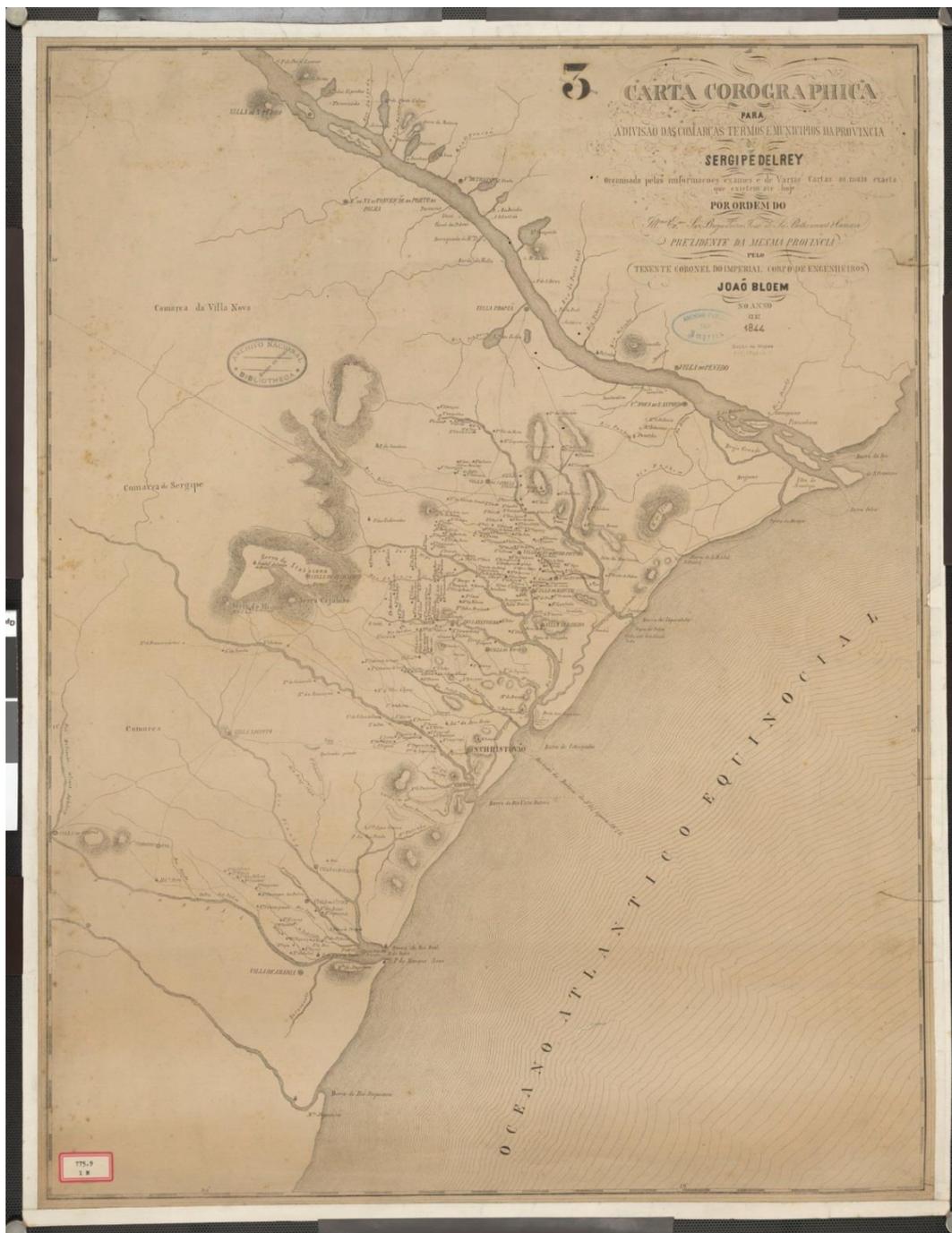
Neste capítulo traçarei um perfil das Vilas que serviram de cenário para as vivências dos/as africanos e africanas. Enfocarei as atividades econômicas dos seus moradores, abordando o século XVIII e as mudanças que ocorreram nesse campo até por volta de 1835. Conforme foi mostrado anteriormente, o alvorecer do século XIX acentuou as mudanças iniciadas no final do século XVIII: aumento do número de engenhos e da população; bem como das fortunas, o que será mostrado posteriormente. Em decorrência das mudanças citadas fizemos o recorte, 1720-1800, 1801 a 1835. Apesar de desiguais os períodos, o século XIX possui um volume maior de documentação e de mudanças que justificam essa divisão.

A primeira Cidade fundada é a de São Cristóvão, seguida pela Vila de Itabaiana, terceiro será a de Santa Luzia, em quarto Lagarto, a quinta Vila será a de Santo Amaro, e as últimas Vilas são a Vila Nova Real do São Francisco e Propriá. Ressalto que no decorrer do período citado ou logo após, surgiram muitas povoações como Laranjeiras e algumas delas tornaram-se freguesias e em seguida Vilas, a exemplo de Própria e Estância. Das Vilas que existiam no período apenas Tomar do Geru não foi trabalhada, pois a documentação dos habitantes dessa Vila não está nos arquivos públicos de Sergipe. Tratarei das Vilas em separado devido elas terem características distintas. Para uma noção da localização das Vilas ver o mapa seguinte:

⁸⁵ FERREIRA JUNIOR, Fernando Afonso. *Derrubando os mantos púrpuros e as negras sotainas*. (Sergipe Del Rey na Crise do Antigo Sistema Colonial 1763-1823). Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

⁸⁶ Ver: DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: O patriarca do Serra Negra e a política Oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009. Pp.11-24. MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey: População, Economia e Sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, pp.192-193; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Provincial I (1820-1840)*. RJ: Tempo Brasileiro, 2000.

Ilustração 1.1
Mapa de Sergipe⁸⁷



⁸⁷ BLOEM, João. Carta Corográfica para a divisão das Comarcas, termos e municípios da Província de Sergipe, organizada pelas informações, exames e de varias cartas as mais exactas que existem até hoje, 1844. Mapa usado na tese de doutorado de Sharyse Amaral.

1.1 São Cristóvão: a Cidade de Templos *Suntuosos e Magníficos*⁸⁸

São Cristóvão, também designada de Sergipe Del Rei, tinha a sua sede localizada às margens do Rio Vaza Barris e do Poxim, locais que no século XVIII foram espaço da expansão da zona açucareira. A cidade foi fundada em 1590, no momento da Conquista, na foz do Rio Sergipe; mas migrou para a localização mencionada em 1607 por questões de segurança⁸⁹. Para ter o status de cidade a localidade tinha que ocupar papel importante no campo administrativo, religioso, militar, ser área de fronteira, ou ainda sede de bispado⁹⁰. No caso de São Cristóvão, ela teve papel importante como área de fronteira da Conquista no primeiro momento, século XVI e, posteriormente, relevante papel administrativo e religioso, sede da ouvidoria e do vigário geral da Capitania, respectivamente. Ressalto que São Cristóvão aglutinava duas freguesias, a de Nossa Senhora da Vitória e a de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba e algumas povoações como a de Laranjeiras, de Aracaju, Itaporanga e a Missão de Água Azeda.

Até o século XVIII, Sergipe Del Rey ou São Cristóvão era uma cidade com poucas casas e habitantes. A maior parte da população residia em engenhos, sítios e fazendas e não na sede da Cidade, desenvolviam atividades econômicas agrícolas. Um poema atribuído a Gregório de Mattos sobre a Cidade nos Seiscentos evidencia que a mesma era pouco habitada, com poucas construções e algumas dessas eram mal estruturadas. Obviamente o poema tem possíveis exageros, já que a sátira era uma marca do autor:

Três dúzias de casebres remendados,
Seis becos de mentrastos entupidos
Quinze soldados rotos e despídos
Doze porcos na praça bem criados.

Dois conventos, seis frades. Três letrados
...
O feijão que só faz ventosidade
Farinha de pipoca, pão de greta
De Sergipe Del Rei esta é a cidade⁹¹

⁸⁸ Adjetivos usados pelo Vigário Marcos Souza para se referir aos templos da Cidade. Ver: SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005. p.24.

⁸⁹ A primeira localização possivelmente é Aracaju, em 1595 a cidade foi transferida novamente para uma elevação situada entre o Poxim e o litoral, e a última transferência em 1607 para o local que a cidade se encontra até a atualidade. JABOATAM, Antonio de Santa Maria (Frei). “Novo Orbe Seráfico Brasileiro”. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 2, fasc. 1, 1914. P. 51-52.

⁹⁰ FONSECA, Claudia Damasceno. Espaço e poder nas Minas Setecentistas...

⁹¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.p.317

Nos Setecentos, em decorrência do crescimento da lavoura canavieira no Vale do Vaza-Barris e do Poxim, uma maior riqueza começou a circular na Cidade e com isso, um número maior de sobrados e igrejas foram construídos, modificando assim a paisagem urbana. Segundo Thétis Nunes, citando um documento do arquivo ultramarino de 1757, neste ano havia 390 fogos e 1557 habitantes. Dentre os templos existiam a Igreja Matriz, o Convento dos Carmelitas Calçados e Franciscanos, a Santa Casa da Misericórdia e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. A autora discorda de Rocha Pitta que mencionava que os primeiros templos citados eram suntuosos já em 1724. Para ela estes templos só ficaram prontos, evidenciando seus esplendores na segunda metade do século XVIII⁹². Em 1777, o templo da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro carecia de obras e possuía ainda uma estrutura precária⁹³. O que evidencia que Thétis Nunes concluiu de forma acertada sobre o período que as construções setecentistas da Cidade foram terminadas.

Outro autor que nos dá notícias sobre a São Cristóvão dos setecentos é o Frei Antônio Jaboatão, que menciona a existência de 400 vizinhos na sede da Cidade, esclarecendo que a maior parte da população vivia nas redondezas da sede. O Frei também afirma que os artigos produzidos eram o couro, o tabaco e o açúcar⁹⁴. E a população informada por Jaboatão é próxima à informada pela Câmara em 1757. No entanto, dentre os produtos estranhamente ele não mencionou a farinha de mandioca, talvez por dar maior importância aos artigos de exportação.

A cidade de São Cristóvão era o centro político-administrativo da Capitania. E, por isso, era o local de grandes acontecimentos, como manifestações de moradores de outras vilas como a de Vila Nova, que em 1711⁹⁵ protestavam sobre os impostos; ou outras realizadas por índios e/ou negros, a exemplo de 1763, quando cerca de 3.000 índios entraram na cidade acuados pelos colonos⁹⁶. Outra decorrência de ser um centro de decisões era os inúmeros cargos como os de ouvidor, capitão-mor, tabelião, inquiridor familiar do santo ofício, contador e distribuidor, alcaide, carcereiro dentre outros. Tinha também um grande número de religiosos carmelitas e franciscanos, além dos de hábito de São Pedro. Esses elementos deveriam tornar a vida da Vila mais

⁹² NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 172-173.

⁹³ Projeto Resgate, Sergipe CD 02, rolo 006, pasta 001, código 0095 até 0097, N° do inventário: 436 caixa: 08 Documento n° 18, , 29 de agosto de 1777.

⁹⁴ JABOATÃO, Antônio de Santa Maria (Frei). “Novo Orbe Seráfico Brasileiro...p.53.

⁹⁵ No mesmo período ocorreram Revolta do Maneta em Salvador, Emboabas, Mascates, ou seja, período de grande conturbação na colônia.

⁹⁶ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.173.

dinâmica e complexa. Na sede da mesma cidade também tinham duas irmandades de Nossa Senhora do Rosário, uma dos brancos e a dos pretos, as ordens terceira de São Francisco e do Carmo, além das Irmandades do Santíssimo Sacramento, a dos Pardos, Martírios, dentre outras confrarias. Na Freguesia de Nossa Senhora do Socorro também tinha irmandades, dentre elas a do Rosário e a do Santíssimo Sacramento.

Para traçar um perfil dos moradores de São Cristóvão pesquisei os inventários *post-mortem* e os testamentos. Ressalto que esses documentos possibilitam apenas uma amostra das atividades econômicas. Cataloguei 27 inventários *post-mortem* e 9 testamentos que tinham dados referentes a atividades econômicas que compreendiam os anos de 1765 a 1800. Ou seja, um período que já tinha iniciado a muito a expansão canavieira. Esse dado é percebido nas fontes. Conforme pode ser observado na Tabela 1.1:

Tabela 1.1
Cidade de São Cristóvão: Ocupação econômica dos inventários e testadores (1765-1800)

Ocupação/Quantidade	Inventariados ou testadores	%	Escravizados	%	Média de escravizados	Africanos
Lavrador	8	22,22	70	17,31	8,75	11
Lavrador e criador de animais	7	19,45	71	17,58	10,14	15
Lavrador de cana de açúcar	5	13,89	25	6,2	5	6
Lavrador de mandioca	4	11,11	37	9,15	9,25	8
Lavrador de mandioca e cana de açúcar	1	2,78	18	4,45	18	8
Salineiro	1	2,78	14	3,46	14	3
Lavrador de mandioca, cana de açúcar, alambiqueiro e criador de animais	1	2,78	15	3,71	15	5
Outras funções	2	5,55	1	0,25	0,5	1
Sem dados	3	8,33	5	1,25	1,6	-
Senhor de engenho	3	8,33	52	12,88	17,33	18
Senhor de engenho e alambiqueiro	1	2,78	96	23,76	96	26
Totais	36	100	404	-	15,29	101

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos século XVIII.

Primeiro ponto a ser destacado é que as atividades agrícolas eram majoritárias, mais de 50 % das pessoas pesquisadas estavam envolvidas apenas com o plantio. E dentre essas, dois produtos se destacavam: a mandioca e a cana de açúcar. A primeira

tinha quatro pessoas envolvidas apenas com essa lavoura, a segunda, cinco pessoas, duas plantavam os dois produtos. Além disso, quatro das pessoas que criavam animais e lavravam a terra também plantavam mandioca. Assim, a mandioca era o principal produto, seguido pela cana de açúcar. Em 1779, a câmara de São Cristóvão anunciou que o governo da Bahia recomendava o plantio de algodão, devido à demanda internacional, talvez alguns desses agricultores tenham atendido a essa recomendação⁹⁷. Por fim, também encontrei vestígios de feijão sendo cultivado na Cidade em pauta.

Havia um razoável número de senhores de engenhos em Sergipe no período. Cruzando os dados dos inventários *post-mortem*, testamentos e lista de plantadores de mandioca foram encontrados 32 engenhos em São Cristóvão em 1785. Compilando esse dado com as informações obtidas na documentação das Vilas e com os da historiografia, conclui-se que a cidade de São Cristóvão era a segunda localidade que mais tinha engenhos nas terras sergipanas. Essas unidades ficavam localizadas, sobretudo, nas margens do Rio Vaza Barris e na Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, incluindo na sua povoação Laranjeiras. Outro aspecto é que alguns engenhos são possivelmente fruto de partilhas como o Cumbe e o Cumbe de Cima; os terrenos de um primeiro engenho foram divididos entre os herdeiros e formaram os dois engenhos citados. Alguns desses senhores de engenhos acumularam dinheiro o suficiente para construir grandes casas e Capelas: dentre eles o Cumbe e o Gameleira possuíam suas capelas próprias.

Sete pessoas (19,45% do total) criavam animais e lavravam a terra, mas alguns deles tinham mais de uma propriedade; dessa forma, possivelmente os animais eram criados em propriedade distinta da que eles plantavam. Antônio Gonsalves Dias, por exemplo, residia na povoação de Laranjeiras e era lavrador e criador, possuía uma fazenda em Itapicuru, onde seus animais possivelmente eram criados⁹⁸. Itapicuru era uma Vila que ficava na Capitania da Bahia e fazia fronteira com a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, Vila de Lagarto, uma região mais árida.

Em que pese outras funções, há um comerciante e um sapateiro. Dentre esses o último possuía um escravizado africano, o Antônio angola⁹⁹. Em 1798, o comerciante possuía uma loja de tecidos na sede da Cidade e várias pessoas deviam a Joaquim da

⁹⁷ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I... . p. 165-166.

⁹⁸ AGJSE, 22/10/1800, Cartório de São Cristóvão, cx. 03.16. Inventário *post-mortem* de Antônio Gonsalves Dias.

⁹⁹ AGJSE, 31/01/1800, Cartório de São Cristóvão, cx. 02.15. Inventário *post-mortem* de João da Rocha Rego.

Silva Roque, incluindo o alfaiate Antônio Correia. O mercador também comercializava com pessoas da Povoação de Itaporanga¹⁰⁰, mostrando assim que ocorriam as trocas pelo interior da Cidade. Além do citado negociante, existiam outros comerciantes na Povoação de Laranjeiras. Em 1757, a povoação de Laranjeiras já era um centro comercial que se destacava e possuía inúmeros comerciantes¹⁰¹. Diferentemente da sede de Sergipe Del Rey, que segundo Jaboaão tinha um comercio reduzido¹⁰².

Outra atividade econômica encontrada foram os salineiros e seus *alqueires* de salinas. Elas foram encontradas apenas na documentação da Cidade de São Cristóvão, pois os recursos naturais da Cidade permitiam que algumas pessoas pudessem exercer essa atividade. Segundo o já citado Jaboaão, as salinas ficavam localizadas em Aracaju, nas margens do Poxim e o sal retirado dessa localidade abastecia toda a Capitania e algumas vizinhas¹⁰³.

Em 1785, foram realizadas as listas com o intuito de identificar se os lavradores estavam cumprindo a legislação, do plantio de 500 covas de mandioca por escravizado, em algumas situações podiam ser as roças dos escravizados. Para São Cristóvão temos seis listas da sede e das povoações da Ribeira do Vaza Barris, Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, contendo as povoações de Laranjeiras e de Aracaju. Essa fonte reflete uma mostra dos que moravam no meio rural e que eram lavradores de cana de açúcar e de mandioca, ou que viviam em engenhos, perfazendo um total de 747 pessoas. Através delas percebe-se que boa parte dos lavradores de cana de açúcar da Vila de São Cristóvão também plantava a mandioca, mais de 75% da mostra, ou seja, 560 pessoas arroladas nas listas cultivavam a mandioca e boa parte dessas utilizava mão de obra escrava.

Das pessoas arroladas que cultivavam a cana de açúcar e principalmente a mandioca, 39% da mostra, 291 moradores não possuíam escravizados. Ressalto que dentre os lavradores de mandioca tem algumas pessoas forras, como João Francisco que era forro, residia no sítio Calumby e plantou 500 covas de mandioca¹⁰⁴. Há ainda o liberto João mina que também tinha a sua roça de mandioca¹⁰⁵. Ou seja, a lavoura de

¹⁰⁰ AGJSE, 19/05/1798, Cartório de São Cristóvão, cx. 159. Inventário *post-mortem* de Joaquim da Silva Roque.

¹⁰¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.207.

¹⁰² JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (Frei). “Novo Orbe Seráfico Brasileiro....p.53

¹⁰³ JABOATÃO, Antonio de Santa Maria (Frei). “Novo Orbe Seráfico Brasileiro....p.52

¹⁰⁴ APEB, Lista de Plantadores de mandioca do No sertão de baixo em uma das partes da freguesia de N. Sra do Socorro, Primavera e verão de 1785, p. 43\46.

¹⁰⁵ APEB, Lista de Plantadores de mandioca do Vaza Barris, 1785.

mandioca era uma possibilidade de trabalho para os egressos da escravidão incluindo africanos.

Os grandes proprietários de escravizados não cumpriram a legislação de 500 covas de mandioca por escravizado, eles preferiam dedicar-se a lavoura de cana de açúcar ou aos engenhos e comprar a farinha de mandioca que consumiam, possivelmente era mais lucrativo para eles. Apenas seis senhores de engenho cultivavam a mandioca. Diferentemente dos pequenos e médios lavradores de cana de açúcar que também cultivavam o tubérculo.

Observando a Tabela 1.2 tem-se outro ângulo das atividades econômicas da Cidade de São Cristóvão:

Tabela 1.2
População escrava entre os lavradores de São Cristóvão (1785)

Ocupação/Número	Pessoas envolvidas	%	Número de Escravizados	%	Media de Escravizados
Lavrador de Cana de açúcar e Mandioca	124	16,75	671	30,15	5,4
Lavrador de Cana	31	4,19 %	134	6,02	4,32
Lavrador de Mandioca	448	60,54%	779	35,01	1.74
Sem dados	104	14,05%	44	1,97	0.42
Carapina\Lavrador de Mandioca	1	0,13%	2	0,1	2
Senhor de Engenho	30	4,32%	595	26,75	19,8
Total	740	100%	2225	100%	3.09

Fonte: Lista dos plantadores de mandioca da Freguesia de Socorro e da Cidade de Sergipe Del Rey (1785-1786).

Percebe-se através da tabela que a mão de obra escrava era muito difundida. Muitas pessoas tiveram acesso ao escravizado, ainda que em pequenas posses. Todavia, a maior parte da população escrava estava em propriedades de mais de quatro escravizados. As maiores posses estavam com as pessoas que cultivavam cana de açúcar. Juntas as pessoas envolvidas com o plantio e fabricação do açúcar possuíam 62,92% dos escravizados, enquanto os que possivelmente viviam de cultivar mandioca detinham 35,01%.

Havia 51 proprietários com 10 ou mais escravizados, juntos eles possuíam 45,58%, enquanto os 301 senhores que detinham de 1 a 4 possuíam 28,26% dos escravizados que foram apontados nas Listas. Ou seja, a população escrava era difundida, mas concentrada, pois a maior parte da população escrava estava em médias e grandes posses. Dos 32 engenhos encontrados, apenas nove tinham posses com 30 ou mais escravizados¹⁰⁶. A maior posse de escravizados da Cidade pertencia a Angélica Perpetua de Jesus, que possuía um engenho na Freguesia de Nossa Senhora do Socorro e possuía 97 homens e mulheres escravizados¹⁰⁷. Todavia, conforme foi mencionado, esse tamanho não foi a regra. Mott e Schwartz afirmaram que os engenhos sergipanos

¹⁰⁶ Segundo Luiz Mott, 2 engenhos com menos de 10 escravizados, 10 engenhos de 11 a 10 escravizados, 8 engenhos de 20 a 29, sete com 30 a 39 e somente 4 engenhos que tinha entre 40 e 45 escravizados. Ver: MOTT, Luiz R.B. Sergipe Del Rey...p.148

¹⁰⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 24/09/1799, 01.14. Inventário *post-mortem* de Angélica Perpetua de Jesus.

eram menores que os do Recôncavo Baiano, utilizando a mão de obra como referência¹⁰⁸. Schwartz, também utilizando as listas de plantadores de mandioca, afirma que a média de escravizados nos engenhos de Sergipe era de 24 escravizados¹⁰⁹. Acredito que nas primeiras décadas do século XIX a média de escravizados por engenho cresceu em São Cristóvão, passando assim os engenhos a produzirem mais açúcar. A mão de obra dos engenhos foi adquirida aos poucos. Pesquisando um mesmo engenho em dois momentos, percebe-se um aumento no número de escravizados.

Uma das maneiras encontradas para compensar o pequeno número de escravizados, ou que serve para explicar o funcionamento dos engenhos, é a existência dos plantadores de cana de açúcar. Schwartz cita que em Pernambuco e Paraíba o número de lavradores de cana de açúcar por engenho era entre 6 e 17; no Recôncavo baiano era uma média de 3 e em algumas freguesias era de 4, como a de Rio Fundo. E os lavradores de cana de açúcar possuíam em média 10 escravizados, uma média maior que a da Cidade de São Cristóvão¹¹⁰. Nesta Cidade a média de lavradores de cana de açúcar que cultivavam no interior dos engenhos era de 4 por propriedade. Boa parte dos engenhos, 23 deles, tinham lavradores de cana de açúcar nas suas terras. O engenho que possuía mais lavradores era o Camaçari que possuía 17. Alguns engenhos tinham fornecedores de cana que as plantavam em terrenos próprios dos lavradores. Um desses lavradores que possuía terras era José Frique do Prado, ele tinha terras na Ribeira e moía suas canas em um engenho próximo, o São Pedro, que pertencia ao Coronel Domingos Dias Coelho¹¹¹. Assim, o número médio de lavradores de cana por engenho podia ser maior que 4 por propriedade, talvez por isso os engenhos sergipanos conseguissem funcionar com um número restrito de escravizados.

Schwartz também defende que os plantadores de cana não formavam uma categoria homogênea. Alguns possuíam grande riqueza e outros eram pequenos roceiros. Alguns tinham terras e eram livres de obrigação, entretanto havia os que lavravam a cana de açúcar em terras de terceiros, no caso os donos de engenhos. Estes se dividiam em lavradores de partido, arrendatários e donos de terra com obrigação¹¹². Tais lavradores eram responsáveis pelo transporte da cana de açúcar até o engenho e por

¹⁰⁸ MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...* p.144.

¹⁰⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravizados na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 91.

¹¹⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...* pp. 255-256.

¹¹¹ AGJSE, 02/02/1776, Cartório de São Cristóvão, cx. 01.14. Inventário *post-mortem* de José Frique do Prado.

¹¹² SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...*pp.255-256.

isso deveriam ter bois para transportar as canas. Antonil aconselhava que os senhores de engenho tratassem bem aos lavradores de cana de açúcar, para que eles não deixassem de moer a cana de açúcar nos seus engenhos. Pois, segundo o jesuíta, o que caracterizava esses senhores era a arrogância¹¹³.

A produção de açúcar era escoada pelos rios Poxim, Vaza-Barris e Cotinguiba. Marcos Souza afirma que o trânsito de embarcações na Barra do Cotinguiba era intenso, vinte embarcações em média atracavam por semana e faziam quatro viagens entre os meses de setembro a março, principalmente para Salvador¹¹⁴. Esses eram os meses nos quais os senhores de engenho fabricavam açúcar na Cidade, os demais eram utilizados na preparação do terreno e plantio da cana de açúcar. Encontrei algumas embarcações entre os bens dos inventariados, algumas pequenas como barcos, outras maiores como a sumaca. Alguns engenhos possuíam sociedade nas embarcações para deslocarem a produção e terem mais lucro¹¹⁵. Elas eram de diversos tipos, havia sumacas, lanchas e iates, algumas delas foram construídas na Povoação de Itaporanga¹¹⁶. Todavia, a saída dessas embarcações muitas vezes não era um processo fácil. Em 1802, o ouvidor José Borges da Cunha alegou que boa parte da produção de açúcar era perdida nos deslocamentos nas Barras dos Rios citados, produção referente aos 146 engenhos que existiam em toda a Comarca¹¹⁷.

Dos inventários *post-mortem* pesquisados dos quais foi possível identificar as fortunas, apenas dois possuía mais de 10 contos de réis. Um deles foi Antônio Gonsalves Dias, que possivelmente residia na Povoação de Laranjeiras, também tinha fazenda na Vila de Itapicuru-Bahia e possuía 22:187\$000. Ele não tinha muitos escravizados¹¹⁸. Boa parte da mostra apresentava entre um e dois contos, o que evidencia uma população com recursos relativamente medianos.

Em 1808, a Cidade de São Cristóvão possuía na sua sede cerca de 400 habitantes e em toda a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória tinha 6 mil pessoas, desses 1500 eram europeus e seus descendentes. Ou seja, a sede da Cidade ainda era pouco habitada.

¹¹³ ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p. 32

¹¹⁴ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005.p.29.

¹¹⁵ Joan Bernardo Barbosa, senhor de engenho, tinha sete carros de bois e sociedade na embarcação Nossa Senhora da Vitória. Ver: AGJSE, Cartório do 2º Ofício de São Cristóvão, 21/05/1827, cx. 163. Inventários *post mortem* de Joan Bernardo Barbosa.

¹¹⁶ AN, 1830. Ofício X-M- 67,

¹¹⁷ AHU, Projeto Resgate, CD 02, rolo 006, pasta 002, código 370, Inventário 474, caixa 09, documento 09, Emissão 31 de janeiro 1802, Sergipe Del Rey.

¹¹⁸ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 22/10/1800, cx.03.16. Inventário *post-mortem* de Antônio Gonsalves Dias.

Uma marca da economia de São Cristóvão era a existência de manguezais, possibilitando que a população também se alimentasse de peixes e mariscos. Além disso, os moradores continuaram os cultivos Setecentistas como a mandioca e o feijão, e principalmente a cana de açúcar que era plantado principalmente nas proximidades dos rios Vaza-Barris e Poxim. O açúcar era levado para Salvador e em troca recebiam escravizados e produtos portugueses como o chamado azeite doce ¹¹⁹.

A outra Freguesia que fazia parte da Cidade era a de Nossa Senhora do Socorro que incluía a Capela do Sagrado Coração de Jesus e a povoação que vivia em torno desse templo, chamada de Laranjeiras. Nessa povoação havia 600 fogos com aproximadamente 3.000 pessoas, e era dominada pelos comerciantes que vendiam produtos importados na Capitania e remetia o açúcar para a Bahia. Possivelmente, esse comércio se intensificou no decorrer do século XIX. A população de outra parte da Freguesia era de sete mil pessoas, dessas duas mil eram pretas, em sua maioria escravizados ou forros, a quantidade restante eram de brancos. A maioria da população dessa Freguesia trabalhava no cultivo de mandioca, feijão e canas. Essa localidade possuía vinte engenhos que exportavam mil caixas por ano e alguns alambiques, cuja aguardente produzida era consumida nas tavernas da Capitania ¹²⁰.

Somando todas as povoações dessa Freguesia possuía 14 mil pessoas em 1808, cerca de 19,50% da população da Capitania, que era maior que 72.000 habitantes. Em 1820, a população da Capitania de Sergipe já era de 114.916 habitantes. Grande parte dela ainda vivia em fazendas, sítios e engenhos. Os núcleos urbanos mais desenvolvidos eram a povoação de Laranjeiras e a de Estância. Em 1820 principalmente em 1824, momento que a Capitania de Sergipe ficou independente da Capitania da Bahia em definitivo, São Cristóvão ganhou maior destaque administrativo, passou a ser sede da Assembleia Legislativa e da administração da Província.

Em 1832, a Povoação de Laranjeiras se tornou Vila e naquele momento incluía a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro. Esse fato ocorreu, possivelmente, em decorrência do crescimento da população, bem como o aumento da importância econômica e política que a Povoação adquiriu. Em seguida, dois anos após, a Capela do Sagrado Coração de Jesus se tornou Freguesia, e em 1835 Nossa Senhora do Socorro

¹¹⁹ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.p.26.

¹²⁰ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.p.29.

também se tornou Vila¹²¹. Com esses acontecimentos a área da Cidade de São Cristóvão foi bastante diminuída.

Para o período de 1801 a 1835 foram catalogados 260 inventários *post-mortem* da Cidade de São Cristóvão e suas freguesias, o que permitiu maiores informações sobre a localidade citada, desses apenas dez não possuíam escravizados dentre os bens. Ver Tabela 1.3:

Tabela 1.3
Atividades Econômicas dos inventariados e testadores.
São Cristóvão (1801 a 1835)

Atividade econômica	Nº de Inventariados	%	Nº de escravizados	%	Média de escravizados	Nº de escravizados africanos
Criador de animais	5	1,92	44	1,59	8,8	15
Comerciantes	7	2,7	26	0,94	3,71	12
Lavradores	68	26,15	377	13,64	5,54	65
Lavrador de cana de açúcar	20 ¹²²	7,69	186	6,73	9,3	40
Lavrador de mandioca	26	10	157	5,68	6,03	27
Senhor de engenho	21	8,08	1389	50,25	66,14	407
Salineiro	9	3,46	29	1,05	3,2	7
Lavrador e criador de animais	10	3,85	158	5,72	15,8	17
Lavrador de mandioca, de cana de açúcar e algodão	5	1,92	48	1,74	9,6	4
Lavrador e alambiqueiro	3	1,15	46	1,66	15,3	2
Lavrador e salineiro	25	9,62	99	3,58	3,96	20
Lavrador de alimentos	5	1,92	15	0,54	3	4
Outras funções	5	1,92	12	0,43	2,4	1
Sem dados	51	19,62	178	6,45	3,49	39
	260	100	2764	100	11,16	664

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos século XIX.

¹²¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. pp.206-210

¹²² Um dos lavradores não caracterizou seus escravizados no que se refere a nacionalidade, cor, idade dentre outros elementos.

Analisando a Tabela 1.3, percebe-se que trabalhei com uma amostra de 260 moradores da Cidade, e desses 120 continuavam envolvidos principalmente com atividades agrícolas, ou seja, 46,14% dos moradores eram somente lavradores. Dentre os produtos que se destacaram no período permaneciam a mandioca e a cana de açúcar como majoritários. Todavia, outros produtos aparecem dentre os cultivados como: o coco e o milho. Os lavradores de alimentos foram aqueles que tinham propriedades classificadas como sítio que produz legumes, ou lavradores de coco. Seis pessoas cultivavam coco, uma delas além de coco também cultivava mandioca. Cinco lavradores mesclavam artigos para o consumo ou mercado interno com os de exportação. Dentre os produtos estavam o milho, feijão ou a própria farinha de mandioca com cana de açúcar, ou ainda farinha de mandioca com algodão. No entanto, possivelmente o algodão não era muito cultivado na Cidade em questão, apenas uma pessoa cultivava essa herbácea e também fazia tecidos.

As pessoas que apenas criavam animais não correspondiam nem a 2% dos documentos pesquisados. Entretanto, alguns deles tinham suas propriedades em outras localidades como a já citada Itapicuru ou Itabaiana. Dez pessoas lavravam a terra e criavam animais, dentre esses também tinham pessoas que plantavam cana de açúcar e outras a mandioca, o que confirma a supremacia das duas culturas. Outro aspecto é que lavradores de cana e possivelmente alguns dos de mandioca precisavam de inúmeros animais para os carros de bois que transportavam canas até o engenho e a farinha até os lugares onde seria comercializada.

Nesse período há um crescimento no número de engenhos e por isso aparece na documentação engenhos que não tinham sido citados nas fontes da centúria passada, como o engenho Mandioca Brava¹²³ ou ainda o Engenho São Paulo, que pertencia a Leandro Ribeiro de Siqueira¹²⁴. Alguns dos lavradores de cana de açúcar podem ter acumulado dinheiro ou tomado um empréstimo e se tornado senhor de engenho. Para Schwartz, os lavradores de cana se consideravam senhores de engenho em potencial¹²⁵.

Além de engenhos também é possível encontrar alambiques na Cidade, foram identificados cinco deles. Dois deles ficavam nos engenhos e os demais pertenciam a pessoas que lavrava a cana de açúcar e/ou a mandioca e possuía também o alambique.

¹²³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, 16/11/1816, cx.4. Inventário *post-mortem* de José Correia de Rezende.

¹²⁴ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, 03/02/1827, cx.7. Inventário *post-mortem* de Leandro Ribeiro de Siqueira.

¹²⁵ SCHWARTZ, Stuart. Segredos internos... p.248.

Maria da Glória de Almeida, dissertando sobre um período posterior, afirmou que boa parte dos engenhos não possuíam alambiques, pois os senhores jogavam ou doavam o mel que consistia em um refugio do engenho e matéria prima para a aguardente¹²⁶. A aguardente não é citada pelos cronistas como um produto que era exportado pela Capitania. Todavia, Thétis Nunes ao pesquisar os jornais baianos encontrou a aguardente entre os produtos exportados pela Província sergipana. Corroborando com a ideia de que a bebida produzida na Província além de ser consumida internamente era exportada¹²⁷. Na Bahia a cachaça aparece como item que era exportado, mas não como um grande produto; diferentemente do Rio de Janeiro onde a cachaça era usada no tráfico de escravizados, principalmente com a região de Angola¹²⁸.

Trinta e quatro inventariados produziam sal, dentre eles 25 retiravam o produto das salinas e lavravam a terra, plantando principalmente a mandioca. Essa atividade era exercida, especialmente na Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, e nas terras do Aracaju, a exemplo dos apicuns do Bugio. Em 1811, chegou a Salvador a Sumaca Sacramento do Pilar, proveniente da Cotinguiba, com 500 alqueires de sal. Em setembro do mesmo ano chegaram a Salvador duas embarcações, uma com 700 alqueires de sal e outra com 450¹²⁹. Em 1834, Antônia Maria de Santa Anna tinha várias propriedades, dentre elas sítios com casa de farinha, terreno de salinas nos apicuns do Bugio, outro sítio com salinas e oito escravizados¹³⁰. Ela estava entre os que eram lavradores e possuíam salinas. A retirada do sal também era uma atividade realizada com mão de obra escrava; todavia, a posse era pequena, em média menos de quatro escravizados. Esses dados evidenciam a intensidade da produção de sal na Capitania e a maioria dessa produção saía da Cidade de Sergipe Del Rey.

O crescimento na quantidade de engenhos, possivelmente, trouxe um maior dinamismo à economia da Cidade e com isso o número de comerciantes aumentou do século XVIII para o XIX; encontrei sete deles entre o período de 1801 a 1835. Dois deles viviam na Povoação de Laranjeiras o que evidencia que as impressões de Marcos

¹²⁶ ALMEIDA, Maria da Glória S. *Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.134

¹²⁷ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* pp.168-169.

¹²⁸ CURTO, José. “Vinho verso Cachaça: A luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Álcool e de Escravizados em Luanda, c. 1648-1703”. In: *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. PANTOJA, Selma Pantoja e SOMBRA, José Flávio (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. BARICKMAN, B.J. Um contraponto baiano... p. 56.

¹²⁹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* .p.168

¹³⁰ AGJSE, Cartório de Socorro, 19/10/1834, cx. 2311. Inventário *post-mortem* de Antonia Maria de Santa Anna.

Souza eram apropriadas. Em São Cristóvão, em 1826, Nicolau José de Almeida era um comerciante de secos e molhados, vivia em um sobrado onde provavelmente também era a sua loja¹³¹. Ressalto que alguns desses comerciantes também estavam envolvidos com a agricultura. Eles acumulavam, ainda, a função de despachar o açúcar para a Bahia, mesmo após a Independência. Em 1831, Manoel Casimiro Leite, um comerciante de Laranjeiras, vendia produtos comprados na Bahia e por isso apareceu na lista de pessoas a quem ele devia alguns baianos, como Antônio Jose Araújo da Silva a quem devia mais de 100 mil réis. Além disso, emprestava dinheiro e remetia caixa de açúcar para a Bahia¹³².

Dentre as outras funções têm-se a de boticário, dois sapateiros, um livreiro e um oleiro. As três primeiras atividades mostram o crescimento e diversificação de atividades da Cidade, pois eram funções majoritariamente urbanas. Alguns desses profissionais também tiveram acesso ao escravizado. A exemplo de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, livreiro, que em 1826 possuía quatro escravizados, dentre eles Francisco, um moço angola¹³³.

Sobre a posse escrava, para a Cidade de São Cristóvão, pode-se considerar pequena posse de 1 a 5 escravizados, média posse de 5 a 9 escravizados e grandes posses as que detinham mais que 10 escravizados¹³⁴. As propriedades que possuíam mais escravizados eram as que produziam artigos voltados para a exportação, as que cultivavam algodão e principalmente cana de açúcar, uma média de nove escravizados por lavrador. Os demais lavradores, de mandioca e sitiantes, tinham posses menores que sete escravizados, variando entre uma pequena e média posse. Assim, a grande maioria dos lavradores tinham posses medianas. Em regra, as posses se tornaram maiores que as do século XVIII, o que evidencia uma entrada de escravizados africanos na Capitania e em seguida Província.

Outro aspecto importante é que a média de escravizados por engenho também aumentou para 66 escravizados. Ressalto que esse era o número de escravizados que os

¹³¹ AGJSE, Cartório do 2º Ofício de São Cristóvão, 24/01/1826, cx. 162. Inventário *post-mortem* de Marianna Félix de Todos os Santos.

¹³² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Livro de Notas 1, cx. 65, p. 71.

¹³³ AGJSE, Cartório do 2º Ofício de São Cristóvão, 11/11/1826, cx. 162. Inventário *post-mortem* de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque.

¹³⁴ Conforme será mostrado neste capítulo as Vilas e a Cidade de São Cristóvão tinham suas especificidades que incluíam a propriedade escrava e por isso serão utilizados padrões diferenciados para definir uma pequena, média e grande posse.

senhores possuíam e não os que trabalhavam efetivamente nos engenhos¹³⁵. Aproximadamente 60% dos escravizados pertenciam a senhores que estavam envolvidos com o plantio da cana e fabricação do açúcar, percentagem próxima a do século XVIII. Nas grandes posses, sobretudo nos engenhos de açúcar, estavam a maioria dos africanos. Encontrei 407 homens e mulheres africanos nos engenhos, correspondendo a aproximadamente 30% dos escravizados pertencentes a esses senhores. Anna Joaquina de Almeida, uma senhora do engenho Cumbe de Cima, possuía 25 homens e mulheres escravizados, dentre esses 9 eram africanos, assim distribuídos: 1 homem jeje, 4 mulheres da mesma nação e 4 homens angola¹³⁶.

Doze pessoas tinham fortunas superiores a 10 contos de réis, a maioria das pessoas possuíam entre 1 e 10 contos de réis, o que evidencia um enriquecimento da população, pois no período analisado anteriormente apenas duas pessoas tinham fortunas avaliadas nesse valor. Oito dos mais endinheirados eram senhores de engenho, dois possivelmente criavam animais, um era lavrador de mandioca e, por fim, era comerciante. A maior fortuna da Vila era a de Leandro Ribeiro de Siqueira, senhor do Engenho São Paulo. Possuía casa em Laranjeiras e sumaca para fazer o comércio com Salvador. Também tinha 97 escravizados a maior posse da Vila, todos os seus bens somavam 83:502\$880, no entanto, ele possuía muitas dívidas e seus sucessores herdaram apenas 59:468\$176¹³⁷. Alguns senhores de engenho possuíam grandes dívidas como o citado senhor. O capitão José Soterio de Menezes, senhor do engenho Conceição, tinha uma fortuna calculada em 9:187\$920, no entanto, após o pagamento das dívidas restou 1:769\$059¹³⁸. Esses senhores compravam os escravizados a prazo e possivelmente outros itens, assim acumulavam dívidas e alguns não conseguiam liquidá-las antes do seu falecimento.

Em suma, Sergipe Del Rey era uma cidade majoritariamente agrícola, com um grande número de habitantes, somando as duas freguesias tinha cerca de 14 mil habitantes. Seus moradores cultivavam diversos produtos, destacando a cana de açúcar, a mandioca, coco e o feijão. No século XIX há um crescimento no número de engenhos e também na quantidade de escravizados utilizados nas atividades. Esses escravizados

¹³⁵ Nesta média estão inclusos crianças, velhos e doentes, grupos que dificilmente trabalhavam nos engenhos.

¹³⁶ AGJSE, Cartório do 2ºOfício de São Cristóvão, 21/03/1816, cx. 159. Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Almeida.

¹³⁷ AGJSE, Cartório do 1º Ofício de São Cristóvão, 03/02/1827, cx.7. Inventário *post-mortem* de Leandro Ribeiro de Siqueira.

¹³⁸ AGJSE, Cartório do 1ºOfício de São Cristóvão, 12/02/1824, cx.6. Inventário *post-mortem* de José Soterio de Menezes (capitão).

trabalhavam em todas as atividades econômicas. Essa cidade era a que possuía um leque maior de atividades econômicas da Capitania e em seguida da Província, pois havia as salinas, lavouras diversas, sapateiros, boticários, livreiros, pescadores, alfaiates, senhores de engenho e de alambiques, marinheiros, mestres de navegação, funcionários públicos, clérigos dentre outras atividades. Com os conflitos entre lavradores e criadores instalados na Cidade, algumas pessoas passaram a criar animais nas terras da Vila de Itabaiana, e posteriormente as atividades pastoris foram para terras mais distantes como será trabalhado no próximo tópico.

1.2 A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana

A Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana foi criada em 1675. No final do século XVII a Capela foi transferida de lugar para uma área mais árida. Schwartz afirma que a Igreja ocupou um lugar central no processo de colonização no nordeste brasileiro: em um primeiro momento era erguida a freguesia e em seguida era criada a Vila, acompanhado o mesmo nome da freguesia. Os *santos* marcaram a colonização da Capitania da Bahia e conseqüentemente de Sergipe¹³⁹. Em 1696, logo após a criação da Comarca de Sergipe, foi criada a Vila de Itabaiana. Em 1757, a povoação tinha poucos moradores e um dos motivos era devido a pouca água existente. Somente na segunda metade do século XVIII o Templo da Freguesia foi construído em pedra e cal. Anterior a esse momento o prédio religioso era precário e para construir a Freguesia os moradores recorreram ao Rei de Portugal, D. José I, semelhante ao que ocorreu na Freguesia de Nossa Senhora do Socorro. Esse é um dos motivos que possibilitou que Thétis Nunes caracterizasse a população de Itabaiana como pobre¹⁴⁰.

Em 1779, conforme foi citada anteriormente, a câmara de São Cristóvão anunciou que o governo da Bahia recomendava o plantio de algodão, devido à demanda internacional, essa recomendação possivelmente foi acatada pelos agricultores sergipanos da Vila em discussão¹⁴¹. Ressalto que tal conselho provavelmente acompanhou a necessidade criada pós Revolução Industrial, bem como uma medida dos sucessores de Pombal para diversificar a produção de artigos a serem exportados.

¹³⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravizados na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 81-82.

¹⁴⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. pp.176-178

¹⁴¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* . Pp.165-166

Somente nas décadas seguintes, em decorrência da guerra de Secessão nos EUA, o preço do algodão chegou ao ápice. Barickman afirma que o algodão passou de uma produção de cem arrobas em 1770 para 40 mil arrobas em 1790 na Bahia. Além disso, a produção de algodão se expandiu em algumas capitâneas do atual Nordeste, como Paraíba e Pernambuco¹⁴². Em Itabaiana, em 1779, já havia agricultores que cultivavam o algodão, dentre eles o Alferes Luiz Carlos Pereira que cultivava vários produtos, dentre eles, o algodão e também produzia tecidos¹⁴³.

Além do cultivo do algodão na Vila também eram criados animais, cultivada a mandioca e feita a farinha. Os engenhos igualmente se instalaram na região no século XVIII, ou seja, no citado momento de expansão da zona açucareira. Em decorrência disso, no final do XVIII e início de XIX, ocorreram conflitos entre lavradores e criadores de animais. A primeira determinação, ainda no século XVIII, era que o gado deveria ser criado em cima da serra e em propriedades cercadas, no início do XIX, o gado seria criado somente em terras mais afastadas, na caatinga¹⁴⁴.

Encontrei 20 documentos que incluíam inventários *post-mortem* e testamentos da Vila de Itabaiana entre o período de 1725 a 1798. Observando a Tabela 1.4 têm se mais informações sobre as atividades econômicas dos residentes na Vila e sobre as pessoas que lá fizeram seus inventários e testamentos, por terem alguma propriedade em Itabaiana. Alguns senhores que tinham propriedades em São Cristóvão, incluindo na Povoação de Laranjeiras e em Santo Amaro, também adquiram propriedades na região serrana e por isso fizeram seus inventários em Itabaiana. Outro motivo que talvez tenha levado homens e mulheres não residentes em Itabaiana a fazerem seus inventários na citada Vila foi o fato de uma melhor facilidade de deslocamento de algumas localidades de São Cristóvão ou Santo Amaro para esta localidade. De algumas povoações pertencentes a São Cristóvão para a sede Cidade precisava cruzar rios e/ou riachos, em alguns períodos do ano essas travessias deveriam ser perigosas. A mesma dificuldade existia de algumas povoações para a sede de Santo Amaro.

¹⁴² BARICKMAN, B.J. Um Contraponto baiano... .59

¹⁴³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 16/09/1779. Alferes Luiz Carlos Pereira, apelação.

¹⁴⁴ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 90

Tabela 1.4
Atividades econômicas dos inventariados e testadores. Vila de Itabaiana (1725-1798)

Atividade econômica	Inventariados ou testadores	%	Número de escravizados	%	Número de africanos
Lavrador	6	30	23	7,37	13
Lavrador e criador de animais	5	25	158	50,64	24
Senhor de engenho	3	15	99	31,73	57
Lavrador de mandioca	2	10	22	7,05	13
Lavrador de mandioca e cana de açúcar	1	5	3	0,96	1
Criador de animais	2	10	5	1,60	2
Sem dados	1	5	2	0,65	1
Totais	20	100	312	100	111

Fonte: Testamentos e Inventários *post-mortem* século (1725-1798).

O maior grupo encontrado na mostra era composto por lavradores, correspondentes a 45% dos inventariados e testadores pesquisados. A mandioca, o milho, a cana de açúcar e o algodão eram alguns dos produtos cultivados na Vila. Alguns deles se dedicavam ao cultivo de mais de um produto, como Luís Barroso Pantojá, um português que plantava mandioca e cana de açúcar¹⁴⁵.

O segundo grupo, composto pelos lavradores e criadores, correspondia a 25% da amostra. Nesse grupo também tinha algumas pessoas que cultivavam mandioca. Dentre os lavradores e criadores está Bernarda de Jesus Maria José que possuía inúmeras propriedades, incluindo em Itabaiana e na povoação de Itaporanga pertencente a São Cristóvão. Ela era lavradora de cana de açúcar, de milho e possuía vários animais: bois, vacas e ovelhas. Para trabalhar nas suas diversas propriedades, inclusive terras em Porto da Folha, sítios, dentre outros possuía 119 escravizados, uma grande posse¹⁴⁶.

Foram encontrados três senhores de engenho em Itabaiana. Desses dois não moravam na Vila de Itabaiana, estavam radicados na Povoação de Laranjeiras. Todavia, conforme fora mencionado anteriormente, tais senhores estavam entre os que possuíam diversas propriedades, inclusive em Itabaiana; esse motivo pode ter contribuído para eles fazerem seus testamentos na Vila citada ou ainda devido os já mencionados

¹⁴⁵ APES, doc. 1 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 1750. Inventário *post-mortem* de Luís Barroso Pantojá.

¹⁴⁶ APES, Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 21/06/1757. Inventário *post-mortem* de Bernarda de Jesus Maria José; APES, Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 21/06/1757.

deslocamentos. Em outros casos os herdeiros lá escolheram para fazer o inventário. Um aspecto importante é que Francisco José de Santa Rita era senhor de engenho e homem de negócio, possivelmente acumulou dinheiro em decorrência do comércio o que possibilitou a construção ou compra de um engenho¹⁴⁷. Em 1759, Albano do Prado Pimentel além de senhor de engenho também tinha sítios que produziam farinha de mandioca para alimentar a sua família e escravizados, quiçá comercializar o excedente¹⁴⁸.

Os senhores de engenhos tinham grandes posses de escravizados, resalto que nesta Vila estou utilizando os mesmos padrões de São Cristóvão¹⁴⁹. A média de escravizados por propriedade foi de 31,73. Os inventariados que tinham propriedades em São Cristóvão ou em Santo Amaro foram os que tinham um maior número de escravizados e mais acesso à compra de africanos. Observando a idade dos africanos dos engenhos percebe-se que esses engenhos provavelmente foram criados no século XVIII, pois os africanos possuíam entre 20 e 25 anos em sua maioria, bem como grande parte da escravaria.

Os criadores de animais e lavradores possuíam mais da metade da população escrava catalogada, entretanto esse dado está relacionado a citada Bernarda de Jesus Maria José, possuidora de praticamente 2/3 dos escravizados desse grupo. Os demais desse grupo tinham quantidades medianas, 9,7 escravizado por propriedade. Foram encontradas apenas duas pessoas que se dedicavam apenas a criação de animais e também possuíam escravizados. Porém, suas posses de escravizados eram diminutas, em média menos de 2 escravizados. Os criadores de animais possuíam pequenas e médias fortunas, entre 800\$00 e 2:400\$000 réis, ou seja, possuíam capital limitado para a compra de escravizados. Outro aspecto é que na lida dos animais não era necessário uma grande quantidade de escravizados.

Os lavradores detinham menos de 16% dos escravizados pesquisados, perfazendo em média três escravizados, ou seja, uma posse pequena. Gonçalo de Moura

¹⁴⁷ AGJSE, SCR/C. 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 01 – pp.49-58, 17/06/1794. Testamento de Francisco Joze de Santa Rita.

¹⁴⁸ APES, doc. 3 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 1759. Inventário *post-mortem* de Albano do Prado Pimentel.

¹⁴⁹ 1 a 5 escravizados era uma pequena posse, de 5 a 9 escravizados era uma média posse, e maiores que 10 grandes posses.

Rezende era um desses lavradores, em 1784 possuía apenas um escravizado que o auxiliava no trabalho no sítio, Antônio angola¹⁵⁰.

Em 1798, Joana Maria de Deos, esposa de Albano do Prado Pimentel, possuía 26:158\$366 de montante total e o líquido era de 24:575\$360 réis. Ela era senhora de dois engenhos, sítios, casa em Santo Amaro e de 72 escravizados¹⁵¹. Além dela apenas outra inventariada possuía fortuna maior que 10 contos de réis. Quatro titulares da mostra possuíam fortunas menores que um conto, e quatro entre um e cinco conto de réis. Uma minoria possuía grandes fortunas e estavam entre as maiores da Capitania.

No início do século XIX, Marcos Souza afirmou que a Vila de Itabaiana possuía menos de 1.000 pessoas e que eram as pessoas mais pobres da Comarca. Apontou que existiam 14 engenhos na Vila cuja produção era exportada pelo porto de Santa Ana. Menciona ainda que poucos habitantes criavam gado e a produção de alimentos da Vila não era suficiente para os seus moradores. Faziam parte da dieta alimentar a carne de ovelha e a farinha de mandioca. Na Vila também se plantava o algodão e os tecidos lá fabricados eram grosseiros, esses eram o principal produto comercializado de Itabaiana. A base da mão de obra para o cultivo do algodão eram as mulheres. Além do algodão e da mandioca o vigário menciona o cultivo do tabaco¹⁵².

Marcos Souza possivelmente não circulou por todos os sítios e fazendas, pois havia uma criação de animais que não era incipiente, uma vez que entre 1814 e 1829 vários foram os conflitos entre os lavradores e criadores de animais. Os conflitos terminaram no momento que a Câmara recebeu a função de publicar em suas posturas a proibição de criar animais soltos e fiscalizar a execução da lei¹⁵³.

Os dois testamentos e os dezoito inventários *post-mortem* encontrados entre 1801 e 1835 confirmam a existência do cultivo de cana de açúcar, mandioca, algodão, a venda de tecidos, bem como a criação de animais. A tabela 1.5 possui os dados mais detalhados:

¹⁵⁰ APES, cx. 32 da coleção Sebrão Sobrinho, 11/05/1784. Inventário *post-mortem* de Gonçalo de Moura Rezende.

¹⁵¹ APES, doc. 5 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 05/03/1798. Inventário *post-mortem* de Joana Maria de Deos.

¹⁵² SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005. pp.59-60

¹⁵³ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* .p.125; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.179.

Tabela 1.5
Atividades econômicas dos inventariados e testadores, Vila de Itabaiana (1801-1835)

Atividade econômica	Inventariados ou testadores	%	Número de escravizados	%	Número de africanos
Lavrador	7	33,34	72	27,27	2 ¹⁵⁴
Lavrador e criador de animais	10	47,62	91	34,47	21 ¹⁵⁵
Senhor de engenho	1	4,76	80	30,30	47
Criador de animais	2	9,52	17	6,45	—
Sem dados	1	4,76	4	1,51	—
Totais	21		264		70

Fonte: Testamentos e Inventários *post-mortem* século (1801-1835).

O maior grupo dentre os inventariados e testadores continuou sendo os que lavravam a terra e criavam animais: oito deles tinham mais de uma propriedade. Aparecem indícios na documentação que alguns desses animais eram criados em terras distantes como Canindé ou Porto da Folha, povoações próximas ao Rio São Francisco e que faziam parte da Vila de Propriá, enquanto outros criavam nas proximidades da Vila. Os produtos que aparecem sendo cultivados por esse grupo são a mandioca e o algodão.

Em 1829, Ana Francisca do Nascimento tinha fazenda em Canindé, sítio nas caraíbas, sítio e terra na Lagoa e casa na Vila. Tinha inúmeros animais incluindo bois, vacas e ovelhas que eram criadas nas terras mais áridas, ou seja, na fazenda em Canindé¹⁵⁶. Ela possuía nove escravizados que deveriam estar divididos em suas propriedades. Assim, boa parte desses escravizados conviviam e tinham como parceiros de trabalho pessoas livres ou forras. Através do seu inventário temos notícias da criação de ovelhas por moradores da Vila. Itabaiana provavelmente fornecia carne e o couro para outras localidades, lembrando que além da farinha de mandioca a carne também era essencial na alimentação da maioria da população.

O segundo grupo encontrado era composto pelos que apenas labutavam a terra, sete pessoas estavam envolvidas nessa atividade e correspondiam a 33,34%. Dentre os artigos que aparecem nos inventários *post-mortem* ou testamentos estão os já citados anteriormente: algodão, mandioca e a cana de açúcar. Em 1818, Manoel Francisco dos Santos e sua mulher Clara Francisca, por exemplo, estavam envolvidos no plantio dos

¹⁵⁴ Os testadores não caracterizam seus escravizados, assim o número de africanos pode ser maior.

¹⁵⁵ Idem

¹⁵⁶ APES, doc. 10 ex. 33 coleção Sebrão Sobrinho, 28/08/1829. Inventários *post-mortem* de Ana Francisca do Nascimento.

dois artigos, algodão e mandioca, além de fazerem tecidos para ser comercializados¹⁵⁷. Anna Maria dos Anjos também cultivava algodão e vendeu panos de algodão a Francisco de Lavres¹⁵⁸.

Em setembro de 1818 foram desembarcados em Salvador 170 caixas de algodão provenientes de Sergipe¹⁵⁹. Outra prova que o algodão tinha grande produção na Capitania e em seguida Província é que em 1825 o Conselho de Governo da Província se reuniu com o intuito de organizar a arrecadação sobre os produtos comercializados, a taxaço deveria ser nos seguintes portos: Estância, Itaporanga, Santa Ana, Vila Nova e Maruim. Entre os produtos citados pelo Conselho estavam o açúcar e o algodão, evidenciando que a produção desse artigo era de grande relevância para a economia da Província¹⁶⁰. Possivelmente parte desse algodão era produzido na Vila de Itabaiana.

Nesse período foi encontrado apenas um engenho que possivelmente não ficava nas terras de Itabaiana e pertencia ao senhor Albano do Prado Pimentel. Todavia, conforme foi citado anteriormente, Marcos Souza menciona a existência de engenhos na Vila e, segundo Thétis Nunes, eles ficavam localizados nas várzeas do Rio Vaza-Barris que fazia a fronteira entre Itabaiana e Lagarto, ou nas proximidades do Rio Sergipe. Por isso a autora defende que a existência dos engenhos pouco alterava a economia de Itabaiana, pois essas propriedades estavam longe da sede da Vila¹⁶¹.

Os lavradores e criadores tinham em sua maioria pequenas e médias posses. Excetuando dois inventariados que tinham grandes posses e com isso a média de escravizados desse grupo aumentou. Os que apenas criavam animais era um grupo heterogêneo, formado por pessoas com fortunas bem distintas. Gonçalo da Silva Teixeira possuía menos de 200\$000 réis, não possuía escravizados e Maria de Jesus de São José que tinha uma riqueza avaliada em mais de três contos de réis e 17 escravizados¹⁶². Ou seja, nesse grupo tinham pessoas das classes subalternas, livres e/ou libertos pobres e outras com fortunas medianas, em decorrência desse dado o número de escravizados também era diverso.

¹⁵⁷ APES, doc. 04 cx. 33 coleção Sebrão Sobrinho, 17/08/1818. Inventários *post-mortem* de Manoel Francisco dos Santos e sua mulher Clara Francisca.

¹⁵⁸ AGJSE, Cartório do 1º São Cristóvão, 6/01/1827, cx. 07.73. Anna Maria dos Anjos.

¹⁵⁹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* p.169.

¹⁶⁰ Acta da sessão de Conselho de Governo da Província 2 de novembro de 1825. In: *Revista do IHGSE*, Ano II, fascículo II, volume II 1914, pp.181 e 182.

¹⁶¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.p.179

¹⁶² APES, doc. 6 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 05/06/1811. Inventário *post-mortem* de Maria de Jesus de São José; APES, doc.7 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 27/07/1816. Inventário *post-mortem* de Gonçalo da Silva Teixeira.

A maioria dos lavradores possuíam pequenas posses, até três escravizados, e apenas um tinha uma grande posse, ou seja, maior que dez escravizados. Em 1818, Albano do Prado Pimentel tinha uma fazenda de canas denominada Varginhas na Povoação de Laranjeiras, e possivelmente boa parte dos seus 45 escravizados estavam envolvidos no plantio da cana de açúcar¹⁶³. Enfatizo que em um período posterior essa fazenda tornou-se o engenho Varginhas, ou seja, conforme foi citado anteriormente alguns dos plantadores de cana de açúcar eram senhores de engenho em potencial.

Três pessoas possuíam fortunas maiores que 10 contos de réis. Entrementes, a maior fortuna continuava sendo da mesma família que da centúria anterior: os Prado Pimentel. Em 1830, Quitéria Feliciano de Menezes, esposa de Albano do Prado Pimentel¹⁶⁴, possuía 40:364\$250 réis de montante líquido, compostos pelo Engenho Piedade, algumas porções de terra, casa em Divina Pastora, 80 escravizados dentre outros bens¹⁶⁵. Sete pessoas possuíam fortunas entre um e quatro contos de réis e cinco inferiores a um conto. Nesta Vila também se percebe o enriquecimento dos seus moradores em relação ao período anterior.

No período compreendido entre 1801 e 1835, alguns sítios e fazendas da Vila de Itabaiana continuaram pertencendo a moradores de São Cristóvão, a exemplo de Antônio Telles de Menezes que possivelmente criava seus animais na sua fazenda em Itabaiana¹⁶⁶. Ou ainda Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo que possuía dois engenhos, o Taperaguá, onde residia, e o outro na última Vila citada¹⁶⁷. Talvez fosse um dos engenhos nas regiões da Vila já citadas anteriormente.

Itabaiana provavelmente foi uma Vila que passou a ser mais povoada e economicamente ativa após o momento que os moradores de São Cristóvão e Santo Amaro passaram a adquirir *bens de raiz* nesta localidade. Esta era uma Vila agropastoril, diferentemente da Cidade anteriormente analisada; com grande produção, sobretudo de farinha de mandioca, algodão e na criação de animais, possivelmente

¹⁶³ APES, doc. 05 cx. 33 coleção Sebrão Sobrinho, 25/08/1818. Inventário *post-mortem* de Albano do Prado Pimentel. Ressalto que essa família possuía a tradição de repetir os nomes, assim foram encontrados no decorrer da pesquisa quatro homens com o mesmo nome.

¹⁶⁴ Pesquisando a documentação percebe-se três gerações entre 1750 e 1830 que esse nome de repete.

¹⁶⁵ APES, doc. 10 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 14/09/1832. Inventários *post-mortem* de Quitéria Feliciano de Menezes.

¹⁶⁶ AGJSE, Cartório do 2º Ofício de São Cristóvão, 14/03/1835, cx. 167. Inventário *post mortem* de Antônio Telles de Menezes.

¹⁶⁷ AGJSE, Cartório do 1º ofício de São Cristóvão, 22/09/1819, cx.159. Inventário *post mortem* de Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo. Para saber mais informações sobre esse senhor de engenho ler a biografia do seu neto que recebeu o nome do avô. DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: O patriarca do Serra Negra e a política Oitocentista em Sergipe*. Aracaju: Criação, 2009. Pp.11-24. Ressalto que o inventário de Leandro Ribeiro Siqueira e Melo foi feito em São Cristóvão.

fornecendo carne e couro para outras regiões. No século XVIII teve início um movimento de criação de animais em terras mais afastadas, intensificando-se no século XIX. Os moradores de Itabaiana também criavam seus animais em Canindé ou Porto da Folha, pois a lavoura precisava das terras da Vila. Essas são características econômicas distintas da Vila de Santa Luzia que será a próxima Vila a ser analisada.

1.3 A Vila de Santa Luzia do Piauí e a Povoação de Estância: *terra de doces* [...] *costumes de seus moradores*¹⁶⁸

A Vila de Santa Luzia do Piauí, situada ao sul da Capitania de Sergipe, fazia divisas com a Vila de Lagarto em direção a oeste, pelo sul com a Vila da Abadia da Capitania da Baía. A Freguesia de Santa Luzia foi criada em 1680, e a Vila de mesmo nome em 1699. Na Vila de Santa Luzia surgiu a Povoação de Estância, distante duas léguas da Vila, aos arredores da Capela de Nossa Senhora de Guadalupe que possivelmente era uma capela rural curada¹⁶⁹. A Povoação aos poucos cresceu e no decorrer dos Setecentos passou a ter uma população maior que a da Vila. Com o crescimento de Estância, os moradores dessa Povoação começaram a reivindicar que ela se tornasse a sede da Vila. Essa exigência começou no início do XVIII. Em decorrência dessa reivindicação começaram os conflitos entre os moradores da Vila com os da povoação, que principiou a ser resolvido em 1757, quando D. José I autorizou a realização de atos jurídicos em alternância entre a vila e a povoação. Para Thétis Nunes as disputas refletiam os interesses de dois grupos: o dos primeiros moradores da região, que tinham suas atividades econômicas ligadas a terra e lutavam pela permanência da sede na Vila de Santa Luzia; e, o segundo, ligado ao comércio, cujos membros eram mais recentes em Sergipe e desejavam que a sede da Vila fosse a Estância. Os últimos alegavam a falta de estrutura da Vila e que Estância tinha um bom porto¹⁷⁰, o que facilitava o comércio bem como que a sede da Vila fosse transferida para a Povoação. A povoação tinha rios navegáveis, como o Piauí, por isso havia um grande fluxo de

¹⁶⁸ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.p.40

¹⁶⁹ Algumas capelas rurais surgiam com a doação da terra para a Capela, quando além do terreno para a construção do templo também era doado terreno para gerar receitas para a manutenção da capela. Os doadores indicavam os padroeiros da Capela. Se em torno da Capela tivesse uma população, o Bispo transformava-a em Capela curada, ou seja, uma capela assistida pelos vigários coadjutores. Ver: FONSECA, Claudia Damasceno. *Espaço e poder nas Minas Setecentistas...*

¹⁷⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 184-185.

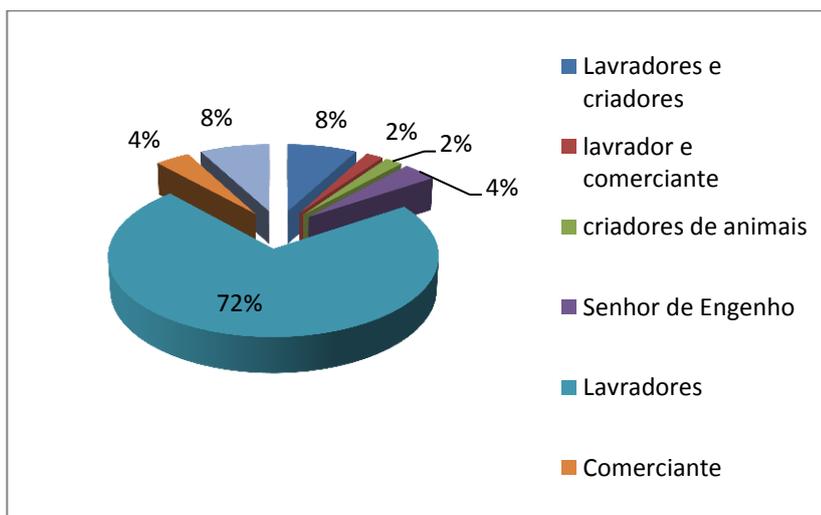
embarcações nos seus rios. Talvez escravizados fossem trazidos, além dos produtos importados, e levavam possivelmente a farinha de mandioca e as caixas de açúcar, como será mostrado adiante.

A população em 1707 era de 1.045 pessoas em comunhão e 156 domicílios. Em 1795, 6.672 almas e dessas 2.215 eram escravizados¹⁷¹. Ou seja, no decorrer do século XVIII a população cresceu, incluindo o número de africanos. Dentre os testadores tinham nove portugueses, como também pessoas de outras Capitanias como a de Pernambuco que também migraram para Sergipe. Esses indícios evidenciam que a economia estava em crescimento.

Um olhar sobre os inventários e testamentos Setecentistas permite ter uma amostra das atividades econômicas da Vila. Pesquisei 20 inventários *post-mortem* e 33 testamentos, perfazendo um total de 53 documentos, com os dados desses construí o gráfico 1.1 que permite entendermos as principais atividades econômicas:

Gráfico 1.1

Atividades econômicas dos moradores. Vila de Santa Luzia (1720-1800)



Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1720-1800).

Observando o Gráfico 1.1 percebe-se que os lavradores eram destacadamente majoritários, 38 pessoas que correspondia a 72% tinham como atividade econômica a lavoura. Nos Setecentos o número de engenhos era incipiente, foram encontrados apenas dois engenhos de fazer açúcar; o tamanho deles não era diferente dos de São Cristóvão do mesmo período, pois cada um possuíam menos de 32 escravizados. Em

¹⁷¹ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju Secretaria de Cultura, 2005.p.45

1780, um desses engenhos era o Campinhos, localizado em Santa Luzia, cujo proprietário em seu testamento menciona ser um *Engenho novo de fazer assucar e seus acessórios*¹⁷². Ou seja, esse engenho já é fruto do ressurgimento e expansão da lavoura canavieira.

Além dos dois engenhos identifiquei um plantador de cana de açúcar. Essa cana era moída em engenhos próximos e, em seguida, vendida a caixeiros, finalmente exportada pelos portos. Em 1769, Eleuteria Ramos de Jesus, plantadora de cana de açúcar, residia no sítio Ingá, e vendeu algumas caixas de açúcar para um caixeiro da Bahia¹⁷³. Conforme já foi citado, o destino desse açúcar era, na maioria das vezes, a Praça da Bahia. Lembro que a lavoura açucareira começa a sua expansão no final dos Setecentos, por isso o número reduzido desse tipo de propriedade na Vila de Santa Luzia. Por fim, também identifiquei um alambique com todos os seus acessórios¹⁷⁴. Além dos engenhos que produziam o açúcar também existia os alambiques e engenhocas que produziam rapaduras para o consumo local e que serviam para complementar a dieta alimentar.

De acordo com a amostra, outro grupo pequeno no período era os que viviam do comércio: um era comerciante e lavrador e dois eram apenas comerciantes. Desses, dois eram portugueses, um deles era Domingos Lopes Coelho que na década de 80 dos Setecentos mantinha negócios na Bahia e no Rio de Janeiro, possuía sete escravizados, sendo quatro eram africanos¹⁷⁵. No entanto, possivelmente o número de comerciantes no decorrer dos Setecentos cresceu e não deveria ser tão pequeno. O ouvidor afirmou que Estância tinha um bom porto e nele transitava diversos barcos que traziam e levavam produtos para a Cidade da Bahia¹⁷⁶. Tirando os excessos devido ao fato do documento ter sido dirigido para o El-Rei, com o intuito de convencê-lo a transferência da sede da Vila, tem ainda nesse ofício alguns indícios de um comércio intenso com a Praça citada, comércio esse que foi avolumado na centúria seguinte. Moniz de Souza menciona que os comerciantes vendiam farinha de mandioca, milho, amendoim dentre

¹⁷² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp.122-131, 6/12/1780. Testamento de Felles de Andrade Maciel.

¹⁷³ AGJSE, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp. 34-42. 19/05/1769. Testamento de Eleuteria Ramos de Jesus.

¹⁷⁴ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp.161-176, 02/03/1786. Testamento de Antonio Martins Ferreira (Padre).

¹⁷⁵ AGJSE, São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp. 42-52. 7/08/1788. Testamento de Domingos Lopes Coelho.

¹⁷⁶ AHU, Projeto Resgate-Sergipe, doc. s/n. Ofício enviado pelo Ouvidor-mor da Comarca de Sergipe sobre a importância da povoação de Estância.

outros. Também afirma que boa parte da população era envolvida nessa atividade, muito lucrativa e que os lavradores eram reféns desses comerciantes¹⁷⁷. Nos inventários e testamentos esses indícios se tornam mais evidentes, pois encontrei seis pessoas com dívidas ou negócios na Bahia, um deles pagando com alqueires de farinha a dívida. Também encontrei dois proprietários de sumacas que possivelmente eram utilizadas nesse comércio.

Poucos foram os inventários onde foi possível identificar a fortuna, dentre os que foram possíveis percebe-se que Joaquim José Braque, um possível lavrador e comerciante, detinha a maior fortuna, mais de 15 contos de réis. Tinha 32 escravizados, três sítios, vários produtos em grandes quantidades como tecidos, bem como dívidas ativas¹⁷⁸. Os dois últimos vestígios indiciam que ele também era um comerciante. Quatro pessoas possuíam fortunas menores que quatro contos, faixa na qual estava a maior parte de pessoas. As fortunas dessa vila eram menores que as de Itabaiana; no entanto, não havia diferenças tão acentuadas entre elas. Ou seja, não havia pessoas tão ricas como na Vila Citada, nem tão empobrecidas.

Outra atividade econômica encontrada na documentação foram os criadores de animais e aqueles que, além de criar animais, também cultivavam produtos, somando os dois grupos encontrei seis casos. Alguns desses senhores e senhoras tinham propriedades em Estância e em Lagarto. Possivelmente nas propriedades em Estância agricultavam e em Lagarto criavam seus gados *vaccum*, *lonígeno* e *cavalar*. Em 1759, Gregoria de Souza possuía duas propriedades, uma delas localizava-se na Vila de Lagarto, além dos inúmeros animais¹⁷⁹.

No entanto, ao olhar o gráfico 1.1 podemos nos perguntar qual é o principal produto cultivado? Será o cultivo da mandioca? Thétis Nunes aponta a importância da feitura da farinha de mandioca dentre as atividades econômicas da Vila em pauta e menciona que o produto era exportado pelos portos de Santa Luzia e no de Estância para as capitanias da Bahia e de Pernambuco. Para a mesma autora, a praça da Bahia determinava o valor do alqueire da farinha de mandioca e a quantidade que deveria ser exportada o que gerava indignação e provocava protestos das Câmaras, principalmente as de Santa Luzia e Santo Amaro. Posteriormente a de São Cristóvão também protestou

¹⁷⁷ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. ARAUJO, Ubiratan Castro de Araújo. (Org.) Salvador: IHGB, 2000. p.72.

¹⁷⁸ AGJSE, Cartório de Estância, 01/481, 02/01/1795. Inventário *post-mortem* de Joaquim Joze Braque.

¹⁷⁹ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 01/481, 05/02/1759. Inventário *post-mortem* de Gregoria de Souza.

alegando que as quantidades eram excessivas e por isso estava prejudicando o consumo do produto na Capitania¹⁸⁰.

Em algumas situações só foi possível identificar que o testador ou inventariado era lavrador, não consegui perceber qual produto era produzido. Dentre os que foram possíveis identificar o plantio de mandioca foi majoritário, alguns lavradores produziam apenas a mandioca, como pode ser notado na Tabela 1.6; outros, além da mandioca, produziam outros artigos: cana de açúcar, algodão e arroz. Esse dado mostra que algumas pessoas resolveram diversificar a produção.

Para Thétis Nunes, os plantadores de mandioca e de cana de açúcar formavam uma camada intermediária da sociedade, por ser a mandioca uma cultura menos exigente de solo e que não requer muitos braços; os plantadores de cana de açúcar por não possuírem o engenho também precisam de um número menor de escravizados ou prestadores de jornada. Acredito que os plantadores de mandioca formavam uma camada intermediária e heterogênea, com pessoas com níveis distintos de riqueza. Em 1776, Apollonia Soares dos Prazeres residia no sítio, possivelmente as margens do rio Biriba, nesse sítio ela tinha casa de farinha com bolandeira, que também era utilizado na feitura da farinha de mandioca. Ela possuía oito escravizados e, com o seu falecimento, deixou dívidas com o escravizado Manoel de Antônio Ferreira. O que indicia que mesmo possuindo um patrimônio passava por oscilações financeiras, e que tinha uma proximidade com o escravizado Manoel¹⁸¹. Possivelmente, por fazer parte de uma camada intermediária estariam mais susceptíveis as oscilações financeiras.

A farinha de mandioca também foi produzida por pessoas que não se dedicavam somente a lavoura, pois também criavam animais em grandes quantidades, alguns desses tinham mais de uma propriedade. Um exemplo foi Thomaz Domingues da Silva que tinha sítio com terras no Rio Fundo, onde criava animais, e outro no Miranga, local onde ele produzia a farinha de mandioca¹⁸². Ou ainda por pessoas que cultivavam a farinha de mandioca e outros produtos como a cana de açúcar. Barickman, ao se referir ao Recôncavo, afirma que pequenos lavradores souberam diversificar seus produtos, não abandonaram a produção de artigos voltados para o consumo interno, mas aumentaram a produção da lavoura exportadora. Para esse autor, os lavradores

¹⁸⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 86

¹⁸¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 03 – pp.12-18, 13/03/1776. Testamento de Apollonia Soares dos Prazeres.

¹⁸² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 02, 24/12/1800. Testamento de Thomaz Domingues da Silva.

souberam harmonizar a utilização da terra às exigências das lavouras, bem como as pressões de um mercado internacional e as condições do mercado interno. Assim, lavradores de mandioca incrementaram com a lavoura da cana as suas propriedades quando foi possível e lucrativo¹⁸³. Possivelmente, o mesmo episódio ocorreu nas terras sergipanas. Observando a Tabela 1.6 percebe-se os principais artigos produzidos e as quantidades de escravizados envolvidos no cultivo e fabricação desses artigos:

Tabela 1.6
Tipos de lavradores. Vila de Santa Luzia (1720-1800)

Atividade econômica	Quantidade de Indivíduos	% de Indivíduos	Quantidade de escravizados	Quantidade de africanos	Média de escravizado por posse
Lavradores de mandioca e criadores	2	4,76%	44	7	22
Lavrador e comerciante	1	2,38%	32	10	32
Lavradores de mandioca	16	38,1%	129	30	8,06
Lavradores de mandioca e demais culturas	3	7,14%	71	mínimo 13	23,6
Lavradores de cana de açúcar	1	2,38%	10	mínimo 3	10
Lavradores	16	38,1%	110	17	6,8
Lavradores e criadores	3	7,14%	44	6	14,6
Total:	42	100%	440	86	10,47

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1720-1800).

Olhando a tabela 1.6, observa-se que os lavradores de mandioca correspondiam a 50% da amostra, 21 pessoas estavam envolvidas com essa atividade. Dessa forma, de fato a farinha de mandioca era o principal produto dessa Vila. E mesmo com os protestos em virtude das taxas, os preços do produto permitiram que alguns senhores acumulassem capital, pois boa parte deles tinham médias posses, entre 5 e 9 escravizados¹⁸⁴. Thétis cita a lista de plantadores de mandioca de 1785, que identificou 315 plantadores de mandioca e desses 94 não possuíam escravizados, e 54 apenas um e 59 apenas dois¹⁸⁵. Na lista de plantadores de 1786, encontrei 286 plantadores, desses 87

¹⁸³ BARICKMAN, B.J. Um Contraponto baiano... p. 30-31

¹⁸⁴ Estou adotando o mesmo padrão já citado anteriormente de São Cristóvão, também usado para Itabaiana.

¹⁸⁵ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. p.156

não possuíam escravizados e 57 apenas um escravizado. Ou seja, o bem escravizado foi acessível a maioria das pessoas que cultivam o mandioca. Havia 733 escravizados envolvidos com a lavoura, uma média de 2,5 escravizados por plantador¹⁸⁶.

Corroborando com as ideias de Thétis Nunes, a lavoura da mandioca era uma cultura que não exigia muitos braços. Lembrando que essa lista de plantadores não é de pessoas que são envolvidas apenas com a feitura da farinha, mas sim de pessoas que cultivam o produto, seja para o próprio consumo, seja para o comércio interno. Por fim, outra mostra da importância da produção é a existência, até a atualidade, de um Porto chamado de Porto das Farinhas, na atual cidade de Estância. Grande parte dessa produção era exportada para Salvador.

Salvador possuía a maior população da Colônia, mesmo após perder a condição de Vice-Reinado em 1763. Ela perdeu essa primazia apenas em 1808, com a chegada da Família Real. Além da população fixa havia ainda uma população flutuante, marinheiros e escravizados recém-chegados que também utilizavam a farinha de mandioca na sua dieta. Segundo Barickman, os baianos consumiam farinha de mandioca em grandes quantidades, era o principal produto da dieta alimentar baiana, chamado de gênero de primeira necessidade. Em torno de Salvador estava o Recôncavo Baiano que também produzia farinha de mandioca em algumas freguesias, todavia, essa era a região mais povoada da Bahia e por isso a que mais necessitava do produto. Assim, a farinha de mandioca produzida na região citada não era capaz de abastecer toda a sua população, por isso as legislações para o plantio da mandioca e a produção da farinha de mandioca em outras regiões¹⁸⁷.

Em Sergipe possivelmente não era diferente, a farinha também fazia parte da dieta alimentar e, com a já citada expansão canavieira, solos dedicados ao cultivo de mandioca passaram a produzir a cana de açúcar. E, alguns solos não eram favoráveis ao cultivo da mandioca, pois algumas regiões eram mais susceptíveis as secas. Em 1808, alguns moradores da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, compravam farinha de mandioca dos celeiros estancianos nos momentos de seca¹⁸⁸.

¹⁸⁶ APEB, Lista das pessoas que plantão mandiocas para fabricarem farinhas, nesta Villa Real de Santa Luzia de Sergipe de El Rey, 20 de setembro de 1786.

¹⁸⁷ BARICKMAN, B.J. Um Contraponto baiano... p. 96-106.

¹⁸⁸ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.p.56

Conforme já foi citado, alguns senhores se envolveram na produção de mais de um artigo, e esses tiveram maiores possibilidades de acumular capital, assim possuir mais escravizados. Dezoito senhores, cerca de 37,5%, tinham posses com dez ou mais escravizados. Desses, cinco produziam somente a farinha de mandioca. De acordo com a citada lista de 1786, apenas onze plantadores dispunham de dez ou mais escravizados plantando mandioca. Com o crescimento da lavoura da cana de açúcar na Bahia começaram a faltar alimentos, sobretudo a farinha de mandioca, pois a lavoura canavieira invadiu os já citados terrenos que anteriormente eram utilizados para o cultivo de mandioca e de outros gêneros alimentícios na Bahia e em Sergipe.

Além da farinha também faltou carne, pois era necessário o gado na produção do açúcar, seja como força motriz, seja como meio de transporte. Devido a falta de comida o governador da Bahia, em 1782, Conde de Valença, ordenou que deveriam ser plantados 500 covas de mandioca para que cada escravizado tivesse sua roça. Por isso, segundo Thétis Nunes, a lista de plantadores foi realizada com o intuito de perceber se a ordem estava sendo cumprida. Na Vila de Santa Luzia os plantadores tinham entre 1.000 a 20.000 covas de mandioca e, de acordo com a lista, grande parte dos senhores desta Vila cumpriram essa legislação, diferentemente dos senhores da Cidade de São Cristóvão¹⁸⁹.

A maior posse na Vila em pauta era de um senhor de engenho com 87 homens e mulheres escravizados; no entanto, ele possuía várias propriedades, além do engenho, também produzia farinha e criava animais em fazendas. Ressalto que em todas as grandes posses juntas tinha 74 africanos, e no decorrer do XVIII cataloguei 98 africanos na Vila, ou seja, 75,5%¹⁹⁰. A população africana que será analisada nos próximos capítulos era mais comum nas grandes posses e, na maioria das vezes, tinham parceiros africanos nessas posses.

No início dos Oitocentos a Povoação de Estância continuou a se expandir em detrimento de Santa Luzia. A descrição de Marcos Souza aponta Santa Luzia como uma Vila *quase deserta*. A Vila, incluindo a Povoação, possuía em 1808, 10.000 pessoas, 3.000 brancas, 3.000 pretos e 4.000 mestiços¹⁹¹, cerca de 14% da população da Capitania. Esses números evidenciam que inúmeras pessoas continuaram procurando as

¹⁸⁹ APEB, Lista das pessoas que plantão mandiocas para fabricarem farinhas, nesta Villa Real de Santa Luzia de Sergipe de El Rey, 20 de setembro de 1786.

¹⁹⁰ Ressalto que esse número reflete o número de africanos que na sua descrição constava a nacionalidade, pois cataloguei 78 escravizados que não constava informações sobre a *nação*.

¹⁹¹ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005. pp.39-40.

terras sergipanas, há um grande crescimento se comparado ao período anterior, incluindo os portugueses como Rodrigo Antônio Alves, nascido em Lisboa e que residia em Estância¹⁹². Em 1831 a sede da vila foi mudada de Santa Luzia para Estância, encerrando os conflitos que ocorreram no decorrer dos Setecentos e parte dos Oitocentos. Nesse ínterim a Povoação passou a se chamar Vila Constitucional de Estância. Período no qual a Capitania e a Vila de Santa Luzia, bem como a sua povoação, passaram por inúmeras mudanças: econômicas, administrativas, arquitetônicas e, conforme foi apontado, um crescimento da população.

Marcos Souza também mencionou que a Vila de Santa Luzia, nos Oitocentos, ainda tinha como principal produto a farinha de mandioca, sendo tal produção ainda comercializada para Pernambuco, principalmente as cidades da Bahia. Ele ainda afirma que várias eram as espécies de mandioca que eram cultivadas nessa localidade. A mandioca depois de cultivada por 12 ou 18 meses era ralada em boladeiras ou em rodas de ralar mandioca, a força utilizada era de *negros*¹⁹³ ou de cavalos. Também cultivava arroz, milho e feijão, mas em pouca quantidade. Em 1808, também havia 20 engenhos, entretanto o terreno era impróprio para o cultivo de cana de açúcar, ainda assim era produzido o açúcar e também era exportado para a Bahia¹⁹⁴. Conforme foi citado anteriormente, com a expansão da lavoura açucareira a cana de açúcar passou a ser cultivada em terrenos impróprios. Os dados coletados nos inventários Oitocentistas confirmam a existência de um maior número de engenhos. Encontrei dez senhores de engenho e vinte plantadores de cana de açúcar, desses possivelmente apenas doze lavravam apenas a cana de açúcar. Um desses senhores era Vicente Fernandes da Silveira que possuía um engenho de fazer açúcar em 1811, possivelmente um pequeno engenho, pois ele tinha 28 escravizados¹⁹⁵.

Pesquisei 231 inventários *post-mortem* dessa Vila entre 1801 e 1835, o que permitiu uma amostra mais significativa que a Setecentista. Desses 231 inventariados, apenas sete não possuíam o bem escravizado; seis deles eram lavradores e três desses eram lavradores de mandioca. Em 1821, João da Gama era um dos lavradores de

¹⁹² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 04/70, 08/08/1826. Testamento de Rodrigo Antônio Alves.

¹⁹³ Ressalto que o termo *negro* nos inventários é na maioria das vezes atribuído aos africanos.

¹⁹⁴ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005, p. 42-43

¹⁹⁵ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 07/487, 19/08/1811. Inventários *post-mortem* de Vicente Fernandes da Silveira.

mandioca e sua fortuna era de 92\$720¹⁹⁶, valor pouco maior que de Joana, uma escravizada, criança, cabinda, no mesmo período, ou seja, era um homem pobre.

A maioria dos senhores e dos seus escravizados estavam envolvidos na labuta com a terra conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1.7
Vila de Santa Luzia: atividades econômicas de testadores e inventariados (1801-1835)

Atividade econômica	Quantidade de Indivíduos	% de Indivíduos	Quantidade de escravizados	% de escravizados	Quantidade de africanos	Média de escravizado por posse
Alambiqueiro	2	0,9	184	8,52	5	92
Homens de negócio	7	3,14	24	1,11	8	3,42
Lavrador e comerciante	3	1,34	15	0,7	8	5
Criador de animais e lavrador	12	5,38	197	9,11	38	16,41
Senhor de engenho	11	4,93	444	20,55	79	40,36
Lavrador	52	23,32	452	21	73	8,69
Lavrador de mandioca	57	25,56	358	17	51	6,28
Lavrador de cana de açúcar	12	5,38	89	4,11	9	7,41
Lavrador de algodão	2	0,9	7	0,35	2	3,5
Lavrador de mandioca e milho	4	1,79	16	0,75	5	4
Lavrador de mandioca, cana de açúcar, algodão e fumo	19	8,52	208	9,65	57	10,94
Sem dados	38	17,04	157	7,3	18	4,13
Criador de animais	2	0,9	6	0,3	1	3
Outras funções	2	0,9	5	0,1	2	2,5
	223	100	2162	100	356	13,94

Fonte: Inventários *post-mortem* (1801-1835).

¹⁹⁶ AGJSE, Cartório de Estância, cx.11/492, 12/08/1821. Inventários *post-mortem* de João da Gama.

Primeiro aspecto a ser destacado é que a farinha de mandioca continuou sendo o grande artigo cultivado na Vila. Através dos inventários *post-mortem* pode-se concluir que, além da mandioca, dentre os alimentos também era cultivado milho, feijão, arroz e algumas frutas como o coco. Encontrei cinco pessoas que cultivavam milho e outras cinco que plantavam coco, esses produtos somados a mandioca. O milho e o arroz também eram vendidos para Salvador¹⁹⁷. O coco deveria ser consumido nas terras sergipanas. Cerca de 36% dos inventariados cultivavam a mandioca que era consumida na própria Vila e em outras localidades da Capitania, além de Salvador.

Em 1807, esse produto ia através de comboios de cavalos para a Cotinguiba¹⁹⁸, região mais voltada para a produção de açúcar da Capitania de Sergipe. Dos gêneros de exportação além da cana de açúcar também era plantado em pequenas proporções o algodão, o fumo e o café. Seis dos lavradores cultivavam o algodão, desses apenas dois plantavam apenas o algodão.

Existiam apenas 14 homens e mulheres inventariados que criavam animais. Desses apenas dois se dedicavam somente a essa atividade. E dos 12 que lavravam e criavam animais, sete plantavam mandioca e um cultivava cana de açúcar. A criação de gado não era uma grande atividade nesta Vila. Alguns que desenvolviam essa atividade possuíam propriedades em Lagarto, uma Vila cujo território fazia fronteira com o de Santa Luzia, região vizinha, todavia a distância entre as sedes não era pequena. Em 1806, por exemplo, o tenente Manoel Querino de Melo Travassos tinha plantações de cana de açúcar no engenho, mas também tinha fazenda de gado em Lagarto¹⁹⁹.

O número de escravizados nos engenhos cresceu, bem como a média de escravizados que passou a ser de 40,36. Cerca de 19% dos inventariados pesquisados estavam envolvidas com a feitura do açúcar. Outra atividade existente na Vila era a de alambiqueiro; foram encontrados dois alambiques que possuíam grandes posses de escravizados, ressaltando que os senhores de alambique também possuíam plantações de cana de açúcar.

A Vila continuava possuindo um comércio forte. O comércio era muito lucrativo em Estância²⁰⁰. Havia onze homens de negócio que, segundo Kátia Matoso, seria “aquele que exerce a profissão de negociante qualquer que seja o vulto de seus

¹⁹⁷ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I... p.169

¹⁹⁸ AGJSE, Cartório de Estância, cx.588, 7/09/1807. Justificação Cível de José Pereira Couto.

¹⁹⁹ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 05/485, 11/08/1806. Inventários *post-mortem* de Manoel Querino de Melo Travassos.

²⁰⁰ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Op. Cit, p.72

negócios”²⁰¹. Dentre eles podem-se incluir donos de armazéns, traficantes de escravizados, atravessadores, dentre outras categorias. Alguns deles possuíam barcos que navegavam até Salvador, como Antônio Ribeiro da Costa que possuía a sumaca Glória²⁰². A povoação de Estância era banhada por vários rios como o Fundo, Piauí e pelo mar, o que favorecia o deslocamento através de sumacas, lanches e canoas. Segundo Sheyla Silva, que escreveu sobre a vila de Estância entre 1820 e 1888, os comerciantes constituíam 10% dos inventariados. Dentre esses tinham donos de lojas, mascates entre outros. Desses, alguns comerciantes eram portugueses. Em Estância havia um grupo de 15 grandes negociantes que compravam seus produtos na Bahia e revendiam para pequenos comerciantes de Estância e de outras localidades da Província. Os produtos eram diversos, dentre eles fazendas e molhados²⁰³. Rodrigo Antônio Alves, comerciante, tinha casa em Estância, onde residia, e em Salvador o que possivelmente facilitava sua atividade²⁰⁴. Para Sheyla Faria, o comércio, incluindo o do tráfico de escravizados, possibilitou uma acumulação endógena de riqueza que financiou a agroexportação²⁰⁵.

Quatro comerciantes também eram agricultores. Segundo a última autora, Sheyla Faria, lavrar terra possibilitava ter mais status que o comércio²⁰⁶. Assim, após o acúmulo de algum dinheiro esse era investido na compra de terras.

Dentre as outras funções havia um ferreiro e possível pescador ou transportador de produtos pelos rios da Vila. Eles também possuíam escravizados para ajudarem no seu ofício. Em 1827, Gonçalo Lourenço da Costa contava com o trabalho de Paulo e de Rosa, ambos de *nação* angola²⁰⁷.

Outro ponto é que grande parte dos inventariados possuía o bem escravizado. O período entre 1801 e 1835 foi um período de crescimento no número de escravizados, a posse era difundida, pois 48,91% dos senhores possuíam até quatro escravizados, desses

²⁰¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 248.

²⁰² No século XVII, o trajeto marítimo entre Bahia e Recife, ou entre Bahia e Sergipe já eram feitas por sumacas. Esse tipo de embarcação começou a ser substituído em Recife pós 1830. Ver: CABRAL, Evaldo. A aparição da sumaca. In: <http://www.revistacontinente.com.br/index.php/component/content/article/331.html>, acessado dia 09/02/2012

²⁰³ SILVA, Sheyla Faria. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância Oitocentista 1820-1888*. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado)

²⁰⁴ Cartório de São Cristóvão, 08/08/1826, cx. 04/70, Testamento de Rodrigo Antônio Alves.

²⁰⁵ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²⁰⁶ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Op. cit.

²⁰⁷ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 497, 23/06/1827. Inventários *post-mortem* de Gonçallo Lourenço da Costa.

28 eram possivelmente apenas lavradores de mandioca e outros 10 de mandioca, outros produtos voltados para o mercado e/ou consumo interno como o feijão e milho e outros para a exportação como a cana de açúcar e algodão. Entre os senhores que detinham grandes posses estavam 43 inventariados, correspondendo a aproximadamente 18,61%, esses detinham a posse de mais de 10 escravizados. Os 43 grandes senhores possuíam juntos 1.430 escravizados, ou seja, 75,38% da população escrava. Dentre os grandes proprietários estavam nove senhores de Engenho, oito plantadores de mandioca, seis lavradores de mandioca e de cana de açúcar, quatro que lavravam cana de açúcar e dois alambiqueiros, os demais eram principalmente lavradores cujos documentos não têm indícios do produto que cultivavam. Ou seja, os grandes senhores estavam envolvidos na produção de açúcar e farinha de mandioca.

Dez pessoas possuíam fortunas maiores que 10 contos de réis. Dentre elas, o Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo que possuía em 1825, 76: 206\$861 réis. Tinha 237 escravizados, a maior posse de escravizados encontrada em toda a pesquisa, um sítio e outros bens²⁰⁸. Entre os mais ricos da Vila de Santa Luzia tinha um comerciante, um lavrador de cana e mandioca, um lavrador, quatro senhores de engenho e dois que lavravam e criavam animais. Seis possuíam entre cinco e dez contos de réis e eram em sua maioria senhores de engenho, 53 pessoas tinham entre um e quatro contos e meio de réis e 117 pessoas tinham menos de um conto de réis. As grandes e médias fortunas possuíam grandes posses de escravizados. Nesta Vila não foi diferente das demais e também se percebe um enriquecimento em grande parte dos moradores. Todavia, a maior parcela da população possuía recursos parcos.

Por fim, a Vila de Santa Luzia, juntamente com a sua povoação, era uma Vila agrícola, diferentemente da anterior, Vila de Itabaiana. O principal produto era a farinha de mandioca, mas no XIX percebe-se um crescimento no cultivo da cana de açúcar, bem como no número de engenhos. O comércio também era uma atividade que possuía destaque. Os moradores dessa Vila conseguiram ter acesso à mão de obra escravizada, incluindo africanos. A próxima Vila a ser apresentada é a de Lagarto, algumas pessoas transitavam entre as duas Vilas, plantavam em Santa Luzia e criavam animais em Lagarto. No entanto, Lagarto, no decorrer do século XIX, também se tornou agrícola.

²⁰⁸ AGJSE, Cartório de Estância, cx.15/495, 02/03/1825. Inventário *post-mortem* de Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo.

1.4 A Vila de Lagarto

Uma das primeiras freguesias e regiões a serem ocupadas em Sergipe foi a da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, criada em 1658. As freguesias eram criadas partindo de Salvador e por isso a de Lagarto foi uma das primeiras da Capitania de Sergipe Del Rey. Na jurisdição dessa Freguesia foram doadas algumas sesmarias para a criação de gado no curso do Rio Vaza Barris. Conforme já foi citado, Salvador e as demais vilas, sobretudo as do Recôncavo, precisavam de farinha de mandioca e de carne verde para se alimentarem.

A Vila de Lagarto foi criada no final dos Seiscentos, em 1697, e no ano de 1700 já tinha Câmara e os funcionários necessários para o funcionamento da Vila²⁰⁹. Segundo Thétis Nunes, a Vila surgiu em torno da criação de animais, boa parte da população vivia em sítios e fazendas. Em 1757, a Vila tinha 390 fogos, desses apenas 59 estavam na sede, o que demonstra uma característica mais rural da mesma²¹⁰. Ressalto que a Vila de Lagarto continha à citada Freguesia de Nossa Senhora da Piedade e a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, criada em 1718, fazia divisa com a Vila de Itapicuru da Capitania da Bahia e ainda englobava as matas de Simão Dias, as povoações de Itabaianinha e Lagoa Vermelha²¹¹.

Em Lagarto no século XVIII foram encontrados um inventário *post mortem* e 17 testamentos. Desses, 16 tinham escravizados e um não faz referência a esse bem no testamento. Infelizmente, em boa parte dos testamentos não contém detalhes sobre os escravizados: a nação, idade e cor. Fato que prejudica a análise que será realizada no próximo capítulo sobre os africanos da Vila de Lagarto. Assim, o número de africanos e escravizados nessa Vila possivelmente foram maiores, mas não acredito em grandes cifras. Os documentos contemplam o período de 1764 a 1800, a maioria dos documentos está na década de 60 e 70. Ver a tabela 1.8:

²⁰⁹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p.182

²¹⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. pp. 181-182

²¹¹ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005. p. 53-55; E a documentação pesquisada dentre eles inventários *post-mortem*, testamentos dentre outros.

Tabela 1.8
Vila de Lagarto: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1764-1800)

Atividade	Número de Inventariados e Testadores	% Inventariados e Testadores	Quantidade escravizados	Quantidade de africanos	Média dos escravizados por posse
Lavrador	4	23,53	6	2	1,5
Lavrador e criador de animais	4	23,53	50	9	12,5
Criador de animais	5	29,41	21	Mínimo 1	4,2
Outras funções	2	11,76	1	1	0,5
Sem dados	2	11,76	10	Não se sabe	1,66
Total	17	100	88	13	4,19

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1764-1800).

Ao observar a tabela 1.8, percebe-se que os moradores da Vila no século XVIII possuíam como uma das principais atividades a pecuária. Os criadores cuidavam de diversos tipos de gados: *vaccum*, lanígero, caprino e cavalari. Alexandre da Fonseca Doria era um desses criadores de animais, tinha uma casa na Vila e dois escravizados que possivelmente ajudavam a cuidar dos animais²¹². Ressalto que além dos moradores da Vila de Lagarto criar seus animais, tinha também os moradores da Vila de Santa Luzia que possuía fazendas em Lagarto. A maioria das propriedades tinham pequenas e médias posses de escravizados. Apenas um senhor tinha 38, os demais entre um e oito escravizados.

Antônio Moniz de Souza, nascido na Freguesia de Nossa Senhora de Campos, Vila de Lagarto, em 1782, era filho de fazendeiro; andou por diversas localidades e escreveu um livro de impressões sobre os lugares que viveu e visitou. Dentre as suas narrativas, ele afirma que os senhores não sabiam criar animais, pois os mesmos eram criados soltos, misturados com o de vários senhores e as propriedades sem administradores. Sobre a região que nasceu ele cita o caso do pai dele, que era fazendeiro cuja propriedade não prosperava. A mão de obra da propriedade do pai de Moniz de Souza inicialmente foram homens forros, em seguida escravizados da casa, mas a propriedade só começou a prosperar após a contratação de um administrador. Cargo que também foi exercido pelo nosso viajante durante um curto tempo. O fato de eles terem adquirido escravizados evidencia um acúmulo de riqueza. O mesmo viajante também informa que o gado criado nos sertões da Vila de Lagarto e de Itapicuru eram

²¹² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º OF. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp.57-64. Testadora: Joanna Verónica do Sacramento.

traficados por pessoas que compravam o gado e levavam para a Bahia para comercializar. Às vezes quem determinava os preços dos animais eram esses comerciantes. Outra dificuldade apontada pelo autor para a criação de gado na região eram as constantes secas²¹³.

Outra grande atividade era a lavoura, correspondia a 19,05%, a mesma quantidade de pessoas se dedicavam as duas atividades: lavoura e criação de animais. Dentre as lavouras, possivelmente a mandioca, milho, feijão e outros gêneros alimentícios voltados para o mercado interno. Alguns artigos produzidos na lavoura eram destinados para o mercado externo como o tabaco. Antonil cita as freguesias do *sertão* de Sergipe Del Rei, a Cotinguiba e as redondezas do Rio Real como alguns dos locais que cultivavam o tabaco que era exportado pela Praça da Bahia²¹⁴. Vilhena, no final dos setecentos, incluiu a Comarca de Sergipe como um dos grandes centros fumageiros, com cerca de 1500 fazendas de tabaco, traficando com a África Ocidental entre grandes e pequenas²¹⁵. Antonil menciona que mulheres e homens, com ou sem escravizados, podiam cultivar o artigo; no entanto, ele recomendava que algumas atividades fossem realizadas por negros, as mais pesadas, como torcer as folhas²¹⁶. Um dos grandes traficantes de escravizados da Bahia, Lopes Fiúza, tinha propriedades nos *sertões de Sergipe*²¹⁷; dentre as suas propriedades tinha as que cultivavam tabaco e criavam animais. Quiçá suas propriedades em terras sergipanas eram em Lagarto, em virtude da proximidade com a Bahia, produzindo fumo para ser trocado por escravizados. Thétis Nunes defende que o tabaco se desenvolveu em Lagarto em decorrência da Vila também ter criação de gado, pois para amarrar o fumo era necessário o couro. Em Sergipe, segundo a mesma autora, o auge da produção de tabaco foi no final do século XVII, pois no final do século XVIII passou a perder espaço para a mandioca e, sobretudo, para a cana de açúcar²¹⁸. Acredito que esse fato ocorreu de forma mais intensa na Vila de Santo Amaro e na cidade de São Cristóvão. Na Vila em questão o cultivo da cana de açúcar foi tardio, por isso o tabaco não teria tido essa concorrência.

²¹³ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Op. Cit., p.64-66; 70-71.

²¹⁴ ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil*. Op. Cit., p .71.

²¹⁵ VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilações Soteropolitanas e Brasíliaicas*. Ano 1808.

²¹⁶ ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil*. 3op. Cit, p. 69.

²¹⁷ SOUZA, Cândido Eugênio D. “*Perseguidores da espécie humana*”: capitães negreiros na Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado)

²¹⁸ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...* .pp.150-151

Outra atividade econômica de alguns moradores da região era o comércio, o próprio Moniz de Souza exerceu essa função. Ou ainda o Capitão-mor Barnabé Martins Fontes que também negociava além de lavrar a terra²¹⁹.

No início dos Oitocentos a Vila tinha seis mil indivíduos, dentre esses 2000 brancos, o restante eram pessoas de várias *espécies*. Na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos havia 2.618 pessoas, 1.000 eram brancos, 500 pretos e os demais mestiços. Ou seja, a escravidão de origem africana não foi muito difundida nessa Freguesia²²⁰. Segundo Mott, em 1825 a zona da pecuária tinha a sua população formada por 45% de pardos, 1,3% de índios, 36,6% de pretos e 17,1% de brancos.

Quanto à condição jurídico-social, 34,1% era formada por ingênuos, 23,1% de libertos, 24,4% de cativos e 18,4% de livres²²¹. Assim, a região possuía um grande número de pessoas egressas da escravidão e mestiças. A grande questão é se os egressos da escravidão eram da região ou de outras regiões e migraram para os sertões da Província de Sergipe.

Segundo Souza, as atividades econômicas dos habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto eram o plantio de milho, feijão e mandioca para a feitura de farinha. Além desses o algodão também era cultivado em quantidades menores nas matas de Simão Dias. Um dos polos de produção algodoeira da Bahia eram as Vilas de Itapicuru, Abadia e Inhambupe²²². As duas primeiras Vilas faziam parte das fronteiras entre as Capitanias de Sergipe e Bahia. Por isso, era uma região de trânsito de pessoas, a exemplo dos fregueses de Itapicuru que batizavam seus filhos na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos. Esses trânsitos possivelmente favoreceram a uma produção de artigos próximos. Assim, além de Simão Dias, é possível que outras localidades da Vila em questão produzissem algodão. O autor também chama atenção para a criação dos diversos tipos de gado que eram comercializados nos engenhos da Cotinguiba e da Bahia, o que rendia um bom dinheiro. Por isso, os criadores possuíam capital para adquirir mão de obra escrava. Dentre os lavradores estavam os Carmelitas que possuíam 12 fazendas denominadas de Palmares²²³.

²¹⁹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão. 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 02 – pp.99-104 de Barnabé Martins Fontes (Capitão-mor)

²²⁰ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.p.56

²²¹ MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...*pp.142-143

²²² BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto baiano...* p.60

²²³ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005. p. 54-56.

Sobre a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, ele pontua que também eram majoritariamente criadores e que vendiam nas feiras as carnes, pouco lavravam a terra. Os moradores da Freguesia citada compravam farinha de mandioca na povoação de Estância nos momentos de grande estiagem²²⁴, ou seja, a produzida não era suficiente para o consumo. Observando os dados dos inventários *post-mortem* percebe-se que eles são próximos às impressões do cronista, ver a tabela 1.9:

Tabela 1.9
Vila de Lagarto: atividades econômicas (1801-1835)

Atividade	Número de inventariados e testadores	% de inventariados e testadores	Quantidade de escravizados	% de escravizados	Quantidade de escravizados africanos	Média de Escravizados
Criador de animais	4	8%	18	6,75	2	5,89
Lavrador	12	24%	42	15,73	6	17,65
Lavrador e criador	8	16%	76	28,46	7	20,59
Lavrador de mandioca, milho e feijão	12	24%	64	23,97	14	41,17
Lavrador de algodão e fumo	2	4%	2	0,75	—	
Lavrador de algodão, fumo, mandioca	6	12%	43	16,10	5	14,7
Sem dados	5	10%	17	6,37		
Senhor de engenho	1	2%	5	1,87	—	
Total	50	100	267	100	34	5,34

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1801-1835).

A criação de animais continuou sendo uma grande atividade da Vila de Lagarto, quatro dos inventariados estavam envolvidos com essa atividade. Além dos moradores de Lagarto os da Vila de Santa Luzia e Povoação de Estância continuaram criando animais na Vila. Em 1803, Diogo Rodrigues Vieira era um dos moradores da Povoação de Estância que possuía fazenda em Lagarto²²⁵. A proximidade das Vilas facilitava para os senhores na administração de propriedades nas duas localidades. Esse aspecto

²²⁴ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005. p. 54-56.

²²⁵ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 03/483, 18/07/1803. Inventário *post-mortem* de Diogo Rodrigues Vieira.

também evidencia que os animais não deviam ser criados em conjunto com a lavoura e, por isso, os senhores optaram em adquirir propriedades nos *sertões*²²⁶ de Lagarto.

Ressalto que os animais criados continuavam sendo diversos, dentre eles tinha: gado bovino, caprino, lanígero e cavalariço. A quantidade de animais também variava entre pequenos criadores com quatro animais e alguns com mais de mil animais. Alguns desses criadores de gado também cultivavam alimentos, dentre eles a mandioca e o fumo.

Um aspecto importante é que mesmo na pecuária era utilizada mão de obra escrava. Diferentemente do afirmado por Caio Prado Junior; este defendeu que a mão de obra da pecuária era índios, mestiços, escravizados fugidos, criminosos foragidos dentre outros. Para o autor, a mão de obra escravizada era difícil de ser utilizada devido as grandes expansões de terra e a mobilidade espacial necessária no ofício de pastoreio, os dois elementos favoreceriam a fuga²²⁷. Não descarto a utilização de nenhuma das categorias citadas por Prado Junior; todavia, incluo na lista a mão de obra escravizada de origem africana. Esse dado pode ser notado através dos inventários, bem como da narrativa de Moniz de Souza²²⁸.

Nos setecentos a pecuária e a agricultura eram grandes atividades. No interstício de 1801-1835 a lavoura foi a grande atividade da Vila de Lagarto, sobretudo a de mandioca, 34,73% dos inventários coletados estavam envolvidos nessa atividade. A fronteira agrícola foi ampliada no início do século XIX, possivelmente com o aumento de produção de cana de açúcar na Vila de Santa Luzia, com isso Lagarto passou a produzir gêneros alimentícios como a farinha de mandioca. A farinha de mandioca deveria ser vendida para Salvador e região açucareira da Província de Sergipe. Além da mandioca também é possível encontrar nos inventários vestígios de cultivo de milho e feijão. Outros produtos presentes na dieta alimentar da população oitocentista.

Alguns produtores dos artigos de gêneros alimentícios também se envolveram em artigos voltados para a exportação, como o fumo e o algodão. O fumo continuou sendo produzido na Vila e na Bahia. Ele teve uma ascensão na produção entre 1790 e 1816, após 30 anos de estagnação. Segundo Barickman o tabaco era o segundo produto que mais era exportado pela Praça da Bahia e o fumo produzido em Sergipe era

²²⁶ Sertão significava no período colonial área desconhecida, abandonado, desabitado, ou pouco habitado. Ver: FONSECA, Claudia Damasceno. Espaço e poder nas Minas Setecentistas...

²²⁷ PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006

²²⁸ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Op. Cit., p.64-66; 70-71.

comercializado na Praça citada. O fumo de primeira e segunda classe iam para Portugal, os de corda e as folhas iam para a Índia portuguesa e para Goa²²⁹. O refugo era exportado para a África Ocidental. Por fim, uma minoria de agricultores, apenas dois inventariados, cerca de 4% da mostra cultivava apenas os artigos para a exportação.

Os senhores da região também exerciam suas atividades econômicas com a mão de obra escrava de origem africana. Na região a posse escrava era bem difundida, poucas eram as pessoas inventariadas que não possuíam escravizados. Dentre eles, Miguel José Barbosa que, em 1825, era um trabalhador livre ou liberto, pobre, lavrador de fumo e sem escravizados. Entre 1801 e 1835 apenas dois inventariados não possuíam escravizados. Por isso, o bem escravizado não era raro entre os moradores de Lagarto, mas uma minoria de pessoas possuía grandes posses; entre 1801 e 1835 apenas seis senhores tinham posses com mais de dez escravizados, juntos eles possuíam 97 dos escravizados da Vila, 36,33%; sendo que a maior posse tinha 24 escravizados. Entre 1801 e 1850, existiam 24 grandes senhores e esses detinham mais de 50% dos escravizados catalogados. Ou seja, houve uma concentração de mão de obra escrava após 1835. Ainda entre 1801 e 1850, a maioria dos senhores era composta por pequenos proprietários de escravizados, mas juntos possuíam uma quantidade de escravizados menor que a somada pelos grandes proprietários²³⁰.

Os africanos não foram muito presentes na Vila de Lagarto, possivelmente devido ao fato dos senhores não possuírem capital suficiente para competir com os de outras Vilas. Os africanos correspondiam a 12,73% dos escravizados, uma porcentagem um pouco menor que entre o período entre 1801 e 1850, que era de 13,11%²³¹. Provavelmente os africanos foram menos de 1/5 dos escravizados da Vila de Lagarto. Os senhores que possuíam africanos eram envolvidos principalmente com o fabrico de farinha de mandioca e demais produtos voltados para o mercado interno, evidenciando que esse mercado era de grande relevância e que movimentava capital. Um deles foi João da Silva Vieira que era lavrador de mandioca, milho e criava animais. Ele possuía dezenove escravizados, dentre esses cinco africanos: Domingos, de *nação* haussá; Alexandre e Antônio, de *nação* angola; Pedro, nagô, e Mariano, classificado como

²²⁹ BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto baiano...*

²³⁰ SANTOS, MACIEL, SANTOS. Carlos J.A; Carlos R. S & Ronaldo P. *ARRAIA-MIÚDA: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-Sergipe (1800-1850)*. Estância, 2007. Monografia de final de curso de história. O autor adota como referência de pequena posse de 1 a 3 escravizados, de 4 a 9 médias posses e maiores que 10 grandes posses.

²³¹ SANTOS, MACIEL, SANTOS. Carlos J.A; Carlos R. S & Ronaldo P. *ARRAIA-MIÚDA: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-Sergipe (1800-1850)*. Estância, 2007. Monografia de final de curso de história. p.52

africano²³². João Vieira tinha uma fortuna mediana, um pouco mais de três contos de réis, o que possibilitou comprar escravizados africanos.

Apenas três dos inventariados tinham fortunas acima de 8 contos de réis. Thomé de Fraga Pimentel, lavrador de algodão e criador de animais, era o mais endinheirado da amostra, possuía 19:461\$213 réis²³³. O lavrador e criador tinha 14 escravizados, ou seja, uma grande posse. As grandes fortunas eram detidas, em sua maioria, por lavradores e criadores de animais. Além disso, 16 pessoas possuíam entre 1 e 5 contos e réis; 29 pessoas tinham fortunas menores de um conto de réis, esses eram maioria, indicando que boa parte da população também tinha uma fortuna restrita. As pessoas desta Vila possuíam menos recursos que os da Vila de Estância.

Em suma, a Vila de Lagarto era agropastoril como a Vila de Itabaiana, entretanto a lavoura possuía maior destaque, sobretudo a de produtos voltados para o mercado interno. Esse dado possibilitou que outras Vilas tivessem uma produção mais destacada de açúcar, como a de Santo Amaro, próxima Vila a ser analisada.

1.5. Santo Amaro - ...a mais famosa e rica de toda a capitania²³⁴

A criação da Vila de Santo Amaro das Brotas também remete ao século XVII. O senhor de engenho Antônio Martins de Azevedo doou 200 varas em quadra para que fosse construída a sede da Vila, na época houve um debate sobre a localização com os camaristas, pois eles acreditavam que a localização da Vila deveria ser no Porto das Redes, que também pertencia a Antônio Martins de Azevedo. No entanto, o proprietário das terras do citado Porto não concordou com a localização e reivindicou junto a Coroa o direito de permanecer com as suas terras, conseguindo êxito²³⁵. Com o avanço da colonização e a chegada da cana de açúcar se fazia necessário criar Vilas para que assim a burocracia fosse instalada, fato que facilitaria frente à representação dos interesses dos senhores de engenho e seus lavradores, por um lado, e também para a Coroa cobrar impostos sobre a produção. No entanto, apenas no século seguinte foram construídas a

²³² AGJSE, Cartório de Lagarto, cx.2, 1818. Inventário *post-mortem* de João da Silva Vieira.

²³³ AGJSE, Cartório de Lagarto, cx.2, 25/05/1821. Inventário *post-mortem* de Thomé de Fraga Pimentel.

²³⁴ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005. p.67.

²³⁵ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p.191.

Igreja Matriz, o pelourinho e as residências²³⁶. O pelourinho era um símbolo material da justiça, onde escravizados e criminosos eram castigados.

A Vila de Santo Amaro tornou-se o centro da região açucareira da Capitania de Sergipe Del Rey, chamada de Cotinguiba devido ao Rio que também recebe esse nome. Por conta do citado Rio e principalmente em virtude do rio Sergipe, a Vila conseguia escoar a sua produção. A Vila localizava-se em local privilegiado com portos, devido aos rios citados. Em 1757, a Vila possuía em torno de 50 casas, uma Igreja que não era a Matriz, a do Rosário dos Pretos, estava sendo construída e um hospício dos Carmelitas²³⁷. Em 1783, a capela da vila de Santo Amaro torna-se freguesia Santo Amaro. A Vila de Santo Amaro passou a aglutinar a Freguesia de Santo Amaro, a Freguesia de Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco, criada em 1700, a povoação em torno da capela de Nossa Senhora da Purificação, Rosário, Divina Pastora, por fim, uma missão dos Carmelitas em Japaratuba.

Conforme citado anteriormente, a criação da Freguesia de Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco é anterior a Vila de Santo Amaro, desse modo a freguesia que ficava sediada na Vila foi criada posteriormente. A última Freguesia, a de Santo Amaro, foi criada possivelmente devido às reivindicações dos camaristas e moradores. Além disso, as freguesias eram criadas quando já existia uma povoação em torno da capela, eis outro motivo para a criação da Freguesia de Santo Amaro: a distância da Capela para a Freguesia. Em 1779, os oficiais da Câmara solicitaram que tivesse um pároco para Santo Amaro, que pernoitasse na Vila, e outro para a Freguesia de Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco, pois a distância era de cinco a seis léguas²³⁸. Essa distância mostra que entre a sede da Vila e a Freguesia de Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco não era pequena o que dificultaria para o vigário dar assistência a toda Freguesia, que incluía a capela na Vila. Possivelmente em decorrência dessas solicitações é criada a Freguesia em 1783. Em seguida, em 1787, os camaristas da Vila reivindicam a Coroa o perdão dos impostos dos últimos quatro ou cinco anos devido a pobreza que se encontravam, agradecem a Rainha a criação da Freguesia e mencionam a necessidade de melhorar a construção da Igreja e por isso pedem

²³⁶ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 192-193.

²³⁷ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 192-193.

²³⁸ AHU, Projeto Resgate, CD 02 Sergipe, rolo 006, pasta 001, código 0115 ate 0119. Documento 24, Local de Emissão: Lisboa 06 de Setembro de 1779.

escolas²³⁹. Talvez, alguns dos senhores de engenho tenham contribuído para a construção da Igreja e assim não queriam enviar os impostos para a Coroa.

As solicitações de perdões de dívidas pelos moradores de Sergipe foram constantes no século XVIII, todavia essa solicitação juntamente com a notícia que a Igreja precisava de reparos e o pedido de dinheiro, possivelmente, evidencia que a Vila no XVIII ainda não possuía muitas pessoas abastardas. Segundo Thétis, no final do século XVIII e início do XIX a Vila já tinha em torno de 80 engenhos e mais de 8.000 habitantes²⁴⁰. No entanto, possivelmente, boa parte desses engenhos eram pequenos.

Através dos inventários e testamentos Setecentistas percebi que os engenhos de açúcar eram os que possuíam o maior número de escravizados, incluindo os africanos. O engenho de Mariana Francisca de Salles, por exemplo, possuía 43 homens e mulheres escravizados, dentre esses 30 eram africanos²⁴¹. No entanto, a posse de escravizados citada evidencia que não era um grande engenho.

Foram pesquisados 17 inventários *post-mortem* e 11 testamentos que incluía a Vila e suas povoações. A grande ocupação dos inventariados e testadores era a lavoura. Dentre os produtos cultivados tem-se a cana de açúcar e a mandioca. Alguns dos lavradores de cana de açúcar residiam dentro dos engenhos, como Antônio Pereira de Vasconcelos que vivia no Engenho Maracujá e tinha cinco escravizados, dentre esses três africanos²⁴². Outros cultivavam os dois produtos: cana de açúcar e mandioca. Lembro ainda a existência de uma legislação que obrigava o cultivo de mandioca para todos os lavradores. Para analisar melhor a distribuição da posse escrava, ver a Tabela 1.10:

²³⁹ AHU, Projeto Resgate CD 02, rolo 006, pasta 02, código 0248 até 0254, Documento 40, Local de Emissão: Vila de Santo Amaro da Brotas 31 de janeiro 1787.

²⁴⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, pp.192-193

²⁴¹ AGJSE, Cartório de Maruim, cx. 01/934, 19/11/1798. Inventario *post-mortem* de Marianna Francisca de Salles.

²⁴² AGJSE, Cartório de Maruim, cx. 1.807, 03/04/1794. Inventario *post-mortem* de Antonio Pereira de Vasconcelos.

Tabela 1.10
Vila de Santo Amaro: ocupações dos inventariados e testadores (1749-1800)

Ocupação	Nº	%	Nº de escravizados	Média de escravizados	Nº de africanos
Senhor de engenho	2	7,14	43 ²⁴³	21,5	30
Lavradores	7	25	49 ²⁴⁴	7	10 ²⁴⁵
Lavradores de cana de açúcar	3	10,71	36	12	15 ²⁴⁶
Lavrador de cana de açúcar e mandioca	1	3,57	3 ²⁴⁷	4	Não se sabe
Lavrador de mandioca	4	14,28	29 ²⁴⁸	7,25	3 ²⁴⁹
Lavradores e criadores de animais	3	10,71	29 ²⁵⁰	9,66	7 ²⁵¹
Ourives	1	3,57	2	2	Não se sabe
Comerciante	1	3,57	2	2	Não tinha
Sem dados	6	21,45	12 ²⁵²	2	1 ²⁵³
	28	100	205	7,32	66

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1749-1800).

De acordo com a mostra coletada a grande atividade dos moradores da Vila era a agricultura. Dentre esses os lavradores, quatorze pessoas, não plantavam a cana de açúcar; três delas além de possivelmente cultivar alimentos também criavam animais. A mandioca também aparece dentre os produtos cultivados na Vila. Ênfase que a quantidade de animais criados era pequena, comparados a outras Vilas como a de Vila Nova, ou a citada Lagarto. No entanto, bois eram necessários nos engenhos como força motriz e para escoar a produção através dos carros de bois. As posses de escravizados eram medianas, a maioria dos senhores tinha menos de dez escravizados.

Na documentação encontrei referências a dois engenhos, mas o número de unidades possivelmente era maior. Além dos senhores de engenho, identifiquei indícios de mais quatro pessoas que viviam do cultivo da cana de açúcar.

Sobre a posse escrava, uma minoria da amostra tinha pequenas posses, a maioria da documentação pesquisada é de pessoas que possuía médias e grandes posses. As maiores posses também pertenciam a pessoas que se envolveram com o plantio da cana e fabrico do açúcar. Em poucos inventários *post-mortem* foi possível identificar as

²⁴³ Uma senhora de engenho apenas menciona que tem escravizados, mas não se sabe a quantidade.

²⁴⁴ O número podia ser maior, no entanto, uma das lavradoras não citou todos os seus escravizados.

²⁴⁵ Três lavradores não caracterizam seus escravizados, e por isso não posso mensurar se eles têm africanos e quantos eram.

²⁴⁶ Uma lavradora não caracteriza seus escravizados e por isso não é possível se havia africanos e quantos eram.

²⁴⁷ O número podia ser maior, no entanto, uma das lavradoras não citou todos os seus escravizados.

²⁴⁸ Idem

²⁴⁹ Idem

²⁵⁰ Idem

²⁵¹ Idem

²⁵² Um deles não se sabe quanto escravizado tinha.

²⁵³ Dois deles não sabe se tinha africanos e nem quantos eram.

fortunas, dentre as que foram possíveis, a citada Marianna Francisca de Salles, senhora de engenho que possuía a maior fortuna, no valor de 8:701\$230. Também detinha 43 escravizados²⁵⁴. Pelos dados da amostra a Cidade de São Cristóvão e as Vilas de Itabaiana e Estância possuíam pessoas com maiores fortunas que Santo Amaro.

Marcos Souza nos informa que em 1808 a Vila possuía dez léguas, indo desde a barra do rio Cotinguiba a do Japarutuba, em toda a sua extensão possuía mais de 20.000 habitantes, cerca de 27,77% da população da capitania. Na sede da Vila viviam em torno de 4000 pessoas, dentre esses 2.000 eram brancos, 1500 pretos e os demais eram mestiços. Também cita que o açúcar era produzido em 40 engenhos e também eram plantados o algodão, legumes e cereais como o milho e feijão. Esses também eram exportados para a Bahia. Para ele o terreno era fértil e por isso a manutenção dos africanos da Guiné e de Angola era mais barata que na Bahia²⁵⁵. O que se conclui das afirmações do vigário é que mesmo a região que era o coração da produção açucareira na Capitania também produzia gêneros alimentícios no início do XIX. O vigário também apresenta indícios de quais eram as nações dos africanos que viviam na Vila.

Ainda segundo Souza, parte da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro fazia parte da Vila de Santo Amaro e possuía 7.000 pessoas distribuídas em 2.000 brancos, 2.000 pretos e 3.000 pessoas mestiças; portanto, era mais habitada que a sede da Vila. Através desses dados percebe-se que a população negra, escrava e liberta era parcela considerável da população. Produziam açúcar e exportavam por volta de 1808 cerca de mil caixas para a Bahia, além dos 2000 alqueires de feijão, porcos, galinhas e perus que também eram exportados para a citada Bahia²⁵⁶. O vigário noticia a criação e exportação de outros animais na Capitania, além do gado. Nessa Freguesia tinha cerca de mil lavradores, o que evidencia que a principal atividade era a agricultura.

Outra Freguesia que fazia parte da Vila era a de Jesus, Maria José e São Gonçalo do Pé do Banco. Nesta Freguesia também era produzido açúcar e se exportava cerca de 800 caixas nos anos chuvosos. Além do açúcar era cultivado o algodão. A produção era menor que na Freguesia anterior e Vigário atribui esse fato ao solo, pois em alguns locais era repleto de calcário, por isso não favorável ao cultivo de cana de açúcar. A população era em torno de 7.500 pessoas, 2.000 brancas, 2.000 pretas e o restante era

²⁵⁴ AGJSE, Cartório de Maruim, cx. 01/934, 19/11/1798. Inventario *post-mortem* de Marianna Francisca de Salles.

²⁵⁵ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.p. 68

²⁵⁶ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.pp. 68-70

mestiça²⁵⁷. Os negros também compunham parte considerável da população. Ressalto que o Marcos Souza foi vigário nessa Freguesia, por isso concluímos que ele teve subsídios para ter mais informações sobre essa região que sobre as demais.

Em torno da capela de nossa Senhora da Purificação surgiu uma povoação com cerca de 4.000 pessoas. Nesta povoação havia uma feira de povoação e os habitantes tinham que percorrer longas distâncias para ir à sede da Vila e para a Freguesia, citada anteriormente. Uma mostra do crescimento da povoação é que a Capela de Nossa Senhora da Purificação se tornou Freguesia em 1813²⁵⁸. No século XIX algumas povoações se tornaram freguesias, a exemplo de Nossa Senhora da Saúde da Japarutuba que também foi criada em 1813²⁵⁹. Algumas das Freguesias se tornaram Vilas a exemplo de Divina Pastora, também surgiram outras povoações como a de Bom Jesus²⁶⁰.

Por fim, continuava fazendo parte de Santo Amaro, no início dos Oitocentos, a povoação as margens do Rio Japarutuba onde também se localizava uma missão dos Carmelitas. Nessa missão viviam 300 índios com um carmelita; eles cultivavam arroz e outros produtos de subsistência que também eram comercializados para a Bahia, pelo São Francisco ou pelo trapiche de Maruim²⁶¹.

No século XIX, A Vila ainda tinha muitos portos, pelo mar e rios, dentre eles: o das Redes, das Pedras, Cavalos, Porto do Furado e Tiririca que recebiam navegações de cabotagem. A produção de açúcar escoava principalmente por Porto das Redes e Maruim²⁶². Tinham ainda os portos do engenho Caeira, com o seu trapiche, e o da Conceição por onde saíam caixas de açúcar para a Praça da Bahia²⁶³. A produção também saía por pequenas embarcações como canoas, pois a região é cortada por pequenos e grandes rios. Dentre os inúmeros prédios existentes na sede da Vila estavam o da Igreja Matriz, a Capela de Nossa Senhora do Amparo e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.²⁶⁴

²⁵⁷ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005. pp. 70-71

²⁵⁸ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 221.

²⁵⁹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 221.

²⁶⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p.193.

²⁶¹ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005, pp. 71-72.

²⁶² NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p. 192

²⁶³ FREIRE, Felisbelo. "A antiga Vila de Santo Amaro (o seu passado)" In: *Revista do IHGSE*, Ano II, 1914, fascículo III e IV, pp.189-190

²⁶⁴ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p.190

No início dos Oitocentos ocorreram grandes mudanças na Vila de Santo Amaro. Surgiram outras povoações como a de Maruim, que passou a existir em torno de um trapiche construído por José Pinto de Carvalho, um português. A partir de então, o melhor e mais movimentado porto da Vila passou a ser o de Maruim²⁶⁵. As povoações de Rosário e a já citada em torno da Capela de Nossa Senhora da Purificação também cresceram nesse período. Segundo Thétis Nunes, os comerciantes passaram a morar na Povoação de Laranjeiras e de Maruim, com isso Santo Amaro foi perdendo importância econômica. Entre 1825 e 1835 houve vários conflitos entre a população, os integrantes da Câmara de Santo Amaro dentre outros. Pois alguns defendiam que a Vila fosse transferida para Maruim, enquanto que outros, como o vigário de Santo Amaro, o Padre Gonçalo Coelho, defendiam que a Vila permanecesse em Santo Amaro. Em 1835, depois de algumas idas e vindas, a Vila de Maruim foi criada e alguns meses depois a de Santo Amaro voltou a existir, ficando assim as duas Vilas. Neste texto trabalhei as duas como sendo apenas uma Vila.

Foram fichados 81 inventários *post mortem* e testamentos entre 1801 e 1835. Os dados evidenciam um crescimento da lavoura de cana de açúcar e dos engenhos, muitos engenhos dessa Vila foram construídos nesse período. Em decorrência desse crescimento também aumentou a população escravizada. Ao olhar sobre os registros de batismo de Santo Amaro, na primeira década do século XIX, percebe-se a entrada de africanos nesse período, que será trabalhado no segundo capítulo. Um ponto importante é que a lavoura de mandioca continuou sendo cultivada na Vila. Ver tabela 1.11:

A Vila continuou sendo, sobretudo agrícola, poucos animais eram criados nos sítios da Vila, tipo de propriedade mais comum na Santo Amaro Oitocentista. Sítios onde eram cultivados: mandioca, cana de açúcar, feijão, coco dentre outros produtos. Foram encontrados 48 lavradores, desses nove lavravam a mandioca. Alguns deles não tinham terra, ou seja, possivelmente arrendavam terra para cultivar o produto, infere-se daí que algumas deles eram pessoas pobres. Como Francisco José de Mello que, em 1803, tinha seis escravizados, um deles africano e fabricava farinha de mandioca e não tinha terras²⁶⁶. Esses lavradores possuíam uma média de seis homens e mulheres escravizados, perfazendo uma média posse. Os lavradores, incluindo os de mandioca e

²⁶⁵ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. pp. 193-194

²⁶⁶ AGJSE, Cartório de Maruim, cx. 02/808, 18/08/1803. Inventário *post-mortem* de Francisco José de Mello.

excetuando os de cana de açúcar, eram os que possuíam as posses medianas de escravizados.

Tabela 1.11
Vila de Santo Amaro: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)

Atividade econômica	Inventariados e Testadores	%	Número de escravizados	%	Número de africanos
Lavrador	27	33,33	196	22,8	45
Lavrador de cana de açúcar	11	13,58	112	13,02	33
Lavrador de mandioca	8	9,87	54	6,27	18
Lavrador de mandioca e alambique	1	1,23	18	2,1	—
Lavrador e criador	1	1,23	1	0,11	Não se sabe
Senhor de Engenho	11	13,58	400	46,51	162
Salineiro e comerciante	1	1,23	6	0,7	1
Sem dados	20	24,69	72	8,37	6
Comerciante	1	1,23	1	0,11	1
Totais	81	100	860	100	266

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1801-1835).

Vários foram os engenhos que apareceram na documentação, dentre eles Nossa Senhora da Conceição, Porteira, Mato Grosso, Paripiry, Retiro, Sapé, Campanha, São Joaquim, Campo Redondo, Prepery, Topo, Cambão de Cima, Serra Negra, Santa Ana, Jenipapo, Unha de Gato, Jordão e o Pedras. Segundo Almeida esses engenhos eram pequenos, as sesmarias doadas em Sergipe possuíam em sua maioria até três léguas quadradas²⁶⁷. Boa parte desses engenhos ficava próximo a rios, pois esses facilitariam o escoamento da produção, como já foi citado, e alguns eram movidos a água, os chamados engenhos reais.

Encontrei 22 pessoas ou famílias envolvidas na fabricação do açúcar. Dessas onze eram senhores de alguns dos engenhos citados anteriormente. Alguns desses senhores eram nascidos em terras sergipanas, a exemplo de João Gonçalves Franco que nasceu na freguesia de Divina Pastora. Boa parte das famílias que dominaram o cenário político Oitocentista eram proprietárias desses engenhos, como Manoel de Deos Machado, que foi Presidente da Província e era o senhor do engenho Santa Anna ou Sebastião Botto que também era senhor de engenho. Não foi possível encontrar na

²⁶⁷ ALMEIDA, Maria da Glória S. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.pp.137-138

documentação muitos dados sobre as naturalidades desses senhores e senhoras de engenho e, com o falecimento dos consortes, algumas mulheres assumiam o comando das unidades produtoras como D. Anna Maria da Conceição, viúva de Simião Telles de Menezes, senhora do engenho Jenipapo²⁶⁸. Alguns engenhos no período foram herdados e algumas famílias possuíam inúmeros engenhos. Antônia Maria de Caldas, senhora do engenho Topo, era mãe de João Paes Rollemberg que era senhor do engenho Mato Grosso.

Para montar um engenho era necessário muito capital. Segundo Thétis Nunes, os engenhos sergipanos foram financiados por comerciantes lusos instalados na Bahia²⁶⁹. Lembro que tinham comerciantes lusos em Sergipe que também podem ter contribuído nos financiamentos desses engenhos. Trabalhos futuros poderão destrinchar esses aspectos. Alguns deles também foram financiados pelas Santas Casas de Misericórdias da Bahia e de Sergipe. A exemplo de Leandro Gomes Alves Pereira, senhor do engenho Cambão de Cima, que devia mais de três contos de reis a primeira instituição. Segundo Barickman, além do capital era necessário de sete, oito anos para um engenho funcionar²⁷⁰. Alguns desses engenhos tinham grandes construções e possuíam capelas, a exemplo de Santa Ana e Nossa Senhora da Conceição.

Seis pessoas possuíam fortunas superiores a cinco contos de réis. A maior fortuna pertencia a Gonçalo Paes Barbosa Madureira, que tinha 65:327\$235 réis de montante-mor e líquido tinha 51:641\$479²⁷¹, possuía muitas dívidas. Ele era senhor de engenho, administrador do Diretório dos Índios em Sergipe, possuía 75 escravizados. As grandes fortunas pertenciam a senhores de engenho ou a donos de alambique. Os valores das fortunas aumentaram, mas o fato dos moradores de Laranjeiras fazerem parte da Vila de São Cristóvão possivelmente contribuiu para que as fortunas da Cidade fossem maiores que a da Vila em pauta.

Evidenciando a importância do açúcar, bem como o prestígio e poder que os senhores de engenho possuíam, em 1700 eles ganharam o direito de matar os animais que invadissem as terras cultivadas. No entanto, segundo Schwartz ocorreram ratificações dessa lei em 1709 e 1740 e diversos litígios posteriores no Recôncavo

²⁶⁸ AGJSE, Cartório São Cristóvão, Libelo civil, autor: Manuel Joaquim de Moura, 16/11/1821, cx. 3/37.

²⁶⁹ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I...

²⁷⁰ BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto baiano...* açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.76

²⁷¹ AGJSE, Cartório de Maruim, cx. 01/1683, 01/06/1831. Inventário *post-mortem* de Gonçalo Paes Barbosa Madureira.

Baiano, evidenciando que não era um problema resolvido²⁷². Na centúria seguinte, em 1821, houve um conflito entre D. Anna Maria da Conceição e Manuel Joaquim de Moura, sitiante na Patioba, o último deixou seus animais entrarem no engenho da primeira²⁷³. Mostrando que o problema nas terras sergipanas ainda persistia. Almeida afirma que alguns senhores de engenho se apossavam de terras, invadiam terras e matavam animais²⁷⁴.

Esses engenhos tinham em média 36 escravizados, cada escravizado cuidava de aproximadamente uma tarefa de cana de açúcar²⁷⁵ e cada uma delas possibilitava a feitura de 37 pães de açúcar²⁷⁶. Todavia, além do cultivo para o funcionamento do engenho era necessário inúmeras funções como o mestre de açúcar, banqueiro, purgadores dentre outras, algumas dessas atividades eram desenvolvidas por escravizados e outras por pessoas livres pobres que eram contratadas por jornadas. Por esses elementos possivelmente a produção desses engenhos não era muito grande. Segundo Antonil, havia engenhos na Bahia que produzia cerca de 4000 pães²⁷⁷. Em Sergipe não temos dados para o período de quanto produzia em média um engenho.

Onze inventariados e testadores eram lavradores de cana de açúcar. Alguns deles continuaram residindo dentro dos engenhos, como foi o caso de João de Moura Pinto que possuía tarefas de cana de açúcar no já citado Engenho Mato Grosso, que pertencia a João Paes Rollemberg. O lavrador possuía quatro escravizados, e o senhor de engenho, 29 escravizados. A existência de lavradores de cana de açúcar era o que permitia que os engenhos tivessem um número de reduzidos de escravizados. Os lavradores tinham em média 10 escravizados.

Somando a quantidade de homens e mulheres escravizados dos engenhos e plantadores, juntos possuíam mais da metade da população escravizada da Vila. Esses lavradores eram responsáveis pelo transporte da cana de açúcar que produziam até os engenhos e por isso alguns tinham carros de bois. Todavia, alguns pagavam para fazer esse transporte, como João Manoel de Andrade, que pagou 13\$280, em 1827, para levar

²⁷² Schwartz, Stuart. *Segredos internos: Segredos Internos: engenhos e escravizados na sociedade colonial*. SP: Companhia das Letras, 1988. p. 253

²⁷³ AGJSE, Cartório São Cristóvão, 16/11/1821, cx. 3/37. Libelo civil, autor: Manuel Joaquim de Moura.

²⁷⁴ ALMEIDA, Maria da Glória S. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe; Secretaria do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.p.140

²⁷⁵ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos...* p.134

²⁷⁶ AGJSE, Cartório São Cristóvão, 16/11/1821, cx. 3/37. Libelo civil, autor: Manuel Joaquim de Moura.

²⁷⁷ ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p.28

as canas para serem moídas no Engenho de João Gomes de Melo, na freguesia de Nossa Senhora da Purificação da Capela²⁷⁸.

Por fim, alguns senhores da Vila de Santo Amaro também tinham propriedades nas Vilas localizadas às margens do São Francisco, essas serão as duas últimas Vilas analisadas: Vila Nova e Propriá.

1.6 As Vilas Franciscanas: Vila Nova e Propriá

No século XVII, os holandeses ocuparam parte das terras sergipanas e construíram um fortim na povoação que ficava às margens do Rio São Francisco, povoação que posteriormente se tornou Vila Nova. Nesse período já existiam fazendas de gado na região, que forneciam carnes e couro para a Capitania da Bahia²⁷⁹. Para Thétis, inicialmente a pecuária permitiu o acesso a terra para uma população mais pobre, mestiça e alguns indígenas fugidos. Em 1660, essas terras foram doadas para Sebastião de Britto Castro com a condição que ele construísse uma cadeia, um pelourinho, casa da câmara e que tivesse 30 moradores. A povoação transformou-se em Vila de Donatário, no entanto, ele faleceu antes de cumprir as condições. Algumas vastas sesmarias foram doadas nas margens do São Francisco, pois como era uma região de estiagens o gado poderia mover-se a procura de melhores pastagens. O intuito da Coroa era de ocupar a região, fazer com que o Estado estivesse mais presente e assim dificultaria futuras invasões e aumentaria a arrecadação de impostos²⁸⁰. Em 1678 foi criada a Freguesia de Santo Antônio da Vila Nova do Rio São Francisco, apenas aquele Rio fazia a divisa com a Vila de Penedo, localizada na Capitania de Pernambuco²⁸¹.

No início do XVIII, Antonil aponta que na região do São Francisco havia a criação de inúmeros animais e que as boiadas eram levadas para a cidade de Salvador e para as Vilas do Recôncavo. Conforme já foi citado, os bois eram utilizados nas fábricas dos engenhos, as carnes eram consumidas e o couro tinha diversas utilidades, inclusive a de enrolar o tabaco que era comercializado²⁸². Segundo Thétis Nunes, nessa centúria,

²⁷⁸ AGJSE, Cartório Maruim, cx. Caixa 810, 1827. Inventariado: João Manoel de Andrade.

²⁷⁹ Segundo Thétis Nunes, os cronistas enfatizam a importância desse gado para a Bahia. Ela afirma isso citando os documentos dos holandeses, de Diogo Campos Moreno e Antonil. Ver: NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...*, pp. 112-120.

²⁸⁰ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p.196

²⁸¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. p.221

²⁸² ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. P. 95-97.

a pecuária ainda era a principal atividade econômica da Capitania de Sergipe Del Rey²⁸³. Possivelmente, apenas na primeira metade do século XVIII os inventários coletados indiciam uma transição da economia pastoril para a agrícola.

Em 1708, os moradores da freguesia de Vila Nova reclamavam por não poderem legalmente escravizar os índios por causa da ação dos padres jesuítas, pois eles não tinham renda para comprar escravizados africanos, por isso precisavam dos primeiros. Em 1710, os moradores da freguesia protestaram na Cidade de São Cristóvão, a quem eles estavam ligados administrativamente, com o intuito de reclamar sobre o aumento do imposto do sal e reivindicar melhores possibilidades de acesso à mão de obra africana, pois eles continuavam sem acesso. Posteriormente, os moradores solicitaram a Coroa que adquirissem o estatuto de Vila, devido à distância da Freguesia para São Cristóvão, em torno de 30 léguas, que dificultava inúmeros processos administrativos e judiciais²⁸⁴.

Em 1731, o Estado Português concedeu o título de Vila unida à Coroa, intitulada Vila Nova Real do Rio São Francisco, com uma jurisdição de 50 léguas para o sertão²⁸⁵. Esse território incluía a Freguesia Santo Antônio da Vila Nova do Rio São Francisco, a Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, criada em 1718, povoação de Porto da Folha, Currealinho²⁸⁶, Curreal das Pedras²⁸⁷, Ilha de Brejo Grande ou Paraúna²⁸⁸, e as missões capuchinhas de São Pedro de Porto da Folha e a de São Félix. Assim toda a região margeada pelo São Francisco, incluindo o sertão, seria da jurisdição da Vila recém-criada. Segundo Thétis Nunes as três primeiras povoações citadas surgiram em decorrência da criação de animais²⁸⁹. A área da Vila foi modificada apenas com a criação da Vila de Propriá em 1801, que passou a englobar a Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo e as terras em direção ao sertão do São Francisco passaram a fazer parte da última Vila. Vila Nova fazia divisa com a grande Vila de Penedo, no

²⁸³ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I... .p.120

²⁸⁴ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. p.197

²⁸⁵ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. p.197

²⁸⁶ Povoado que margeia o Rio São Francisco, na zona limítrofe entre os atuais municípios de Poço Redondo e Porto da Folha.

²⁸⁷ Atual Gararu, Ver: NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I... .p.121

²⁸⁸ Essa área teve disputa entre a capitania da Bahia e de Pernambuco, no entanto, decidiu-se que essa Ilha faria parte da Comarca de Sergipe, e decidiram que faria parte da jurisdição da Vila Nova e não da de Penedo. Ver: AHU, Projeto Resgate, ROLO 05, N° do Inventario: 39, Caixa: 07, Documento: N° 38, Ano emissão: ant.1756 mês emissão: janeiro, dia emissão: 27 Local da emissão: Bahia.

²⁸⁹ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I... .p.121

outro lado das margens do Rio, o que facilitava no momento de comércio, como também contribuía para uma rivalidade nas atividades comerciais²⁹⁰.

Foram pesquisados 13 inventários e 3 testamentos que são de diversas localidades da Vila. Eles abarcam a Povoação de Porto da Folha, Curral das Pedras, Curralinho, Propriá e a sede da Vila. Desses 16 moradores, apenas um não tinha escravizado e era lavrador e criador de animais, os demais exerceram suas atividades com mão de obra escrava. A tabela seguinte permite uma visualização das principais atividades desenvolvidas na Vila:

Tabela 1.12

Vila Nova Real do Rio São Francisco: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1751-1799)

Ocupação	Inventariados e Testadores	%	Número de escravizados	%	Nº de africanos	Media de escravizados
Criador de animais	9	56,25	85	65,38	21	9,4
Criador de animais e lavrador	5	31,25	30	23,08	5	7,5
Senhor de engenho	1	6,25	13	10	7	13
Sem dados	1	6,25	2	1,54	1	2
Total:	16	100%	130	100%	34	

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1751-1799).

Os inventários e testamentos Setecentistas corroboram com as informações dos cronistas Diogo Campos Moreno e Antonil, que a maioria das pessoas da Vila Nova Real do Rio São Francisco era envolvida com a criação de animais. Eles utilizavam a mão de obra escrava, incluindo africanos, ou seja, algumas pessoas que criaram animais conseguiram ter acesso à mão de obra africana. Assim, eles tiveram êxito com os protestos do início dos Setecentos, possivelmente em decorrência do aumento no número de africanos nas terras sergipanas, que ocorreu na segunda metade dos Setecentos.

Para Thétis Nunes, com o desenvolvimento da lavoura canavieira e a consequente criação de núcleos urbanos, cresceu a demanda por gado. Além de exportado para a Bahia também era consumido nas Vilas e povoações em Sergipe e usados nos engenhos. Talvez por isso a criação de animais seria relativamente lucrativa, o que permitiu a acumulação de alguma riqueza e compra dos africanos. A autora cita

²⁹⁰ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial II... 1996. p.197

que Antônio Ferrão Castelo Branco, proprietário do Morgado de Porto da Folha, localizado na Freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, era senhor de 30 léguas de terra na margem do São Francisco, onde ficavam suas treze fazendas. E que, em 1745, ele possuía 103 escravizados e criava 4.145 vacas dentre outros animais²⁹¹. Em 1762, Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, possivelmente parente e herdeiro do primeiro, possuía 59 escravizados, dentre 12 africanos. Ele criava animais e tinha um engenho em São Francisco do Conde no Recôncavo Baiano²⁹². Possivelmente, parte dos animais criados iam para o citado engenho.

O grupo formado pelos criadores de animais era heterogêneo: existiam grandes e pequenos proprietários de animais na Vila. Principalmente os primeiros contavam com a mão de obra dos escravizados e correspondiam a 56,25% da mostra coletada, nove pessoas. Quatro criadores tinham posses pequenas, 1 a 3 escravizados, a mesma quantidade possuía médias posses de 5 a 9 escravizados e apenas um criador tinha mais de 10 escravizados, uma grande posse. Dentre os animais eram criados bois, cavalos e o chamado *gado miúdo*, cabras e ovelhas.

Outro grupo eram lavradores e criadores, 31,25 % de toda amostra coletada. Os produtos cultivados por eles eram o algodão e a mandioca. Eles tinham cerca de 23% dos escravizados catalogados. A lida com os animais e o cultivo dos produtos citados era feita com mão de obra escravizada, também tiveram acesso aos africanos. A exceção foi apenas um lavrador e criador de animais que era despossuído de escravizado.

No decorrer do século XVIII, com a citada expansão da lavoura canavieira, os engenhos chegaram às áreas mais afastadas da Cotinguiba, ocupando solos menos férteis, incluindo as margens do São Francisco. Lembro que uma parte dessas margens ficava relativamente próxima do litoral, o que possibilitava uma maior quantidade de chuvas que eram necessárias para o cultivo da cana de açúcar. Por isso a existência de no mínimo um engenho na Vila. Na centúria seguinte o número de engenhos em Vila Nova ampliou. Além das atividades citadas, a pesca também foi uma possibilidade para os moradores da região. Também encontrei barcos dentre os bens arrolados que, além da pesca, também podiam ser usados para o deslocamento para a outra margem do Rio ou outras povoações. As atividades econômicas dessa Vila não eram tão diversificadas, se comparadas com as de São Cristóvão.

²⁹¹ NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I... .p.124.

²⁹² AGJSE, Cartório de Porto da Folha, 28/07/1762, 01. 2954. Inventário *post mortem* de Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco.

Em 1798, o pároco de Vila Nova, Alixo Soloza, alegava que seus paroquianos eram muito pobres²⁹³. O pároco fez uma observação acertada, dos moradores que fizeram inventários *post-mortem* apenas dois possuíam fortunas maiores a um conto de réis²⁹⁴. Ou seja, os seus moradores eram os que possivelmente possuíam as menores fortunas da Capitania.

No início do XIX, conforme foi mencionado anteriormente, a região que abrangia a Vila Nova foi dividida em duas Vilas: Vila Nova e Propriá. A primeira, distante da foz do Rio São Francisco 7 léguas; a outra, mais distante da foz, a missão de Pacatuba e as terras de Jaboatão, além da Ilha de Brejo Grande, continuaram na jurisdição de Vila Nova²⁹⁵. Em 1802, a Vila Nova tinha 4.315 pessoas na Freguesia de Santo Antônio de Vila Nova e em Pacatuba 541 pessoas²⁹⁶. Em 1808, segundo Souza tinha 1.309 casas e mais de 4.000 pessoas; dessas, mil brancas e pretas e as demais eram mestiças²⁹⁷. Para Mott, uma prova do grande contingente de pardos nessa Vila são as reivindicações em 1824 para a existência de pelotões dos Homens de Cor²⁹⁸. Em 1825, 6.622 pessoas e quatro anos depois a população chegaria a 7.850 pessoas. Nos mesmos anos Pacatuba possuiria 494 e 600 respectivamente²⁹⁹. Vila Nova até a década de 10 dos Oitocentos era a mais populosa Vila das margens sergipanas do São Francisco, na década de 20 Propriá superou a população da primeira. Uma parte dessas pessoas possivelmente estava envolvida com o comércio. Marcos Souza chama atenção para o comércio que existia entre Vila Nova, a Bahia e Pernambuco através do Rio, e por isso a existência de barcos³⁰⁰.

Ainda segundo Souza, as pessoas que residiam na região que continuou sendo Vila Nova não cultivavam mandioca nem criavam animais. A exceção eram os Carmelitas que possuíam fazendas próximas ao oceano Atlântico, chamadas de Santa Izabel. O gado lá criado era enviado para os serviços nos engenhos da Bahia. Segundo Mott, Vila Nova em 1823 tinha 12 engenhos, mas sua principal atividade econômica era

²⁹³ Inventário: 466, caixa 09, documento 5-A, 14 de Dezembro de 1798, Local de emissão: Vila Nova.

²⁹⁴ Ressalto que o inventário *post-mortem* de Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco não possui o valor total dos seus bens. Possivelmente era a maior fortuna da Vila. E do senhor de engenho foi encontrado apenas o testamento, por isso não é possível identificar o valor da sua fortuna. Todavia, esses dois personagens possivelmente possuíam fortunas que eram exceções na Vila.

²⁹⁵ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II...* 1996. pp.79-83

²⁹⁶ MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...* p.74

²⁹⁷ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005, p.79

²⁹⁸ MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...* p. 53-54.

²⁹⁹ MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...* pp. 77-78

³⁰⁰ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005, pp.79-81.

a policultura de subsistência, seguido da pecuária; menciona também a pesca e o parco cultivo de cana de açúcar³⁰¹. Os documentos que pesquisei também evidenciam o cultivo e a criação.

Não foram encontrados inventários *post-mortem* da Vila Nova para o período pesquisado, apenas 23 testamentos que foram feitos na cidade de São Cristóvão. Mesmo tornando-se Vila, alguns moradores continuaram indo para São Cristóvão fazer seus testamentos. Apenas dois dos testadores não mencionam escravizados, ou seja, a escravidão também foi difundida em Vila Nova no período de 1801 a 1835, um deles criava animais e lavrava a terra e o outro despossuído de escravizados não deixou vestígios da sua atividade econômica. Informo que boa parte dos testamentos não fornecem dados minuciosos sobre os escravizados, como idade, nacionalidade e preço, mas fornece indícios sobre as atividades econômicas, ver tabela 1.13:

Tabela 1.13
Vila Nova: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)

Ocupação	Nº	%	Nº de escravizados	% dos escravizados	Nº africanos	Média de escravizados
Criador de animais	3	13,04	16	16	3	5,53
Criador de animais e lavrador	6	26,1	24	24	3 ³⁰²	4
Criador de animais e comerciante	1	4,34	7	7	Não se sabe ³⁰³	7
Senhor de engenho	1	4,34	4 ³⁰⁴	4	Não se sabe ³⁰⁵	4
Lavrador	6	26,1	36	36	10	6
Oleiro	1	4,34	4	4	Não se sabe	4
Sem dados	5	21,74	9		1 ³⁰⁶	1,8
Total:	23	100%	100	100	17	

Fonte: Testamentos e inventários *post-mortem* 1801-1835.

Diferentemente do século XVIII, os lavradores foram maioria, pois 12 pessoas cultivavam a terra, 52,2%, dentre esses 26,1% apenas plantavam, ou seja, não criavam animais. Esses lavradores cultivavam mandioca, cana de açúcar e cocos. Em 1827,

³⁰¹ MOTT, Luiz R.B. Sergipe Del Rey... p.73

³⁰² Alguns testadores não caracterizaram os escravizados, assim não há como saber se havia africanos dentre eles.

³⁰³ O testador não caracterizou os escravizados, assim não há como saber se havia africanos dentre eles.

³⁰⁴ A senhora, Francisca Maria da Silva, menciona que possui alguns escravizados machos e fêmeas e cita o nome de oito escravizados, o número podia ser um pouco maior.

³⁰⁵ O testador não caracterizou os escravizados, assim não há como saber se havia africanos dentre eles.

³⁰⁶ Alguns testadores não caracterizaram os escravizados, assim não há como saber se havia africanos dentre eles.

Severino Antônio do Espírito Santo tinha um sítio de cocos³⁰⁷. Um desses lavradores tinha barco e transportava suas mercadorias para serem comercializadas possivelmente para Penedo ou Propriá³⁰⁸. A Primeira era um grande centro comercial e a Segunda tinha uma grande feira.

Dos testamentos encontrados, em seis deles há sinais que as pessoas possuíam as duas atividades, agricultura e pecuária. Como Ângelo Pereira que tinha propriedades nas duas margens do Rio São Francisco, em Penedo e Vila Nova e possuía as duas atividades³⁰⁹. Outros três eram apenas criadores de animais, um deles era fazendeiro, o que indicia um número maior de animais. Nesse grupo havia presbíteros. Em 1819, José de Serqueira de Araújo criava animais e era Presbítero de São Pedro³¹⁰. Eles compunham 13,04% da amostra. Um dos criadores de animais também mercadejava. Em 1819, Pedro José da Silva, nascido em Braga, criava animais e mercadejava³¹¹. E entre os produtos cultivados por eles também aparece a mandioca.

Encontrei apenas um engenho que possivelmente era pequeno. Outro testador, Pedro Duarte Pessoa, era oleiro, tinha duas casas no *Carrapixo* e uma delas com olaria. A proximidade com o Rio facilitava a feitura de cerâmicas, pratos e potes. Dos cinco testadores restantes não há dados para caracterizar o que produziam. Assim, a maior parte dos testamentos encontrados fornecem indícios que a agricultura era a atividade mais importante de Vila Nova e, possivelmente, o principal produto era a mandioca.

Dos 23 testadores e testadoras, 21 possuíam escravizados, nos demais não há indícios. Apenas três senhores possuíam número igual ou maior a 10 escravizados, onze possuíam pequenas posses de 1 a 3 escravizados e os outros sete entre 4 a 9 escravizados. Ou seja, a posse escrava não era escassa, mas as posses eram pequenas e os que lavravam a terra eram os que mais possuíam escravizados. Evidenciando que nessa região não circulava capital suficiente para a aquisição de um grande número de escravizados, todavia, enfatizo que escravizados se fizeram presente na Vila trabalhando no eito, afazeres domésticos e na lida com os animais. Ressalto que alguns desses escravizados eram africanos, no mínimo 17.

Um aspecto importante é que três dos testadores eram portugueses, outros três eram de Penedo, dois da Capitania da Bahia, quatro de outras Vilas da Capitania de

³⁰⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 11/05/1827, cx. 71. Testamento de Valeria Maria do Sacramento.

³⁰⁸ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 11/05/1827, cx. 71. Testamento de Valeria Maria do Sacramento.

³⁰⁹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 09/12/1820, cx.62. Testamento de Angello Pereira.

³¹⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 06/07/1819, cx. 71. Testamento de Jose de Serqueira de Araújo.

³¹¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 24/04/1819, cx. 03.69. Testamento de Pedro José da Silva Caixa.

Sergipe. Logo, a região atraía pessoas de outras localidades, possivelmente por acreditarem que nela conseguiriam acumular alguma riqueza, ou por ser uma região limítrofe, banhada pelo Rio e próxima ao oceano, o que facilitaria o comércio.

A outra Vila, Propriá, criada em 1801, ficava distante da foz do Rio 14 léguas. Marcos Souza ressalta a dimensão da Vila que chegava até o Riacho Xingó e a importância da feira. Em 1802, existiam 3.814 pessoas, seis anos após, a Vila possuía 600 brancos, 1.200 pretos, e os demais eram mestiços dentre esses mamelucos, curibocas e pardos. No ano de 1825, 8.792 pessoas e no final da década mais de 10 mil pessoas³¹². Mott, utilizando os mapas da população de 1802 e 1825, concorda que boa parte da população era mestiça; defende também que o número de negros era menor que outras regiões, possivelmente por ser uma região que não se envolveu diretamente com cultivos que possibilitaram um maior acúmulo de capital. O autor também aponta que entre os anos citados houve uma miscigenação, haja vista que a percentagem de brancos e negros diminuiu e aumentou o número de pardos³¹³.

Souza aponta que as principais atividades econômicas da última Vila seriam a pesca, o cultivo do algodão e principalmente a pecuária, para ele existia umas 200 fazendas de gado. O vigário Marcos Souza cita o Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco que possuía as conhecidas 30 léguas, que formavam Porto da Folha. O vigário não via com bons olhos uma propriedade com tamanha extensão. Já Mott acredita que o número de fazendas era menor e que havia uma predominância de sítios e pequenas propriedades³¹⁴. Segundo Mott, Propriá além das atividades citadas em 1823 tinha 9 engenhos de moer açúcar. Distante da Vila umas 30 léguas *rio acima* estava a missão capuchinha de São Pedro, habitada por 300 índios que viviam da pesca e do cultivo da mandioca³¹⁵. Talvez as fazendas de gado ficassem mais próximas à povoação de Canindé e Porto da Folha, áreas mais áridas. Enquanto que as regiões mais próximas da sede da Vila teriam propriedades menores dentre elas os sítios.

Sobre a situação jurídico-social dos habitantes das duas vilas, em 1825, a maior parte das pessoas eram ingênuas, ou seja, nasceram livres. Segundo Mott, além das brancas, uma parte dessas ingênuas eram pardas e pretas, o que demonstra uma mobilidade social em tempos anteriores, já que no ano referido a percentagem de

³¹² Idem

³¹³ MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...* p.77

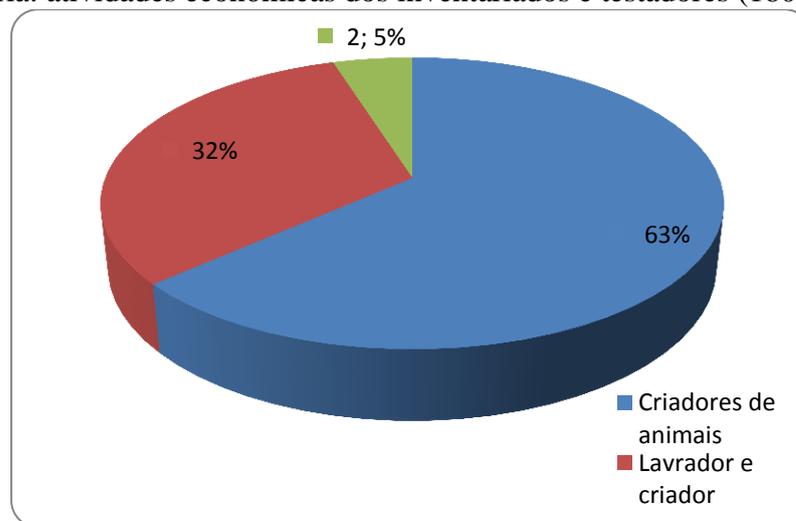
³¹⁴ MOTT, Luiz R.B. *Sergipe Del Rey...* p.73

³¹⁵ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Sergipe, Aracaju, Secretaria de Cultura, 2005.pp.88-89.

libertos era pequena. Em Vila Nova 57,5% das pessoas eram ingênuas, 22,1% escravizadas e 2,9% libertas. Em Propriá 53,8% eram ingênuas, 17,2% cativas e 1,4% libertas, na povoação de Porto da Folha 54,6% ingênuas, 7,5% cativas e 2,8% libertas. Muitos dos livres e libertos trabalhavam nas fazendas e sítios, ou eram agregados delas. Para Mott era uma região com poucos recursos. O mesmo autor pontua que poucos pardos conseguiram ingressar na elite dessas Vilas se tornando grandes proprietários³¹⁶.

Sobre a Vila de Propriá encontrei 35 inventários *post-mortem* e 15 testamentos³¹⁷. Desses no mínimo oito eram da povoação de Porto da Folha. Os testamentos não fornecem muitas informações sobre os escravizados, são ainda mais precários que os de Vila Nova. No entanto, permitem ter uma amostra das atividades econômicas desenvolvidas na Vila de Propriá de El Rey do Rio São Francisco. Dos 50 documentos apenas 9 não possuem dados sobre a economia. Somando os 41³¹⁸ documentos é possível chegar as seguintes conclusões, ver o Gráfico 1.2:

Gráfico 1.2
Vila de Propriá: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)



Fonte: Testamentos e inventários *post-mortem* 1801-1835.

Diferentemente de Vila Nova, a região que passou abranger Propriá possuía como principal atividade a pecuária. Entre pequenos, médios e grandes criadores foram encontradas 26 pessoas envolvidas nessa atividade que correspondiam a 63% da mostra. Esse grupo era heterogêneo, pois tinha senhores que possuíam poucos animais e outros

³¹⁶ MOTT, Luiz R.B. Sergipe Del Rey... pp.78-79

³¹⁷ Dois deles se referem às mesmas propriedades, primeiro faleceu o marido e no ano seguinte a esposa. Só será computado como um testamento, pois não há alterações nos bens.

³¹⁸ Dois dos testamentos se referem às mesmas propriedades, primeiro faleceu o marido e no ano seguinte a esposa. Só será computado como um testamento, pois não há alterações nos bens.

com grandes fazendas, também havia os que criavam apenas gado *vacum* e cavalari; outros além desses possuíam os lonígenos e caprinos. Três desses criadores tinham barcos que podiam ser usados no deslocamento deles e dos seus produtos, bem como para a prática da pesca. Em 1810, Antônia Rodrigues tinha uma canoa grande, além das 73 vacas, 12 bois e outros 80 animais dentre novilhos, garrotes e bezerros, ainda possuía alguns cavaleiros para ajudar na lida com os animais, por fim tinha um casal de africanos que possivelmente também trabalhavam no trato com os animais³¹⁹.

Havia treze que lavravam a terra e criavam animais, perfaziam 32% dos inventariados e testadores e apenas duas que agricultavam, uma delas cultivava a mandioca. Uma parte das terras que faziam parte da Vila de Propriá eram mais áridas e, por isso, a criação de animais. Possivelmente as atividades econômicas eram menos diversificadas que as de Vila Nova.

Observando a Tabela 1.14 é possível ter uma amostra da distribuição do bem escravizado entre os moradores da Vila em pauta:

Tabela 1.14³²⁰

Vila de Propriá: atividades econômicas dos inventariados e testadores (1801-1835)

Ocupação	Inventariados e testadores	%	Nº de escravizados	%	Nº de africanos	Média de escravizados
Criador de animais	22	59,46	113	62,08	17 ³²¹	5,13
Lavrador e criador de animais	11	29,73	49	26,92	14	4,45
Sem dados	4	10,81	20	11	2	2,75
Total	37	100	182	100	33	

Fonte: Testamentos e inventários *post-mortem* (1801-1835).

Um aspecto importante é que os criadores de animais da Vila de Propriá também possuíam escravizados, ou seja, a mão de obra utilizada na lida com os animais também era escrava. Um dos criadores de animais da Vila, Capitão José Ignacio da Rosa, tinha um engenho em Maruim. Ele tinha uma grande posse de escravizados, 27, mas provavelmente uma boa parte desses escravizados não vivia na Vila Franciscana³²². Mais um exemplo de um senhor que tinha diversas propriedades e a que ficava mais

³¹⁹ AGJSE, Cartório de Porto da Folha, 11/07/1810, cx. 2955. Inventário *post-mortem* de Antônia Rodrigues.

³²⁰ Para a elaboração dessa Tabela só foram utilizados os documentos que tinham informações sobre os escravizados, os 35 inventários *post-mortem* mais dois testamentos.

³²¹ O número podia ser maior, pois no Testamento do Capitão José Ignacio da Rosa não há caracterização da população escrava.

³²² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 11/06/1811, cx. 62. Testamento de Capitão José Ignacio da Rosa.

afastada do litoral era usada para a criação de animais. A maior parte dos escravizados da Vila trabalhava na lida com os animais ou no transporte desses produtos, incluindo os africanos.

As posses eram em sua maioria pequenas e médias, ou seja, grande parte dos senhores tinha até nove escravizados. Acredito que a população escrava na Vila Nova foi mais presente que na de Propriá, um indício desse fato é a existência de uma irmandade de Homens Pretos na primeira Vila, enquanto que na segunda não se tem notícias da existência desse tipo de agremiação.

Os valores das fortunas da Vila de Propriá eram menores que das demais Vilas. As maiores fortunas estavam na faixa entre 1 e 2 contos de réis, sendo que 10 pessoas da mostra estavam nessa faixa. Os moradores dessa região também aumentaram suas fortunas no século XIX, no entanto, continuaram sendo os mais pobres da Província.

De todas as Vilas pesquisadas, segundo a amostra coletada, a que os moradores se dedicavam menos a lavoura era a Vila de Propriá. Em Vila Nova, diferentemente de outras Vilas, nenhum cultivo se destacava.

Na Capitania de Sergipe e posteriormente Província de Sergipe, apesar tamanho restrito, suas Vilas tinham diferenças nas atividades econômicas, o que possibilitou uma maior ou menor aquisição da população escrava, sobretudo da africana. A cidade de São Cristóvão e as Vilas de Santo Amaro e Santa Luzia eram mais agrícolas, nas duas primeiras ficavam as maiores concentrações de engenhos, já a terceira além de engenhos tinha também uma grande produção de farinha de mandioca. Enquanto que as de Itabaiana e Lagarto eram agropastoris, cultivavam tabaco, algodão e os alimentos voltados para o consumo e mercado interno e criações de diversos tipos de animais. Essas distinções nas atividades econômicas contribuíram para diferentes fortunas, posses distintas de escravizados e de homens e mulheres africanos. Os moradores das Vilas Franciscanas eram mais dedicados à criação de animais e em decorrência disso possivelmente tinham um número menor de escravizados e conseqüentemente de africanos. No próximo capítulo será traçado um perfil dos africanos que foram batizados na Capitania e posteriormente Província.

II CAPÍTULO

A ENTRADA DE HOMENS E MULHERES AFRICANOS NAS TERRAS SERGIPANAS E NO MUNDO CRISTÃO

No final do mês de agosto, final do inverno de mil oitocentos e dezesseis, alguns homens e mulheres livres, forros e escravizados foram para a sede da Vila de Santo Amaro para serem batizados ou batizarem seus filhos e filhas. Era um dia de domingo, possivelmente folga para alguns e para os que trabalhavam no eito com a cana de açúcar era um momento mais tranquilo, por não ser momento de colheita.

O local escolhido para o rito católico foi a Capela de Nossa Senhora do Rosário, sede da Irmandade de devoção da mesma Santa. Dentre os que receberam a água e os santos óleos estavam Francisco, José e Manoel, todos de *nação* jeje, e pertenciam ao senhor de engenho, o Tenente José Rodrigues Dantas. Os padrinhos foram Pedro e Vitória, também escravos do mesmo senhor³²³. Essa foi uma cena que se repetiu inúmeras vezes nessa Capela e em muitas outras capelas localizadas nas terras sergipanas, ainda que com menor frequência.

O presente capítulo objetiva, portanto, discutir o significado do batismo para os homens e mulheres africanos e os seus filhos, bem como identificar e analisar as nações africanas que apareceram nos registros de batismo nas freguesias sergipanas. No entanto, neste primeiro momento irei tratar da chegada dos africanos nas terras sergipanas e algumas das rotas que muitos deles fizeram para chegar às terras citadas.

Há alguns estudos que versam sobre o compadrio de escravizados, sobretudo de crianças. O debate, em grande medida, girava em torno das escolhas dos padrinhos, se era ou não um ato paternalista dos senhores. Segundo Moacir Maia, os batismos de homens e mulheres africanos foram pouco trabalhados pela historiografia, pois os historiadores acreditavam que o batismo desse grupo era um ato realizado para cumprir a legislação, mas sem significados. Recentemente esses batismos também foram revisitados e seus autores têm percebido que os batismos desses homens e mulheres também possuíam significados e em algumas situações políticos³²⁴.

³²³ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro de Batismo de Santo Amaro, p.1v.

³²⁴ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: Compadrio e Escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos roceiros e rebeldes*. SCHWARTZ, Stuart. (org). São Paulo: EDUSC, 2001. pp. 263-292; MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O apadrinhamento Colonial: O (Re) encontro na América (Mariana,

2.1 A entrada de africanas e africanos em terras sergipanas

No século XVIII, segundo Cândido Souza, boa parte dos traficantes de escravizados Cidade da Bahia residiam na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, nas proximidades do porto³²⁵. Após as viagens esses escravizados eram vendidos em lojas, alguns dos africanos encerravam sua viagem na Cidade da Bahia. Outros ainda iriam percorrer longas estradas ou ainda viajar em embarcações menores até alcançar seu destino final. A Cidade da Bahia foi o porto de entrada de africanos para a as capitanias de Minas Gerais, Goiás, Sergipe Del Rey, dentre outras³²⁶.

As rotas e maneiras que os africanos chegaram à Capitania de Sergipe Del Rey eram terrestres e marítimas. O principal porto de entrada para os africanos que viviam em Sergipe, nas mais diversas vilas, era a já citada Cidade da Bahia. Encontrei indícios de escravos africanos que foram traficados da Bahia para Lagarto, São Cristóvão, Santo Amaro, Povoação de Capela e em Estância. Em 1774, o Capitão José Pinheiro Lobo, morador de Vila Nova, comprou um escravizado em São Cristóvão³²⁷. Esta vila, que fazia fronteira com a Capitania das Alagoas, tinha senhores que adquiriam seus escravos na sede da Ouvidoria da Capitania de Sergipe Del Rey, africanos ou não. Ressalto que os moradores de Vila Nova se queixavam de não ter tido acesso à mão de obra escrava durante a primeira metade dos Setecentos³²⁸. Os africanos comercializados na Cidade de São Cristóvão eram, possivelmente, provenientes da Cidade da Bahia. Dessa maneira, deduzo que mesmo as Vilas sergipanas mais longínquas da Bahia recebiam africanos provenientes do Porto de Salvador.

Nos Setecentos têm-se a notícia de que João Lopes Fiúza, um dos grandes traficantes de escravos e plantador de fumo da Cidade da Bahia, também tinha propriedades nos sertões de Sergipe Del Rey. Segundo Souza, nestas propriedades eram produzidos o fumo, aguardente e farinha de mandioca, além do criatório de gado. O

1715-1750). In: Afro-Ásia, 36, 2007. pp.39-80; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. SOARES, Carlos Eugenio Líbano. “INSTRUÍDO NA FÉ, BATIZADO EM PÉ”: batismo de africanos na sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. In: *Afro-Ásia*, 39 (2010), 79-113. KARASH, Mary. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: *Díaspóra Negra no Brasil*. Linda M. Heywood (org). São Paulo: Contexto, 2008.

³²⁵ SOUZA, Cândido Eugênio D. “*Perseguidores da espécie humana*”: capitães negreiros na Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. Salvador: dissertação de mestrado, história social, 2011.

³²⁶ KARASH, Mary. op. cit

³²⁷ Testamento de Capitam Joze Pinheiro Lobo, 22/12/1774, cx. 62.

³²⁸ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.p. 215

autor citado concorda com Kátia Mattoso que um mesmo personagem podia transitar entre a agricultura, o comércio e as atividades de crédito, sendo essas fronteiras muito tênues³²⁹. Assim, o Lopes Fiúza, por exemplo, era senhor de engenho, traficante e, ainda, possuía outras propriedades que produziam produtos importantes para a economia do período. Podemos inferir que ele fosse um dos fornecedores de escravizados para as terras sergipanas, pois alguns desses produtos possivelmente eram utilizados no tráfico negreiro como o tabaco e a aguardente. A farinha de mandioca também teve uma grande importância no tráfico, pois os escravizados durante a viagem comiam pirões de farinha de mandioca e, assim, iam se acostumando com a dieta das Américas³³⁰.

Nos testamentos realizados em Sergipe há o nome de alguns traficantes da Praça da Bahia. Antônio da Costa Roza, que vivia em São Cristóvão, devia a Verissimo dos Santos Marques a quantia de 438\$000 réis. Esse traficante fez viagens com o navio Saudades do Sul para a Região de Congo e Angola no final dos Setecentos e início dos Oitocentos. Outro traficante identificado foi Inocêncio José da Costa, que além de comprar açúcar dos senhores sergipanos também era envolvido com os negócios do tráfico, pois seu nome consta entre os capitães do navio Nossa Senhora do Rosário e Almas que navegava para a Baía do Benim.³³¹ O valor devido ao traficante indicia a compra de mais de um escravizado. E através desses indícios, temos algumas localidades que teriam sido os portos de saída e/ou locais que nasceram alguns dos africanos residentes nas terras sergipanas.

Em alguns casos, os senhores que residiam em Sergipe pediam para pessoas de sua confiança ou comerciantes de Sergipe que iam a Cidade da Bahia trazer para eles os africanos escravizados. Esse foi o caso de Pedro angola, o seu senhor, Joaquim de Santa Ana que residia na Vila de Lagarto, pediu para que seu irmão, João Baptista de Santa Ana, o comprasse na Cidade da Bahia. Pedro foi comprado em tenra idade por 126\$000

³²⁹ SOUZA, Cândido Eugênio D. *“Perseguidores da espécie humana”*: capitães negreiros na Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. Salvador: dissertação de mestrado, história social, 2011.pp.71-72

³³⁰ ALENCASTRO, Luis. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.pp.251-252.

³³¹ <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces> acessado dia 20 de fevereiro de 2014. AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 03 - pp. 54-61. 1800, Testador: Antônio da Costa Roza. AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 03 - pp. 54-61. 1780, Testador: capitam José Alves da Roxa.

réis e, em 1814, tinha 26 anos³³², possivelmente esse escravo entrou nas terras brasileiras no final dos Setecentos.

A mesma situação foi a de João de Andrade Vieira que declarou em seu testamento que devia ao Padre Francisco Moniz de Mello a quantia de 255\$00 réis, provenientes de uma escrava que o religioso comprara na Cidade da Bahia a José Joaquim Machado³³³. Situações como essa foram mais comuns no século XVIII, momento que o número de comerciantes nas terras sergipanas era pequeno. Com a chegada de novos comerciantes e com o acúmulo de capital dos mesmos, outras possibilidades tornaram-se possíveis para as pessoas que desejavam ter africanos entre suas posses.

Pedro, angola, possivelmente não veio em um “lote” de escravos. Situação diferente foi vivida por Joaquim Catende e João, também angolas. Joaquim foi comprado com mais outros escravizados na cidade de Salvador pelo seu senhor, Domingos Dias Coelho e Mello, em 1828. Domingos, senhor do Engenho Grilo, na povoação de Itaporanga, resolveu ir à capital da Província vizinha para adquirir escravizados, possivelmente em um momento que estava renovando a mão de obra, ampliando ou formando um novo engenho³³⁴.

Em 1801, Clara Perpetua de Amorim, moradora de Santo Amaro, possuía entre os seus escravizados 20 africanos recém-chegados, 14 homens e 6 mulheres, que ainda não tinham sido batizados.³³⁵ Esta senhora provavelmente também adquiriu esses escravizados em grupo possivelmente na Cidade da Bahia, o trajeto percorrido por esses escravizados nos é desconhecido.

Em outras ocasiões os escravos que eram vendidos em Sergipe iam de comboio e, em alguns casos, andando por vários dias. Havia uma rota que passava por Lagarto e na freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Rio Real que, depois, alcançava São Cristóvão. Foi assim que João, de *nação* angola, entrou nas terras sergipanas no início do XIX. Em 1826, o capitão Antônio Teles de Menezes, proprietário do engenho Dira, comprou o escravizado João a José Thomé, um comerciante baiano que vendera

³³² AGJSE, Cartório de Lagarto, Cx. 01/1206 - Justificação cível de 15/02/1814. Justificante: Joaquim de Santa Ana- morador de Lagarto.

³³³ AGJSE, Cartório do São Cristóvão, Livro de testamento, caixa 03.69 Página 75v, 18/07/1830. Testador: João de Andrade Vieira.

³³⁴ AGJSE, Cartório São Cristóvão, Cx. 03/33 - Justificação civil de 13/03/1848. Justificante: Domingos Dias Coelho e Mello.

³³⁵ AGJSE, Cartório de Santo Amaro, Cx. 01/1764 Inventario *post-mortem*, Clara Perpetua de Amorim.

escravizados em outras Vilas da Província. O senhor de engenho além de João comprou também outro lote de escravizados³³⁶.

Existia uma rota de gado e de outros produtos que saía de Salvador passava por parte Recôncavo Baiano, Feira de Santana, passava pela atual Alagoinhas, em seguida Inhambupe, a última Vila baiana era Itapicuru. Nas terras sergipanas, Freguesia de Nossa Senhora de Campos, posteriormente a sede da Vila de Lagarto e em seguida Laranjeiras³³⁷. Possivelmente essa foi a rota também utilizada por traficantes que utilizaram as estradas terrestres para transportar escravizados.

No comércio entre a Bahia e as Minas existiam várias categorias de comerciantes ambulantes, dentre eles os camboieiros, que transportavam majoritariamente escravos, ou seja, os responsáveis pelo tráfico interno. Alguns comboios eram formados por 4, 16 ou 32 escravos, denotando que o número de escravizados variava conforme o lote. Estima-se que 40% dos africanos que chegaram à Bahia no século XVIII foram para as Minas, uma média de 1.560 cativos por ano, transportados por camboieiros³³⁸.

O comércio interno entre as Capitânicas e, posteriormente, Províncias de Sergipe e Bahia era intenso. Percebe-se, desta forma, a força desse tráfico interno. Alguns dos escravos que eram conduzidos já tinham proprietário, os senhores encomendavam e pagavam aos camboieiros pelos escravizados que desejavam ou eles mesmos iam escolher seus escravizados nos mercados baianos. A outra possibilidade é que comerciantes compravam os escravos e os levavam para as terras sergipanas para serem vendidos. O já mencionado José Thomé possivelmente era uma espécie de camboieiro, já que circulou na Província com um lote de escravos que não era reduzido, pois o capitão Antônio Teles de Menezes comprou alguns escravizados ao comerciante que, por sua vez, vendeu outros escravos para outras pessoas³³⁹. Ele é, possivelmente, o comerciante, ou vendia escravizados que ele comprou ou revendia para um comerciante

³³⁶ AGJSE, Cartório São Cristóvão, Ação de justificação de João angola, Escravos, 06/06/1827, Cx.01.31, 1º ofício, São Cristóvão.

³³⁷ LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. Salvador: UFBA, 2009. (Dissertação de mestrado).. pp. 21-22; MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: Uma província no Império*. 2ªed. RJ: Nova Fronteira, 1992. p. 469.

³³⁸ RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c.1680 c.1830*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 195. (Dissertação de mestrado em história)

³³⁹ FURTADO, Júnia Ferreira. “Teias de negócio: conexões mercantis entre as minas e a Bahia durante o século XVIII”. IN: *Nas rotas do Império*. Orgs. João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá, Adriana Campos. Org. Vitória: EDUFES; Lisboa: ICT, 2006. PP.165-192

da Praça da Bahia, pois o senhor de engenho não menciona se havia encomendado esses escravizados.

Além dessas duas maneiras havia o comércio de escravizados utilizando embarcações. No início do XIX o Presidente da Província, Dr. Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, foi informado que, em 1835, estava desembarcando inúmeros africanos nas praias das Vilas a beira mar, principalmente em Estância. Também afirmava que tinha uma sociedade de comerciantes em Estância que trazia escravizados africanos da Bahia³⁴⁰. Conforme foi citado no primeiro capítulo, havia na Povoação de Estância um grupo de 15 grandes negociantes que compravam seus produtos na Bahia e revendiam para pequenos comerciantes de Estância e de outras localidades da Província³⁴¹. Esses comerciantes possuíam grandes fortunas, por isso podemos deduzir que os mesmos podiam traficar também escravos.³⁴²

Encontrei apenas uma referência a um tráfico proveniente de Pernambuco. Dentre os “produtos” que constavam em uma embarcação proveniente da Província de Pernambuco havia um escravizado africano que desembarcou na Vila de Laranjeiras³⁴³. A proximidade com a Capitania da Bahia e as diversas relações comerciais existentes podem ter contribuído para um maior afluxo de africanos da Bahia para Sergipe, do que da Bahia para Pernambuco, além das distâncias entre as capitanias/províncias.

Algum tempo após chegarem às terras sergipanas esses homens e mulheres africanos eram batizados por pessoas em condições jurídicas diversas. Tema que será tratado adiante.

2.2 Os Santos Óleos: o batismo de homens e mulheres africanos e seus filhos

O batismo marcava para os africanos e africanas a entrada no mundo cristão e colonizado. Portanto, as informações citadas em muitos dos assentos de batismo, como a quem pertencia os escravizados e a nação de origem, dentre outros aspectos, eram usados em diversas ocasiões da vida desses escravizados. Esses são aspectos

³⁴⁰ Relatório do Presidente da Província, março de 1835, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1188/000011.html>. Acessado no dia 07/06/2012.

³⁴¹ Na atualidade existe em Estância uma espécie de porto denominado de N´angola, ou seja, ainda há logradouros que guardam essa memória do tráfico naquela localidade. Pensando sobre Vilas a Beira Mar que existiam no período, podemos especular que as Vilas de Santo Amaro e São Cristóvão também eram lugares de desembarque de africanos escravizados.

³⁴² FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

³⁴³ AN, série Marinha, XM- Série Marinha- 67, 1827.

importantes para se analisar a vivência de homens e mulheres africanos e seus filhos na sociedade escravista no século XVIII e início do XIX.

A preocupação com o batizado remonta ao século XVI e no mesmo período foi criada uma legislação sobre o assunto que consta no Código Filipino e perdurou nas centúrias seguintes. Ainda evidenciando uma atenção do Estado sobre o assunto, em 1701, o Conselho Ultramarino fez uma consulta a Pedro II, rei de Portugal, sobre a possibilidade de envio de negros forros que estavam na Bahia para serem catequistas na Costa da Mina. Naquela ocasião, o Bispo de São Tomé relatou as dificuldades de catequese na Ilha em decorrência dos africanos serem de diversas localidades e por isso falarem inúmeras línguas³⁴⁴. A mesma preocupação com a evangelização dos africanos e seus descendentes foi registrada nas obras de Antonil, Manoel Rocha, Bispo Sebastião Monteiro Vide, dentre outros.³⁴⁵

No século XVIII, D. Sebastião Monteiro da Vide reclamava que os sacramentos não estavam sendo realizados como e nem quando deveriam, pois as crianças não estavam sendo batizadas com até oito dias de nascidas e as Secretarias Paroquiais, por sua vez, não tinham pias batismais. Tal situação levava algumas crianças a serem batizadas em capelas. Outro aspecto são os africanos que não eram batizados após seis meses que chegaram ao Brasil, pois não era ensinado o necessário para ser batizado, ficando dois, três, quatro anos sem serem batizados. A exceção eram os que chegavam enfermos, doentes de bexiga, sarampo ou, ainda, desnutridos. Em Sergipe, alguns senhores tentavam cumprir a legislação. Segundo José Francisco, um escravizado angola pertencente a Antônio Teles de Menezes, foi batizado logo após ter chegado na Cidade de São Cristóvão³⁴⁶.

Para os que chegavam muito enfermos havia uma urgência de batizar e nem sempre se conseguia interpretes instruídos, por isso o arcebispo aconselhava que outras pessoas aprendessem a língua dos escravos da Costa da Mina e da Guiné para que fosse

³⁴⁴ Conselho ultramarino-Brasil-Baía.1701, fevereiro 23, Lisboa_ Consulta do Conselho ultramarino ao rei D. Pedro II acerca do recrutamento de catequistas entre os negros forros da Bahia para doutrinar os negros da Costa da Mina.

³⁴⁵ ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope Resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Apresentado e transcrição de Sílvia Hunold Lara. Departamento de História, IFCH, UNICAMP, agosto de 1991; ANTONIL... VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Notícias do Arcebispado da Bahia para suplicar a Sua Majestade. Em favor do culto divino e das almas, 1712. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 54, (1891), pp. 323-364.

³⁴⁶ AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 06/06/1827. Ação Justificação do escravo João de nação angola.

mais fácil ensinar as instruções da Fé Católica³⁴⁷. Antonil ratifica que alguns dos senhores não batizavam seus escravizados nem cuidavam da salvação³⁴⁸. Schwartz defende que no século XIX ocorreu uma mudança, pois senhores e escravizados passaram a fazer pressão para que os últimos fossem batizados. Ele cita Henry Koster³⁴⁹ que também escreveu sobre a importância dos batizados para os africanos³⁵⁰. Segundo o viajante citado, tratando sobre a Província de Pernambuco, os africanos não batizados eram discriminados pelos ladinos e, nos momentos de conflito, eram chamados de pagãos. Assim, mesmo não compreendendo o valor do catolicismo da mesma maneira que os brancos, os africanos recém-chegados desejavam ser batizados para tornarem-se iguais aos que já estavam nas terras americanas³⁵¹. No entanto, cruzando os nomes dos escravizados identificados nos inventários com os dos batizados, percebi que alguns escravizados não foram batizados ou adquiriram esse sacramento em uma Freguesia diferente da que residia com seus senhores. Essa assertiva se aplica aos documentos encontrados para os séculos XVIII e XIX.

O africano para ser batizado era necessário compreender o português ou possuir um interprete, pois precisava responder seis perguntas³⁵². Para as Constituições do Arcebispado da Bahia eram necessários os seis meses para aprender a língua e os principais preceitos da religião. Koster registrou em Pernambuco que um professor ensinava as orações aos africanos em um ano³⁵³.

Os africanos que possuíssem mais de sete anos deveriam dar o consentimento. No entanto, possivelmente essa lei pouco foi cumprida, o batismo era imposto. Sobre a idade em que o africano podia escolher aceitar ou não o batismo ocorreram alterações das Ordenações para as Constituições. Segundo Carlos Eugênio Líbano Soares pelas

³⁴⁷ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Notícias do Arcebispado da Bahia para suplicar a Sua Majestade. Op. Cit.

³⁴⁸ ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982.pp.36-37.

³⁴⁹ Henry Koster foi um viajante português, filho de ingleses, que circulou Pelo Norte Brasileiro nos primeiros anos do século XIX, residiu em Pernambuco, aonde arrendou engenhos. Publicou o livro Viagens ao Nordeste do Brasil em 1816. ALVES, Solange Mouzinho. Economia e relações de trabalho na Paraíba oitocentista (1800-1850). In: http://www.anpuhb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Solange%20Mouzinho%20Alves%20TC.PDF. Acessado no dia 27/12/2013.

³⁵⁰ SCHWARTZ, Stuart. “Abrindo a roda da família: Compadrio e Escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos roceiros e rebeldes*. Schwartz, Stuart. (org). São Paulo: EDUSC, 2001. pp.263-292.

³⁵¹ KOSTER, Henry. Viagens ao nordeste do Brasil, coleção Brasileira eletrônica, p. 499. site: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil/pagina/499/foto>, acessado dia 24/11/2013.

³⁵² VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título XIV, p.20. As perguntas que deveriam ser capazes de responder era Queres lavar a tua alma com água santa? Queres comer os sal de Deus? Bota fora de tua alma todos os teus pecados? Não queres ser filho de Deus? Botas fora da tua alma o Demônio?

³⁵³ KOSTER, Henry. ...p.498.

Ordenações Filipinas a idade era de dez anos, mas nas Constituições do Arcebispado da Bahia a idade foi reduzida para os citados sete anos³⁵⁴. A redução da idade na legislação foi realizada nas Américas e no momento de pico do tráfico, o que possivelmente evidenciava uma grande entrada de africanos menores de dez anos. A maioria dos africanos e africanas que entraram nas terras sergipanas era maior de dez anos, no entanto, encontrei registros de crianças africanas nos batismos.

Os registros de batismo de africanos realizados nas terras sergipanas trazem menos informações sobre os africanos que os inventários *post-mortem*. Em alguns casos os registros apenas possui o nome do proprietário, local e data de batizado. Ou seja, o registro de batismo, um documento realizado com a intenção de oficializar a entrada do batizado ou batizada no mundo cristão, mas que servia também ao propósito de registrar a posse do escravizado e, ainda, quiçá tornar público quem era o proprietário do escravizado recém-chegado. Por isso, o leque de nações africanas que aparecem nos registros é menor que nos inventários, sobretudo após a década de 1820. Momento quando estava em voga o debate sobre o tráfico ilegal, bem como o de nação brasileira e, em decorrência disso, a cidadania.

Um aspecto possível é que alguns padres e senhores não conseguiam distinguir a nação dos africanos. Um resultado disso é que alguns assentos feitos pelos padres faltam informações como a idade, dados sobre as mães ou, ainda, precisar a procedência delas. O vigário possivelmente copiava as informações dadas pelos reverendos que os auxiliavam. Para que os vigários soubessem as nações ou compreendessem as idades era necessária a existência de intérpretes. Lembro que as Constituições do Arcebispado defendiam a existência dos mesmos, não só para esse fim, mas também para o reverendo compreender a língua dos africanos ou identificar as marcas dos mesmos. Todavia, compreender as diversas línguas era impossível bem como sempre ter intérpretes em Freguesias rurais. Outra possibilidade para a identificação das nações era os africanos entenderem o português falado pelo reverendo, o que também possivelmente não foi comum. Assim, por desleixo dos vigários, ou por não saberem fazer esses assentos ou ainda por não entenderem os africanos, boa parte dos assentos de batismo tem poucas informações.

Para o século XVIII encontrei apenas dois livros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos que pertencia a Vila de Lagarto e possuía poucos africanos,

³⁵⁴ SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Op.cit.

pois a citada freguesia era fronteira com a Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth do Itapicuru, pertencente à Capitania da Bahia pelo sertão. Para o século XIX pesquisei dois livros de Santo Amaro, que contemplam o período de 1816 a 1829. Encontrei quatro livros de batismos de freguesias que pertenciam a Vila de Lagarto: um livro da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, sede da Vila (1832-1835); dois livros da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos (1827-1835); e um trecho de um livro da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha (1835). A vila de Santa Luzia possui dois livros com dados da Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe da década de trinta dos Oitocentos. Por fim, um livro da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, que também abrange a década de 1830. Assim, percebe-se que o volume de registros é maior nos Oitocentos que nos Setecentos, além da população nos Oitocentos ser maior, os registros Oitocentistas sobreviveram em maior número nas secretarias paroquiais. Por fim, os registros que resistiram ao tempo são em sua maioria das Freguesias que ficavam nas Vilas agropastoris e, que conforme foi evidenciado no primeiro capítulo, com poucos africanos.

No século XVIII em Sergipe havia poucas freguesias, esse quadro pouco se alterou até a década de 30 da centúria seguinte. Até os anos trinta na Província de Sergipe havia apenas nove freguesias. A existência de poucas freguesias foi comentada por D. Sebastião de Vide nos Setecentos, quando solicitou a criação de novas unidades religiosas; mas, pelo visto, sua reivindicação foi pouco atendida. Muitos dos africanos e seus descendentes foram batizados em capelas, algumas delas localizadas em propriedades particulares. Muitos dos registros realizados nessas capelas estão incompletos, outros podem não ter sido registrados nos livros, visto que as capelas não possuíam a mesma estrutura e função de uma igreja e os párocos responsáveis pelas matrizes pouco se deslocavam para essas capelas.

Os batizados ocorriam em diversos dias da semana, geralmente eram coletivos e em diversos lugares. Esse sacramento, muitas vezes, era pago e esse pagamento podia ser realizado pelos padrinhos. Uma mostra disso é que na Freguesia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Cidade de São Cristóvão, os fregueses mandaram documentação para a Mesa de Consciência e Ordens informando sobre a avareza do padre Antônio José G. de Figueiredo. Este estava deixando de batizar pela falta de *oferta*, inclusive quando os padrinhos eram escravos³⁵⁵. Outra possibilidade, segundo esse documento,

³⁵⁵ BN. Seção de Manuscritos, II -33,15,8.

era a gratuidade do sacramento. Por fim, os senhores também custeavam os batismos. Em 1833, na Vila de Santo Amaro, Anna Joaquina, de São José, devia \$320 réis por um batismo de uma de suas crias, ou seja, filho de um dos seus escravizados³⁵⁶.

Na Vila de Lagarto existiam duas freguesias no século XVIII e em meados do XIX três freguesias, pois a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha se transformou em freguesia. A única freguesia na qual restaram registros setecentistas de batismo foi a citada Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, que pertencia a Vila de Lagarto. Os dois livros encontrados abrangem o período de 1785 a 1803, início dos Oitocentos. Nesse período foram batizadas 141 meninas e adultas e 176 meninos e homens, dentre esses escravizados, forros e livres.

O vigário ao fazer os registros teve a preocupação em mencionar a condição da mãe, mas a cor e a nação pouco foram citadas, bem como a cor dos batizados. Os batismos foram realizados na Matriz de Nossa Senhora dos Campos e das Capelas de Nossa Senhora do Socorro do Tomar e da Nossa Senhora da Conceição. Algumas das crianças nascidas e os padrinhos eram da Freguesia de Nazareth da Vila vizinha a Itapicuru.

Ao olhar sobre a Tabela 2.1 percebe-se que a população de cor de Nossa Senhora dos Campos era majoritariamente nascida no Brasil. Dessa forma, poucos foram os africanos batizados nessa freguesia, sobretudo nos Setecentos. Observa-se ainda na Tabela 2.1 a quantidade de mestiços que existiam na Freguesia.

Tabela 2.1
Batizados e Batizadas da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos (1785-1803)³⁵⁷

Cor/ Nacionalidade	Escravos	Escravas	Meninos livres	Meninas Livres	Forros	Forras	Total	%
Africanos	19	2					21	5,36%
Crioulos	9	11	4	2	1	1	28	8,83%
Mestiços ³⁵⁸	19	15	37	39	8	4	122	38,48
Brasileiros sem classificação	72	57	10	9	1	1	150	47,32
Total	115	85	51	50	10	6	317	

Fonte: Livros de Batizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos (1785-1803).

³⁵⁶ AGJSE, Cx. 810. Prestação de contas do testamento de Anna Joaquina, 1833.

³⁵⁷ Optei em deixar os registros entre 1801 a 1803 nesta tabela, em decorrência de dois motivos, o primeiro porque o número era pequeno e segundo porque os livros Oitocentistas cobrem a segunda metade da década de 1820 e a década de 1830. Por isso, os dados desses anos tem uma proximidade maior com os registros setecentistas que com os Oitocentistas.

³⁵⁸ Considerei como mestiço os classificados como mestiços, pardos e mulatos.

Nos dados da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos percebe-se que existiam poucos africanos na região. Os meninos e meninas mestiças eram cerca de 40% dos escravizados³⁵⁹. Dentre os mestiços 62,3% eram livres, isso evidencia que nessa Freguesia muitos homens e mulheres escravizados tiveram acesso à alforria desde os Setecentos, bem como uma forte mestiçagem. Os meninos e meninas livres eram, em grande parte, filhos de mães, forras ou livres, casadas com homens escravizados. Conforme foi citado, há uma grande quantidade de registros sem referência à cor que em grande deveriam ser mestiços. Outra evidência do pequeno número de africanos era a baixa percentagem de crioulos, apenas 8,83%.

O já citado Antônio Moniz de Souza, nascido nessa Freguesia, informa que Anastácio, pardo, escravizado do seu pai, com menos de 40 anos, conseguiu comprar a sua própria alforria, além da mãe e esposa. Anastácio possuía uma roça e através da venda dos artigos lá produzidos conseguiu adquirir pecúlio³⁶⁰. Luiz Mott aponta que a região tinha um grande número de pardos e pretos libertos nos Oitocentos e formula duas hipóteses: a primeira, que a pecuária possibilitava uma maior liberdade para o escravizado e, por isso, facilitaria o acúmulo de pecúlio, conseqüentemente, a conquista da alforria; a segunda, que os libertos de outras regiões migravam para região de pecuária, para de afastar das áreas mais escravistas e, assim, inserirem-se em atividades produtivas³⁶¹. Foge do escopo da pesquisa responder essa questão, no entanto, afirmo que grande parte das pessoas envolvidas no batismo eram fregueses, ou seja, cumpriam as obrigações enquanto católico e acredito que grande parte também era nascida naquela circunscrição, pois nos batismos há algumas referências a pessoas que eram de outras Freguesias. Assim, parte desses libertos conseguiu a alforria na sua própria região, como o caso do citado Anastácio; como também há referências a fregueses de outras freguesias, no entanto, constitui-se em uma minoria numérica.

Conforme foi visto no primeiro capítulo, a vila de Lagarto, onde ficava a freguesia de Nossa Senhora dos Campos, era caracterizada por pequenas posses. Encontrei apenas 21 africanos sendo batizados entre 1785 e 1803; um aspecto interessante é que dentre os batizados não apareceram os angolas. Desses, apenas quatro tiveram suas nações identificadas: dois jejes, uma mulher de *nação* tapa e um de *nação*

³⁵⁹ Estou clamando de meninos e meninas as crianças que foram batizadas até sete anos. No entanto, a maioria, dos nascidos no Brasil foram batizados com até 2 anos de idade.

³⁶⁰ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. ARAUJO, Ubiratan Castro de. (Org.). Salvador: IHGB, 2000. p. 58

³⁶¹ MOTT, Sergipe Del... p.142

benguela. Dos dezoito africanos, apenas três eram mulheres e a única que possuía identificação era Felizarda, de *nação* tapa. O número ainda mais reduzido de mulheres é um dado que também merece ser destacado, pois não era uma região açucareira, mas sim de produtos voltados para um mercado interno, como a produção de farinha de mandioca e criação de animais. Assim, uma parte dessas atividades, como o plantio de mandioca e/ou algodão, podia ser desenvolvida por mulheres.

As atividades laborais dos africanos serão tratadas no próximo capítulo. Possivelmente, os africanos fossem mais procurados para trabalhar nas fazendas, com a lida de animais e, por isso, a preferência por homens. Apenas um *lote* de africanos sendo batizados no mesmo dia foi registrado nessa freguesia. O Capitão Jerônimo, proprietário de uma fazenda, batizou doze africanos no mesmo dia, evidenciando a compra e chegada de um grande número de africanos na sua propriedade. Apesar do pequeno número de africanos a região fazia parte de uma das rotas de chegada de escravizados nas terras sergipanas, conforme foi citado anteriormente.

Dentre as poucas nações que foram registradas estava a tapa. Em 1800, a mencionada Felizarda de *nação* tapa foi batizada com cerca de quatorze anos. Esse batismo evidencia a existência de tapas entre os homens e mulheres africanos em Sergipe. Os africanos de *nação* Tapa correspondiam às pessoas oriundas do reino Nupe. Boa parte dos africanos oriundos desse Reino era convertida ao islamismo. Nupe era um estado vizinho ao de Òyó e até o final do século XVIII, o primeiro pagava tributos ao segundo reino fato que foi invertido com a entrada de Òyó em crise no final do XVIII. Após 1809, a jihad chegou até o Reino Nupe e os cativos dessa guerra alimentaram os tráficos transariano e Atlântico. Todavia, mesmo antes dessa jihad já tinha pessoas desse reino no tráfico Atlântico. O número de escravizados desse Reino aumentou e foram exportados pelo Golfo de Benim e principalmente em Lagos, muitos chegaram na Bahia³⁶². As demais nações que foram citadas, benguelas e jejes, serão tratadas em outro momento.

Em alguns assentos de batismo os africanos também aparecem indo batizar seus filhos. Identifiquei três mulheres angolas na condição de mães, dentre elas Maria que, em 1789, já era forra³⁶³. Isso indica que havia uma entrada de angolas anterior a esses registros e que, no período citado, já havia acumulado pecúlio ou conseguido uma rede

³⁶² REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: A história do Levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhias das Letras, 2003.p.161

³⁶³ Livro de Batismo de Tobias Barreto, nº1.

que possibilitou a aquisição da sua alforria. Os homens e mulheres angolas que estavam nessa Freguesia nesse momento foram traficadas em grande parte pelo Porto de Luanda. No século XVIII, os escravos traficados por esse porto se referia a região conquistada como *reino e conquista d'Angola*. Luanda era sede de Bispado e parte dos escravizados que saíram para o Brasil no período citado vieram através de Luanda e receberam o batismo ainda em terras africanas, assim já chegaram ao Brasil batizados³⁶⁴.

Enfatizo que nesse período no Brasil o termo angola se referia a Luanda, ou seja, africanos traficados através de protocolos governamentais pelo porto de Luanda. No Rio de Janeiro e em Salvador poucos foram os angolas que foram encontrados sendo batizados nos Setecentos, mas sabe-se que eles eram parte considerável da população africanas dessas duas cidades³⁶⁵. No entanto, no início dos Setecentos a Coroa reclamava que saíram angolas de Luanda sem serem batizados³⁶⁶. Caso eles chegassem ao Brasil sem o batismo, ainda restava a possibilidade de serem batizados na primeira cidade que chegavam.

Segundo Mary Karash, algumas mulheres e homens de *nação* angola foram batizados em Salvador e no Rio de Janeiro, o que possibilitou que um número menor de pessoas dessa nação fossem batizadas em Goiás³⁶⁷, a mesma afirmação é possível para Sergipe. Assim, em Luanda ou nas cidades citadas esses escravizados eram batizados antes de serem enviados para os seus últimos destinos. No Brasil estes escravizados podiam ser batizados em regime de “sub conditione”, que queria dizer batizado antes de confirmar se já recebeu o sacramento antes de serem enviados para os seus últimos destinos. Alguns deles com familiaridade com a religião, outros receberam apenas o batismo e aprenderam as normas da religião após as suas chegadas ao Brasil. Existiam ainda os que foram batizados nos navios negreiros enquanto viajavam pelo Atlântico³⁶⁸. Esse tipo de batismo foi autorizado para que almas não morressem sem passar pelo batismo.

³⁶⁴ A Diocese do Congo e Angola foram criadas no XVI, auge do processo de catequese no Reino citado e ficou nas terras do Reino Congo nesse período. Foi transferido para Luanda no século XVI por conflitos entre o Bispo e o Rei do Congo.

³⁶⁵ SOARES, Carlos...op. cit

³⁶⁶ MARCUSSI, Alexandre Almeida. “O dever catequético: A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII”. In: <http://www.historia.uff.br/7mares/?p=240>. Acessado dia 2 de Janeiro de 2014.

³⁶⁷ KARASH, op. Cit.p.142

³⁶⁸ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado).p.206

Koster afirmou que os angolas eram batizados em lotes nas praias de Luanda, no entanto, possivelmente não passavam por nenhuma espécie de ensinamentos da religião, pois chegavam ao Brasil sem saber as orações, sendo elas aí ensinadas e aprendidas³⁶⁹. Conforme pode ser observado no relato de Koster:

Os africanos importados de Angola são batizados em lotes, antes que deixem suas praias, e quando chegam ao Brasil ensinam-lhes as orações da Igreja e os deveres da religião à qual pertencem. O signo da Coroa Real que trazem no peito indica que já passaram pela cerimônia do batismo e que também os direitos reais foram pagos por eles³⁷⁰

Acredito que alguns angolas e congos chegaram com algum aprendizado católico. Alexandre Almeida Marcussi mostra o quanto o Estado Português, bem como as ordens religiosas, tentou efetivar um catecismo em Luanda enquanto que os traficantes e o clero regular de Luanda não tinham os mesmos interesses. Para o autor, a escravidão no Império Português foi justificada pela necessidade da catequese. Cita, ainda, as várias tentativas nos séculos XVII e XVIII para a catequese ser concretizada: o incentivo para que padres aprendessem os idiomas dos africanos, o estímulo e a viabilização de homens angolas para serem padres, a vinda desses para o Brasil para o colégio dos jesuítas, a feitura de catecismos, a Doutrina Cristã na língua do Congo, o quicongo e na língua quimbunda falada em Luanda dentre outras iniciativas. Muitos angolas receberam apenas o sacramento, mas com tantas iniciativas é possível que alguns chegassem ao Brasil com conhecimentos cristãos. Marcussi também mostra como o clero regular negociou práticas religiosas com os angolas, para que os últimos pudessem entender a religião e incorporá-la. Um exemplo disso é o uso do sal nos batismos no Reino do Congo, lá os africanos acreditavam que o sal podia proteger contra os feiticeiros³⁷¹.

É sabido que mesmo com a catequese em Angola, alguns homens e mulheres dessa nação desenvolviam práticas religiosas dos centro-ocidentais, como o Calundu. A exemplo de Luzia Pinto que nos Setecentos foi presa pelo Tribunal da Inquisição pela

³⁶⁹ KOSTER, Henry. p.498

³⁷⁰ KOSTER, op. cit, p. p.498

³⁷¹ MARCUSSI, Alexandre Almeida. “O dever catequético: A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII”. In: <http://www.historia.uff.br/7mares/?p=240>. Acessado dia 2 de Janeiro de 2014.

prática do Calundu em Sabará. No entanto, frequentava missas e seus atendimentos iniciaram após uma vivência sobrenatural que ocorreu em uma missa de dia santo³⁷².

Ainda sobre a catequese ou suas tentativas, Alencastro menciona sobre o pioneirismo dos jesuítas no processo de Catequese no Congo e em Angola e informa sobre o trânsito de padres e religiosos entre o Brasil e África Centro-Occidental. Por fim, afirma o envolvimento dos religiosos com o tráfico e a pouca eficiência da catequese. O trânsito perdurou até o século XIX, pois o padre Antônio José G. de Figueiredo, da Freguesia de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, teve uma passagem pelo Congo³⁷³. Esse trânsito ajudava no processo de Catequese nos dois lados do Atlântico.

Além das três mães angolanas, também foi citada na condição de mãe de uma criança batizada, Maria de *nação* jeje, mãe de Mariana³⁷⁴. Algumas mães e padrinhos foram classificados como pretos e pretas, talvez também fossem africanos e africanas. Esses africanos foram batizados por pessoas livres ou libertas e todos por casais de padrinhos. A exceção foi Clemente, com 28 anos, que foi batizado por um casal de escravizados, Joaquim e Mariana, todavia não há referência se eram parceiros de trabalho³⁷⁵.

Os filhos das africanas também tiveram padrinhos livres e libertos. Possivelmente devido ao pequeno número de africanos e de escravizados, bem como o número considerável de libertos, fez com que esses africanos construíssem redes de solidariedade com pessoas livres ou libertas. Ressalto que as Constituições do Arcebispado da Bahia, definiam que o padrinho deveria ter no mínimo 14 anos e a madrinha 12 anos, além de serem batizados, não serem surdos, nem mudos, conhecer os princípios da Fé, não ser freira, nem frei, nem qualquer religioso³⁷⁶.

As informações sobre as idades dos africanos são pouco objetivas, apenas em três casos há referências diretas às idades: Joaquim de *nação* jeje, dez anos; Felizarda de *nação* tapa, 14 anos; Clemente que não se sabe a *nação*, 28 anos. Os demais homens e mulheres não se faz menção à idade ou à classificação como adultos.

Por fim, os batizados ocorreram em diversos lugares nas seguintes Capelas: de Nossa Senhora da Conceição, onde surgiu a povoação de Itabaianinha; Capela de Nossa Senhora do Socorro e Tomar do Geru que, posteriormente, também se tornou Matriz;

³⁷² DAIBERT JR, Robert. LUZIA PINTA: EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS CENTRO-AFRICANAS E INQUISIÇÃO NO SÉCULO XVIII. *Religare* 9 (1), 3- 16, março de 2012.

³⁷³ BN. Seção de Manuscritos, II -33,15,8.

³⁷⁴ Secretaria Paroquial de Tobias Barreto, Livro de Batismo de Tobias Barreto, nº 1.

³⁷⁵ Secretaria Paroquial de Tobias Barreto. Livro de Batismo de Tobias Barreto, nº 2, p. 113.

³⁷⁶ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras, título XVIII, p.26

Capela de Nossa Senhora Rainha dos Anjos, que depois se tornou a Matriz de Nossa dos Campos. Após 1797, os batizados ocorreram apenas na Capela de Nossa Senhora da Conceição e na Matriz de Nossa Senhora dos Campos. A maioria dos homens e mulheres africanos foi batizada na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha, evidenciando que os senhores que moravam na povoação tiveram um acesso maior a mão de obra africana. Contudo, os africanos não tiveram um templo, ou seja, uma sede de Irmandade que seria um espaço para eles circulararem e serem batizados ou levarem seus filhos para serem batizados; tampouco momentos preferidos para a realização desses ritos, a única data percebida que se repetiu em alguns anos com batismos de escravizados foi o oito de dezembro, dia no qual se comemora Nossa Senhora da Conceição, padroeira de uma das Capelas onde foram celebrados os batismos.

Nos Oitocentos não há muitas alterações em relação às proporções dos dados dos Setecentos e dos primeiros anos da centúria seguinte. Os africanos continuaram sendo um número restrito na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, conforme pode ser observado na Tabela 2.2:

Tabela 2.2

Batizados e Batizadas da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos (1827-1835)

Cor/ Nacionalidade	Escravos	Escravas	Meninos livres	Meninas Livres	Forros	Forras	Total	%
Africanos	17	4					21	4,73
Crioulos	15	9		2			24	5,40
Mestiços ³⁷⁷	41	32	4	4			81	18,24
Brasileiros sem classificação de cor	142	163	4	7		1	318	71,62
Total	215	208	8	3		1	444	100

Fonte: Livros de Batizados da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos (1827-1835).

Dentre os batizados, os escravizados brasileiros eram larga maioria, cerca de 95,27%, poucos eram os crioulos, apenas 5,4%, o que também evidencia um pequeno número de africanos, já que crioulos seriam os filhos ou netos de africanos. No entanto, ressalto que a grande maioria dos registros não continha cor, dificultando uma análise

³⁷⁷ Considerei como mestiço os classificados como mestiços, pardos e mulatos.

mais apurada. Em alguns registros de crianças não consta o nome da mãe, nem o do pai. Podemos inferir que talvez existisse um comércio de crianças, alguns senhores comprassem crianças nascidas em propriedades maiores ou de uma freguesia próxima. As crianças seriam mais baratas que os homens e mulheres africanos.³⁷⁸

Dentre os dezessete homens e quatro mulheres africanos há um quadro pouco diferente em relação às nações, em comparação à centúria anterior. Sete foram classificados genericamente como africanos, três como de *nação* angola, nove de *nação* nagô e dois de *nação* jeje. O primeiro nagô surgiu nos registros paroquiais em 1828 e os demais em 1829, ou seja, no período do ápice de entrada dos iorubas na Bahia. Genoveva de *nação* jeje foi batizada em 1832, isso evidencia uma entrada de jejes em Sergipe em um período tardio, período no qual o tráfico de jejes já não era tão intenso. Os nagôs podem ter sobrepulado numericamente os angolas nesse período nessa Freguesia. No entanto, lembro que alguns angolas possivelmente entraram nas terras sergipanas batizados.

Em 1829 seis homens e uma mulher de *nação* nagô foram batizados no mesmo dia: Cornélio, Firmiano, Floriano, Tedio, Fiel, Anselmo e Maria; eles pertenciam a mesma senhora, D. Antônia da Vila Cruz. Esses africanos foram exceção nos Oitocentos na Freguesia em pauta: primeiro porque entraram possivelmente juntos na Freguesia; segundo por terem parceiros de *nação* como parceiros de trabalho, pessoas com quem compartilharam língua e valores. Esses escravizados tiveram como padrinhos outros escravizados da mesma senhora. Os assentos dos batismos foram feitos em separados e vários foram os padrinhos e madrinhas, provavelmente os africanos escolheram esses parceiros de trabalho para serem os seus padrinhos. Dessa forma, construía alianças e redes de solidariedade.

Cinco casais de escravizados, quatro deles casados entre si, batizaram esses africanos. Alexandre e Luduvina foram a exceção, pois eram viúvos. Assim, os escravizados que apadrinharam possuíam uma aproximação com a Igreja Católica, pois receberam alguns dos sacramentos da citada religião. Por isso, podiam ensinar esses preceitos para seus afilhados.

Esses africanos de *nação* nagô conviviam com outra africana de *nação* desconhecida, a Magô, que foi batizada alguns dias antes da leva citada. Ela foi a única

³⁷⁸ Os batizados continuaram sendo realizados em dois locais, a Matriz de Nossa Senhora dos Campos e a Capela de Itabaianinha que se tornou freguesia apenas em 1835.

africana dessa senhora cuja nação não foi identificada, Magô também teve como padrinhos um casal de escravizados da mesma senhora. O fato de não ser citada a sua nação, bem como em decorrência do dia do batismo não ter sido no mesmo dia dos de *nação* nagô, deduzo que Magô não era uma parceira de nação dos já citados nagô. A sua senhora, Antônia da Vila Cruz, era uma grande senhora de escravos, pois possuía mais de dez escravizados, por isso os africanos tiveram como escolher, dentre os seus parceiros de trabalho, os seus padrinhos e madrinhas, bem como compartilhavam valores com parceiros de cativo. Situação distinta da vivida por outros homens e mulheres africanos dessa Vila que não tinham parceiros de nação na mesma senzala.

Além dos oito africanos pertencentes à senhora Antônia da Vila Cruz, mais quatro mulheres e africanos tiveram padrinhos escravizados, apenas um pertencia a senhores diferentes dos batizados. Marcolina, de *nação* angola, pertencia a Domingos Moreira; seus padrinhos, Januário e Thomasia, pertenciam a D. Ana de Santa Cruz. Ressalto que os africanos pertencentes ao Major Manoel Prudente de Andrade foram batizados pelo mesmo casal de padrinhos escravizados, todavia os batizados ocorreram em datas distintas. Ênfase também, que os escravizados do citado senhor eram bastante requisitados para serem padrinhos, tanto de crianças nascidas pertencentes ao Major, como as que pertenciam a outros senhores. Todavia, Alexandre e Anna batizaram apenas os africanos Vitor e José, ambos de *nação* não identificada. Seriam Alexandre e Ana dois escravizados africanos da mesma *nação* de Vitor e José?

Além dos doze africanos batizados por escravizados, mais cinquenta crianças nascidas no Brasil também tiveram como padrinhos escravizados. Onze dessas crianças eram filhas de casais legítimos, oito de escravizados e três de casais livres ou libertos, incluindo uma indígena. Em alguns dos registros aparecem a categoria índios sendo batizados. Assim, alguns dos mestiços podem ser filhos de africanos ou seus descendentes com índios.

Duas mulheres africanas foram batizadas por casais de pessoas livres ou libertas; e uma africana apenas por um padrinho. Em relação aos africanos, dois homens tiveram apenas padrinhos e três deles foram batizados por casais livres ou libertos. Dessa forma, grande parte dos homens e mulheres africanos teve um casal como padrinhos e a maioria foram batizados por escravizados.

Sobre as idades dos homens e mulheres africanos, excetuando o citado José que tinha oito anos e Fiel de *nação* nagô com seis anos de idade, os demais contavam entre 12 e 30 anos. A grande maioria entre 14 e 25 anos. Ou seja, auge da idade produtiva.

Por fim, ressalto que não há nos livros Oitocentistas referências às nações das mães e pais que levaram seus filhos para serem batizados, assim, não consegui identificar os homens e mulheres africanos na condição de pais de crianças batizadas.

Da mesma maneira que na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, que também pertencia a Vila de Lagarto, tinha poucos escravizados africanos. Encontrei apenas um livro que contém os registros dos últimos anos do marco temporal. Foram encontrados apenas quatro africanos. A grande maioria de homens e mulheres eram brasileiros conforme pode ser notado na tabela 2.3.

Conforme pode ser notado, a grande maioria dos escravizados era nascida no Brasil e em grande parte dos registros não há referência a cor. A freguesia tinha poucos africanos, no entanto, o número não era tão reduzido, conforme será visto no próximo capítulo. Possivelmente, os homens e mulheres africanos que entraram na Vila já eram batizados e a não classificação da *nação* dos africanos evidencia um desconhecimento do pároco José Saraiva Salomão das nações africanas, bem como a preocupação com o tráfico ilegal.

Tabela 2.3
Batizados e Batizadas da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto (1832-1835)³⁷⁹

Cor/nação dos batizados	Escravos	Escravas	Total	%
Africanos Angolas	1		1	0,26
Nagôs	1		1	0,26
Africanos sem classificação	2		2	0,52
Subtotal	4		4	1,05
Crioulos ³⁸⁰	11	10	21	5,52
Mestiços	5	11	16	4,21
Brasileiros sem dados referentes a cor	181	158	339	89,21
Subtotal	197	179	376	98,95
Total	201	179	380	100

Fonte: Fonte: Livros de Batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade (1832-1835), Livro de Registros de Batizados de Itabaianinha (1835).

³⁷⁹ Para a feitura dessa tabela considerei os quinze registros da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itabaianinha.

³⁸⁰ Os números correspondem aos crioulos, pretos e negros nascidos no Brasil.

Nos registros dos casamentos, entretanto, aparece a *nação* angola, costa d'África e africanos. Ou seja, Costa d'África, a possível Costa Ocidental, área de debate e disputas acerca do tráfico e onde ocorreu a primeira proibição de comercialização de africanos, em 1815, daí a omissão de africanos dessa *nação*. O africano José de *nação* nagô foi batizado na Capela da povoação da Lagoa Vermelha, talvez por outro pároco que conseguia identificar algumas nações africanas como os nagôs.

O pároco não classificou as cores das crianças batizadas, nem as *nações* das mães. Possivelmente, Lagarto também possuía uma população muito mestiça e, por isso, a preocupação do pároco era de classificar quanto à condição, se escravo, livre ou liberto; as demais classificações não foram consideradas importantes. No entanto, mesmo sem classificar as *nações* das mães, um dos nomes das crianças é revelador, Jorge Niger, filho de Benta pertencente a Escolástico José. O nome da criança faz uma referência ao Rio Níger, e nos faz pensar quem seria Benta? Seria ela uma africana nascida nas proximidades do citado rio? Nos séculos XVIII e XIX a região era habitada por povos que se envolveram fortemente com o tráfico. No entorno do Rio Níger se ergueram grandes reinos como Gao e Mali nos séculos XV e XVI ou, ainda, nos séculos posteriores alguns dos povos foram os Bambara e os Mossis, região chamada de Arco do Niger.

Segundo M. Izard e Ki-Zerbo, os povos que habitavam a região do Níger se envolveram com o comércio atlântico, incluindo o de escravizados, desde o século XVI. Essa região fazia parte da longa região chamada de Alta Guiné³⁸¹, onde estavam organizados vários reinos em regiões próximas, como o Reino Borno e o Nupe. Desse último vieram os chamados tapa e, conforme citado anteriormente, existia pelo menos uma mulher dessa *nação* na Freguesia vizinha, como também em outras freguesias que serão tratadas adiante. Por fim, o delta do Níger estava inserido na chamada Costa da Mina e dessa região vieram os jejes e os iorubás. Assim, é possível que Benta fosse uma africana das proximidades do Rio Níger, pois foram encontrados registros em Sergipe desses grupos.

Ressalto que identifiquei nos registros algumas crianças classificadas como índios, filhos de mães classificadas da mesma maneira. Essa foi a situação de Victorio

³⁸¹ IZARD M.& KI-ZERBO, J. "Do Níger ao Volta". In: História Geral da África. vol. V, África do século XVI ao XVIII. Editado por Bethwell Allan Ogot. UNESCO; Ministério da Educação do BRASIL; Universidade Federal de São Carlos, 2010. pp.389-436.

que foi batizado em 1835 com um mês de nascido e era filho de Anna, índia³⁸². Ressalto que a antiga missão de Geru fazia parte desta Vila.³⁸³

Além da Matriz de Nossa Senhora da Piedade e da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Itabaianinha, os batismos foram realizados nas Capelas de Santa Anna de Simão Dias e de Lagoa Vermelha, no Oratório da Igreja Velha do Hospício dos Palmares dos Carmelitas, Oratório do Engenho Moendas, além de Oratórios em residências e nas casas propriamente ditas³⁸⁴. Ressalto que nesse momento, década de 1830, a Capela da Irmandade do Rosário de Lagarto possivelmente estava em construção. Um aspecto importante é que nos registros dos batizados feitos na Capela de Santa Anna em Simão Dias apareceu cor negra e preta para crianças nascidas no Brasil, possivelmente filhas de africanas.

Os batismos na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto eram realizados em datas festivas, como no dia consagrado a São Benedito³⁸⁵, seis de janeiro, quando foram realizados dez batizados nos anos de 1833, 1834 e 1835; outros cinco no dia posterior a festa do Santo Preto; mais dez batizados foram realizados no Natal em anos distintos, 1832, 1833 e 1834. Deles, três foram realizados no dia de Nossa Senhora do Rosário, nos anos de 1832 e 1833. A primeira data e a última eram comemoradas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, existente na citada Freguesia.

As posses de escravos em Lagarto podem ser classificadas entre pequenas e médias em sua maioria, um dos resultados disso é que poucos escravizados tiveram outros escravizados como padrinhos ou compadres/comadres. Apenas quinze escravizados foram apadrinhados por escravizados. Dos africanos, apenas José de *nação* nagô foi batizado por Valentim, escravizado e Luiza Thomazia liberta³⁸⁶. O citado escravizado pertencia a Bento José de Carvalho, enquanto que o africano ao Capitão Antônio Manoel de Fraga; assim, eles não eram parceiros de senzala. Por fim, dos escravizados africanos não há menção a idade.

³⁸² Secretaria Paroquial de Lagarto, Livro de Batismo de Nossa Senhora da Piedade, nº1, p. 172v.

³⁸³ Além dessa criança identifiquei mais cinco crianças nessa condição.

³⁸⁴ Ressalto que, nesse momento, a Capela da Irmandade do Rosário possivelmente estava em construção.

³⁸⁵ Essa relação entre o número de batizados e o dia do santo, provavelmente reflete uma identificação entre a cor do santo e os escravizados. São Benedito é um dos santos negros e cultuados pela população escravizada. Vê em: PINTO, Tânia Maria de Jesus. *Os negros cristãos católicos e o Culto aos Santos na Bahia Colonial*. Salvador: UFBA, 2000, pp.135-142. (Dissertação de Mestrado). Para ver uma descrição da festa vê em: MORAES FILHO, Melo. *Festas e Tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. p. 69-75.

³⁸⁶ Secretaria Paroquial de Lagarto, Livro de Batismo da Matriz de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, nº1, p. 153v.

Situação distinta do que ocorria nas Freguesias da Vila de Lagarto, ocorria na Vila de Santo Amaro. Nos assentos de batismo da Freguesia de Santo Amaro apareceram diversos africanos entre os homens e mulheres batizados e as referências a algumas nações, no entanto, grande parte dessas nomenclaturas era genérica. A Freguesia de Santo Amaro tinha um número maior de escravizados incluindo o de africanos e africanas, dado visível nos assentos de batismos.

Pesquisei um total de 1.889 registros entre 1816 e 1829. Acredito que nem todos os escravizados foram batizados; dado que releva o não cumprimento das disposições das Constituições do Arcebispado da Bahia por parte dos senhores. Cruzei inventários *post-mortem* com os registros de batismo e alguns escravizados que nasceram no período coberto pelos registros não aparecem entre as crianças batizadas. Obviamente que existem outras possibilidades: os registros podem não ter sobrevivido ao tempo ou não terem sido batizados na Freguesia de Santo Amaro ou ainda eles terem sido batizados fora da Freguesia em que viviam. Saliento que não era comum o batismo ocorrer fora da Freguesia em que o escravizado vivia.

Através do cruzamento entre as fontes, e de algumas ligações nominativas foi possível identificar algumas mulheres africanas que apareceram na condição de mães nos assentos. Na Tabela 2.4, entretanto, considere apenas os homens e mulheres batizados. O número de crianças crioulas também é considerável conforme pode ser visto na mesma tabela:

Tabela 2.4
Batizados e batizadas de Santo Amaro (1816-1829)

Cor/ Nacionalidade	Escravos	Escravas	Meninos livres	Meninas Livres	Forros	Forras	Total	%
Africanos	513	264					777	40,91%
Crioulos	171	171 ³⁸⁷	37	32	2	2	415	21,85%
Mestiços	49	44		1	1	1	96	5,05%
Nascidos no Brasil sem classificação de cor	303	297		10		1	611	32,17%
Totais	1036	776	37	43	3	4	1899	100

Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Santo Amaro, nº1 e nº2, 1816-1829.

³⁸⁷ 17 meninas e 14 meninos foram classificados como pretos.

Observando a tabela 2.4 nota-se que os africanos eram cerca de 40,91% da população de cor que foi batizada na Freguesia de Santo Amaro. Os nascidos no Brasil também foram maioria na freguesia citada. No entanto, nessa Freguesia a quantidade de africanos que circularam foi maior que nas outras localidades analisadas neste capítulo. O número de crioulos e, muitos deles, filhos de mulheres e homens africanos também são consideráveis, quase $\frac{1}{4}$ das pessoas que foram batizadas. No período analisado a população mestiça possivelmente ainda era pequena, cerca de 5,05%, essa baixa percentagem evidencia uma proximidade com os africanos, ou seja grande parte da população escravizada era filha ou neta dos homens e mulheres africanos.

Os que estão sendo chamados de nascidos no Brasil sem classificação de cor são aqueles em que há mães ou mães e pais nos registros, mas não há a cor, da mesma forma que ocorria nas freguesias já citadas. Alguns desses nascidos no Brasil sem a citação da cor também eram crioulos, pois eram filhos de homens e/ou mulheres africanos. Constância, que não tem referência a sua cor, foi batizada em 1821, era filha de Catarina do *gentio*. Ainda analisando a tabela, percebe-se que existia um equilíbrio no número de meninos e meninas batizados nascidos no Brasil, diferentemente dos africanos e africanas batizados em Santo Amaro.

Resta ainda saber quem foram essas 777 pessoas identificadas como mulheres e homens africanos que foram batizados na Freguesia de Santo Amaro no período de 1816 a 1829. Um ponto importante é a diferença entre homens e mulheres, diferentemente do encontrado nos inventários *post-mortem*, 66,02% eram homens. Os registros dos batizados refletem os africanos que entravam sem o sacramento e que trabalhavam e viviam na Freguesia. No caso da Freguesia de Santo Amaro a produção econômica era majoritariamente açucareira e nela se fazia necessário um maior número de homens, pois eles eram preferidos para trabalhar na lavoura pesada do açúcar. Já os inventários mostram as propriedades e escravizados e que os homens e mulheres possuíam em áreas agropastoris e açucareiras, dentre outras, enquanto que os batismos refletem os africanos que ficaram na Freguesia.

Dentre as classificações encontradas, há uma predominância de nomenclaturas genéricas dentre os africanos. Na tabela seguinte pode ser visto quem são os africanos:

Tabela 2.5

Nações dos Homens e mulheres africanos batizados em Santo Amaro (1816-1829)

Nomenclaturas de nação	Homens	Mulheres	Total	%
------------------------	--------	----------	-------	---

Africanos ³⁸⁸	312	172	484	62,29
Gentio de <i>nação</i>	89	31	120	15,44
Angolas	56	26	82	10,55
Jeje	31	16	47	6,04
Nagô	6	8	14	1,80
Da costa	12		12	1,54
Congo	1	3	4	0,51
Mina	3	2	5	0,64
Cabindas		3	3	0,38
Moçambique	2		2	0,26
Haussá		2	2	0,26
Tapa		1	1	0,13
	506	264	777	100

Fonte: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Santo Amaro, nº1 e nº2, 1816-1829.

Em Santo Amaro, nos assentos de batismo, a maioria dos homens e mulheres africanos receberam nomenclaturas genéricas, como gentio de *nação*, africanos ou, ainda, os da Costa. A primeira nomenclatura citada como Gentio de *nação* foi muito usada no século XVII e usada, parcialmente, no XVIII no Rio de Janeiro. Gentio se refere às pessoas que ainda não foram batizados, dessa maneira os não cristãos. Eles eram alvo da catequese, diferentemente dos pagãos que eram os que adorariam vários deuses. Gentio foi utilizado para homens e mulheres africanos e índios, e em Santo Amaro correspondeu a 15,44%.

No Rio de Janeiro, no decorrer dos Setecentos, a expressão gentio foi substituída por *nação*³⁸⁹. Em Santo Amaro a classificação enquanto gentio está ligado a homens e mulheres africanos que chegavam através de uma rota nova no tráfico Atlântico, por isso não havia pessoas em Santo Amaro que conhecessem o idioma, nem a *nação*, seriam uma primeira geração de africanos de localidades ainda desconhecida. A exceção foi Luiza que, em 1817, foi classificada como gentio de angola. Nesse caso gentio possivelmente foi usado com a ideia do não batizado.

Além da nomenclatura gentios de *nação*, também encontrei a expressão apenas *do gentio* e *gentílica*. Em 1819, uma escrava *do gentio* batizou seu filho, Roberto crioulo³⁹⁰. Possivelmente a escrava ainda não era batizada, pois não constava seu nome

³⁸⁸ 107 homens eram adultos, sem referência as mães e 64 mulheres da mesma maneira. Classifiquei esses como africanos, não foram encontrados índios sendo batizados nessa freguesia. E, os nascidos no Brasil eram batizados com até um ano de idade, contrariando o que D. Sebastião Monteiro da Vide defendia que era o batismo até oito dias de nascido. Vê em: VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Notícias do Arcebispado da Bahia para suplicar a Sua Majestade. Em favor do culto divino e das almas, 1712. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 54, (1891), pp. 323-364.

³⁸⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

³⁹⁰ Secretaria Paroquial de Santo Amaro. Livro de Batismo de Santo Amaro nº 1, p.78

no registro. Através desse registro, percebi que os batizados e batizadas classificados como gentios eram africanos. Uma mostra que *gentio de nação* ou *nação do gentio* eram africanos de tráfico novo é que após serem batizados alguns africanos continuaram sendo denominados como *gentílicos*, esse foi o caso de José de *nação gentílica* que batizou Thomas, um africano, em 1819³⁹¹. Uma das condições para tornar padrinho era a de ser batizado. Assim, o citado José, mesmo após o batismo, continuou sendo chamado de gentílico. Essa nomenclatura, gentio, foi mais usada no primeiro livro, cujos assentos encerraram em 1823 e foi utilizada por dois padres até 1819. Ressalto que esses mesmos padres, no mesmo período, classificaram outros escravizados como angolas, jejes e mina, ou seja, os *gentios de nação* não eram africanos dessas nações.

A nomenclatura genérica que predominou no segundo livro de batismo foi africanos e africanas. Essa nomenclatura foi utilizada no momento em que se acirrou o debate sobre a ilegalidade do tráfico e, por isso, fazia-se necessário omitir as nações dos homens e mulheres africanos para que os seus senhores não fossem acusados de tráfico ilegal. Assim, as autoridades não sabiam se esses africanos eram de portos acima ou abaixo da linha do Equador.

Ressalto que os escravizados classificados genericamente africanos em sua maioria não eram os angolas. Em 1828, na Missão de Japarutuba foram batizados nove escravizados de Maria Joaquina do Valle. Esses escravizados eram Henrique, Daniel, Pedro e Lopes, classificados como africanos; Ancelmo, Manoel, Guilherme e Gil todos *de nação angola*. O Frei Luiz de Santa Gertrudes distinguiu nos registros os de nação angola dos demais africanos. Os angolas eram os africanos que boa parte das autoridades eclesiásticas, dentre outras, sabiam distinguir por estarem há muito tempo nas terras sergipanas. Outro elemento é que podia explicitar que os africanos eram de nação angola no período, pois nesse período não era considerado tráfico ilegal o trânsito abaixo do Equador. Assim, acredito que os classificados como africanos em grande maioria eram da África ocidental.³⁹²

Ainda sobre os homens e mulheres classificadas genericamente como africanas, alguns deles eram, possivelmente, de *nação nagô*, como Domingos e Valentim que foram batizados em agosto de 1827 no Engenho Porteiros. Dias depois ocorreu uma revolta de nagôs nesse engenho e nos que estavam em suas proximidades. Esse período

³⁹¹ Secretaria Paroquial de Santo Amaro. Livro de Batismo de Santo Amaro nº 1, p.76

³⁹² Considera-se África ocidental na atualidade a região que está localizada os seguintes países: Mauritânia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Senegal, Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Libéria, Mali, Níger, Togo, Serra Leoa e Nigéria.

é o de apogeu de entrada dos nagôs na Bahia. O tenente Sebastião Gaspar Boto tinha vários escravizados classificados como africanos e africanas sendo batizados entre 1825 e 1828; ele também teve africanos de *nação* nagô envolvidos na citada revolta³⁹³.

Em 30 setembro de 1827, vários escravizados nagôs de diversos engenhos dentre eles: Porteira, Caraíbas, Maruim, Taverna, Várzea, Sítio e Santa Bárbara, Periperi de Gonçalo Paes Barbosa Madureira, Vargem e Unha de Gato do Coronel Manoel Rollemberd d'Azevedo Accioli. O senhor do primeiro engenho, Hermenegildo José Teles de Menezes, foi atacado pelos escravizados e salvo por dois escravizados não nagôs que o defenderam, juntamente com a esposa e os filhos. No entanto, três homens forros que residiam vizinhos a ele, possivelmente lavradores de cana de açúcar, e um filho foram feridos. Um dos saldos dessa revolta foi o assassinato de dois escravizados nagôs e nove deles ficaram feridos. Além dos escravizados dos senhores citados também estavam envolvidos os do Coronel José Leandro, ou seja, grande parte dos grandes senhores da Vila de Santo Amaro. Esses mesmos senhores tiveram entre os escravizados batizados *gentios de nação* e africanos, o que corrobora com a ideia de que eram nagôs³⁹⁴.

Segundo o tenente coronel Comandante Machado:

...Tenho inferido de tudo o que tenho visto e ouvido e da confissão de algum aliciado, mas que de fato recusou entrar na trama destruidora, que os negros de nação Nagô tinham formado entre si e desígnio de uma guerra servil cujo plano era massacrar todos os brancos, principiando pelos senhores, e ficarem de posse do terreno, pois para isso tinham aprestado armas, fundas, couradas... projeto que só foi desfeito facilmente pela força oposta, por terem se enganado (como dizem) com o dia aprazado ou o que é mais provável, por se terem acelerado no rompimento, aproveitando-se da ausência de dois batalhões na cidade...³⁹⁵

Pela descrição do comandante percebe-se que esse episódio causou grande movimentação na Vila de Santo Amaro. Senhores ao saberem que eles eram o alvo iam avisar aos outros sobre a sedição e saíam dos seus engenhos com o intuito de se protegerem. Três dias depois, 3 de outubro, a cavalaria já estava contendo os escravizados e alguns deles escondidos nas matas. No conflito entre a cavalaria e os escravizados foram assassinados muitos negros. Os números divergem, alguns

³⁹³ MOTT, Luiz. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade* p.198

³⁹⁴ APES, G1, pacotilha 61330, ofício recebido pelo Presidente da Província; Cartório de Rosário, 01/1683, 01/06/1831, Inventariado: Gonçalo Paes Barbosa Madureira.

³⁹⁵ AN, IJJ⁹, folha 151, nº 51, ofício do Tenente Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice Presidente, 16/10/1827. Apud MOTT, Luiz. *Sergipe...*p.197.

informaram entre 12 a 14 negros, outros entre 16 a 20, incluindo uma mulher. Dentre as “vítimas” dos escravizados estavam João, Manoel e Antônio que foram enterrados no dia 3 de outubro na Capela de Santa Ana, eram filhos de Lourenço Francisco e Rita Pereira. Um escravizado de Hermenegildo José Telles de Menezes, possivelmente um dos que o defendeu, também faleceu. Inácio, crioulo com 30 anos, foi sepultado no dia anterior na Capela do Rosário. A causa morte de todos foi a *desgraça*³⁹⁶. Possível nome dado a mortes acidentais, como os assassinatos. Outros ainda foram presos e alguns desses vendidos para Salvador, pois seus senhores não queriam perder o valor investido. Outros ficaram escondidos nas matas, alguns acreditavam que nas matas da Cotinguiba, outros defendiam que nas de Itabaiana³⁹⁷.

Alguns meses depois, no início de 1828, outro levante de escravizados nagôs estava prestes a acontecer. Dessa vez os escravizados nagôs do Engenho Mato Grosso, juntamente com de outras nações, incluindo crioulos, estavam planejando uma revolta que foi denunciada por um escravo nagô do Tenente coronel Sebastião Gaspar de Almeida Boto. As novidades desse era o envolvimento de diversas nações e notícias vindas da Bahia de revoltas que estavam lá ocorrendo³⁹⁸.

A entrada dos nagôs na Bahia foi intensificada pós 1817. Neste ano, ocorreu uma revolta de escravos em Òyó e vários escravos provenientes dos estados do Norte desertaram. Parte deles era da Cavalaria da Capital do Reino Iorubá, o que deixou o citado reino vulnerável a ataques. Entre 1817 e 1820, certo chefe guerreiro de nome Afonjá formou um exército muçulmano, no entanto, ele não era convertido. Nesse exército estavam inseridos os fulanis, iorubas muçulmanos e haussás; eles começaram uma série de conflitos nos interiores das cidades iorubas³⁹⁹. Em 1823 terminou o controle ioruba sobre Ilorin, devido à morte de Afonjá. Após isso, os muçulmanos intensificaram as campanhas de escravização sobre outras cidades iorubanas, como Iresa e Kamba. Em 1835, Òyó já tinha ruído. Nesse intervalo entre 1817 e 1835, sobretudo entre 1823 e 1835, inúmeros iorubanos foram escravizados e, muitos deles,

³⁹⁶ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro de óbito nº2, 03/10/1827, registros de João, Manoel e Antônio. p.28; Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro de óbito nº2, 02/10/1827, registro de Ignacio. p.28.

³⁹⁷ AN, IJJ⁹, 300 maço 4, fol. 145, nº 50, Carta ao Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice Presidente, 1/10/1827. AN, IJJ⁹, folha 151, nº 51, ofício do Tenente Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice Presidente, 16/10/1827. Apud MOTT, Luiz. Sergipe...pp.195-203.

³⁹⁸ MOTT, Luiz. Sergipe...pp.195-203.

³⁹⁹ REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: A história do Levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhias das Letras, 2003.

entraram na Bahia, alguns chegaram a Sergipe⁴⁰⁰. Muitos desses iorubas, chamados na Bahia e em Sergipe de nagôs, que lutaram ainda no continente africano, vieram com esse aprendizado militar. Quiçá, alguns desses estavam envolvidos na revolta citada. Outro aspecto que convém ressaltar é que eles eram adoradores de orixás e outra minoritária parcela era islamizada.

Identifiquei nos registros apenas oito nagôs. Os primeiros batizados deles na Freguesia de Santo Amaro foram em 1820, foram batizados Francisco, João e Luís de *nação nagô*⁴⁰¹. Nos registros feitos em 1828 foram encontrados os últimos registros dessa nação, no entanto, possivelmente o tráfico continuou para as terras sergipanas. Caso a nossa hipótese seja procedente, de grande parte dos africanos e dos *gentios de nação* serem os nagôs, pós 1820 eles já eram uma expressiva parte da população na Vila de Santo Amaro.

Sharyse Amaral, pesquisando sobre a escravidão em uma Vila vizinha a Santo Amaro, Laranjeiras no final dos Oitocentos, identificou duas comunidades de africanos de *nação nagô*, uma de adoradores de orixás e, outra, com islâmicos, chamada de malês. A primeira no final dos Oitocentos era liderada por Ti Herculano da Comandaroba e, a segunda, por Sapucary⁴⁰².

Das nomenclaturas menos genéricas a *nação angola*, conforme citado, foi a que mais apareceu na documentação, correspondendo a cerca de 10,55%. Há registros desses africanos para todo o período de 1816 a 1829. Evidenciando uma entrada deles no decorrer de todo o período. No entanto, o sentido do termo angola variou no tempo e de acordo quem estava chamando. Após 1800, foram traficados vários escravizados da Costa de Loango e de Malembo⁴⁰³. Ou seja, uma parte dos angolas que chegaram ao Brasil no século XIX não foram transportados através do porto de Luanda e, por isso, diferentemente dos angolas que chegaram no XVIII vieram sem o batismo e receberam o sacramento no Brasil. Ressalto que além dos angolas também apareceram três mulheres cabindas, a mesma quantidade de *nação congo*, juntamente com um homem de *nação congo*.

⁴⁰⁰ REIS, João José, op. cit

⁴⁰¹ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro nº1, 04/12/1820, Registros de Francisco, João e Luís. P.133v.

⁴⁰² AMARAL, Sharyse Piroupo. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado em História).

⁴⁰³ MILLER, Joseph C. A África central durante a era do comércio dos escravizados de 1490 a 1850. In: *Díspora Negra no Brasil*. HEYWOOD, Linda M. (org). São Paulo: Contexto, 2008. pp. 29-80.

Os angolas foram seguidos pelos jejes, que correspondiam a 6,04%. Encontrei batizados de jejes entre 1816 a 1827, e a grande maioria até 1819. Ou seja, após essa data a entrada deles diminuiu ou eles passaram a ser classificados em boa parte como africanos. O número de africanas das nações ocidentais foi pequeno, duas mina, duas haussás, uma tapa, além dos citados nagôs. No entanto, conforme citei anteriormente, possivelmente uma boa parte dos homens e mulheres classificados como africanos eram ocidentais. Mesmo com a proibição, eles continuaram chegando e sendo batizados. Ressalto que alguns padres distinguiram os jejes dos minas. Em 1817, o mesmo padre, Antônio de Oliveira Marques batizou na mesma Capela, a de Nossa Senhora do Rosário, e no mesmo dia Joaquim da *Costa da mina* e Belchior, Joaquim e Fernando todos de *nação jeje*⁴⁰⁴.

Em 1825, outro padre, Frei Dionísio da Conceição, na mesma Capela, também percebia diferenças entre jejes e minas, pois batizou Joaquim de *nação jeje* e, quatorze dias após, batizou Tereza, classificando-a como de *nação mina*. Mostrando que havia distinções dentre os mesmos e que esses padres, bem como a comunidade africana que frequentava a Capela, possivelmente, percebia essas diferenças.

Para Soares, as irmandades tiveram um papel importante na diferenciação entre minas e jejes⁴⁰⁵. São datados de 1827 os últimos registros de minas e jejes na Freguesia de Santo Amaro. Momento em que o tráfico dessas nações para o Brasil entrou em declínio.

Os africanos classificados da *Costa* que possivelmente se referem à Costa da Mina, pois os da costa centro-ocidental, os angola, congos, dentre outros, não passavam despercebidos para as pessoas que os classificavam. Somando os da Costa com os minas perfaziam um total de 2,18%, eles foram mais comuns até 1819. Bem como os jejes, momento que o tráfico ao norte da Linha do Equador estava sendo fiscalizado, bem como marcado por uma maior por uma maior entrada de nagôs.

Os doze homens classificados como da *Costa* pertenciam ao mesmo senhor, Manoel Rodrigues. Esses africanos foram batizados no mesmo dia e local. Diferentemente das outras freguesias, em Santo Amaro encontrei diversos batizados

⁴⁰⁴ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro de Batismo nº 1, 9/02/1817, registros de batismo de Belchior, Fernando, Miguel e Joaquim, p.16.

⁴⁰⁵ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

coletivos de africanos, evidenciando que alguns senhores compravam homens e mulheres africanos em grupo. Um dos exemplos foi o do já citada da senhora Clara Perpetua que comprou possivelmente vinte escravizados em um lote⁴⁰⁶. Talvez esse também tenha sido o caso dos doze homens africanos da costa, citados anteriormente, que foram batizados no mesmo dia. Esses africanos possivelmente foram comprados ao mesmo traficante, viajaram juntos até as terras sergipanas, passaram a pertencer ao mesmo dono e foram batizados no mesmo dia. Também havia a possibilidade dos africanos ficarem aguardando um tempo para serem batizados, pois segundo as Constituições, conforme foi citado, deveriam ter alguns aprendizados para passarem pelo rito. Bem como possivelmente esses africanos também aguardavam um dia que pudessem ser deslocar para a sede da Vila todos os envolvidos com o batizado; e assim acabavam sendo batizados em lotes. Ratifico que diferentemente das freguesias da Vila de Lagarto, as levas de homens e mulheres africanos sendo batizados foram comuns em Santo Amaro. Na Paraíba, os homens e mulheres africanos também foram batizados em grupos, 30 escravizados de um mesmo senhor receberam o sacramento em três dias⁴⁰⁷.

Ainda sobre as levas de africanos, no primeiro livro foram encontrados 68 grupos de africanos sendo batizados no mesmo dia, levas com no mínimo dois escravizados e a maior com quatorze. Ou seja, na Freguesia de Santo Amaro, alguns senhores compravam lotes de africanos e essa é uma das explicações para os batizados coletivos; diferentemente de outras freguesias. Algumas vezes os africanos pertenciam a nações distintas. Em 1820, Dona Luzia batizou José, Anacleto, Agostinho e Joaquim, de *nação* angola, e João, Francisco e Luiz, os três de *nação* nagô, todos no mesmo dia e local. No segundo livro de batismo, o número de levas diminuiu para 33 grupos de homens e mulheres africanos sendo batizados em grupos de dois a doze escravizados.

Comparando os dados dos dois livros, o primeiro de 1816 a 1823 e o segundo de 1823 a 1829, percebe-se que o número de africanos é maior no primeiro livro. Possivelmente o acesso ao mercado de africanos era mais fácil no primeiro período. Após 1823, o número de africanos ocidentais teria diminuído em decorrência das medidas inglesas contrárias ao tráfico ao norte de linha do Equador, que começaram a vigorar entre 1817-1818. Outro motivo é porque o período que abrange o primeiro livro é um momento mais intenso de construções de diversos engenhos na Freguesia. É

⁴⁰⁶ AGJSE, Cartório de Santo Amaro, Cx. 01/1764 Inventario *post-mortem*, Clara Perpetua de Amorim.

⁴⁰⁷ ROCHA, Solange. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. SP: UNESP. pp.225-226.

possível perceber diversos nomes de senhores de engenho se repetindo inúmeras vezes nos registros.

Não foram encontradas mulheres de duas nações, apenas homens africanos, entre os moçambiques e os haussás. Os moçambiques possivelmente foram raros em Sergipe. Os haussás eram um número um pouco maior que os moçambiques. A entrada de haussás ocorreu, sobretudo, a partir das duas primeiras décadas dos Oitocentos. Cecília e Angélica de *nação* uça, corruptela de haussá, foram batizadas em 1817 e 1818, respectivamente. Evidenciando que a entrada delas ocorreu junto a outras grandes levas de haussás. Segundo Reis, em 1804, na África Ocidental teve início uma jihad, guerra santa, no Reino Gobir e liderada por Usuman Dan Fodio contra as cidades haussás. Segundo o xeque, os haussás não seguiam o islamismo segundo os preceitos⁴⁰⁸. O resultado dessa jihad foram inúmeros escravizados e alguns deles chegaram a Sergipe.

Em relação à idade dos homens e mulheres africanos, muitos dos assentos não fazem referência à idade, em outros apenas existe a expressão *adultos*. A idade dos africanos variou mais que a das africanas. Encontrei africanos que possuíam de 5 a 50 anos. Joaquim, de *nação* jeje, em 1817 tinha cinco anos e o mais velho foi João, africano, com 50 anos. Todavia, a maior parte dos registros dos africanos, 140 homens, estava entre 12 e 30 anos. A idade das mulheres africanas que foram batizadas variou entre 11, a mais nova, e 40 anos as mais velhas, Delfina e Rosa, africanas. Entretanto, a maior parte tinha a mesma faixa etária dos homens, ou seja, entre 12 e 30 anos, cerca de 97 mulheres.

As idades que aparecem nos registros de homens e mulheres africanos permitem especular que os adultos tivessem a faixa etária citada, entre 12 e 30 anos. O ser adulto talvez tivesse ligado ao fato de possuir a idade que pudesse casar, bem como a idade que podia decidir se queria batizar-se ou não. Ou seja, esses homens e mulheres africanos entraram nas terras sergipanas no auge da fase produtiva e reprodutiva, já que a reprodução era incentivada para repor parte dos escravizados, conforme pode ser notado em algumas cartas de alforria.

Os batizados foram realizados em localidades diversas. Algumas localizadas na zona rural, como os oratórios do Engenho Porteiras, Engenho da Vargem, Engenho da Praia e do Engenho Cana Brava, ou nas Capelas de Santa Ana, Conceição e São

⁴⁰⁸ REIS, João J. *Rebelião Escrava...*p. 73.

Vicente. Outras na sede da Vila, como na Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ainda tiveram os batizados na Missão de Japarutuba.

Por fim, outras mulheres e homens foram batizados na Capela do Maruim de Cima que ficava na Povoação de Maruim, lugar que posteriormente se tornou Vila e a Capela se transformou em Freguesia de mesmo nome. A diversidade de locais aumentou no segundo livro, pois alguns engenhos foram construídos ou passaram a ter capelas ou oratórios. Com isso, os escravizados eram batizados no interior das propriedades, a exemplo do oratório do Engenho Porteira e da Capela no Engenho da Praia. Luiz Mott mostra que além dos gastos para a construção e manutenção de uma Capela privada, também era necessário passar por um lento processo burocrático para conseguir licença para a realização de missas e sacramentos⁴⁰⁹. E, talvez por isso o aumento de capelas no segundo livro, pois seria o tempo de construir as capelas e conseguir as tais licenças. Saliento que mesmo com a construção das capelas, os locais que as mulheres mais foram batizadas foram no Rosário e na Matriz.

Henry Koster registrou um dia de batizado em um engenho pernambucano e percebeu que era um dia festivo, com muitas comidas, bebidas e jogos⁴¹⁰. Em algumas ocasiões, na Vila de Santo Amaro, além dos africanos e africanas sendo batizados nas capelas também foram batizados filhos de possíveis agregados ou vizinhos e filhos dos senhores. Fato que contribui para especular que algo semelhante ocorria na Vila citada.

Observando os escravizados e escravizadas pertencentes ao Tenente Coronel José Rodrigues Dantas que foram batizados, percebe-se que o fato ocorreu em locais distintos. Cento e onze crianças e adultos foram batizados, incluindo africanos e nascidos no Brasil, mulheres e homens. A maioria dos homens e mulheres africanos desse senhor não têm menção à nação, mas o fato de serem batizados em localidades distintas indica que esses africanos eram de nações distintas e que eles podiam ser batizados em locais diferenciados a depender da nação que possuía.

Posso afirmar que os jejes pertencentes ao senhor citado, alguns dos classificados como africanos, bem como algumas crianças, foram batizadas na Capela do Rosário. Já os de *nação* nagôs, tapa e moçambiques e os outros também classificados como africanos foram batizadas na Matriz, no oratório do Engenho Porteira e na Capela de Santa Ana. Analisando os locais de batismos dos homens e mulheres africanos

⁴⁰⁹ MOTT, Luiz. “Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a Capela e o Calundu”. In: *História da Vida Privada 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. Org. Fernando Novais e Laura de Mello e Souza. 1997, pp.168-169.

⁴¹⁰ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*, coleção Brasiliana eletrônica...p.414

identificados nos registros, verifica-se que os angolas foram batizados em maioria na Capela do Rosário e os de *nação* jeje todos foram batizados na última Capela citada. Já os classificados como africanos também foram batizados no Rosário, mas um grande número na Matriz ou em propriedades particulares. Dessa maneira, possivelmente, a Capela do Rosário, sede da irmandade do Rosário dos Homens Pretos, era um espaço de sociabilidade africanos e africanas, sobretudo os de *nação* angola e jeje, bem como de um grande número de crioulos e alguns pardos. Enquanto em decorrência de possíveis rivalidades os africanos de outras nações eram batizados em outras localidades.

A existência de capelas e oratórios nas propriedades particulares e, principalmente, as rurais eram defendidas pelos párocos. Antonil pontuava que era importante a existência de uma Capela nos engenhos e de um reverendo, para que os sacramentos pudessem ser realizados com mais facilidade⁴¹¹. Afinal, o batismo realizado na sede da Vila implicava em deslocamentos, que nem sempre eram fáceis de serem realizados, sobretudo nos períodos chuvosos. Além dos escravizados também se deslocavam os padrinhos e, em alguns casos, os senhores ou, ainda, africanas e seus filhos.

Na Freguesia de Santo Amaro havia vários reverendos, um que realizava os sacramentos nas propriedades particulares, outro na Capela do Rosário, e o pároco que realizava na Matriz. O reverendo que realizava os ritos na Capela do Rosário convivia mais com os africanos e africanas. O resultado disso é que os homens e mulheres africanos batizados no Rosário dificilmente eram classificados apenas como africanos, pois o reverendo do Rosário ou os conhecia melhor, ou tinha acesso a pessoas que conheciam e/ou identificavam as nações e, por isso, nos assentos dos batismos realizados na citada Capela tinham mais informações.

Ressalto que as africanas também apareciam na condição de mães nos assentos. No entanto, poucos foram os assentos que fazem referência à *nação* das mães. Entretanto, através do cruzamento de fontes, batismos e inventários, bem como analisando os registros de batismos, percebi o quanto era frequente homens e mulheres africanos levarem seus filhos para serem batizados e boa parte das 418 crianças crioulas que foram batizadas tinha um africano como progenitor ou como genitora.

Custodia angola, escravizada de Antônio Isidoro, foi à capela do Rosário batizar seus três filhos, Davi, Custódia e Vicente em momentos distintos. Em apenas um dos

⁴¹¹ ANTONIL, André J. *Cultura e Oportunidade no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

registros apareceu a sua nação. Em 1824, Martiniano, filho de Bonifácio e Martinha e Saturmina, filha de Joaquim com Thereza, foram batizados e não tiveram suas *cores* citadas. Joaquim e Bonifácio, pais das crianças batizadas, foram classificados como *gentios*, todos eram escravizados do coronel Manoel Rollemberg, senhor do Engenho Unha de Gato e que tinha escravizados nagôs envolvidos no levante de 1824. Ou, ainda, Maciano de *nação mina* que era casado com Joanna *crioula* e que batizaram seus filhos Luiza e Maria, crioulas, na Matriz de Santo Amaro⁴¹². Esses são alguns dos exemplos de crianças batizadas que eram filhas de homens e mulheres africanos. Ressalto que a única nação que apareceu junto aos nomes das mães foi a angola. Possivelmente, a mais velha nas terras sergipanas, mesmo que o sentido do termo tenha variado no tempo.

Em algumas situações localizei o registro do homem ou mulher africano sendo batizado e cerca de três ou quatro anos depois batizando seus filhos e, alguns deles, já casados. O que evidencia que alguns desses homens ou mulheres conseguiram em três, quatro ou cinco anos (re)construir laços de solidariedade e familiares. Bonifácio *jeje*, escravizado do Tenente Coronel José Leandro, foi batizado em 1818 tendo como padrinhos Francisco e Luiza, possíveis escravizados também. Em 1821, ele era um homem casado com Florinda, de quem desconheço a nação, e batizou Felix crioulo; três anos após ele retornou a mesma Capela, a de Nossa Senhora do Rosário, para batizar sua filha crioula Elena. Foram compadres de Bonifácio: Clemencia, no primeiro batizado, e Luís, no segundo; não identifiquei as nações de nenhum deles⁴¹³. Todos eram escravizados do citado tenente coronel José Leandro, que também teve escravizados nagôs envolvidos no Levante citado. Ou ainda, em 1816, Caetana de *nação congo* foi batizada na Matriz e teve como padrinhos um casal de livres ou libertos. Em 1820, ela estava casada com Estevão africano e retornou a mesma Igreja para batizar sua filha Felippa *crioula*, seus compadres foram João e Rosa, possíveis escravizados do mesmo senhor, Tenente Coronel José Rodrigues Dantas⁴¹⁴.

⁴¹² Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1, 10/04/1821, registro de batismo de Luiza, p.143; Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1, 20/04/1823, registro de batismo de José, p. 183; Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº2, 20/05/1827, registro de batismo de Maria, p.67v; AGJSE, Cartório de Maruim, 1822, cx. 03/809, Inventariado: Joaquim Mariam de Santa Anna e Inventariante: Jacinta Francisca do Bomfim. Nos dois últimos registros aparece como proprietária das crianças a Inventariante Jacinta Francisca do Bomfim.

⁴¹³ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro nº1, 05/07/1818, registro de batismo de Bonifácio, p. 11; Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro nº1, 04/02/1821, registro de batismo de Felix, p.138v; Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro nº2, 31/10/1824, registro de batismo de Elena, p.19.

⁴¹⁴ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro nº1, 22/12/1816, registro de batismo de Caetana, p. 11; Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro nº1, 29/11/1818, registro de batismo de Benedita, p.65v.

As situações citadas evidenciam a construção de laços familiares e de solidariedade. Esses africanos foram capazes de construir uma rede de alianças formada por padrinhos e compadres. Em alguns casos, essas redes extrapolavam os limites da propriedade que viviam. Algo próximo ao apontado por Moacir Maia, para Mariana nos Setecentos, aconteceu em Santo Amaro nos Oitocentos, ou seja, através do Batismo os africanos criaram laços e alianças, e aprenderam a se movimentar nas terras brasileiras⁴¹⁵. Todavia, essas movimentações eram mais fáceis para os africanos que chegaram e já encontraram parceiros de nação. Dessa forma, angolas, congos, jejes e minas possivelmente tinham trânsito mais fácil que as primeiras levas de nagôs em Santo Amaro. O autor citado, ao se referir aos africanos de *nação* mina, pontua que eles encontraram pessoas que entendiam a sua língua e comungava de valores na Mariana Setecentista, algo semelhante ocorreu em Santo Amaro com os angolas, minas, jejes e congos.

Além de serem batizados e levarem seus filhos para batizar, alguns africanos também retornaram a Igreja para batizar outros africanos. Em 1823, Delfina, africana, foi batizada no oratório do Engenho Porteira. Três anos após ela foi madrinha de dez africanos, a saber: Cristóvão, Francisco, Ancelmo, João, José, Agostinho, Apolinário, Antônio, Lourenço, Lourença, todos de nações desconhecidas, e Joanna crioula⁴¹⁶. Esses homens e mulheres foram batizados no Oratório da casa de vivenda de Estácio Muniz Barreto.

As Constituições do Arcebispado cita a necessidade de um tradutor, para que possa ensinar o catolicismo para os africanos ou que possa responder por esse africano. Assim, a importância de um africano como padrinho para o catolicismo. No entanto, para esses africanos também era importante ter uma madrinha que ensinasse a eles as normas desse Novo Mundo, ter alguém com quem pudessem contar em diversas ocasiões.

⁴¹⁵ MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O apadrinhamento Colonial: O (Re) encontro na América (Mariana, 1715-1750). In: *Afro-Ásia*, 36, 2007. p.39-80.

⁴¹⁶ Secretaria Paroquial de Santo Amaro. Livros de batismo nº2, 08/09/1826, Registros de batismo de Cristóvão, Francisco, Ancelmo, João, José, Agostinho, Apolinário, Antônio, Lourenço, Lourença e Joanna; p.47 e 47v.

Tabela 2.6

Padrinhos de homens e mulheres africanos⁴¹⁷

	Homens angolas	Mulheres angolas	Africanos	Africanas	Homens de outras nações	Mulheres de outras nações	Homens de nação gentia	Mulheres de nação gentia	Total	%
Somente madrinhas livres ou libertas		1	1	1		–			3	0,43
Somente Madrinhas escravas			1	2		–			3	0,43
Somente padrinhos livres ou libertos	23	6	58	21	13	12	26		159	22,68
Somente padrinhos escravos	3	1	10	3	2	3		1	23	3,28
Casal de padrinhos livres ou libertos	20	19	120	45	13	10	29	6	262	37,37
Casal de padrinhos escravizados	3	6	75	82	18	11	31	14	240	34,23
Madrinha escrava e padrinho livre/liberto							1	10	11	1,57
	49	33	265	154	40	36	87	31	701	100

Fonte: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Santo Amaro, nº1 e nº2, 1816-1829.

⁴¹⁷ Foram considerados para essa tabela apenas os registros que continham padrinhos e/ou madrinhas.

Há um debate na historiografia se os padrinhos teriam ou não sido escolhidos pelos escravizados ou se era uma atitude paternalista dos senhores. Alguns africanos possivelmente escolheram seus padrinhos e compadres. Ressalto que os padrinhos e madrinha eram pessoas que circulavam na Igreja, batizavam seus filhos, eram católicos. Segundo Martha Hameister, os padrinhos e madrinhas tinham que ser pessoas que não fossem candidatos a cônjuges dos afilhados no futuro, o que diminuía as possibilidades de escolha. Para a autora, havia um mercado do compadrio e este era restrito para os que escolhiam os padrinhos, pais ou senhores, pois tentava-se respeitar a legislação defendida nas Constituições do Arcebispado⁴¹⁸.

A maioria das mulheres e homens africanos foram batizados por um casal, composto por pessoas livres ou forras, escravizados ou ainda com essas em condições jurídicas distintas, cerca de 73,17%. Dentre esses, os casais de pessoas livres ou libertas foram ligeiramente maior que os casais de escravizados. Algumas dessas pessoas, livres ou forras, faziam parte da Irmandade e, por isso, podiam ter proximidade com algumas mulheres africanas. Dessa maneira, alguns padrinhos/madrinhas forras ou livres podem ter sido uma escolha dos homens e mulheres africanos, a exemplo de Luiz de França que foi tesoureiro da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, da povoação do Rosário do Catete, em 1823, e batizou, no ano anterior, Maria africana que pertencia a João Nepomeceno; Thereza africana escravizada de Ana Josefa; e Benedita também africana escravizada de Manoel. O mesmo Luiz de França também apadrinhou crianças nascidas no Brasil e possuía africanas como escravizadas⁴¹⁹. Outro aspecto que merece ser ressaltado é que alguns desses libertos que apadrinharam possivelmente eram africanos.

Alguns padrinhos possivelmente foram uma escolha dos senhores. Os registros de batismos de alguns africanos estão no mesmo assento; ou ainda, o mesmo casal para diversos africanos, sendo batizados no mesmo dia. Dentre os livres ou libertos havia os que possivelmente eram parentes do senhor; como Antônio Vitor que batizou, juntamente com Ana, os africanos Paulo, Bernardo, André e Gonçalo⁴²⁰. Todos pertenciam a Manoel Vitor. Saliento que não encontrei senhores apadrinhando seus

⁴¹⁸ HAMEISTER, Martha Daisson. “O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão”. In: *Escravidão e Liberdade*. Regina Celia Lima Xavier (org.). pp.97-122.

⁴¹⁹ Secretaria Paroquial de Santo Amaro. Livro de batismo, nº1, 16/08/1822, de Benedita e Maria, p.171v; 172v. AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 69, 04/08/1825, Testador: Perpetua Felicia de Nazaré.

⁴²⁰ Secretaria Paroquial de Santo Amaro. Livros de batismo nº2, de registros de Paulo, Bernardo, André e Gonçalo, Santo Amaro, p. 34v.

escravos e poucos casos de parentes, pois o apadrinhamento era incompatível com a relação senhor e escravo. Situação semelhante encontrada por Schwartz para Curitiba e Santiago do Iguape⁴²¹. No entanto, acredito que outros africanos escolheram seus padrinhos dentro das possibilidades admissíveis. Uma mostra disso é o grande número de escravizados na condição de padrinhos.

O segundo maior grupo de padrinhos foram os casais de escravizados. Um olhar atento aos padrinhos das mulheres e homens escravizados pelo coronel Manoel Rollemberg sugere alguns elementos sobre o assunto. Escravizados da mesma nação apadrinhados no mesmo momento por casais distintos. Lembro que uma parte desses homens e mulheres africanos viviam em grandes posses na Freguesia de Santo Amaro, como a do citado coronel, a de Dona Clara de Faro Leitão ou, ainda, de Anna Jerônima da Silveira. Os padrinhos e madrinhas escravizadas, em grande maioria, pertenciam aos mesmos senhores dos seus afilhados.

Alguns dos exemplos de mulheres que foram apadrinhadas por parceiros de trabalho é os de Rita e Francisca, africanas, e Thereza, angola, que foram batizadas por Amaro, Maria, João e José Barbosa, todos escravizados de Capitão Manoel José de Menezes. Havia ainda os homens e mulheres que foram batizados por escravizados de outro senhor, como Luiza, africana que pertencia a Max Felipe de Luiz de Faro, que teve como padrinhos Domingos e Efigênia escravizados de José Suterio de Sá.

Infelizmente, não há a nação dos padrinhos, mas alguns dos padrinhos escravizados eram africanos e africanas, assim ajudaram esses africanos recém chegados no processo de socialização, bem como alguns dos forros e forras. Porquanto, uma parte desses africanos tinha como parceiros de trabalho africanos da mesma *nação*. Esses padrinhos, juntamente com seus afilhados, construía possivelmente uma rede de solidariedade. Lembro que após o batismo era possível o ingresso na Irmandade do Rosário, o que possibilitava, ainda mais, a criação de laços de solidariedade.

Segundo Carlos Eugênio Soares os africanos eram normalmente batizados por outros africanos e, muitas vezes, da mesma nação. Na Igreja de Sé de Salvador, nos Setecentos, os africanos de *nação* jeje eram majoritariamente apadrinhados por

⁴²¹ Schwartz, Stuart. “Abrindo a roda da família: Compadrio e Escravidão em Curitiba e na Bahia”. In: *Escravos roceiros e rebeldes*. Schwartz, Stuart. (org). São Paulo: EDUSC, 2001. p.263-292.

parceiros de mesma nação. Moacir Maia também percebeu em Mariana uma rede construída pelos africanos através do Batismo⁴²².

Outra parcela de africanos foi batizada por apenas um homem ou uma mulher. O homem livre ou liberto foi maioria nesses casos, 20,41%. Observando a tabela 2.7, verifica-se que grande parte dos batizados que tiveram apenas homens como padrinhos também eram homens. Ou seja, para socializar esse africano na sua nova realidade, o padrinho seria mais importante que a madrinha, pois esse ensinaria as regras para alguém do mesmo gênero. Em uma sociedade patriarcal, o homem era tido como alguém que teria como se responsabilizar pelos escravos mais que as mulheres.

Identifiquei, também, os padrinhos das crianças crioulas, conforme foi citado anteriormente, algumas dessas crianças eram filhas de africanos. Dessa maneira, importa saber quais grupos de homens e mulheres africanos construíram laços. Ver tabela 2.7.

As crianças crioulas foram batizadas em sua maioria por pessoas livres e libertas, pessoas de um *status* jurídico superior. Segundo Koster, as escravas solicitavam que pessoas de consideração fossem seus compadres, com a esperança de que os padrinhos comprassem as alforrias dos seus afilhados na pia batismal⁴²³. Nos registros de batismo nota-se que em Santo Amaro poucas crianças foram forras na pia batismal. O mesmo viajante cita Du Tertre que menciona que mesmo as pessoas livres que apadrinhavam as crianças escravizadas geralmente eram *pessoas de cor*. A grande maioria das crianças foram batizadas por um casal, cerca de 74,66%. O segundo maior grupo foram as crianças que tiveram apenas um padrinho livre ou liberto, 18,86%. O fato das crianças crioulas serem batizadas por pessoas livres e libertas evidencia que muitas mulheres e homens africanos conseguiram construir laços com um leque diversificado de pessoas. Ratifico que algumas dessas pessoas livres ou libertas faziam parte da Irmandade do Rosário. O compadrio estreitava as relações entre os compadres e essas relações perduravam durante diversos anos.

⁴²² SOARES, Carlos Eugenio Líbano. “INSTRUÍDO NA FÉ, BATIZADO EM PÉ”: batismo de africanos na sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. In: *Afro-Ásia*, 39 (2010), 79-113.

⁴²³ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*, coleção Brasileira eletrônica, p. 497. site: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagens-ao-nordeste-do-brasil/pagina/497/foto>, acessado dia 24/11/2013.

Tabela 2.7

Padrinhos de Crianças crioulas

	Crioulos escravizados	Crioulas escravizadas	Crioulos livres e forros	Crioulas livres e forras ⁴²⁴	Total	%
Somente madrinhas livres ou libertas	1	5		2	8	1,98
Somente Madrinhas escravas	1	3			4	0,99
Somente padrinhos livres ou libertos	29	37 ⁴²⁵	7	3	76	18,86
Somente padrinhos escravos	5	5	1		11	2,73
Casal de padrinhos livres ou libertos	118	110	32	25	285	70,72
Casal de padrinhos escravizados	8	7			15	3,72
Madrinha forra e padrinho escravo		2			2	0,49
Madrinha escrava e padrinho livre/liberto	1				1	0,25
Padrinho e nossa Senhora		1			1	0,25
Total	162	169	40	30	403	100

Fonte: Livros de Registros de Batismos da Freguesia de Santo Amaro, nº1 e nº2, 1816-1829.

⁴²⁴ Um não tem referência a padrinhos.

⁴²⁵ No mínimo um era forro.

Em 1819, por exemplo, Caetana Maria do Espírito Santo, chamada de preta, elaborou um testamento e colocou como um dos testamenteiros o compadre João José dos Santos. Ou seja, seu compadre era uma pessoa de confiança da citada preta⁴²⁶.

Por fim, duas crianças, dentre elas uma crioula, tiveram como madrinha Nossa Senhora. Esse ato era proibido pelas Constituições do Arcebispado da Bahia, mas alguns reverendos ignoravam a proibição, todavia, não foi comum em Santo Amaro.

Poucos batizados foram celebrados em datas festivas na Freguesia de Santo Amaro, talvez, os escravizados dessa Freguesia tivessem maior autonomia para irem à sede da mesma e batizarem seus filhos ou se batizarem. O fato de diversos terem sido batizados nas propriedades possibilitou que os batizados ocorressem em diversas datas e não era preciso aguardar o momento em que teriam acesso ao sacramento.

Por fim, em Santo Amaro identifiquei um párvulo sendo batizado em 1825. Claudio, chamado de párvulo. Segundo Carlos Eugenio Líbano Soares e Mariza Soares, párvulo era o nome dado a crianças africanas⁴²⁷. Acredito que Claudio era muito novo, já que encontrei africanos com cinco anos de idade e não foi chamado de párvulo.

Podemos concluir sobre os homens e mulheres africanos em Santo Amaro, que havia um número considerável deles que circulavam e trabalhavam na Freguesia de Santo Amaro. O número de homens e mulheres africanos foi o maior encontrado dentre as freguesias pesquisadas, bem maior que as demais. Em decorrência disso, os homens e mulheres africanos de Santo Amaro tiveram maiores possibilidades de encontrar parente de sua nação que nas outras Freguesias. Diversos tiveram como parceiro de senzala um escravizado com quem podia compartilhar valores e quiçá se comunicar nas suas línguas.

As próximas Freguesias a serem tratadas são as de Santa Luzia e Nossa Senhora de Guadalupe⁴²⁸, que ficavam na Vila de Santa Luzia. Foram encontrados apenas dois livros que possuíam registros de batismos do período, no entanto, os registros foram dos anos finais do marco temporal, de 1832-1835, o que não permite perceber as modificações das nações em todo o período da pesquisa. Ressalto que os batizados foram realizados na Povoação de Estância e nos seus arrabaldes, bem como na

⁴²⁶ Contas do testamento de Caetana Maria do Espírito Santo, Cx. 01-159, 19.08.1819.

⁴²⁷ SOARES, Carlos Eugenio Líbano. Op.cit; SOARES, Mariza. Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial. In: R IHGB, Rio de Janeiro, 161 (407) 71-94, abr./jun. 2000.

⁴²⁸ Os registros correspondem aos batizados que foram realizados na Capela de Nossa Senhora da Guadalupe localizada na povoação de Estância que pertencia a Freguesia de Santa Luzia e Vila do mesmo nome, bem como aos realizados na Freguesia de Santa Luzia. A freguesia de Nossa Senhora da Guadalupe foi criada em 1833 e os registros apontam essa criação.

Freguesia de Santa Luzia. Essas Freguesias foram as segundas que mais possuíam africanos dentre as pesquisadas, todavia o número também era pequeno. Na tabela 2.8 pode ser notada a distribuição dos batizados:

Tabela 2.8
Batizados e Batizadas das Freguesias de Santa Luzia e Nossa Senhora de Guadalupe (1832-1835)

Cor/nação dos batizados	Escravos	Escravas	Libertos	Libertas	Homens Livres	Mulheres livres	Crianças	Adultos
Africanos								
Angolas	13	17						
Congos	2							
Nagôs	7	6						
Jejes	4	1						
Africanos sem classificação	1	1						
Subtotal	28	26						
Brasileiros								
Crioula	35	35		1	12	11		
Mestiços	27	37			4	7		
Brasileiros	56	43						
Sem dados								
Subtotal	118	115		1	16	18		
Total	146	141		1	16	18		

Fonte: Livro de Batismos das Freguesias de Santa Luzia e Nossa Senhora de Guadalupe (1832-1835).

Os homens e mulheres africanos não corresponderam a 20% dos batizados nas Freguesias de Santa Luzia e Guadalupe. Grande parte das crianças escravizadas que foram batizadas não possui classificação quanto a cor; dentre as que possuem, a maioria é crioula, correspondendo a cerca de 30% dos escravizados nascidos no Brasil e 24,39% de todos os batizados e batizadas. Esse percentual evidencia uma proximidade dos dados sobre africanos que existiam na Freguesia de Santo Amaro, diferindo do ocorrido na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos. Ou seja, uma grande parte das crianças batizadas eram filhas ou netas de homens e mulheres africanos. Martha, crioula, filha de Policarpio e Edvirgens, era possivelmente neta de africanos, pois seus pais eram crioulos⁴²⁹.

Dentre os batizados realizados na Povoação de Estância os africanos centro-ocidentais foram majoritários, sobretudo os de *nação* angola. Além dos africanos de *nação* angola, também foram encontrados dois homens de *nação* congo, sete homens e

⁴²⁹ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 02/03/1825; Inventariado: Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo.

seis mulheres de *nação* nagô, quatro homens e uma mulher de *nação* jeje e um homem e uma mulher sem identificação. Um ponto que diferencia da freguesia de Santo Amaro é que poucos foram os africanos que não foram classificados, a maioria recebeu uma classificação enquanto nação.

O fato de a povoação ter vários comerciantes, incluindo pessoas que realizavam o tráfico, talvez tenha possibilitado um maior conhecimento sobre os homens e mulheres africanos. Outro aspecto que diferencia da Freguesia de Santo Amaro é um equilíbrio entre as africanas e os africanos. A povoação de Estância era envolvida com o comércio e produção de artigos voltados para o comércio interno, como a farinha de mandioca, conforme foi visto no primeiro capítulo. Assim, eram serviços que as mulheres podiam realizar. Bem como era uma Vila menos rica, e comprar mulheres que possivelmente eram mais baratas foi uma possibilidade para os senhores adquirirem mão de obra.

Uma parte dos batizados foi realizada em datas festivas, nos chamados dias santos. Dessa forma, o batizado era realizado em um dia de folga desses escravizados, que precisavam se deslocar para a sede da Capela e/ou da Freguesia juntamente com os padrinhos e, no caso das crianças, com seus pais. Algumas das datas escolhidas eram festas nas quais os senhores também iam para as sedes, para acompanhar ou assistir as procissões. Algumas datas nas quais realizaram o sacramento foram nos Natais, 25 de dezembro, identifiquei doze batizados nos anos de 1832, 1833 e 1835. Dentre esses alguns angolas, como Francisco, Sabino e Josefa, que foram batizados no Natal de 1835.

A segunda data mais procurada foi o seis de janeiro, onze batismos foram realizados nos festejos dos Santos Reis e, possivelmente, de São Benedito, nos anos de 1832, 1833, 1834, 1835, o costume perdurou no ano de 1836. Victorina, de *nação* nagô, foi uma das africanas batizada na data citada, em 1834. Outra data foi o seis de outubro, durante os festejos do Rosário, sete batizados foram realizados nesses festejos no ano de 1833. Algumas crianças crioulas receberam o sacramento nessa data. Outros dias festivos católicos que tiveram batizados realizados foram: 13 de junho, 24 de junho, 26 de julho e 13 de dezembro, respectivamente Santo Antônio, São João, Santa Ana e Santa Luzia.

O batismo de crianças, bem como homens e mulheres, em datas festivas possibilitava que escravizados se reunissem, incluindo os africanos e africanas de uma mesma nação que pertenciam a senhores diferentes. Nesses momentos de sociabilidade

eles, possivelmente, construíram redes de solidariedade. Thereza, Joaquim e José, de *nação* angola, foram batizados no Natal de 1832; Joaquim e José pertenciam ao mesmo senhor, Gonçalo da Silva Portella, e Thereza a Manoel Ribeiro da Cruz⁴³⁰. Portanto, dois dos angolas citados anteriormente pertenciam ao mesmo senhor, já Josefa pertencia a outro proprietário, o Antônio Luiz de Azevedo.

As festas eram animadas, possivelmente regadas a bebidas e comidas, músicas, danças, foguetes e iluminadas pelos fogos, incluindo os busca-pés. Esses, possivelmente, eram jogados animando as brincadeiras. Na povoação de Estância e na Vila de Santa Luzia as Irmandades do Rosário dos Homens Pretos possuíam um calendário festivo e parte das datas utilizadas para os batismos eram dias de santos comemorados pela irmandade, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, como já citado anteriormente.

Lembro que além dos batizados de mesma *nação* também era possível encontrar no rito do batismo os pais de crianças que tinham a mesma *nação* de africanos que estavam sendo batizados. Em 1834, Antônio, crioulo livre, foi batizado e era filho dos libertos Plácido Francisco, de *nação* angola, e de Maria, cuja *nação* desconheço. Além de homens e mulheres batizados, pais e mães africanos, também havia madrinha e padrinhos africanos, a exemplo de Maria, também de *nação* angola, escravizada do capitão Geraldo Freire, que batizou, em 1833, a escravizada Luzia, mestiça pertencente a Domingos Freire de Mesquita⁴³¹. Podemos inferir que Maria fosse parceira de *nação* de um dos pais de Luzia, Maria ou Miguel.

Alguns dos africanos que possivelmente chegaram juntos foram batizados no mesmo dia, como Estevão, Francisco, Merença e Rosa, de *nação* nagô, que foram batizados em 1834, eles pertenciam a José Lourenço Monteiro⁴³². Ou seja, as citadas *levas* também existiram nas Freguesias em pauta. Além da citada, encontrei mais sete grupos de africanos sendo batizados, no entanto, os grupos eram menores que os de Santo Amaro, entre dois e quatro escravizados, evidenciando um número menor de africanos na Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe.

Os padres dessas Freguesias não deixaram explícitas as Capelas nas quais os escravizados foram batizados, mencionando apenas a Freguesia, mas não registra a

⁴³⁰ Secretaria Paroquial de Nossa Senhora de Guadalupe. Livro de Batismo da Freguesia de Estância, nº1, p.8

⁴³¹ Cartório de Estância. Inventário de Geraldo Freire, , 14-10-1835 cx 23/503; Livro de Batismo da Freguesia de Estância, nº1, p.52.

⁴³² Secretaria Paroquial de Nossa Senhora de Guadalupe. Livro de Batismo da Freguesia de Estância, nº1, p.106

Capela. Fazem a referência aos que foram realizados na Capela de Nossa Senhora da Guadalupe e, posteriormente, Freguesia com o mesmo nome. Os párocos são distintos, o que pode indiciar que eles foram batizados em locais diferenciados. Um dos possíveis locais de batismo era a Capela de Nossa Senhora do Rosário. Provavelmente, alguns dos batizados realizados no dia seis de outubro, dia que se comemorava a Santa citada, foram realizados na Capela citada. Outra possibilidade foi a realização em propriedades particulares.

Sobre as idades, poucos registros faz menção precisa às idades dos africanos, e, em grande parte, a classificação dos homens e mulheres africanos como adultos. Apenas em dois registros há a menção, ambos de nação angola, Maria com cinco anos e Rufina com vinte⁴³³, lembro que essas idades são estimadas. Da mesma maneira que nas outras freguesias abordadas, as idades dos homens e mulheres africanos eram diversas; não obstante, a maioria entrou nas terras sergipanas na fase classificada como adultos.

A última Freguesia a ser tratada é a de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, nesta foram encontrados apenas 73 registros de batismos, correspondendo aos últimos anos do marco temporal desta pesquisa.

Tabela 2.9
Batizados e Batizadas da Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1833-1835)

Cor/nação dos batizados	Escravos	Escravas	Libertos	Libertas	Homens Livres	Mulheres livres
Angolas	3	1				
Costa da Mina	1					
Crioula	30	20			2	2
Mestiços	5	8		1	1	
Total	39	29		1	3	2

Fonte: Livro de Batismos de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (1833-1835)

Como pode ser notado através da Tabela poucos foram os africanos e africanas batizados na Freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Identifiquei apenas três homens de *nação* angola, um homem mina e uma mulher angola. Apenas dois dos africanos tinha menção à idade, José, de *nação* angola, com oito anos e Gonçalo, com trinta anos, de *nação* da Costa da Mina. Da mesma maneira que em Santo Amaro, as idades oscilaram, alguns entraram ainda muitos novos. João, angola, quando foi

⁴³³ Secretaria Paroquial de Nossa Senhora de Guadalupe, livro nº1, 19/01/1834, Registo de Rufina, p. 105; Secretaria Paroquial de Nossa Senhora de Guadalupe, livro nº1, 02/01/1834, Registo de Maria, p. 104.

batizado em 1835 possuía a idade estimada de oito anos⁴³⁴. Possivelmente era mais barato, o que facilitaria a aquisição e por serem novos também motivaria um processo de socialização menos dolorido. No entanto, também chegaram pessoas no auge da força produtiva.

Da mesma maneira que nas freguesias anteriores, os africanos e africanas, além de serem batizados nas capelas, retornavam para batizarem seus filhos. Maria, de *nação* angola, batizou sua filha, Luiza, crioula, em 1835 na Capela de Campo do Brito. O maior número de crianças batizadas, meninos e meninas, eram crioulos e, acredito, que boa parte filhos de homens e mulheres africanos, a exemplo de Luiza citada. Essas crianças foram batizadas em diversos lugares e, possivelmente, os padres não tiveram a preocupação de registrar as nações das mães e pais de tais infantes. Talvez os de *nação* angola fossem mais raros nas circunvizinhanças da Capela do Campo do Brito que na sede da Freguesia e, por isso, o padre se preocupou em registrar a nação da mãe.

Além da Capela do Campo do Brito e da Matriz os batizados também foram realizados na Capela de Nossa Senhora da Piedade, que ficava no engenho do mesmo nome. Diferentemente de Santo Amaro, não havia uma irmandade do Rosário com Capela, e, dessa forma, os escravizados e seus descendentes não tiveram um espaço próprio para realizar seus ritos.

Poucos foram os escravizados e livres batizados por escravizados, além dos angolas citados, apenas mais duas crianças crioulas foram apadrinhadas por escravizados. Conforme foi visto no primeiro capítulo as posses escravas da Vila que ficava nessa Freguesia eram pequenas e médias, com isso as possibilidades de ter um parceiro de compadre eram menores.

Antônio Francisco e Maria, de *nação* angola, pertenciam a Inácia Francisca de Almeida; e Antônio, da mesma *nação*, ao Tenente Eugenio José Telles. Os três escravizados foram batizados no mesmo dia e tiveram como padrinho o mesmo escravizado, Pedrinho José, que pertencia a primeira senhora. Talvez Pedrinho José fosse um angola ou filho de mãe ou pai angola e, por isso, ajudaria esses angolas recém-chegados no processo de socialização e conversão, pois entenderia a língua o que facilitaria nesse processo. Os dois primeiros escravizados foram os únicos que encontrei sendo batizado em grupo e que tinham parceiros de trabalho da mesma *nação*.

⁴³⁴ Secretaria Paroquial de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, livro nº7, 06/04/1835, p.29.

Avaliando todos os registros de batizados percebe-se que os padrinhos foram mais presentes que a madrinha. Incluindo os africanos que, em sua maioria, não tiveram um casal como padrinhos. No entanto, a maioria das crianças foi batizada por casais, apenas quinze afilhados não tiveram o casal de padrinhos. Conquanto, apenas cinco homens e mulheres escravizados tiveram como padrinhos outros na mesma condição, os demais foram batizados por pessoas livres ou libertas.

Em suma, os registros de batismo são fontes preciosas para os estudos dos africanos e africanas. As mulheres e homens africanos foram classificados em sua maioria como denominações genéricas, como africanas, *gentios de nação*. Todavia, foram encontrados diversos angolas, jejes, congos, alguns cabindas, minas e nagôs, entre outras. No século XVIII, os angolas pouco apareceram nos registros de batismo, porque os que entraram nas terras sergipanas possivelmente entraram batizados, diferentemente dos que entraram no século XIX. A Freguesia de Santo Amaro possivelmente foi a que mais ocorreu laços construídos entre os africanos da mesma *nação*. Em decorrência de um número maior de africanos foi possível reconstruir esses laços identitários utilizando inclusive o batismo.

No próximo capítulo tratarei das nações africanas nos Setecentos e suas possibilidades de sociabilidades no interior das senzalas.

CAPÍTULO III

CONSTRUINDO UMA TORRE DE BABEL AFRICANA: NAÇÕES E TRABALHO DE HOMENS E MULHERES AFRICANOS

Na década de sessenta dos Setecentos, João e Rosa, de *nação* angola, bem como Micaela, de *nação* jeje, viviam na cidade de São Cristóvão e pertenciam ao mesmo senhor, Salvador Coelho da Silva⁴³⁵. Moravam possivelmente no sítio Mocury e trabalhavam no eito com enxadas e machados. Ressalto que eles não eram os únicos a cuidarem do sítio, pois além deles o citado senhor possuía escravizados nascidos no Brasil: Marcelino, Caetana, Rita, Teodora, Ângela, Rosa Maria, todos crioulos, e Luís Gonçalo e José, mestiços.

Grande parte desses escravizados eram lavradores de mandioca e manipulavam a roda que fazia a farinha do citado produto. Dentre os três africanos Rosa possivelmente foi a primeira a chegar às terras sergipanas, pois ela possuía certa autonomia e, devido a isso, exercia alguma atividade que permitia um acúmulo de pecúlio. Seu senhor devia alguns mil réis a ela, ele também a alforriou em uma parte no seu testamento e a liberou para gerenciar seu trabalho durante três anos e, assim, pagar o restante do seu valor e ficar completamente forra.

Esses elementos evidenciam algumas pequenas e grandes conquistas de Rosa, de *nação* angola, e que tinha um parceiro de mesma *nação* na senzala. Antes e, sobretudo após o batizado, homens e mulheres africanos trabalharam em diversas atividades e localidades. Através do batismo adquiriam novo nome e religião e quiçá um orientador para as atividades laborais, através dos padrinhos.

Por meio dessa narrativa é possível identificar duas nações africanas importantes na cidade de São Cristóvão: a angola e a jeje. As duas nações majoritárias no século XVIII nas terras sergipanas. No entanto, o leque de nações africanas que existiram em Sergipe foi bem mais amplo. Neste capítulo pretendo identificar as nações que existiram nas terras sergipanas através dos inventários e testamentos e analisar parte delas, bem como pontuar as atividades laborais desses africanos.

⁴³⁵ AGJSE: SCR/C.1ºOF. Justificação cível Cx. 01-32 (fls. 12-19), 1780.

A entrada de africanos nas terras sergipanas remete ao século XVII, possivelmente os angolas estavam entre eles, como já citados anteriormente. Há notícias de negros foragidos em mocambos nesse período⁴³⁶. No entanto, foi na centúria seguinte que o número de africanos aumentou nas senzalas dos senhores que residiam na Capitania de Sergipe Del Rey.

Para analisar as nações africanas neste capítulo dividirei o período em duas fases, 1701-1750 e 1750 a 1800. A primeira fase corresponde a um momento de intensificação do tráfico com a Costa da Mina. Esse fato foi decorrente da demanda por escravos nas minas de ouro no Brasil, que estavam no seu ápice da produção; como também foi um momento de produção de fumo, que favoreceu as trocas na África. Os principais portos africanos nesse momento eram Grande Popo, Uidá, Jakin e Arpa.

O segundo momento é marcado por uma intensificação no tráfico com o Golfo do Benim, pós 1750. O tráfico da Costa da Mina, segundo Pierre Verger⁴³⁷, começou a se deslocar para os portos mais orientais que estavam subordinados a outros povos, dentre esses portos estavam: Porto Novo, Badagri e Onim (Lagos). Os reis daomeanos tentaram, por vias diplomáticas, manter um monopólio do tráfico, que lhes foi negado pelo Marquês de Pombal.

O terceiro e último momento (1800-1835), que será tratado no capítulo seguinte, fora caracterizado por grandes mudanças no interior do continente africano, sobretudo na África Ocidental, quando o tráfico de escravizados se tornou ilegal. Em 1804, os fulanis iniciaram a jihad contra os haussás, esse conflito resultou em muitos prisioneiros escravizados dos dois povos, que foram comercializados nos portos do Golfo via traficantes de Òyó.

Concomitante a esse fato, o Reino de Òyó passou no período por conflitos internos que começaram com a Revolta de Afonjá (1797), como resultado das guerras o reino de Òyó foi perdendo o seu poder ao longo dos anos e vários haussás e nagôs foram embarcados para a Bahia. Com o declínio mais acentuado de Òyó, pós 1830, grandes levas de escravizados iorubás foram traficados de forma ilegal através dos portos do Golfo do Benim e de Uidá⁴³⁸.

⁴³⁶ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I...*p.42

⁴³⁷ VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos*, dos Séculos XVII a XIX. São Paulo, Corrupio, 1987.

⁴³⁸ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp.169-174

O porto de Uidá foi beneficiado em virtude de um acordo realizado entre Inglaterra e Portugal, que proibia o tráfico nos portos de Aneho, Porto Novo, Badagri e Lagos⁴³⁹. Em 1815, foi promulgada uma medida que proibia o tráfico acima da linha do Equador, medida que pouco foi cumprida; no entanto, as vigilâncias e fiscalizações se acentuaram. Enfim, no último período citado foram grandes as mudanças no tráfico, o que promoveu mudanças nas nações africanas que existiam em Sergipe⁴⁴⁰. Os dados Oitocentistas serão apresentados e analisados no próximo capítulo.

Ressalto, todavia, que Lovejoy defende que os africanos centro-ocidentais consistiam na maioria dos africanos escravizados que foram enviados para as Américas. Somados os números de escravizados saídos da Costa do Ouro e do Golfo do Benim não atingem o número dos saídos pela África Centro-Occidental⁴⁴¹. E, pelos números encontrados nos inventários dos moradores de Sergipe, percebe-se que uma parcela desses centro-ocidentais tiveram como destino final as terras sergipanas.

Na primeira metade dos Setecentos há poucos documentos referentes aos moradores das Vilas de Santa Luzia, Itabaiana e Santo Amaro, apenas sete inventários *post-mortem* e um testamento, que contemplam o período de 1720 a 1750. Com isso, o número de homens e mulheres escravizados encontrados nos documentos foi reduzido, apenas 83. Em 66 casos foi possível identificar as nações e, desses, 35 eram africanos, o que corresponde a 53,03%. Assim, percebe-se que havia certo equilíbrio entre os escravos nascidos no Brasil e os africanos.

Na Vila de Santa Luzia tinha mais africanos que nascidos no Brasil (56,41%); o inverso ocorreu na Vila de Itabaiana (48,14%); em Santo Amaro não identifiquei africanos no período. As nações que apareceram foram os angolas, ardas, minas, moçambiques, benguelas, gangela e alguns classificados genericamente como africanos. Os africanos centro-ocidentais foram maioria, correspondiam a 24,24% dos escravizados e 37,14% dos africanos.

Afirmo que são apenas estimativas e que essas foram realizadas através de uma margem reduzida de documentos. Na Tabela 3.1, a seguir, pode-se perceber o número de africanos e suas nações:

⁴³⁹ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé...*p.69

⁴⁴⁰ Os dados Oitocentistas serão apresentados e analisados no próximo capítulo.

⁴⁴¹ LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 96.

Tabela 3.1
Composição Étnico-racial da População e Escrava.
Capitania de Sergipe D'El Rey (1720-1750)

Nação/ Região	Vila de Santa Luzia		Vila de Itabaiana		Total	%
	H	M	H	M		
Sexo						
África Centro-Occidental						
Angolas	6		5	2	13	19,70
Benguela			2		2	3,03
Gangela			1		1	1,51
Subtotal	6	-	8	2	16	24,24
África Occidental						
Arda		1	1		2	3,03
Subtotal		3		2	5	7,57
Subtotal	-	4	1	2	7	10,6
África Oriental						
Moçambique	2	1			3	4,54
Subtotal	2	1	-	-	3	4,54
Africanos não identificados	2	7			9	13,63
Total de Africanos	10	12	9	4	35	53,03
Brasil						
Crioulos	9	6	8	2	25	37,88%
Mestiços ⁴⁴²	1	2	2	1	6	9,1%
Subtotal	10	8	10	3	31	46,98
Total	19	20	20	7	66	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamento (1720-1750).

Na Tabela 3.1 observa-se que os homens africanos eram maioria em relação às mulheres, mas não havia uma grande distinção, as mulheres correspondiam a 45,71%. Ou seja, comprar mulheres africanas nesse período e nessas Vilas foi uma possibilidade e, talvez, uma opção para os senhores que residiam nas terras sergipanas.

Lembrando que esse momento é de grande disputa pelos escravizados africanos, os que chegavam à Bahia, além de ficarem na região citada também eram levados para as Minas. Os senhores sergipanos disputavam de uma maneira desigual esses africanos com os senhores que residiam na Bahia e com os que viviam na região aurífera. Outro elemento é que dentre os escravizados que nasceram no Brasil, os crioulos foram majoritários, muitos deles crianças, muitos desses chamados de primeira geração, ou seja, filhos de africanos.

Dentre o grupo dos centro-ocidentais foi encontrado apenas um Gangela, o João Gangela, em 1741. Para Mary Karash, os gangelas correspondem a povos oriundos do sul de Angola. Segundo Mariana Candido, eles viviam nos planaltos de Benguela, nas

⁴⁴² Somei os mulatos, cabras, caboclos, mestiços e pardos.

proximidades do Rio Kubango⁴⁴³. No Rio de Janeiro ela também encontrou diferenças entre benguelas e ganguelas, possivelmente mostrando as distinções entre os ovimbundos e nganguelas. A autora, citando o historiador MrCulloch, defende que os ovimbudos chamavam de forma depreciativa de ngangela os povos que viviam ao sul e ao leste deles, dentre eles os mbundas, mbwelas, luchazes e luimbes⁴⁴⁴.

Os angolas, moçambiques e minas chegaram à Vila de Santa Luzia no início dos Setecentos, pois o primeiro inventário encontrado é de Maria Siqueira de Andrade e foi realizado em 1720⁴⁴⁵. O inventário é feito após a sua morte, assim deduzo que a entrada desses africanos foi anterior ao ano citado. No inventário há a menção a gentio associado aos africanos de *nação* angola e mina, a expressão sendo aplicada, possivelmente, à ideia de africano ainda não batizado.

Na mesma senzala conviviam quatro angolas que não receberam o termo gentio na classificação, ou seja, já eram batizados. Os quatro africanos de *nação* angola eram: Antônio, Paulo, João e Tique; também havia três de *nação* moçambique e duas mulheres de *nação* mina, além deles alguns crioulos, dentre eles alguns eram crianças. Os africanos de uma mesma *nação* conseguiam se comunicar entre si, mas entre os africanos de macro regiões bem distintas havia poucos elementos linguísticos em comum, o que os unia era o fato de serem estrangeiros escravizados. Esses africanos labutavam a terra, também plantavam mandioca e faziam a farinha.

Ressalto que os angolas que viviam nesse período na Vila de Itabaiana pertenciam a apenas dois senhores. Dentre eles estava o Capitão Antônio Almeida Maciel, que possuía sete africanos: três angolas, dois benguelas, um gangela, além de um africano de *nação* eleu⁴⁴⁶. Esses africanos podiam se comunicar entre eles nas suas línguas, pois eles vieram possivelmente de regiões próximas. Esses sete africanos conviviam com mais dezessete escravos de origens diversas, incluindo nascidos no Brasil.

Na mesma Vila, Duarte Moniz Barreto possuía dois casais de angolas, cuja referência à idade constava apenas serem *de maior*, completando os escravizados angola

⁴⁴³ CANDIDO, Mariana Pinho. Fronteras de esclavización : esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850; traducción del inglés, María Capetillo Lozano. -- 1a. ed. -- México, D.F. : El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011.pp.208-209.

⁴⁴⁴ KARASH, Mary C. *A vida dos escravos: no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.57-58

⁴⁴⁵ AGJSE, Cartório de Estância, cx.01/481. Inventariada: Maria Siqueira de Andrade, 1720.

⁴⁴⁶ APES, doc. 03 cx. 32. Coleção Sebrão Sobrinho. Inventariado: Capitão Antônio Almeida Maciel, 12/05/1741.

encontrados na citada Vila⁴⁴⁷. Os demais africanos, dentre eles Josefa, de *nação* mina, que ainda era moça, viviam sozinhos em suas senzalas.

Foram encontrados apenas quatro ardas em toda a pesquisa, dois entre 1701 e 1750, e a mesma quantidade no período entre 1751 -1800. Em 1730, Francisco, arda, tinha *boa idade*, na Vila de Itabaiana, escravizado de Estevão Gomes de Moura⁴⁴⁸. Ou seja, possivelmente os ardas chegaram a Sergipe nos primeiros anos dos Setecentos. No século XVII, temos as primeiras notícias dessa nação no Brasil, através de Henrique Dias, chefe do Regimento dos Homens Pretos de Recife, que menciona os ardas enquanto uma das nações do citado Regimento⁴⁴⁹. Antonil também citou no seu livro publicado no início dos Setecentos que os ardas eram *robustos*⁴⁵⁰.

Os ardas eram escravizados pelo Reino de Allada, principal exportador de escravizados da Costa da Mina do final do século XVII. Esses escravizados saíam pelos portos de Offre e Jakin. O reino de Alada foi um dos reinos que mais enviou escravos no século XVII para as plantações de açúcar de Pernambuco. Durante parte do século XVII os holandeses tiveram privilégios para comercializar com esse Reino. O porto de Offra foi ocupado por ingleses (1663) e em seguida pelos franceses (1670).

Offra foi destruída em 1692 e o comércio se concentrou em Uidá, mas Alada continuou fornecendo os escravos. Oyó empreendia guerras constantes aos reinos vizinhos, os escravizados nesses conflitos eram vendidos para os comerciantes do Reino de Alada. Os africanos escravizados pelos Aladas eram buscados no interior do continente⁴⁵¹. A queda ocorreu quando o Reino do Daomé conquistou Alada em 1724 e Uidá em 1727. Com a tomada de Allada pelo Reino do Daomé as exportações foram diminuídas. Momento a partir do qual o Reino do Daomé passou a ser o grande fornecedor e possivelmente por isso esse grupo desaparece dos inventários⁴⁵². Os ardas provavelmente não foram numerosos em Sergipe e foram substituídos pelos minas na primeira metade do XVIII.

No período também registrei cinco minas, que, para Parés, eram os escravos embarcados em Aneho. Segundo Law, mina era um termo genérico e complexo, e não se referia apenas aos povos gbe ou os povos da Costa do Ouro, o seu significado nas

⁴⁴⁷ APES, doc. 01 cx. 32 coleção Sebrão Sobrinho. Inventariado: Duarte Monis Barreto, 19/09/1725.

⁴⁴⁸ APES, Cx32a coleção Sebrão Sobrinho. Inventariado: Estevão Gomes de Moura, 1730.

⁴⁴⁹ RODRIGUES, Nina. *Africanos no Brasil*. Brasília: UNB, 2004. p.50

⁴⁵⁰ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. p.36

⁴⁵¹ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado)

⁴⁵² LAW, Robin. "The Slave Trade in Seventeenth-Century Allada: A Revision". In: *African Economic History*, No. 22. (1994), pp. 59-92;

Américas dependeu do contexto, momento e região, o termo possivelmente era uma atribuição externa. Law também mostra que ainda na África houve uma diáspora dos escravos da Costa do Ouro, os que eram chamados inicialmente de mina, em direção à região da Costa dos Escravos. Os nascidos na Costa do Ouro estavam se dispersando em direção ao leste, como escravos ou como livres. Muitos deles trabalhavam nas feitorias europeias na Costa dos Escravos, e incluía os de Elmina e do Cabo Corso (inglesa). Trabalhavam nas feitorias de Ajudá e na feitoria holandesa que ficava em Savi, capital do reino de Hueda.

Esses minas diaspóricos criaram comunidades na Costa dos Escravos, um exemplo é Popó Pequeno (Aneho), que fica atualmente no Togo, chamada assim para contrastar com Grand Popó ou ainda Glinji. Popó Pequeno era habitada por pessoas provenientes de Acra (os gãs), as fontes produzidas até o século XVIII faziam essa distinção, posteriormente a isso se referiam aos moradores da cidade citada como minas.

Outra comunidade criada foi “Elmina Chica”, fazendo alusão a Elmina. Essa comunidade também era conhecida como Adina, uma variante do nome indígena Edina. Mesmo estando presentes na Costa dos Escravos, para Law, eles poucos foram escravizados⁴⁵³. Para Parés, Costa da Mina passou a ser chamada toda a área a Sotavento da Costa do Ouro, que abarcava do delta do Rio Volta à foz do Rio Níger, em Lagos. O termo Mina podia abarcar todos os povos do Golfo do Benim, de ashanti a nagô. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro abarcava os povos gbe falantes. Na Bahia, o termo mina no XVIII abarcava a população da Costa dos Escravos ou do Golfo do Benim, povos do Reino do Daomé e suas imediações. Todavia, o termo foi mais utilizado em Salvador⁴⁵⁴.

Vários fatores contribuíram para que o tráfico da Costa da Mina se consolidasse com a Bahia no decorrer do século XVIII. Russel Wood pontua fatores internos do continente africano e externos. Dentre eles as guerras internas em Angola, que dificultavam a aquisição de escravizados; o desenvolvimento da lavoura e indústria fumageira na Bahia, pois os escravizados da Costa da Mina tinham apreço ao fumo baiano, enquanto que os centro-ocidentais apreciavam mercadorias asiáticas⁴⁵⁵.

⁴⁵³ LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora novas considerações sobre o significado do termo mina?”. In: *Tempo*, 2005, nº. 20, pp. 98-120

⁴⁵⁴ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006; SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas...*

⁴⁵⁵ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Outro fator foi a propaganda em torno dos escravos mina. Com a grande oferta no mercado foram criadas e divulgadas algumas vantagens em se possuir tais africanos, fazendo com que os senhores desejassem esses escravizados. Por fim, com a descoberta das minas se fazia necessário um grande número de escravizados e a região de Angola não conseguia ofertar⁴⁵⁶. Segundo Silva Junior, uma das propagandas a favor dos escravizados de *nação* mina era a defesa de eles serem bons para encontrarem e retirarem o ouro⁴⁵⁷. Essa propaganda resultou na crença de que os minas também eram mais adequados para o trabalho nos engenhos. Segundo o Vice Rei Sancho Faro, em 1719, os de *nação* mina eram mais procurados para as minas e os engenhos, porque os angolas cometiam o suicídio e morriam com facilidade⁴⁵⁸.

Para Maria Inês Oliveira a propaganda sobre os africanos surgiu no século XVIII, momento de disputas do tráfico baiano com o português. Os traficantes enalteciam o seu produto: os baianos os da costa da mina e os portugueses os angolas. Nessas propagandas, para os traficantes da Bahia os negros mina eram mais resistentes e fortes que os de angola. Para os portugueses, os angolas eram mais fáceis de serem dominados e os minas eram rebeldes⁴⁵⁹. No entanto, Antonil é anterior e aponta algumas considerações sobre ofícios e nações mais indicadas para desempenhá-las.

Encontrei apenas três africanos de *nação* Moçambique. Segundo Carlos Silva Junior, os moçambiques eram escravos pouco comuns na Bahia Setecentista em decorrência de dois motivos. O primeiro, porque o tráfico para Moçambique era parco, as rotas eram longas e perigosas, em virtude do Cabo da Boa Esperança. Havia muitas perdas e, por isso, o escravizado era vendido no Brasil com um valor alto. Segundo porque os traficantes também eram senhores e começaram a fazer uma propaganda de uma inaptidão dos moçambiques ao trabalho, fosse ele na lavoura, no ganho ou nas minas. Propaganda que possivelmente vingou em Salvador, pois em 1744, Manoel Ferreira de Oliveira teve certo trabalho para vender Ignacio, de *nação* Moçambique, e afirmou que o escravizado era de uma terra ‘pouco vendável’. No entanto, para o autor essa propaganda negativa em torno dos moçambiques ocorreu possivelmente porque os

⁴⁵⁶ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.p.54

⁴⁵⁷ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas...* pp.124-134.

⁴⁵⁸ VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos*, dos Séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.p.63.

⁴⁵⁹ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19/20. (1997)p.46.

homens do negócio negreiro queriam desestimular a busca de escravos na África Oriental⁴⁶⁰.

Nas terras sergipanas a propaganda possivelmente não obteve muito sucesso. Apesar de moçambiques serem raros, possivelmente em decorrência da pouca oferta em Salvador, bem como das poucas possibilidades que os senhores sergipanos tinham de adquirir africanos, os preços deles eram altos, como será mostrado adiante. Diante da necessidade de mão de obra e das disputas com senhores de outras localidades, os senhores que residiam em Sergipe não podiam se recusar a comprar algumas nações africanas em decorrência da propaganda da inaptidão para o trabalho.

Em relação às idades desses africanos nesse período há poucas referências, além de raras também foram vagas. Identifiquei essas menções em apenas nove homens e mulheres escravizados africanos. Quatro angolas eram *de maior*, dois moçambiques e um angola eram *moleques*, uma mulher mina era *velha*; por fim, Francisco, de *nação arda*, tinha *boa idade*. Para João José Reis a idade atribuída ao escravo está relacionada à apropriação do seu corpo no processo de produção escravista⁴⁶¹.

Assim, um escravizado de boa idade, possivelmente, significaria que ele está envelhecido para o trabalho. O citado escravizado de *nação arda*, além de ter boa idade estava quebrado, com isso o seu valor era pequeno; evidenciando, ainda mais, que ele pouco renderia nas suas atividades laborais. Os quatro angolas classificados como *de maior* na Vila de Itabaiana tinham um preço próximo a do escravo crioulo, classificado como criança de seis anos, no mesmo período e Vila, em torno de 80\$000⁴⁶². O que evidencia que eles não tinham idade muito maior que seis anos. Assim, o de maior talvez significasse uma pessoa apta a iniciar as atividade de trabalho, ou ainda, as pessoas com mais de sete anos, idade permitida para fazer a Crisma.

Ressalto que essa expressão aparece nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e era 12 anos para as mulheres e 14 anos para os homens, idade que podiam casar e se tornar padrinhos⁴⁶³. Na Vila de Santa Luzia os africanos classificados como *moleques* custavam aproximadamente o dobro do valor das crianças crioulas, em torno de 150\$000 mil réis⁴⁶⁴. Para Kátia Mattoso, um escravizado moleque deveria ter na

⁴⁶⁰ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas...* pp.141-146.

⁴⁶¹ REIS, João José. "População e rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX", *Revista das Ciências Humanas*, FFCH/UFBA, vol. 1, n. 1 (1980), pp. 143-154.

⁴⁶² APES, Coleção Sebrão Sobrinho, Cx32a. Inventariado: Estevão Gomes de Moura, 1730,

⁴⁶³ VIDE, Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo: Typografia 2 de dezembro 1853. pp.31-32

⁴⁶⁴ AGJSE, Cartório de Estância, cx.01/481. Inventariada: Maria Siqueira de Andrade, 1720.

faixa de oito a quatorze anos⁴⁶⁵, o que justificaria os elevados preços dos escravizados moleques.

Os preços dos homens e mulheres escravizados dependiam de vários fatores. Dentre eles cito a idade, sexo, estado de saúde, especialização, origem, concorrência, distância do porto e cor⁴⁶⁶. Kátia Mattoso afirmou que os inventários não consistem em um tipo de fonte ideal para avaliar os preços dos escravos, pois havia ajustes para diminuir impostos e facilitar a partilha; no entanto, é possível ter uma noção dos preços dos escravizados⁴⁶⁷.

Os preços dos homens e mulheres africanos no período oscilaram entre 3\$000 a 170\$000 réis. Os preços mais baixos são dos escravos com doenças e velhos; os mais caros era Domingos, um moleque de *nação* moçambique, João de *nação* angola e Josefina de *nação* mina, que custavam 150\$000 réis cada um deles, e João, também *nação* angola, avaliado em 170\$000 réis. Todos viviam na Vila de Santa Luzia.

No período não havia distinções de preços pelas nações, mas sim pelas idades. Retornando aos moçambiques, eles tinham uma média de preço de 130\$000 mil réis, o que evidencia que eram valorizados nas terras sergipanas. Ressalto que encontrei nesse período apenas um escravizado com especialização, o João barbeiro. A média de preços no período das mulheres escravizadas foi de 115\$312 e a dos homens de 76\$764 réis. As mulheres foram melhores avaliadas e mais adiante do texto apontarei alguns motivos. As mulheres eram mais caras em torno de 33,43%, diferentemente do que ocorria em Salvador que os homens eram ligeiramente mais caros.

Em Salvador, no mesmo período, a média de preços dos homens escravizados entre 1700 e 1725 foi de 90\$884 e de 1726 a 1750 de 85\$613 réis. O preço médio das mulheres no primeiro período foi de 80\$410 e, no segundo, de 76\$264. Para Souza, os valores mais altos no primeiro período foram devido a ser o momento de pico das atividades nas Minas e, com isso, os valores desses escravizados aumentaram⁴⁶⁸. Comparando os preços médios dos homens da Capitania de Sergipe com os de Salvador percebe-se que os que viviam na primeira localidade eram mais baratos, o que indicia que deviam ser africanos de pouca idade ou envelhecidos, como alguns citados. Os africanos mais baratos foram os mais acessíveis aos senhores de Sergipe.

⁴⁶⁵ MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 86.

⁴⁶⁶ MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. ... pp.77-78

⁴⁶⁷ MATTOSO, Kátia. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX itinerário de uma historiadora*, Salvador, Corrupio, 2004, p. 161-178.

⁴⁶⁸ SOUZA, Daniele Santos. *Entre o “serviço da casa” e o “ganho”*: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII. Salvador: UFBA, 2010, p.96. (Dissertação de mestrado).

Diferentemente das mulheres que tinham preços mais elevados, pois deviam estar no auge da produção.

Grande parte dos escravizados africanos e nascidos em terras brasileiras trabalhava no eito. As Vilas eram pouco urbanizadas e grande parte da população vivia em fazendas, sítios e engenhos. Situação oposta a Salvador; no mesmo período, boa parte das funções dos escravizados estava ligada a atividades urbanas e domésticas⁴⁶⁹. O único escravizado cuja ocupação identifiquei foi João, entretanto não há dados sobre a sua naturalidade. Ele trabalhava na ocupação de barbeiro e pertencia a Antônio Almeida Maciel. Ele foi o escravizado com maior avaliação no período, 180\$000 mil réis⁴⁷⁰.

Russel Wood concluiu que em Salvador na primeira metade dos Setecentos os barbeiros eram negros e mulatos escravizados, forros ou livres. Lembro que no período médicos eram raros e o tratamento realizado por eles era o mais acessível para escravos e libertos. As licenças que eles recebiam autorizavam a: “...sangrar, escarificar e aplicar sanguessugas e outras ventosas”⁴⁷¹. Alguns podiam também extrair dentes.

Mariza Soares, ao estudar essa ocupação no Rio de Janeiro, defende que além da raridade dos médicos era lucrativo para os senhores ter um escravizado com esse ofício, pois economizaria os gastos com doenças dos seus escravizados e ganhariam dinheiro com o escravizado barbeiro. Essa seria uma técnica conhecida pelos ocidentais aprendida ainda em terras africanas por alguns e em terras brasileiras por outros⁴⁷².

Poucas também foram as referências à idade dos nascidos no Brasil. Na Vila de Itabaiana apenas oito crioulos possuem algum tipo de referência à idade, a saber: um definido como velho, outra como *rapariga*, um moço e por fim um com nove anos. Os demais eram quatro crianças (*de peito*, um ano e meio, outro como criança e um de seis anos). Na Vila de Santa Luzia identifiquei referências para cinco crioulos e crioulas que eram crianças, uma delas com quatro anos. Duas dessas crianças eram filhas de mulheres africanas, ou seja, grande parte dessa população crioula possivelmente eram filhos dos africanos recém-chegados nas terras sergipanas.

⁴⁶⁹ SOUZA, Daniele Santos. *Entre o “serviço da casa” e o “ganho”...*

⁴⁷⁰ APES, doc. 03 cx. 32. Coleção Sebrão Sobrinho. Inventariado: Capitão Antônio Almeida Maciel, 12/05/1741.

⁴⁷¹ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 93-94

⁴⁷² SOARES, Mariza Carvalho Soares, “African Barbers in Brazilian Slave Ports: a case study from Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado Black Urban Atlantics Workshop. Apud: SOUZA, Daniele Santos. *Entre o “serviço da casa” e o “ganho”...*p.67.

No período compreendido entre 1751 a 1800, ficei 165⁴⁷³ inventários e testamentos desse período e cataloguei 1.628 escravizados, para 1.400 foi possível identificar se eram africanos ou nascidos no Brasil. Alguns escravizados citados nos testamentos não há informações detalhadas; 434 eram africanos, ou seja, 31%. Em algumas Vilas ocorreu uma concentração maior que em outras, a amostragem para todas as Vilas não foi a mesma, todavia o número de africanos nas Vilas possivelmente estava relacionado ao número de moradores que possuíam atividades econômicas mais lucrativas, pois eles foram mais comuns nas grandes posses. O número de escravizados, incluindo os africanos, será mostrado na tabela 3.2.

Conforme pode ser notado na tabela 3.2, os africanos correspondiam a percentagens distintas entre os escravos na Cidade de São Cristóvão e nas Vilas, oscilando entre 18,18% a 44,84%. A que possuía um menor índice era Lagarto, caracterizada por produção de artigos voltados para o mercado e criação de animais, 18,18%; quando excluí as crianças os índices se tornam um pouco maior, 23,07%. A Vila de Itabaiana e a de Santo Amaro foram as que possuíram maiores índices, 44,84% e 44,02%. Nessas Vilas parte dos inventariados estavam envolvidos com a produção de açúcar, por isso possuíram uma concentração maior de africanos nas suas senzalas.

Ressalto que a Vila de Itabaiana apresentou esses índices devido aos senhores de engenho da Povoação de Laranjeiras que fizeram seus inventários em Itabaiana. Os três que tinham engenhos e cultivavam cana possuíam juntos 58 africanos dos 106, ou seja, 54,71% dos africanos encontrados. Dessa forma, a percentagem encontrada na amostra possivelmente foi superior à concentração que existia na citada Vila, que possuía as mesmas características econômicas de Lagarto, quando retirei os africanos dos engenhos a concentração girava em torno de 26,6%.

O terceiro maior índice de africanos era o de Vila Nova, com 30,51%. A quarta localidade era São Cristóvão, que possuía uma maior proporção de homens e mulheres africanos, 28,03%, em relação aos escravizados. Em quinto, a Vila de Santa Luzia com 21,75%. Dessa maneira, a concentração de homens e mulheres africanos oscilou de Vila para Vila, sendo mais frequentes nas Vilas que produziam o açúcar: Santo Amaro e São

⁴⁷³ A Vila de Santo Amaro 19 inventários *post-mortem* e 9 testamentos, Itabaiana 16 inventários *post-mortem* e 1 testamento, Santa Luzia: 17 inventários e 32 testamentos; Vila Nova 13 inventários *post-mortem* e 3 testamentos, São Cristóvão: 28 inventários e 10 testamentos, Vila de Lagarto: 1 inventário *post-mortem* e 16 testamentos. Um dos inventários de São Cristóvão esta na Biblioteca Nacional e ele não foi utilizado para o primeiro capítulo por não ter dados sobre as atividades econômicas.

Cristóvão, incluindo a povoação de Laranjeiras. Conforme foi mostrado no primeiro capítulo os africanos foram mais frequentes entre os senhores envolvidos com o açúcar.

Tabela 3.2
Composição Étnico-racial da População e Escrava.
Capitania de Sergipe D'El Rey -1751-1800

Nação/Região	Santa Luzia		Itabaiana		Santo Amaro		Lagarto		Vila Nova		S. Cristóvão		Total	%
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
África Centro-Occidental														
Angolas	22	19	36	25	28	22	3	1	13	8	31	27	235	16,78
Benguela	1									1			2	0,14
Cambondá						1							1	0,07
Gamba											1		1	0,07
Congo	1		2			1			1		1		6	0,43
Subtotal	24	19	38	25	28	24	3	1	14	9	31	23	245	17,5
África Ocidental														
Arda		2											2	0,14
Mina	3	5	4	9		1			1		8	3	34	2,42
Jeje	3	8	2	1	7	4	1	1	2	4	12	21	66	4,71
Nagô		2				1							3	0,21
Haussá	1												1	0,07
Guiné	2	1	1	3					2				9	0,65
Subtotal	9	18	7	13	7	6	1	1	5	4	17	18	115	8,21
África Oriental														
Moçambique	3	1							2				6	0,43
Subtotal	3	1							2				6	0,43
Denominações Genéricas														
Gentio						1							1	0,07
Costa											1		1	0,07
Nação											3		3	0,21
Africanos não identificados	9	14	12	5	1	3	1	5	1	1	9	2	63	4,5
Subtotal de africanos não identificados	9	14	12	5	1	4	1	5	1	1	13	2	68	4,85
Total de africanos	45	52	57	43	36	34	5	7	22	14	61	43	434	31
Crioulos ⁴⁷⁴	112	95	33	27	26	21	11	15	32	16	89	50	527	37,64
Mestiços	72	70	33	30	15	27	13	15	9	15	63	77	439	31,36
Total de Nascidos no Brasil	184	165	66	57	41	48	24	30	41	41	149	124	966	69
Total	229	217	123	100	77	82	29	37	73	55	210	167	1400	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1751-1800)

⁴⁷⁴ Incluindo crianças

Ao observar a tabela 3.2, também se percebe um aumento no número de africanos e de nações que foram registradas na documentação. Possivelmente nesse período, sobretudo em virtude do crescimento da lavoura açucareira, ocorreu um incremento no tráfico para Sergipe, contribuindo para um aumento na variedade de nações. Ressalto que nesse período a região das Minas já estava em declínio,⁴⁷⁵ dessa forma a concorrência desigual pela compra de africanos diminuiu, o que possibilitou uma maior entrada de africanos nas terras sergipanas.

Outro ponto que merece ser ressaltado são as razões de masculinidade entre os africanos que também variaram de Vila para Vila. Vila Nova e São Cristóvão possuíam as maiores razões, respectivamente 157 e 141. A maioria de homens em São Cristóvão possivelmente ocorria em decorrência da lavoura de açúcar em Itabaiana e Santo Amaro, os homens também foram majoritários pelo mesmo motivo, 132 e 105. Em Vila Nova a lida com o gado possivelmente favoreceu a preferência de homens. As duas Vilas, Santa Luzia e Lagarto, nas quais as mulheres africanas foram maioria eram caracterizadas pelo cultivo de alimentos: mandioca, feijão dentre outros. A menor razão foi encontrada na Vila de Lagarto, 71, seguido por Santa Luzia, 85.

A opção por mulheres ocorreu principalmente porque elas podiam trabalhar em um leque diverso de atividades, nas domésticas e na lavoura. Além disso, analisando os preços, percebe-se que elas eram ligeiramente mais baratas, como será mostrado adiante. Por fim, a capacidade reprodutiva, as escravizadas eram alforriadas após “darem” aos seus senhores uma quantidade acordada de “crias”. Em 1798, na Vila de Santo Amaro, Feliz Francisco Nunes oficializou no seu testamento um acordo feito com a sua escravizada Quitéria. O senhor era filho de uma forra crioula e um português e prometeu a escravizada Quitéria, casada, que ela conseguiria a alforria após dar crias⁴⁷⁶.

Os testamenteiros cumpriram a vontade de Feliz Francisco Nunes, pois ela não consta no inventário como escravizada. Ressalto que os homens e mulheres escravizados desse senhor eram em sua grande maioria africana e crianças, algumas crioulas e outras mulatas. A exceção era Paluarpio, um moço crioulo⁴⁷⁷. Assim, Feliz Francisco Nunes,

⁴⁷⁵ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 55

⁴⁷⁶ Arq. MAR/C.2º OF. Inventários. Cx.01-934. (fls. 4-13). Testador: Feliz Francisco Nunes; Cartório de Maruim, 10/12/1798, cx.01/934. Inventariado: Feliz Francisco Nunes.

⁴⁷⁷ Arq. MAR/C.2º OF. Inventários. Cx.01-934. (fls. 4-13). Testador: Feliz Francisco Nunes; Cartório de Maruim, 10/12/1798, cx.01/934. Inventariado: Feliz Francisco Nunes.

dentre outros senhores, usou a estratégia de incentivar a reprodução através da promessa da alforria, assim esses senhores ampliavam suas posses.

Ainda sobre as vantagens do incentivo à reprodução, especulo que crianças e adultos crioulos também eram comercializados. Identifiquei várias crianças crioulas sendo batizadas sem menção aos pais, um indicativo de que os pais não eram escravizados do senhor da criança batizada. Se observarmos novamente a tabela 3.2 percebe-se um número muito maior de crioulos que crioulas na cidade de São Cristóvão. Fato que corrobora com essa hipótese.

Nas Vilas de Santa Luzia e Itabaiana, no período em análise, foram encontrados nove africanos classificados como Guiné. Há uma concordância entre os autores de que o termo Guiné teve o seu significado modificado no decorrer do tempo. Inicialmente, em meados do século XV, significava as primeiras terras que os portugueses alcançaram correspondendo à costa ocidental do Senegal contemporâneo, que tinha como principal feitoria Cachéu, subordinada as Ilhas do atual Cabo Verde; no decorrer dos anos passou a se referir a Costa do Marfim, a do Ouro, e a dos Escravos, ou seja, toda a Costa Ocidental. No século XVI o termo remetia a região que ia do sul do Saara as terras de Angola⁴⁷⁸. No século XVI, o termo era usado na América Portuguesa como uma maneira de distinguir o africano do índio, o negro da Guiné e o da Terra.

Os autores que estudaram o tráfico na segunda metade do XVI o classificam como o ciclo da Guiné, mesmo tendo uma concordância sobre a generalidade da expressão, pois remonta a utilização da documentação⁴⁷⁹. No entanto, sabe-se que o tráfico com essa região continuou intenso até o final do século XVIII; sobretudo com o Maranhão e Pará através da Companhia Geral do Grão-Pará. E, segundo Meireles, o maior número de tumbeiros que chegaram ao Maranhão Setecentista partiu de Cachéu e Bissau⁴⁸⁰. Entretanto, os traficantes baianos não estabeleceram nesse período um comércio com a região, por isso acredito que os africanos da Guiné encontrados não se reportam aos dessa região.

⁴⁷⁸ Ver em: SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19/20. (1997)pp.37-73.

⁴⁷⁹ VIANA FILHO, Luís. O Negro na Bahia: Um ensaio clássico sobre a escravidão. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. pp.69-81; VERGER, Pierre. Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos Séculos XVII a XIX. São Paulo, Corrupio, 1987. Segundo Luís Viana Filho o ciclo menos importante em decorrência do pequeno número de escravizados que vieram.

⁴⁸⁰ MEIRELES, Marinelva Costa. As Conexões do Maranhão com a África no Tráfico Atlântico de Escravos na Segunda Metade Do Século XVIII. In: Revista *Outros Tempos*, Volume 6, número 8, dezembro de 2009 - Dossiê Escravidão, pp. 130-145.

O termo Guiné entrou em desuso em Salvador e no Recôncavo Baiano no decorrer da primeira metade dos Setecentos. Para Carlos Silva Júnior o termo se referia aos africanos que não se sabia as nações; possivelmente de novas nações no tráfico; defendendo que o mesmo ocorreu em Sergipe. No século XIX, o termo apareceu nos inventários em um número menor que no XVIII, o que indica que com o aumento do tráfico, aumentaram as informações sobre os africanos e as classificações passaram a ser menos genéricas.

Outras denominações genéricas encontradas na documentação no período foram da Costa e de *nação*. Carlos Francisco da Silva Júnior acredita que os africanos classificados como da Costa em Salvador na primeira metade dos Setecentos eram os mina⁴⁸¹. Em Sergipe posso afirmar que eles não eram os angolas, pois esses africanos conforme foi citado no capítulo anterior não passavam despercebidos pelas autoridades e os da Costa Oriental foram minoritários; assim os da Costa eram possivelmente da Costa Ocidental, provavelmente os mina.

O número de minas cresceu na segunda metade dos Setecentos, encontrei 34 registros ao todo. As Vilas que mais possuíam africanos de *nação* mina eram: Itabaiana, São Cristóvão e Santa Luzia. Em todas essas Vilas tinham os jejes, em algumas propriedades tinham jejes e minas, o que insinua a possibilidade de haver distinções entre os mesmos nas terras sergipanas. Parés afirma que as autoridades usavam essas denominações de maneira intercambiável, jeje e mina. Assim, os avaliadores das posses que tinham jejes e minas percebiam algumas distinções. Três senhores possuíam africanos das duas nações nas suas posses. Dentre eles Thereza Barbosa, que em 1762, tinha Ana arda, Micaela jeje, José e Eusébio de *nação* mina. Indiciando que eram escravos de grupos diferenciados e exportados em momentos e portos distintos. Ana possivelmente era idosa, pois foi avaliada em apenas 25\$000; enquanto Micaela em 90\$000, os homens respectivamente 32\$000 e 50\$000⁴⁸².

Infelizmente não há dados sobre as idades desses africanos. No final do XVIII temos notícias de alguns minas já na condição de libertos e cultivando a terra. Em 1785, na cidade de São Cristóvão, João mina era um liberto e agregado no sítio de Moreize; possivelmente vivia do cultivo da mandioca⁴⁸³. No mesmo sítio, que pertencia a Leandro José, viviam Luís, Gonçalo, Sebastião e Felipe, todos de *nação* mina. Assim, João tinha

⁴⁸¹ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas...* p.109

⁴⁸² AGJSE, Cartório de Estância, 27/09/1762, cx. 01/481. Inventariado: Thereza Barbosa.

⁴⁸³ Lista de Plantadores de mandioca do Vaza Barris de 1785, p. 2

parceiros da mesma nação com quem possivelmente conseguia se comunicar nas línguas africanas e comungavam de alguns valores culturais.

Os africanos e africanas de *nação* mina foram mais comuns nas localidades mais urbanas da Capitania: em Santa Luzia, onde ficava a povoação de Estância; em Itabaiana, lugar no qual alguns dos moradores da Povoação de Laranjeiras fizeram seus inventários, e em São Cristóvão. Havia uma crença de que as mulheres mina não eram boas domésticas, mas que eram boas vendedoras no ganho. A exceção de São Cristóvão, as mulheres minas foram mais comuns que os homens de mesma nação⁴⁸⁴.

A grande nação da Costa Ocidental em Sergipe nesse período foram os jejes. Foram identificados 58 jejes, cerca de 15,20% dos africanos. Eles foram em maior número nas Vilas que mais tinham plantações de cana de açúcar e nos engenhos, ou seja, em São Cristóvão, Santo Amaro e Estância. O termo jeje apareceu pela primeira vez nos inventários feitos em Sergipe na década de 1760. Em 1762, em Vila Nova e, em seguida, em São Cristóvão, 1765. Os 58 jejes estavam distribuídos em 17 senzalas; por isso, boa parte dos jejes convivia com outros de mesma nação, apenas dez jejes viviam sem parceiros de mesma nação. Ou seja, grande parte dos jejes tinham pessoas que entendiam suas línguas e que partilhavam alguns dos seus costumes. Por fim, muitos desses jejes tiveram além de jejes, angolas como parceiros de senzalas; daí alguns casais foram formados entre jejes e angolas, a exemplo de Josefa e Rosa, ambas angolas, que em 1798 eram casadas respectivamente com João e Gonçalo, jejes⁴⁸⁵. É possível inferir através dos registros de batismo da Vila de Santo Amaro citados no capítulo anterior, e de alguns casamentos que foram construídas alianças entre jejes e angolas.

Para Parés, o termo jeje esta associado principalmente ao tráfico com a Bahia, sobretudo com o Recôncavo Baiano, pois o primeiro registro do termo ele encontrou nessa região em 1711. O seu argumento é ratificado pelo fato do termo jeje aparecer na África apenas na segunda metade do XIX, tendo sido utilizado para nomear os guns em Porto Novo. Ele ainda defende que o termo foi usado principalmente na Bahia, sobretudo no Recôncavo Baiano, e no Maranhão.

Carlos Silva Júnior aponta que o termo pouco foi usado na primeira metade dos Setecentos em Salvador, a denominação mais usada foi mina⁴⁸⁶. O que ratifica o argumento de Parés de jeje ser uma nomenclatura principalmente do Recôncavo Baiano.

⁴⁸⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, 45 (2012), 25-65.

⁴⁸⁵ AGSE, Cartório de Maruim, cx.01/934, 19/11/1798, Inventariada: Marianna Francisca de Salles.

⁴⁸⁶ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas...*p.107-110.

No entanto, o mesmo foi usado em Sergipe na segunda metade dos setecentos e nas primeiras décadas dos Oitocentos. Possivelmente devido ao fato de que os traficantes que vendiam para o Recôncavo também vendiam para Sergipe, havia um trânsito de escravizados entre Sergipe e Bahia, o que podia contribuir nas (re)definições das nomenclaturas. Saliento ainda que encontrei senhores nascidos ou que tinham propriedade no Recôncavo com propriedades em Sergipe, desde o século XVIII, a exemplo João Lopes Fiúza⁴⁸⁷. O que contribuiu para que as nomenclaturas fossem semelhantes.

Novamente para Parés o termo está associado ao tráfico em Uidá, o declínio do Reino de Allada e do porto de Jakin. Jeje correspondia aos povos que foram capturados na área dos Adjatché (Porto Novo), possivelmente na área dos idjé, entre Ketu e Pobé. Teriam sido traficados por fons, iorubas do reino do Benim ou outros grupos que comercializavam com Uidá, Jakin ou Popo; e, em decorrência da expansão do Daomé, passou a nomear os povos que eram influenciados ou dominados por esse reino e que foram embarcados em diversos portos, incluindo os fora da área gbe, como Porto Novo.

Após 1720, negociantes baianos auxiliados pelo Vice-Rei começaram a ter iniciativas para abrir um comércio com Uidá, através da construção do forte de Ajudá em Uidá. Foi criada a companhia do Corisco, todavia essas ações vão surtir mais efeitos com a conquista da Costa pelos Daomeanos. Em 1724, no reinado de Agaja, o exército submeteu Allada com o intuito de expandir contatos e relações comerciais; em 1727 o alvo foi Savi, capital de Hueda e Uidá, que era o seu porto, também foi conquistado em seguida.

O resultado dessas campanhas militares foi o deslocamento de diversos povos, alguns para o oeste para a área Popo, como os hulas e huedas, que continuaram lutando para reconquistar seu Reino. E outros hulas, aizos e ouemanos foram para o leste, para a região de Badagri, Apa e Porto Novo. Uidá ficou um porto decadente até 1733 e Jakin se manteve, inicialmente, como porto subordinado aos fons. Em 1732, Jakin foi invadida pelos daomeanos e eles passaram a controlar os principais portos da área gbe, Uidá e Jakin. O tráfico de escravos passou a ser o principal negócio do Reino do Daomé.

No período dessas guerras estima-se que em Uidá foram feitos 11 mil prisioneiros e em Jakin mais de 4 mil almas. Alguns historiadores têm percebido um aumento de minas na Bahia entre 1700 e 1730, justamente no período do conflito. Dentre esses minas possivelmente estavam hulas, huedas, aizoa. Povos que no Recôncavo foram denominados

⁴⁸⁷ SOUZA, Cândido Eugênio Domingues. *“Perseguidores da espécie humana”: capitães negreiros da cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado)

de jejes. Concomitante, as expedições ao país Mahi continuaram nos momentos que os ataques de Òyó diminuam. Entre 1720 e 1780 foi o momento de expansão do reino do Daomé. Nesse período o comércio com os portos da área gbe foram constantes. Novamente para Parés, na primeira metade do século XVIII havia diferenças étnicas acentuadas entre esses povos, que foi modificada após a centralização do Daomé⁴⁸⁸.

A chegada dos escravizados da área gbe-falantes, na primeira metade dos Setecentos, na Bahia permitiu um número expressivo de jejes, o que possibilitou a formação da nação dos mesmos e a consolidação na segunda metade. Ainda para Parés, as proximidades linguísticas foram decisivas para a nova denominação, mais que os portos de embarque. Esses povos em outras localidades como Minas Gerais foram nomeados de minas⁴⁸⁹. Pós 1780, a entrada de jejes diminuiu com a queda do Reino de Uidá. Retornando na década de 10 da centúria seguinte, momento que Francisco Félix se instalou no citado Reino.

Em Sergipe, o número de jejes entre 1751-1779 e 1780 e 1800 é o mesmo, o início do primeiro período encerrou a expansão do Reino do Daomé. No entanto, em apenas duas Vilas há um aumento no número de jejes, Santo Amaro e Santa Luzia. A primeira a grande Vila açucareira e a segunda local de expansão da Cana, e, sobretudo, uma praça comercial de destaque na Capitania. Em 1785, um dos lavradores de mandioca de Santa Luzia era um jeje liberto. Ou seja, alguns homens e mulheres jejes conseguiram alguns anos após a sua chegada acumular um pecúlio e ficarem livres.

Ainda dentre os ocidentais encontrei três nagôs, dois ardas e um haussá. Na segunda metade vê-se o movimento de desaparecimento dos ardas da documentação e a chegada dos citados jejes. Isso evidencia as mudanças ocorridas no tráfico no continente africano, a troca de portos de Jakin e Offra para Uidá e, até 1780, conforme foi mencionado, o Reino do Daomé foi o grande exportador de africanos da região. O único haussá foi identificado em um inventário em 1759. O número de africanos dessa nação foi maior nos Oitocentos. No próximo capítulo tratarei dessa nação.

⁴⁸⁸ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

⁴⁸⁹ Nicolau Parés mostra como a explicação dos povos que correspondia aos jejes variou de acordo com o tempo. Citando alguns dos autores que ele discorda estão, Nina Rodrigues que entendia que os jejes era o povos gens, localizados na área Mina-Popo e Verger explica o termo jeje como sendo um etnônimo de adja. Ver em: PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.pp.47-52

Os nagôs entraram em Sergipe no final do XVIII, o primeiro encontrado no inventário foi em 1794, em Santo Amaro; 1795 em Santa Luzia e, depois, 1800 na mesma Vila. Após 1727, com as atividades de Oió, que conflitou com estados próximos, os nagôs começaram a ser exportados. Os nagôs, anago, ou anagou era a identidade mais antiga de um dos grupos yorubá da região de Egbado, esse grupo se dispersou e ocupou várias regiões do Daomé e seus habitantes passaram a chamar de nagô os povos que falavam iorubá e de cidades que possuíam influência de Oyó. Um termo que era utilizado para um grupo específico passou a denominar um grupo mais amplo⁴⁹⁰.

Maria Inês Cortês de Oliveira aponta outra versão para o surgimento do nome nagô, apoiando-se nas ideias de Vivaldo da Costa Lima. Para esses autores, o termo nagô também surgiu da relação com os fons, no entanto, era uma denominação pejorativa e significava piolhento, sujus. Pois esses povos, que viviam sobre a influência de Oyó, chegavam ao Daomé proveniente das guerras, por isso com a aparência descrita, recebendo então esse apelido. Com as guerras do Daomé os primeiros dentre os iorubas a serem escravizados foram os anagos, o que pode ter contribuído para a aceitação do termo nagô na Bahia. A autora só discorda de Vivaldo da Costa Lima a respeito da crença de que esse termo chegou com os jejes. Para a autora esse termo chegou à Bahia pelos traficantes que adotaram a nomenclatura usada no Reino do Daomé. Aos poucos o termo deixou de ser pejorativo, já que os nagôs se autoidentificavam dessa maneira⁴⁹¹. Esses povos compartilhavam língua, hábitos, costumes e, aos poucos, tais povos passaram a assumir essa identidade que foi atribuída pelos moradores do reino do Daomé.

Os traficantes usaram o termo nagô, que já era utilizado na África, para denominar diferentes povos no Brasil⁴⁹². Em Salvador, o termo nagô apareceu na primeira metade do século XVIII, no entanto, em número reduzido. Carlos Silva Júnior encontrou apenas quatro registros de nagôs que ocorreram pós 1740 e, possivelmente, foram comprados juntos⁴⁹³.

O número de homens e mulheres africanos de *nação* congo foi reduzido, apenas cinco. Desses, apenas um convivia com outro congo, Domingos e Francisco, que possivelmente viviam na Povoação de Laranjeiras, em 1798, todavia o inventário da sua

⁴⁹⁰ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé...*

⁴⁹¹ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19/20. (1997)pp.63-64.

⁴⁹² PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé...*

⁴⁹³ ⁴⁹³ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado).p.79

senhora foi realizado na Vila de Itabaiana⁴⁹⁴. Todos os congos também tiveram como parceiros de cativo os angolas, com quem possivelmente comungavam de valores comuns e se entendiam entre si.

Em 1731, entre os sesmeiros da Vila de Itabaiana há a referência a João Congo, que recebeu três léguas de terras⁴⁹⁵. Essas terras foram doadas por um Capitão-mor. Possivelmente João Congo era um liberto que entrou nas terras sergipanas como escravizado no início dos Setecentos, ou no final dos seiscentos; pois na década de 1730 conseguiu a façanha de ser um sesmeiro⁴⁹⁶. Possivelmente o mesmo João Congo passou a dar nome a um Rio que margeava a sesmaria doada ao mesmo africano.

A nação majoritária eram os angolas, que correspondiam a cerca de 54,14% dos africanos e 16,78% de todos os escravizados. Eles foram maioria em todas as Vilas e, possivelmente, os africanos dessa nação eram facilmente identificados pelas autoridades que classificavam os africanos em nações, padres, traficantes, escrivães, senhores dentre outros. Tratarei de forma mais aprofundada sobre os angolas no próximo capítulo. Além dos angolas e congos encontrei dentre os centro-ocidentais os benguelas, camundá (cabundá) e gangelas. Esses também conviveram com os angolas nas senzalas. Os angolas na segunda metade do século XVIII já era uma nação consolidada, como evidencia a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de São Cristóvão, na qual eles ocupavam cargos na mesa diretiva em meados dos Setecentos.

Os de *nação* Moçambique continuaram sendo raros na segunda metade do XVIII, foram encontrados em apenas duas Vilas: Santa Luzia e Vila Nova; eram seis ao todo e correspondia a menos de 1% dos escravizados. Possivelmente, os traficantes continuaram achando a rota perigosa e longa, por isso um número reduzido de moçambiques chegava ao mercado.

Através de uma das listas dos plantadores de mandioca produzida em 1785 também temos um panorama dos africanos. A lista arrola 754 escravos, dentre esses 255 eram homens e mulheres africanos. Todavia, a lista com essas informações foi feita com apenas uma região, a das margens do rio Vaza Barris. Região que produzia açúcar, pois tinha cerca de onze engenhos e ficava na Cidade de São Cristóvão, por isso é um belo documento que serve de amostra para uma região açucareira. Ressalto que esse documento

⁴⁹⁴ APES, doc.5 Cx32a coleção Sebrão Sobrinho, 05/03/1798, Inventariada: Joana Maria de Deos.

⁴⁹⁵ LIMA Junior, Carvalho. “Monographia histórica do Município de Itabaiana”. In: Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, vol 2, nº4, 1914, p.129

⁴⁹⁶ Projeto de Resgate, Inventário: 273, caixa: 04 documento: nº 66 ano da emissão: ant.1733, Mês da emissão: agosto dia da emissão:25 local da emissão: Sergipe Del Rey.

foi utilizado pelos historiadores Stuart Schwartz e Luiz Mott⁴⁹⁷. E, segundo essa lista, os africanos correspondiam a cerca de 34% dos escravizados, índice maior que o encontrado nos inventários na Cidade de São Cristóvão e em algumas Vilas.

Ainda segundo essa lista, os centro-ocidentais foram majoritários, sobretudo os angolas, seguidos pelos benguelas e os congos. Os angolas representavam aproximadamente 72,26% dos escravizados africanos. Identifiquei 79 mulheres e 107 homens de *nação* angola, totalizando 186 pessoas; desses apenas 36 angolas viviam sem parceiros de *nação* nas suas senzalas, os demais tinham no mínimo um(a) parceiro de *nação* angola como colega de eito.

Uma parte dos que não tinham parceiros de *nação* na mesma senzala conviviam com homens e mulheres de *nação* angola de outros proprietários, que eram agregados aos sítios ou engenhos. João e Manoel, de *nação* angola, pertenciam respectivamente à Lúcia Caetano e Manoel Batista, os dois eram os únicos angolas dos seus senhores. No entanto, no mesmo sítio em que residiam, o da Cacimba, havia outros senhores com escravizados de *nação* angola. Luís de Souza e Manoel de Fonseca Dória também viviam no citado sítio e eram senhores de Antônio, Maria, Sebastião e Teodósio, todos de *nação* angola. Dessa maneira, os primeiros também conviviam com outras pessoas da mesma *nação* e, quiçá, algumas deles eram seus malungus⁴⁹⁸. Segundo David Eltis, os senhores não conseguiam diversificar as *nações* dos seus africanos como desejavam, ou seja, não conseguiam ter nas suas senzalas uma torre de babel. Pois, a oferta de *nações* era restrita e por isso encontrar alguém de uma mesma *nação* nas Américas era comum⁴⁹⁹.

Além dos angolas, foram registrados seis de *nação* benguela e dois de *nação* congo. Desses apenas dois benguelas conviviam na mesma senzala: João e Maria, que pertenciam ao Tenente Sebastião Freire. Todavia, os oito africanos conviviam com outros africanos centro-ocidentais. Segundo Slenes, esses africanos conseguiam conversar entre eles e compartilhavam de diversos valores. Os falantes das línguas umbundu, região de Benguela; da língua umbundu, província de Luanda; kincongongo ao norte de Luanda; e os

⁴⁹⁷ Ver: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravizados na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.p143

⁴⁹⁸ Companheiro de barco de viagem, de sofrimento.

⁴⁹⁹ ELTIS, David. "The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment", *William and Mary Quarterly*, v. 58, n. 1 (2001), p. 31.

bakongos, Reino do Congo, ou seja, homens e mulheres angolas, congos e benguelas se entendiam e comungavam de vários valores culturais⁵⁰⁰.

Dentre os ocidentais foram citados no documento os de *nação* mina e os de *nação* jeje. Diferentemente dos inventários, os minas, segundo a lista de 1785, foram a segunda maior *nação*, correspondendo a 22,56% dos escravizados. Eles perfaziam 58 homens e mulheres de *nação* mina, 35 homens e 23 mulheres. Destes 25 pertenciam a senhores que tinham apenas um africano de *nação* mina, mas apenas três viviam sozinhos nas propriedades, os demais possivelmente conviviam com outros de *nação* mina. Pois nas propriedades e/ou nas localidades que viviam existiam outros senhores com escravizados de *nação* mina.

Em 1785, no sítio do Gameleiro viviam Luís, Rosa e Joaquim, de *nação* mina, todos pertenciam respectivamente a Antônia Maria, Antônio de Oliveira e Catharina do Sacramento. Além desses, também viviam Francisco e João, ambos da citada *nação* mina, escravizados de Félix de Oliveira⁵⁰¹. Talvez africanos que foram classificados por outras autoridades como jejes, tenham sido classificados como mina nesse documento. Foram encontrados apenas quatro africanos de *nação* jeje, três deles em uma mesma propriedade. Boa parte desses africanos tiveram outros africanos como parceiros de cativeiro: os angolas, parceiros da mesma *nação*, ou os benguelas e congos.

A maioria desses homens e mulheres africanos trabalhava no eito, sobretudo, plantando cana de açúcar, incluindo boa parte dos arrolados na lista de plantadores de mandioca. Os angolas Faustino, Bento e João viviam no engenho Barreiras, lugar onde não tinha nenhuma cova de mandioca, possivelmente trabalhavam com o plantio ou fazendo o açúcar⁵⁰². Além desses escravizados citados, inúmeros homens e mulheres trabalhavam na dura rotina do plantio e corte da cana de açúcar.

Outros africanos que também trabalhavam no eito plantavam e faziam a mandioca. Ambrosio de *nação* congo, Antônio de *nação* moçambique e André de *nação* angola; eles pertenciam a Luciano Souza Leal que era lavrador de mandioca⁵⁰³. Esses africanos possivelmente cultivavam o tubérculo e faziam a farinha. Ainda tinha os que plantavam feijão, tabaco, arroz dentre outros. Segundo Antonil, mulheres e homens trabalhavam no eito, mas apenas os homens usavam os machados; as mulheres utilizavam apenas a foice e

⁵⁰⁰ SLENES, Robert. ““Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, 12, (1991/92), p.53

⁵⁰¹ Lista de Plantadores de mandioca do Vaza Barris de 1785, pp.2-3.

⁵⁰² Lista de Plantadores de mandioca do Vaza Barris de 1785, pp.4-5.

⁵⁰³ Cartório de Estância, 29/02/1781, cx. 01/481. Inventariado: Luciano Souza Leal.

a enxada⁵⁰⁴. Para o trabalho na lavoura o jesuíta citado deixa nas entrelinhas que seria utilizado os escravos africanos boçais. Desconfio que boa parte dos africanos batizados e que entendiam alguns elementos do português continuaram trabalhando no eito.

Segundo Graham, os homens de *nação* mina tinham diversas atividades laborais ainda em solo africano. No entanto, a grande maioria desses homens mina, fossem haussás, fulanis, jejes ou iorubas, trabalhavam na lavoura. Pois eles viviam em grande parte em aldeias e cultivavam produtos necessários para a existência deles, como o milho, inhame, batata, feijão, amendoim, pimentão dentre outros. Alguns dos africanos das nações citadas vieram adultos para o Brasil e por isso tinham experiência com a lavoura; no entanto, com cultivos em pequenas escalas.

As mulheres auxiliavam os homens na lavoura em momentos que se requeria um maior número de braços. Tinha ainda os que cultivavam o algodão para tecer, como os haussás⁵⁰⁵. No entanto, esses homens africanos trabalhavam em família e não conheciam a monocultura. Já no Reino do Congo a lavoura era uma atividade feminina, os homens preparavam a terra, mas não a cuidavam; essa atividade era das mulheres. Apenas os homens escravizados labutavam na terra. Já em terras sergipanas muitos aprenderem a trabalhar na monocultura, homens e mulheres, e muitos não trabalhavam em família.

Outro trabalho no eito realizado por alguns escravizados foi a ocupação de vaqueiro ou o cuidado com os animais, uma das ocupações que mais apareceram nos inventários. Vaqueiro era uma ocupação masculina que foi exercida por africanos e crioulos dentre outros, não há informações sobre a nação dos africanos escravizados que exerceram essa ocupação. Os vaqueiros escravizados identificados viviam na povoação de Porto da Folha, Vila de Santa Luzia e um em São Cristóvão.

Dessas localidades apenas a primeira tinha como atividade econômica principal a criação de animais. Pessoas livres também exerciam essa função, a exemplo de Pascoal que era vaqueiro e filho da fazendeira senhora Lourença de Souza de Limeyra, possuidora de inúmeras fazendas. Essa senhora tinha alguns escravizados, incluindo João e Narcisa, de *nação* jeje, além de Félix, angola. Eles possivelmente ajudavam na lida com os animais⁵⁰⁶. Dessa forma, alguns escravizados podem ter aprendido a ocupação de vaqueiro com os

⁵⁰⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* p. 36

⁵⁰⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, 45 (2012), 25-65.

⁵⁰⁶ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1ºOF, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp. 01-06. Testamenteira: Louvença de Souza da Limeyra.

seus senhores ou filhos deles. Assim, o número de escravizados envolvidos na criação de animais possivelmente era maior.

Poucos foram os escravizados com ocupação especificada, apenas 50 homens e mulheres escravizados. A tabela 3.3 mostra as funções identificadas nos inventários:

Tabela 3.3
Ocupação dos homens e mulheres escravizados

Ocupação/cor	Mestiços		Crioulos		Africanos		Sem dados		Total	%
	H	M	H	M	H	M	H	M		
Atividades artesanais ligadas a cana de açúcar										
Alambiqueiro							1		1	
Caldeireiro					1				1	
Banqueiro					1				1	
Purgador						1			1	
Mestre de açúcar							1		1	
Outras Atividades Mecânicas										
Ferreiro	3		1						4	
Oleiro					1				1	
Pedreiro					1				1	
Sapateiro	3				1				4	
Serrador					1				1	
Carpina	2		2				4		8	
Costureira		3							3	
Alfaiate	1								1	
Serviços Domésticos										
Serviços Domésticos De todo o serviço		3							3	
De todo o serviço		1			1				2	
Transporte										
Carreiro	2		2						4	
Barqueiro	1									
Atividades rurais										
Vaqueiro	1		3				4		8	
Feitor	1								1	
Outras atividades										
Trombeteiro					1				1	
Barbeiro	2						1		3	
Total	17	7	8		8	1	11		50	

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1720-1800).

Observando a tabela 3.3, percebe-se que havia uma divisão de gênero nas atividades e que as ocupações mais especializadas foram mais acessíveis aos escravos nascidos no Brasil que aos homens e mulheres africanos. Os últimos levariam um tempo para compreender a língua e ocupavam a base na hierarquia da sociedade. Dentre os brasileiros, os mestiços tinham maiores vantagens.

Em meio aos nascidos no Brasil também havia uma hierarquia, os crioulos eram hierarquicamente inferiores aos mestiços. Os homens escravizados, incluindo os africanos, tiveram mais acesso a especializações que as mulheres, quiçá essa era outra hierarquia entre os escravizados. Daniele Santos de Souza, pesquisando as ocupações dos escravizados na Salvador Setecentista, identificou mais ofícios especializados realizados pelos homens que por mulheres⁵⁰⁷. Possivelmente não apenas em Sergipe as possibilidades de especialização foram maiores para os homens escravizados.

Além de vaqueiro, outra função masculina era a de carreiro que, em alguns casos, envolvia viagens a grandes distâncias. Transportavam os feixes de cana para serem moídos, ou ainda as caixas de açúcar para os portos. Função que requeria força, confiança por parte do senhor, habilidade com os animais e conhecer caminhos. Sobretudo em virtude da última característica era mais fácil para pessoas nascidas no Brasil que conseguiram se comunicar com maior facilidade, bem como conheciam melhor as trilhas, exercerem a citada função. Antônio Borgos, mulato, possivelmente transportava caixas de açúcar até a Cidade de São Cristóvão⁵⁰⁸. Além de Antônio identifiquei mais três homens que exerceram essa função, estes além dos produtos citados, também transportavam sal, farinha de mandioca, tabaco dentre outros.

As atividades ligadas à cana de açúcar deviam ser executadas em sua maioria por pessoas livres ou libertas. Pessoas que prestavam serviços aos engenhos e os senhores pagavam suas jornadas. Os engenhos moíam a cana durante cinco a seis meses, nos outros meses se preparava o terreno, plantava e colhia a cana de açúcar. Dentre as funções ligadas a feitura do açúcar ou das aguardentes, as quais identifiquei nos inventários, temos: o caldeireiro, o banqueiro, o purgador e o alambiqueiro.

O caldeireiro, como o nome informa, era o responsável pela caldeira onde ocorria o cozimento do caldo. O banqueiro trabalhava juntamente com o mestre do açúcar e muitas vezes tinha um ajudante. O banqueiro ou o mestre era quem guiava o caldeireiro no

⁵⁰⁷ SOUZA, Daniele Santos. *Entre o “serviço da casa” e o “ganho”...*

⁵⁰⁸ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 24/04/1777, cx.1/14. Inventariado: Manoel Joze Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo (cel).

cozimento e quem cuidava do feitiço do açúcar. Cabia a ele, ainda, administrar para que as canas dos diversos lavradores fossem moídas em separado, para que não ocorressem problemas com os açúcares. O banqueiro substitua o mestre de açúcar no período noturno. Uma das etapas da feitura do açúcar era na casa de purgar, onde o purgador observava se o açúcar estava enxuto e quantas vezes seriam necessárias lavar os diferentes tipos de açúcar. Em alguns engenhos o mestre de açúcar substitua a ocupação do purgador⁵⁰⁹. Dessas funções a de caldeireiro foi exercida apenas por homens, incluindo nos Oitocentos, como será mostrado no próximo capítulo. Mais uma atividade masculina, pois era necessária força para trabalhar nas caldeiras. Nessas funções ligadas à feitura do açúcar encontrei africanos, como Antônio, de *nação* congo, caldeireiro; Luiza, de *nação* angola, exercia a ocupação de purgadora e Manoel Pacheco, também de *nação* angola, era banqueiro⁵¹⁰.

Todos eram escravizados do coronel Manoel José Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo, morador da Cidade de São Cristóvão. Saliento que os africanos que mais se especializaram foram os centro-ocidentais e o mesmo senhor tinha escravizados de *nação* jeje⁵¹¹. Possivelmente a especialização foi mais acessível aos centro-ocidentais que aos ocidentais nos Setecentos. Primeiro por serem maioria, segundo por serem mais velhos na Capitania e por isso estavam mais socializados, o que possivelmente permitia que eles barganhassem mais elementos com os seus senhores. Pontuo também que havia uma crença ou propaganda que os angolas eram mais aptos para “aprender ofícios mecânicos” e os de *nação* congo também serviam para as oficinas⁵¹². Talvez essas propagandas tenham chegado as terras sergipanas.

Ressalto que o banqueiro Manoel Pacheco, angola, e o caldeireiro Antônio, congo, eram casados, ou seja, mais uma mostra que eles tinham poder de barganha e, por outro lado, possivelmente, tornavam-se mais confiáveis para seus senhores, pois tinham mais pessoas que podiam ser penalizadas com um deslize deles. Antonil recomendava que essas funções fossem exercidas por escravizados africanos ladinos, porque ele julgava esses mais espertos e para exercer essas tarefas se fazia necessária sagacidade⁵¹³. Do mestre de açúcar e do alambiqueiro não foi possível identificar a *nação*.

⁵⁰⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* p.45-35

⁵¹⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 01.1430/04/1777, Inventariado: Manoel Joze Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo (cel).

⁵¹¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 24/04/1777, cx.1/14. Inventariado: Manoel Joze Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo (cel).

⁵¹² ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* p.36

⁵¹³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* p.36

João, africano, o oleiro encontrado também vivia no mesmo engenho que os últimos escravizados citados, pertencente ao coronel Manoel José Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo⁵¹⁴. Antonil sugeria que quando possível tivesse um escravizado ocupando essa função de oleiro, pois isso possivelmente permitiria um melhor funcionamento do engenho e, assim, um maior lucro. O escravizado que deveria exercer essa ocupação era um crioulo. Para o emprego de um oleiro no engenho deveria ter um barreiro e lenha⁵¹⁵. Esse escravizado fazia as formas onde seriam colocadas o açúcar além de fazer telhas e outros artefatos com barro.

Os carpinas ou carapinas e os pedreiros, bem como os oleiros, também eram necessários nos engenhos, mas o leque de atividades exercidas por eles era bem maior que os que faziam reparos do engenho. Eles também trabalhavam em fazendas e nas Vilas. Os carpinas foram mais comuns entre os escravizados que os pedreiros. Foram identificados oito homens exercendo essa ocupação, nenhum africano. Os carpinas construíam engenhos e senzalas, eram responsáveis por trabalhos que envolviam madeiras. Luís e Matheus, ambos crioulos, carpinas de sítios na Vila de Santa Luzia, pertenciam respectivamente a Thereza Rodrigues de Jesus, Manoel Nunes de Azevedo e Thereza Barbosa⁵¹⁶.

No final do XVII, um carapina de moenda de Engenho recebia cinco tostões ou um cruzado, caso recebesse alimentação⁵¹⁷. Um cruzado era taxa anual paga por um casal para serem irmãos da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de São Cristóvão e Lagarto nos Setecentos, assunto que será tratado no quinto capítulo. Isso evidencia que um cruzado não era um pequeno valor. O único pedreiro encontrado foi João, de *nação* jeje, casado com Damiana, também jeje. Ele trabalhava na fazenda de Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, na povoação de Porto da Folha. Da mesma maneira que as funções ligadas ao açúcar,

Antonil também recomendava que essas atividades fossem exercidas por africanos ladinos, por exigirem habilidades ensinadas no Brasil. Ressalto que dois dos escravizados citados eram casados, ou seja, o casamento foi mais acessível aos escravos especializados. Saliento ainda que as últimas ocupações citadas: oleiro, carpina, pedreiro, talvez os

⁵¹⁴ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 24/04/1777, cx.1/14. Inventariado: Manoel Joze Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo (cel).

⁵¹⁵ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil.*, pp.56-57.

⁵¹⁶ Cartório de Estância, 02/08/1764, cx. 01/481. Inventariados: Thereza Rodrigues de Jesus e Manoel Nunes de Azevedo; 27/09/1762, cx.01/481. Inventariada: Thereza Barbosa,

⁵¹⁷ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil...* p.48

carreiros e barbeiros podiam ter suas jornadas alugadas para outros senhores e assim se transformarem em escravizados do ganho.

A ocupação de barbeiro era realizada por homens negros e a de parteiras e amas de leite era executada por mulheres negras. Alguns historiadores têm apontado essa como uma das ocupações em que as mulheres negras eram hegemônicas⁵¹⁸. No entanto, não encontrei indícios das mulheres escravizadas, africanas e crioulas, enquanto parteiras, possivelmente essas mulheres ocupavam outras funções e acumulavam com a de parteira.

Segundo Ferreira Júnior e Bittar, os jesuítas nos seus colégios, fazendas, engenhos, igrejas e residências possuíam oficinas de *artes mecânicas*⁵¹⁹ e, nelas, os escravizados aprendiam ofícios. Nessas oficinas a educação jesuítica era composta de vários aspectos e incluía o ensino de alguns ofícios. Os autores citam jesuítas afamados que além de intelectuais foram alfaiates, como Francisco de Pontes sapateiro, a exemplo do conhecido José de Anchieta⁵²⁰. Essas oficinas garantiam a vivência deles e, provavelmente, a construção dos templos. Informo que os jesuítas estiveram presentes em Sergipe na Cidade de São Cristóvão, na povoação de Laranjeiras e na de Itaporanga. Além disso, também estavam na Missão de Geru na Vila de Lagarto⁵²¹. Assim, podemos especular que os jesuítas e outras ordens religiosas tiveram um importante papel no ensino de ofícios mecânicos aos escravizados.

Outras funções especializadas masculinas encontradas foram a de feitor, serrador e ferreiro. A primeira, muitas vezes exercida por um liberto ou livre. Identifiquei apenas um escravizado mestiço exercendo essa função que requeria total confiança por parte do senhor, pois era peça essencial no controle dos escravizados e em discipliná-los. Esse personagem existia principalmente nas grandes posses. Serrador também era uma função bastante requisitada, mostra disso que mereceu destaque em uma das pranchas de Debret na centúria seguinte. Essa função serrava madeiras que eram necessárias nas construções de casas e outros prédios⁵²².

⁵¹⁸ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas: 'Damas mercadoras': As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)* Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese Concurso para Professor Titular), p.216; RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp.93-94.

⁵¹⁹ Artes ou ofícios mecânicos na linguagem da época, indicava o artesanato, as ocupações que exigiam habilidade manufatureira como carpinteiro, pedreiro, oleiro dentre outras.

⁵²⁰ FERREIRA JUNIOR, Amarilio & BITTAR, Marisa. "Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuítas do Brasil colonial". In: *Revista Brasileira de Educação* v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. Pp.693-751.

⁵²¹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*.p. 130

⁵²² DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1979. pp. 174-75.

Em 1798, Pedro, de *nação* angola, foi o único serrador encontrado nos Setecentos⁵²³. Mais um escravizado de *nação* angola com função especializada. Cataloguei, ainda, quatro ferreiros, nenhum era africano. Possivelmente trabalhavam no meio rural, em sítios e engenhos. Alguns ferreiros tinham tendas. Antônio mulato, possivelmente um forro, recebeu uma tenda de esmola de Francisco Marques da Silva e a função de ensinar a ocupação para algum escravizado *da casa* que tivesse a habilidade.⁵²⁴

Os serviços de casa eram ofícios das mulheres, sobretudo das mestiças. Essas atividades exigiam proximidade dos senhores e por isso as escravizadas utilizadas seriam as mais próximas deles na hierarquia racial. As meninas começavam o aprendizado dos afazeres domésticos quando ainda eram crianças. Em 1774, Jacinta, mestiça, era uma criança do serviço da casa⁵²⁵. Encontrei Inácia, parda, escravizada e classificada como de todo o serviço; espelho que esta escrava fazia todos os serviços domésticos, lavar, cozinhar, passar dentre outros⁵²⁶.

Outra atividade feminina era a costura. Havia uma diferença entre alfaiataria e costura. Segundo Bluteau, o alfaiate talhava e costurava roupas masculinas e femininas; a costureira, para o mesmo autor, seria a mulher que fazia roupas brancas dentre outras. O mesmo autor menciona a expressão alfaiata⁵²⁷. No entanto, em todo o período da pesquisa, nos Setecentos, só identifiquei um escravizado nessa função, evidenciando ser possivelmente uma atividade masculina nos Setecentos.

Em 1795, João, mestiço, residia possivelmente na Povoação de Estância e lá cortava e costurava as roupas⁵²⁸. Seu senhor era negociante e dentre os bens arrolados tinha inúmeras peças de tecido. O mesmo senhor, Joaquim José Braque, tinha duas costureiras, Florinda mulata e Luiza mestiça. Talvez esse negociante além de vender tecidos, recebesse encomendas de roupas para seus escravizados executar. O alfaiate cortava e as escravizadas costuravam; o trabalho com as linhas e tecidos foi raro entre as escravizadas e escravizados, mesmo nos Oitocentos.

⁵²³ APES, doc. 5 Cx32a, Coleção Sebrão Sobrinho. Inventariado: Joana Maria de Deos, 05/03/1798.

⁵²⁴ AGES, Cartório de São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos – CX. 62 – LV. 04 – PP.02-09, Testador: Francisco Marques da Silva.

⁵²⁵ AGJSE, SCR/C. 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 03 – pp.74-83, 22/12/1774. Testamento de Capitam Joze Pinheiro Lobo.

⁵²⁶ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 02/02/1776, cx.01.14. Inventariado: José Frique do Prado.

⁵²⁷ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

⁵²⁸ AGJSE. Cartório de Estância, cx. 01/48, 02/01/1795, Joaquim Joze Braque.

Os ofícios mais especializados passavam por um processo de aprendizado rigoroso e longo, podia ser aprendido com pessoas livres, padrinhos ou religiosos em oficinas. Ou ainda nas propriedades com os seus senhores, seus filhos ou escravizados que dominavam o ofício. Em 1771, Antônio, um mulato, filho de Lourença, crioula, vivia na Vila de Lagarto, possivelmente uma cria da casa. Sua senhora, Anna Paes Teles, não tinha herdeiros e o alforriou bem como a sua irmã, Barbara Luciana. Além da alforria, a sua senhora preocupou-se com a vida desses libertos após a sua morte e por isso solicitou que Francisco de Araújo continuasse o ensino da leitura e do ofício de sapateiro a Antônio. E, para Rosa Maria, mulher de Manoel Guedes, que ensinasse a menina, Barbara Luciana, a doutrina além de outros aspectos que ela não especifica o que seria⁵²⁹.

Através desse testamento percebemos que dois mulatos de gêneros diferentes passaram por aprendizados distintos, sendo seus mestres e responsáveis pessoas do mesmo gênero deles. Talvez a Rosa Maria fosse madrinha de batismo da mulata Barbara Luciana. O mulato já era um aprendiz quando a senhora fez o testamento e deveria continuar a aprender o ofício em uma possível oficina, ou seja, requeria tempo o aprendizado do ofício de sapateiro, bem como a importância da leitura. O mesmo testamento evidencia também que o ofício era realizado por pessoas escravizadas, forras e livres. Os sapateiros possuíam suas tendas, que possivelmente eram os apetrechos necessários para a realização da ocupação. Em 1786, Gonçalo, mulato, escravizado do padre Antônio Martins Ferreira, era oficial de sapateiro e possuía sua tenda⁵³⁰.

Russel Wood pontua que os escravizados que tinham as ocupações de sapateiro, carpinteiro (o carpina ou carapina) ou alfaiate quando ou se conseguissem sua alforria tinham uma boa maneira de garantir o sustento. Os escravizados ou libertos que mais ganhavam com esse ofício eram os que tinham loja. Todavia, para abrir uma loja era necessária uma licença da Câmara Municipal, autorizada por juízes da Guilda. Para isso, seria indispensável uma avaliação teórica e prática do ofício, após três anos de aprendizado com um mestre e um relatório do mesmo⁵³¹. Em Salvador, poucos foram os escravizados que conseguiram as licenças nos Setecentos e para Sergipe desconheço esses dados. Uma pesquisa importante para ser realizada por um futuro investigador.

⁵²⁹ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1º OF. Livros de Testamentos - CX. 62 - LV. 02 - PP. 18-25. Testamento de Anna Paes Tellis, 1771.

⁵³⁰ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1º Ofício, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp.161-176, 02/03/1786. Testador: Antonio Martins Ferreira (Padre).

⁵³¹ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 93-94.p.92

Os escravizados trombeteiros eram músicos que tocavam trombetas. Essa atividade também era realizada em Salvador por escravizados. Domingos, de *nação* jeje, escravizado do senhor de engenho coronel Manoel José Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo, foi o único trombeteiro a quem identifiquei. Essa função era muito valorizada, pois Domingos era o escravizado mais caro que o citado senhor possuía. Ele era mais caro que um escravizado mestiço feitor, custava 150 mil réis⁵³². Domingos vivia em um engenho na Cidade de São Cristóvão onde existiam inúmeras irmandades, Ordens Terceiras e templos⁵³³, por isso um extenso calendário religioso. Na execução dos ritos religiosos, missas e procissões se faziam necessários músicos livres ou escravizados.

Na documentação não apareceram escravizados nem escravizadas do ganho. No entanto, alguns escravizados conseguiam acumular pecúlio, fossem do ganho ou através das suas roças. Eufemia forra devia dinheiro a sua escravizada, Gracia, de *nação* angola, possivelmente uma escravizada do ganho. No início do capítulo citei o caso de Rosa, também angola, cujo senhor também devia a ela. Encontrei outros casos de escravizados que tinham dinheiro na mão dos seus senhores ou de outros senhores, como foi o caso de Apollonia Soares dos Prazeres que devia aos escravizados José e Manoel, pertencentes a Antônio Ferreyra Soares⁵³⁴. Assim, alguns escravizados especializados e os do eito conseguiram acumular pequenos ou grandes pecúlios.

Os escravizados especializados não eram mais moleques, provavelmente eram adultos. No entanto, no período entre 1751 e 1800 as informações sobre idade continuam esparsas e pouco objetivas. Para compor a tabela 3.4 coletei apenas as menções vagas e, conforme pode ser notado, a maioria dos homens e mulheres africanos são moços e moças, seguidos pelos velhos e velhas. Ressalto que um escravizado considerado velho deveria ter em torno de 40 anos, momento no qual os preços começavam a diminuir. Para Kátia Mattoso, um velho teria idade superior a 35 anos⁵³⁵.

⁵³² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 24/04/1777, cx.1/14. Inventariado: Manoel Joze Nunes Coelho de Vasconcelos e Figueiredo (cel).

⁵³³ Ordem Terceira de São Francisco e do Carmo, além das irmandades do Santíssimo Sacramento, Santa Casa da Misericórdia, Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Amparo, Senhor dos Martírios e das Misericórdias, Nossa Senhora da Boa Morte, São Miguel Arcângelo e Nossa Senhora do Rosário que será tratada no próximo capítulo. Ver: OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - SE (século XIX)*. São Cristóvão: UFS, 2008. (Dissertação de Mestrado em Sociologia), p.42.

⁵³⁴ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1º Ofício. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp. 33-42. 15/03/1772. Testadora: Eufemia Rodrigues; Arq; SCR/C. 1º OF Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 03 - pp.12-18, 13/03/1776. Testadora: Apollonia Soares dos Prazeres.

⁵³⁵ MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. ... p.86

Tabela 3.4
Idades dos africanos da Capitania de Sergipe Del Rey (1751-1800)

Idade/sexo	Mulheres	Homens
Moleque	2	2
Moça (s)	11	15
De maior	5	3
Velho	7	12
Bastante idade	-	1
Bastante velho	-	1

Fonte: Inventários *post-mortem* (1751-1800).

Ressalto que nesse período a grande maioria dos homens e mulheres escravizados classificados como velhos eram os de *nação* angola. Até 1779, oito denominados como velhos eram de *nação* angola, dois de *nação* jeje e um congo. O que também nos informa as nações que entraram possivelmente na primeira metade dos Setecentos. Ana, de *nação* arda, no seu registro não há menção à idade, mas em 1762 custava apenas 25\$000 réis, enquanto a sua senhora também possuía Micaela, de *nação* jeje, avaliada por 90\$000. O valor dela indica que possivelmente Ana possuía idade avançada, já que também não fizeram menção a doenças⁵³⁶.

Observando as idades estimadas dos homens e mulheres africanos, percebe-se que não aparecem escravizados com idades reduzidas, como nos batismos, conforme foi visto no capítulo anterior. Os inventários foram realizados possivelmente algum momento após o batismo de parte dos homens e mulheres africanos. Aos poucos, os inventários *post-mortem* passaram a ter mais informações. Provavelmente as pessoas responsáveis pela feitura do documento, escrivães e avaliadores, foram se profissionalizando no decorrer da segunda metade dos Setecentos. Dentre as informações estavam as referentes às idades estimadas, que começaram a aparecer nas descrições e avaliações dos escravos africanos e nascidos no Brasil, sobretudo pós 1780.

Outro ponto é que com o aumento no número de escravizados era preciso mais informações para classificá-los, identifica-los, pois assim facilitaria a vigilância. No entanto, ainda perduraram as expressões vagas como velhos, moças dentre outros. Para a tabela 3.5 utilizei apenas os homens e mulheres que possuíam idades objetivas expressas:

⁵³⁶ AGJSE, Cartório de Estância, 27/09/1762, cx. 01/481. Inventariada: Thereza Barbosa.

Tabela 3.5
Idades dos africanos da Capitania de Sergipe Del Rey (1751-1800)

Idade/sexo	Mulheres	Homens	Total	%
Até 15 anos	3		3	4,83
16 a 25 anos	14	30	44	70,97
26 a 40	4	5	9	14,52
Maiores que 40 anos	4	2	6	9,68
Total	25	37	62	100

Fonte: Inventários *post-mortem* (1751-1800).

Olhando a tabela 3.5, percebe-se que a faixa etária que a maioria dos homens e mulheres africanos estava era entre 16 e 25 anos (70,97%), seguidos dos que estavam entre 26 a 40 anos (14,52%). O que significa que eles se encontravam no ápice da produção e da reprodução, por isso possuíam preços caros. A longevidade possivelmente era curta para os escravizados, poucos possuíam mais de 40 anos. Os africanos mais velhos encontrados foram João Barreto e Domingas, de *nação* angola, que em 1798 tinham 60 anos e viviam, possivelmente, na povoação de Laranjeiras⁵³⁷. Na Povoação de Porto da Folha vivia uma escravizada, Sula, sem dados sobre a sua *nação*, que tinha 80 anos. Essa foi a única escravizada com idade superior a 60 anos⁵³⁸. Mesmo entre os crioulos poucos possuíam mais de 40 anos.

Identifiquei 296 meninos e meninas nos inventários *post-mortem* e testamentos, ou seja, cerca de 30,86% dos escravizados nascidos no Brasil e registrados nos documentos citados foram crianças. Estes compunham parte razoável das posses, cerca de 21%, ou seja, quase ¼ dos escravizados não exerciam atividades laborais ou pouco exerciam. Um pouco mais da metade delas, 51,01%, eram crioulas. As demais eram mulatas, pardas, cabras e mestiças. As proporções de crianças dentre os brasileiros também variou de Vila para Vila. Santo Amaro (44,94%), Santa Luzia (31,52%) e São Cristóvão (31,13%) eram as localidades nas quais as crianças mais eram significativas nas posses. A menor proporção era em Vila Nova (18,29%) e Lagarto (25,92%). Talvez as posses de escravizados reduzidas tenham dificultado a formação de famílias, bem como a reprodução nessas Vilas.

Nesse período, os preços variaram pouco de uma Vila para outra, a média de preços dos escravizados mais caros foi encontrada na Vila de Santo Amaro. Vila que, conforme foi citado no primeiro capítulo, era majoritariamente açucareira. Assim, os escravizados envolvidos com o fabrico do açúcar eram mais caros que os que produziam outros artigos.

⁵³⁷ APES, Coleção Sebrão Sobrinho, 05/03/1798,: doc.5 Cx32a, Inventariada: Joana Maria de Deos.

⁵³⁸ AGSJE, Cartório de Porto da Folha, 15/09/1751, cx.01. 2954, Inventariada: Catarina de Vasconcellos.

Poucos foram os escravizados africanos que identifiquei com doenças. As doenças mais comuns foram relacionadas aos ossos e aparelho respiratório: opilação, asma; além de achaques, aleijada e quebrados. Em decorrência disso poucos foram os escravizados desvalorizados por problemas de saúde. Os escravizados envolvidos com o plantio de cana de açúcar talvez fossem mais valorados. Na tabela seguinte 3.6 é possível perceber a média de preços de homens e mulheres africanos:

Tabela 3.6
Média de preços dos escravizados de Sergipe (1751-1800)

Período/Sexo	Homens africanos	Mulheres africanas
1751-1779	68\$401	63\$852
Pós 1780-1800	104\$811	91\$498

Fonte: Inventários *post-mortem* (1751-1800)

Conforme pode ser notado, dividi o período em dois momentos: 1751 a 1779 e 1780 a 1800. Essa divisão, utilizando 1780 como marco, justifica-se por ser um momento de reconfiguração no tráfico, conforme foi citado anteriormente, bem como por possuir uma quantidade maior de documentos. Por fim, marcado por uma aceleração maior no crescimento do número de engenhos.

Observando a Tabela percebe-se que os homens eram mais caros que as mulheres nos dois períodos. No entanto, pós 1780 a diferença entre os preços dos dois se acentuou. Com a revitalização e expansão da cana de açúcar, uma lavoura que os homens eram mais necessários, possivelmente eles passaram a ser mais valorizados. Essa expansão foi responsável por um aumento no preço do escravo. A diferença no primeiro período era de 6,7% e passou para 12,7%. Mattoso também percebeu um aumento nos preços dos escravizados na Bahia nas últimas décadas dos Setecentos, em 1780 a média era 75\$000 mil réis e em 1800 o valor foi 150\$000, ou seja, um aumento de 100%⁵³⁹.

No primeiro período a média de preços dos homens e mulheres de *nação* angola foi maior que a média geral dos africanos. Isso evidencia que as demais nações: jejes, moçambiques, congos dentre outras, eram menos valorizadas nesse período e nessa região. Talvez propagandas dos traficantes sobre habilidades dos angolas tenham elevado o preço deles em demérito dos outros africanos. Lembro também que a especialização foi mais acessível aos angolas, o que tornavam-os mais valorizados. Acredito que havia traficantes que vendiam para a Capital e quiça o recôncavo, outros para as Vilas do interior no mesmo

⁵³⁹ MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. ... p.95

período, pois em Salvador os de *nação* mina eram maioria e nas Vilas açucareiras os de *nação* jeje foram majoritários⁵⁴⁰.

A tabela seguinte, 3.7, permite que possamos ver as médias de preços dos homens e mulheres angolas:

Tabela 3.7
Média de preços dos escravizados angola

Período/Sexo	Homens angolas	Mulheres angolas
1751-1779	76\$725	76\$580
1780-1800	98\$387	90\$277

Fonte: Inventários *post-mortem* (1751-1800)

Como pode ser observado nas tabelas 3.6 e 3.7, os preços dos angolas foi menor que o da média geral dos africanos e africanas. Segundo Parés, pós 1780 ocorreu uma grande entrada de angolas na Bahia⁵⁴¹, o que pode ter cotribuido para que os preços dos mesmos ficassem menores em Sergipe. Portanto, o número de homens e mulheres e nações africanas variou de Vila para Vila.

Em suma, o número de homens e mulheres e nações africanas variaram de Vila para Vila. Os angolas foram majoritários, tiveram maior acesso a especializações de ofícios e foram os que mais tiveram chances de formar uma comunidade e reconstruir identidades nas terras sergipanas nos Setecentos. Os angolas e possivelmente os jejes encontravam mais facilmente pessoas de sua nação nas suas senzalas ou nas vizinhas; o que contribuiu para a construção de redes de solidariedade que foram efetivadas no compadrio, conforme foi visto, ou ainda nas irmandades. Irmandades que serão mostradas no quinto capítulo. No próximo capítulo serão abordadas as nações africanas nos Oitocentos.

⁵⁴⁰ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé...*p. 66, 72

⁵⁴¹ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé...*pp.63-76

CAPÍTULO IV

A TORRE DE BABEL: NAÇÕES AFRICANAS E TRABALHO NOS OITOCENTOS

Em janeiro de 1827, Francisco, de *nação* angola, foi preso nas barras do Rio Japaratus, Vila de Santo Amaro, pelo capitão do mato Marcos José da Costa. Perguntado sobre sua *nação* confirmou que era um *angola* e que pertencia a um português, o senhor Lino Inácio, que residia no Largo de São Bento em Salvador. Francisco era alto, bem feito de corpo, olhos pretos, pouca barba, rosto comprido, entradas altas, possuía todos os dentes e, principalmente, tinha uma marca de ferro no braço direito. No decorrer do processo ele foi citado como Francisco Cassange. Segundo esse escravizado, seu senhor participou da Guerra no Recôncavo como padeiro e foi assassinado. Seu senhor era solteiro e sem herdeiros, por isso, ele fugiu naquele momento. Ele ficou preso nas cadeias de São Cristóvão para ser leiloado e foi avaliado por 140\$000 réis. Depois de oito leilões ele foi arrematado em Praça Pública por Caetano Pereira Leite⁵⁴².

Muitas pessoas compareceram e assistiram os leilões, dentre elas, José Francisco, lavrador de cana e morador do engenho Dira. Esse teria reconhecido Francisco como um dos escravizados do senhor do citado engenho, Antônio Teles de Menezes, que apresentou outra narrativa para a história de Francisco. Em 1826, um moço de *nação* angola fazia parte de um comboio, possivelmente andando em fila com inúmeros escravizados que chegaram a Sergipe *pelo caminho da Bahia*, rota que passava pelos sertões e, dessa forma, alcançou São Cristóvão que foi seu destino final. Ali foi comprado por Antônio Teles de Menezes a José Tomé e logo após a compra foi batizado e se tornou João.

Sobre a marca de ferro no braço direito, as testemunhas citam como um *carimbo da sua terra*, uma marca Identitária do seu grupo étnico. João fugiu em setembro e seu senhor fez várias buscas pelo caminho que ele percorreu entre as localidades a Freguesia de Campos do Rio Real, Lagarto, dentre outros. Possivelmente acreditava que ele desejava retornar a Salvador ou reencontrar alguém que teria ficado pelo caminho. Sua procura

⁵⁴² AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 22/01/1827. Ação de mandato e termo de apreensão e sequestro do escravo Francisco de *nação* angola.

encerrou quando foi avisado pelo citado lavrador que seu escravizado tinha sido leiloado. Ele reconheceu João angola e queria o valor que ficou em depósito⁵⁴³.

Outros escravizados que foram presos em Sergipe também alegaram pertencerem a senhores solteiros e mortos na Guerra, a exemplo Benedito de *nação* benguela e José de *nação* angola⁵⁴⁴. Dessa forma, os escravizados que viviam nas terras sergipanas sabiam dos acontecimentos do Recôncavo e em Salvador, inclusive alguns deles podem ter usado esse argumento para continuarem livres. Não entrarei na discussão se Francisco e João era a mesma pessoa, pois o que nos interessa nessa narrativa são alguns elementos, como a identificação do escravizado como angola, o fato dele ao ser interrogado respondeu ser angola ou seus tradutores, escravos da mesma *nação* ladinos, o classificaram dessa forma. No entanto, através do convívio com Francisco outra identidade surgiu: a cassange. Os escravizados ao serem interrogados mencionavam suas *nações*, mostrando que as denominações atribuídas também eram assumidas por eles em diversos momentos. João possivelmente estava no auge da sua força produtiva, pois foi avaliado em 140\$000 em 1827, preço próximo da média do período como será mostrado adiante.

Na narrativa apareceram menções a duas grandes *nações*: benguelas e angolas, e uma identidade mais específica, a cassange. Neste capítulo, tratarei das *nações* africanas nos Oitocentos, identificarei e pontuarei os labores exercidos por eles e algumas possibilidades de sociabilidades. Para isso, dividi o período em dois momentos, 1801 a 1820 e 1821 a 1835. O primeiro se refere a um período sem restrições e o segundo período seria um momento no qual se começaria a sentir as implicações da extinção do tráfico ao norte da linha do Equador, que ocorreu para os portugueses em 1815. Foram pesquisados 706 inventários *post mortem* e testamentos para todo o período. Ressalto que as amostragens das Vilas foram distintas, São Cristóvão e Estância tiveram amostragens maiores.⁵⁴⁵ Nesses cataloguei 6.200 escravizados e encontrei informações sobre as *nações* em 5.215. Dessa forma, ratifico que esses dados são amostragens, portanto, foram trabalhados seguindo essa metodologia.

⁵⁴³ AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 06/06/1827. Ação Justificação do escravo João de *nação* angola.

⁵⁴⁴ AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 15/03/1832. Mandato de apreensão e sequestro do escravo José de *nação* angola. AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 12/08/1824. Ação de mandato e termo de apreensão e sequestro do escravo Benedito de *nação* benguela.

⁵⁴⁵ Universo: 50 inventários e testamentos de Propriá, 252 de São Cristóvão incluindo os do Cartório de Aracaju. 50 de Lagarto, 225 de Santa Luzia, 21 de Itabaiana, 25 de Vila Nova, 83 de Santo Amaro. Incluindo os cartórios de Rosário e Maruim.

Mary Karash afirmou que a Bahia teria importado principalmente africanos da Costa da Mina e, por isso, não teria o mosaico de nações que era possível ser encontrado no Rio de Janeiro⁵⁴⁶. Todavia, nas tabelas seguintes percebe-se que as empresas ligadas ao tráfico mantiveram comércio com vários portos e, por isso, um mosaico de nações também é possível ser encontradas nas terras sergipanas.

Na Tabela 4.1 é possível ver a distribuição de homens e mulheres africanos nas terras sergipanas. Os homens e mulheres corresponderam a 23% dos escravizados do período. Ênfase que se considerarmos apenas os adultos o índice aumenta, pois conforme será demonstrado adiante as crianças eram parcela significativa das posses escravas. A percentagem citada evidencia uma diminuição, quando comparado ao período de 1751 a 1800. No entanto, em números relativos houve um crescimento.

As proporções de homens e mulheres africanos continuaram variando de Vila para Vila. Santo Amaro (43,53%), Propriá (36,73%) e São Cristóvão (24,55%). As quatro menores eram Itabaiana (18,75%), Vila Nova (17,07%), Lagarto (15,46%) e Santa Luzia (13,06%); essas eram as localidades nas quais proporcionalmente tinham mais africanos. Saliento que em termos absolutos Santa Luzia estava entre as três que mais possuíam africanos, uma das localidades que tinha engenhos nos Oitocentos, mas conforme foi evidenciada no primeiro capítulo, a principal característica era a produção de farinha de mandioca e o comércio. Duas das três localidades que tinham percentagens consideráveis de africanos, Santo Amaro e São Cristóvão, tinham uma grande produção de açúcar.

Coincidentemente, foram essas duas localidades as quais o vigário Marcos Souza citou que possuía africanos no período, os *negros de guiné e de angola*. O mesmo vigário também informou que os angolas eram mais numerosos⁵⁴⁷. Analisando a Tabela também se percebe que os homens representam a maioria, com 66,59% dos africanos identificados. A diferença entre o número de homens e mulheres foi maior nas localidades que encontrei uma quantidade maior de africanos e que boa parte deles estava envolvida com o citado plantio de cana de açúcar, Vila de Santa Luzia, Santo Amaro e São Cristóvão.

⁵⁴⁶ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p.42.

⁵⁴⁷ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Sergipe/Aracaju. p. 3; 38.

Tabela 4.1
Composição Étnico-racial da População Escrava. – Capitania de Sergipe D’El Rey 1801-1820

Nação/Local	Santa Luzia		Lagarto		São Cristóvão		Itabaiana		Santo Amaro		Vila Nova		Propriá		Total	%
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
Centro-Occidentais																
Angolas	36	26	11	2	59	23	2	3	39	21	3	1	5	4	235	11,50
Congo	2				4					1					7	0,34
Benguela	4	2			5										11	0,54
Outras nações	1	1													2	0,1
Subtotal	43	29	11	2	68	23	2	3	39	22	3	1	5	4	255	12,48
Occidentais																
Mina	1				4				5	1		1	1	1	14	0,68
Jeje	12	9	1		19	18			51	20			1	2	133	6,51
Haussás	1	1			3										5	0,24
Nagô	4	1			1				4						10	0,49
São Thomé									1						1	0,05
Outras nações					3										3	0,14
Subtotal	18	11	1		30	18			61	21		1	2	3	166	8,12
Nomenclaturas genéricas																
Da Costa					1							1			2	0,1
Gentio da Guiné					1								1	1	3	0,14
Africanos	1	6	1		2	2			15	7	1		1	1	37	1,81
Do gentio					1										1	0,05
De nação					3			1							4	0,19
Outras nações	1				1										2	0,1
	2	6	1		9	2		1	15	7	1	1	2	2	49	2,40
Total de africanos	63	46	13	2	107	43	2	4	115	50	4	3	9	9	470	23
Nascidos no Brasil																
Crioulos	182	175	23	18	133	111	7	3	68	51	4	4	6	7	792	38,77
Mestiços ⁵⁴⁸	181	166	20	20	74	71	9	7	42	49	12	13	2	15	681	33,33
Nascidos no Brasil sem classificação de cor	12	9	1		30	42			3	1		1		1	100	4,90
Total de nascidos no Brasil	375	350	44	38	237	224	16	10	113	101	16	18	8	23	1573	77
Total Geral	438	396	57	40	344	267	18	14	228	151	20	21	17	32	2043	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1801-1820).

⁵⁴⁸ Somei os mulatos, cabras, caboclos, mestiços e pardos.

As razões da masculinidade por escravos também variaram, excetuando Lagarto, onde acredito haver problemas na amostragem; os locais que tinham maiores razões eram os que também possuíam maior número absoluto de africanos. A sequência das localidades foi a seguinte: São Cristóvão (248), Santo Amaro (230), Santa Luzia (136), Vila Nova (133), Propriá (100) e Itabaiana (50), o que significava dizer que para cada 50 homens existiam 100 mulheres.

Os moradores de São Cristóvão e Santo Amaro, onde estavam localizados o maior número de engenhos, preferiram comprar homens africanos, pois o trabalho nos engenhos requeria força e, por isso, a necessidade de uma quantidade maior de homens. Fato semelhante ocorreu no Recôncavo baiano⁵⁴⁹. Comparando as razões desse período com as Setecentistas, percebe-se que o número de homens aumentou consideravelmente, possivelmente em decorrência do aumento na cifra de engenhos.

Os angolas, uma das nações citadas pelo vigário, continuaram sendo majoritários, no entanto também ocorreu uma diminuição, de cerca de 5% em relação ao período anterior; porém os angolas foram a única nação presente em todas as localidades da Capitania e, dentre os centro-ocidentais, também identifiquei os de nação congo e benguelas.

A localidade que possuía uma presença mais efetiva dos angolas era São Cristóvão. Os 82 homens e mulheres angolas dessa cidade, onde havia uma Irmandade, estavam divididos entre 33 senhores, sendo que 23 deles possuíam apenas um escravizado de *nação* angola. Ou seja, cerca de 75% dos angolas conviviam com outro escravizado da mesma nação, o que permitia falar nos seus idiomas, (re)edificar identidades e redes de solidariedade.

Um pouco mais da metade dos senhores, 17, estavam envolvidos com a lavoura de mandioca e/ou de outros alimentos. Enquanto que 11 senhores estavam envolvidos com a feitura do açúcar, esses detinham 64,63% dos angolas. No entanto, um dos senhores de engenho, Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo, possuía 19 escravizados angola, portanto detinha 23,17% deles⁵⁵⁰. Ele tinha diversas propriedades e possivelmente esses homens e mulheres viviam nesses diversos *bens de raiz*, alguns deles possivelmente não trabalhavam no eito da cana de açúcar. Assim, é provável que a

⁵⁴⁹ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁵⁵⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159, 22/09/1819. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo.

cifra de 64,63% seja superestimada e evidencie a “preferência” de um proprietário. O citado senhor de engenho tinha uma preferência pelos angolas ou foram os africanos possíveis para ele ter em grande quantidade? Conforme foi mencionando, o restante dos angolas estava envolvido, em sua maioria, com a produção de alimentos.

Ainda sobre os angolas em São Cristóvão, alguns homens e mulheres tiveram a oportunidade de casar entre eles, exemplo de Mariana que contraiu núpcias com José, ambos de *nação* angola e pertenciam ao citado senhor de engenho⁵⁵¹. Outros contraíram com africanos de *nação* jeje. Esta *nação* dividiu espaço com os angolas em muitas senzalas. Um aspecto importante é que alguns angolas que eram sozinhos em suas senzalas tiveram como parceiros os benguelas. Dessa forma, grande parte dos africanos e africanas de *nação* benguela, bem como os do congo, conviveram com os angolas. A exceção foi Jorge de *nação* Benguela que vivia na Cidade em 1807 e pertencia a Maria de Araújo de Azevedo; ele convivia nas senzalas da sua senhora apenas com escravizados nascidos no Brasil, inclusive a sua possível esposa, Maria Panoa⁵⁵². No entanto, sua senhora tinha sítio e casa na sede da Cidade o que pode ter possibilitado para Jorge encontrar com pessoas da mesma *nação* ou com as quais ele compartilhava elementos culturais.

A Vila de Santa Luzia foi a segunda localidade com maior quantidade de angolas. Os africanos e africanas dessa *nação* pertenciam a 35 senhores e desses 16 tinham apenas um angola. Assim, 74,19% desses homens e mulheres de *nação* angola tinham pares de mesma *nação* no seu convívio. Da mesma forma que em São Cristóvão, os africanos de *nação* congo e benguela conviviam com outros escravizados de *nação* angola, bem como os de *nação* Loango e Libolo. Poucas foram as exceções, Rosa e Antônio, respectivamente benguela e congo, que viviam sem parceiros de *nação*⁵⁵³.

Identifiquei em todo o período apenas um escravizado de *nação* Loango, Francisco que em 1801 vivia na Vila de Santa Luzia. Talvez tenha entrado nas terras sergipanas no apagar das luzes dos Setecentos. Loango era um porto setentrional em relação a Luanda e fazia parte do Reino com o mesmo nome. Alguns dos traficados por

⁵⁵¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159, 22/09/1819. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo.

⁵⁵² AGJSE, Cartório 1º ofício de São Cristóvão, Cx.3,17/11/1807. Inventariada: Maria de Araújo de Azevedo.

⁵⁵³ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 08/488, 11/06/1812. Inventariado: Basílio Antônio Vieira; AGJSE, Cartório de Estância, cx. 07/487, 29/10/1810. Inventariado: Fellis Francisco da Cruz.

esse porto eram do reino do Congo, que vivia em guerras internas nesse período⁵⁵⁴. Sobre os libolos ou rebolos tratarei mais adiante neste capítulo.

A maioria desses escravizados, os angolas, estavam envolvidos com o trabalho na lavoura e, possivelmente, apenas 15 africanos de *nação* angola viviam em fazendas de cana e/ou em engenhos. Três escravizados cultivavam mandioca e cana de açúcar; e o restante cultivava arroz, algodão, tabaco e, sobretudo, a mandioca e a transformavam em farinha e seus derivados. Aí localizei 22 escravizados que possivelmente se envolviam com esse cultivo. Na Vila de Santa Luzia não identifiquei casamentos entre os angolas, os que legalizaram as uniões se casaram com escravizados nascidos no Brasil, muitos conviviam entre eles, mas possivelmente com faixas de idades distintas e, por isso, os poucos casamentos entre eles. Domingos, José Pedro, Francisco e Ana de *nação* angola, em 1817, eram casados respectivamente com Maria mestiça, Narcisca crioula, Luiza crioula e Felipe crioulo, todos pertenciam ao alferes Francisco Freire de Andrade⁵⁵⁵. A exceção foi Cecília angola, que foi casada com João de *nação* d'ingá⁵⁵⁶.

Entre os africanos, identifiquei apenas homens e mulheres de *nação* angola casados legalmente, o que indicia que eles possivelmente gozavam de maior autonomia e conseguiam barganhar mais elementos com seus senhores, pois o fato de ser uma *nação* com séculos de vivência nas terras sergipanas possibilitou um aprendizado que pode ser notado na relação do escravizado com o senhor. Dessa forma, as sociabilidades entre os angolas ocorriam pelo casamento, no trabalho e, possivelmente, através dos batizados e da Irmandade.

Os 57 homens e mulheres angolas que viviam em Santo Amaro pertenciam a 18 senhores e desses sete tinham apenas um escravizado angola. Dessa forma, 87,72% dos angolas não viviam sozinhos nas propriedades dos seus senhores. Santo Amaro era a terceira localidade com maior número de angolas. Assim como na Vila de Santa Luzia esses homens e mulheres angola trabalhavam no *eito*. Dez desses senhores eram lavradores de mandioca, dentre outros, o restante dos proprietários dos angolas tinham engenhos ou fazendas de cultivo de cana de açúcar. Todavia, esses oito senhores tinham mais escravizados angolas que os primeiros, 63, 15% dos angolas pertenciam a esses senhores.

⁵⁵⁴ SILVA, Alberto. *A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002.p.835, THORTON, John. As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas. In:Estudos afro-asiáticos nº32, dez de 1997. Pp.55-74.

⁵⁵⁵ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 10, 02/09/1817. Inventariado: Francisco Freire de Andrade.

⁵⁵⁶ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 06/486, 21/11/1807. Inventariado: José Calazans de Bittencourt.

Alguns desses angolas também conseguiram oficializar suas uniões conjugais e dois matrimônios ocorreram entre homens e mulheres angolas. Em 1808, João Barreto angola era casado com Felizarda também de *nação* angola, ambos pertenciam a Francisco José de Travassos⁵⁵⁷. Outros três casais foram formados entre angolas e crioulos, duas mulheres angolas com homens de *nação* crioula; por fim, o outro casal era formado por um homem angola e uma mulher crioula. Dessa maneira, os homens e mulheres angolas casaram entre si e com crioulos, em sua maioria. Lembro que os homens foram em maior número, assim alguns não tiveram a opção de casar com uma parceira de mesma *nação*.

Nas senzalas estavam angolas moleques, com idade de onze a oitenta anos, os classificados como muito velhos. No entanto, essas idades limites foram raras, a maioria tinha idade entre 15 a 45 anos. Essas idades variadas mostram uma entrada de africanos com diversas idades, bem como uma entrada permanente de angolas. Nas outras quatro Vilas que os angolas também foram presentes: Itabaiana, Lagarto, Propriá e Vila Nova a maioria deles também tiveram parceiros de mesma *nação* nas senzalas em que viviam e alguns também tiveram a oportunidade de legalizar suas uniões. Ou seja, nesse período, 1801 a 1820, os angolas também tiveram possibilidades de encontrar parceiros, conviver com os mesmos, (re)construir suas identidades nas Vilas sergipanas, possivelmente nas que tinham uma maior cifra de angolas isso ocorreu com menos dificuldade.

Conviver com alguém da mesma *nação* nas senzalas era de grande importância, pois a maioria desses escravizados possivelmente viviam em fazendas, sítios e engenhos, o que dificultava encontros frequentes entre escravizados de senhores diferentes. Provavelmente esses encontros ocorriam nos dias de feira, festas religiosas, bem como nos batizados e casamentos. Alguns desses povos, benguelas e angolas, por exemplo, ou ainda libolos e angolas, conviveram ainda no continente africano nos barracões, desse modo suas interações começaram ainda em África e compartilhavam as experiências decorrentes do tráfico. Para alguns autores nessas interações iniciaram a construção de uma cultura crioula atlântica⁵⁵⁸.

⁵⁵⁷ AGJSE, Cartório de Maruim, cx. 02/808, 19/09/1808. Inventariado: Francisco José de Travassos.

⁵⁵⁸ HEYWOOD, Linda. "De português a africano: a origem centro africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII". In: *Diáspora Negra no Brasil*. Linda M. Heywood (org). São Paulo: Contexto, 2008. pp.101-124. CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidaden Benguela, 1780-1850*; traducción del inglés, Maria Capetillo Lozano. México, D.F. : El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011.

Benguela estava entre os seis portos mais importantes da Costa Atlântica da região Centro-Occidental e perdia em volume de exportação para o de Luanda. As pessoas traficadas através desse porto também recebiam o nome do Porto que foram exportados. Entre 1780 e 1850 teve o seu apogeu exportando cerca de 343.364 pessoas. A rede de tráfico estabeleceu contatos, sobretudo com o Rio de Janeiro, em segundo e terceiro plano, Salvador e Lisboa. A população da aldeia era de 2.000 a 3.000 pessoas, no entanto, as caravanas bem como os barracões alteravam a população, como também as relações ali estabelecidas⁵⁵⁹.

Até o início do século XVIII, os benguelas eram vendidos através do Porto de Luanda, por isso é difícil mensurar quantos benguelas foram traficados na centúria citada. Em 1716 ocorreu o primeiro embarque de benguelas direto para o Brasil. Após essa liberação, vários foram os traficantes nascidos no Brasil ou que viviam na América portuguesa que se envolveram com o tráfico na região e utilizavam como moeda de troca tecidos, álcool e pólvora. No entanto, o maior destino dos navios oriundos de Benguela foi o Rio de Janeiro, alguns chegaram à Bahia e, desse porto, alguns foram para Sergipe. No século XVIII as crianças eram 21% das exportadas dos escravizados e no pós 1810 chegaram a cifra de 53%. Alguns dos povos exportados por esse Porto eram os que ficavam entre o porto e o Presídio de Caconda. Alguns dos Reinos que foram atacados e forneceram escravizados traficados pelo porto de Benguela foram os de Kakonda, Kilengues, Galangue e Huambo. Mesmo pós 1830, com a ilegalidade, muitos africanos continuaram saindo pelo porto de Benguela⁵⁶⁰.

A segunda maior nação africana continuou sendo os jejes que correspondia a cerca de 6,52%. Não identifiquei essa nação nas Vilas de Itabaiana e de Vila Nova. Porém, eles foram numerosos nas Vilas de Santa Luzia, Santo Amaro e na Cidade de São Cristóvão. Enfatizo que muitos angolas tiveram como seus parceiros de senzalas além de angolas, congos e benguelas, homens e mulheres de *nação* jeje. Possivelmente essas nações, apesar das línguas serem distintas, dentre outros elementos culturais, conseguiram construir redes de solidariedade e sociabilidade entre eles, pois encontrei alguns casamentos realizados entre jejes e angolas, sobretudo na Vila de Santo Amaro.

⁵⁵⁹ CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidaden Benguela, 1780-1850...*

⁵⁶⁰ FERREIRA, Roquinaldo. "Biografia, Mobilidade e Cultura Atlântica: A Micro-Escala do Tráfico de Escravos em Benguela, séculos XVIII-XIX". In: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n20/03.pdf> acessado dia 28/12/2013; CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidaden Benguela, 1780-1850...*

Os jejes em Santo Amaro estavam distribuídos em dez posses, apenas cinco jejes viviam isolados em suas senzalas, os demais, cerca de 93%, tinham parceiros de mesma nação. Alguns desses cinco podiam conviver com outros jejes que pertenciam a outros senhores; Joaquim de *nação* jeje, por exemplo, pertencia a Anna Maria de São José que vivia em um engenho, assim ele também podia conviver com parceiros de nação que pertencia a outros senhores. Em Santo Amaro, apenas quatro senhores não estavam envolvidos com o fabrico do açúcar, dessa forma, a grande parte dos homens e mulheres de *nação* jeje que viviam na Vila de Santo Amaro trabalhavam com a cana de açúcar, cerca de 94,36%.

Parés identificou que as Vilas do Recôncavo envolvidas com o açúcar possuíam um número maior de jejes, por predileção ou pelas possibilidades do tráfico⁵⁶¹. Talvez os senhores de engenho e plantadores de cana de açúcar de Santo Amaro também tivessem essa predileção quando era possível. No entanto, ressalto que apenas uma senhora de engenho possuía mais da metade dos escravizados jejes. Dessa forma, a predileção pode ter sido em grande medida dessa senhora.

Em 1801, 12 mulheres e 28 homens de *nação* jeje pertenciam a mesma senhora, Clara Perpetua de Amorim, senhora do engenho do Cambão de Cima na Vila de Santo Amaro, o que evidencia uma preferência dessa senhora pelos jejes, além dos angolas⁵⁶². Outra possibilidade para a compreensão do grande número de jejes era a oferta deles no mercado baiano, devido às possibilidades do tráfico no período que ela comprou esses africanos. Esses homens e mulheres tinham entre 20 e 55 anos e, possivelmente, entraram nas terras sergipanas no último quartel dos Setecentos. A senhora buscou mesclar no mínimo três nações, na sua posse, angolas, jejes e um de *nação* mina e, ainda, tinha vinte escravizados recém-chegados e que não tiveram suas nações apontadas. Assim, essa mescla de nações dificultaria as rebeliões. Desde a centúria anterior que o Conselho Ultramarino recomendava ou mostrava que ter duas nações distintas nas senzalas podia evitar revoltas ou motins dos escravizados⁵⁶³.

Na Cidade de São Cristóvão os de *nação* jeje de todo o período pesquisado pertenciam a quinze senhores e, desses, nove possuíam apenas um escravizado de *nação* jeje. Ou seja, da mesma maneira que em Santo Amaro, grande parte dos jejes tinham parceiros de mesma nação em suas senzalas. No mínimo seis senhores estavam

⁵⁶¹ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

⁵⁶² AGJSE, Cartório de Santo Amaro, cx.02/808, 19/09/1808. Inventariada: Clara Perpetua de Amorim.

⁵⁶³ VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo...p.68.

envolvidos com a fabricação do açúcar, estes possuíam juntos 26 africanos (70,27%) de *nação* jeje, ou seja, a grande maioria deles.

Os jejes na Cidade citada e, quiçá da Capitania, formavam uma comunidade e tinham certo nível de organização. Em 3 abril de 1809, em plena páscoa, o capitão-mor, Manoel Ignácio de Moraes de Mesquita Pimentel, recebeu a informação do Ouvidor-mor que os jejes iam invadir e roubar os moradores de São Cristóvão e que estavam armados. Segundo eles seriam os jejes de toda a Capitania. As autoridades tomaram algumas medidas de segurança, inclusive chamando escravizados de engenhos para lutarem. Os jejes não invadiram a cidade, mas o referido capitão mandou prender um rei deles. Além de possuírem seus reis de Páscoa, eles praticavam *suas danças no Natal*.

Apenas uma comunidade teria esse nível de organização com danças e reis na Páscoa. Evidência de que os jejes (re)criaram costumes e tinham danças peculiares deles e construíam suas hierarquias, já que tinham seus reis em solo sergipano. O documento também indicia comunicação entre jejes de senzalas distintas e de locais diferenciados, já que eram os de toda Capitania⁵⁶⁴.

A Páscoa e o Natal eram momentos importantes de sociabilidades nos engenhos e nas Vilas. As Igrejas ficavam enfeitadas e as mulheres iam para as Vilas com seus vestidos de seda. Nessas datas tinham bebidas e os engenhos recebiam visitas. Além das bebidas e comidas, artistas se apresentavam⁵⁶⁵.

Na Vila de Santa Luzia, 21 jejes pertenciam a dez senhores e cinco deles viviam sem outros parceiros da mesma *nação*. Nesta Vila, a maior parte dos jejes estava envolvida com a lavoura de mandioca e outros produtos voltados à alimentação. Apenas um senhor, José de Andrade Freire, proprietário de Eugenia, Paula, Pedro e Antônio, de *nação* jeje, estava envolvido com a lavoura da cana de açúcar⁵⁶⁶. Assim, excluindo a última Vila citada, a proporção de jejes envolvidos com o açúcar era maior que os angolas e eles foram mais presentes nas localidades que produziam açúcar. Talvez as propagandas que eles fossem mais fortes que os angolas tenha contribuído para essa preferência.

Encontrei jejes com idade de 10 a 80 anos. Da mesma forma que os angolas muitos tinham entre 15 e 45 anos. No entanto, a quantidade de africanos com idades superiores a 40 anos tinha proporção significativa. Lembro que grande parte dos jejes

⁵⁶⁴ APEB, maço 213, correspondências expedida pelos capitães-mores, 1809.

⁵⁶⁵ FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e Colonização. São Paulo: Alameda, 2010.pp.138-139. KOSTER, Henry. Viagens ao nordeste do Brasil...pp.47-52.

⁵⁶⁶ AGJSE, Cartório de Estância, 08/05/1810, cx. 07/487. Inventariado: José de Andrade Freire.

estava em um inventário realizado em 1801. Um aspecto importante que a maioria dos jejes encontrados estava em inventários realizados até a primeira década dos Oitocentos. Dessa maneira, especulo que boa parte chegou a Sergipe nos final dos Setecentos.

Além dos jejes, também identifiquei haussás, nagôs, minas, São Tomé. O número de minas diminuiu em relação ao período anterior. Eles foram mais comuns em São Cristóvão e Santo Amaro e conviveram com jejes e angolas nas senzalas. Por fim, eles também estavam envolvidos com a fabricação do açúcar. Sobre os nagôs, identifiquei dez escravizados. Outro classificado como da *nação* de Òyó, o João, já era um velho em 1820 e viveu na Cidade de São Cristóvão⁵⁶⁷. Nesse momento possivelmente abundavam nas terras sergipanas os nagôs e, com isso, algumas categorias de identidade que inicialmente operavam no interior da comunidade africana se tornaram mais visíveis. Também identifiquei José de *nação* benim, mais uma amostra da sobrevivência de algumas identidades em solo sergipano.⁵⁶⁸

Algumas das nomenclaturas genéricas só foram identificadas no primeiro período. Dentre elas cito *de nação*, gentio, ou ainda, os da Guiné. No entanto, a denominação genérica mais comum foi africanos. Os termos do *Gentio e de nação* foram mais comuns nos registros de batismo que nos inventários. Comungo com Mary Karash que esses termos foram usados em grande parte para os africanos de nações novas no tráfico e, por isso, os senhores não conheciam esses africanos⁵⁶⁹. Conforme citei no segundo capítulo, muitos dos senhores não tratavam diretamente com os traficantes baianos, em muitas ocasiões os escravizados eram comprados por terceiros em Salvador ou trazidos em caravanas para Sergipe. Dessa forma alguns senhores podem não ter tido acesso aos nomes das nações dos africanos que estavam comprando.

Na Povoação de Estância e na Cidade de São Cristóvão circulavam muitas pessoas, inclusive algumas que residiram no continente africano. Um exemplo era o vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro, que viveu no reino do Congo por um período⁵⁷⁰. Por isso, a identificação dos africanos era mais fácil nesses locais, uma mostra disso, é o número muito menor de escravizados classificados dessa forma nas localidades citadas.

⁵⁶⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.5, 17/06/1820. Inventariada: Ana Maria de Souza.

⁵⁶⁸ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 159, 22/09/1819, Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo.

⁵⁶⁹ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.42-43.

⁵⁷⁰ BN II - 33,15,8 seção de manuscritos.

Em 1830, um escravizado boçal foi apreendido e depositado na cidade de São Cristóvão. Quando questionado sobre seu nome, sua nação, seu senhor, *quantos tempos andava fugido, e porque razão fugira* o escravizado nada respondeu por não compreender a língua portuguesa. Na cidade de São Cristóvão não havia *escravos ladinos que tal língua percebão*⁵⁷¹. Por esses motivos o escravizado é chamado como *de nação*. Esse episódio ratifica o argumento que venho desenvolvendo que africanos *de nação*, são escravizados de uma primeira leva, provenientes de rotas novas e, por isso, os senhores e autoridades não conseguiam identificar as nações desses escravizados. Essa narrativa também informa que os escravizados possivelmente encontravam outros africanos com quem podia conversar nas suas línguas.

Sobre os africanos classificados como Guiné, alguns deles pode se referir nesse período aos traficados através da feitoria de Cachéu. Encontrei um africano no período posterior (1821 a 1835), classificado como *de nação Cachéu*. Miguel que vivia em São Cristóvão em 1824, não possuía um preço de um escravizado no auge da produção, possivelmente um moleque ou um velho⁵⁷². Acredito que outros classificados como Guiné eram africanos de diversas nações, talvez da Costa Ocidental africana. Lembro que Marcos Souza, ao se referir aos africanos de Santo Amaro, mencionou *negros de Guiné e de angola*⁵⁷³. Ou seja, em Santo Amaro haviam escravizados de *nação* angola e Guiné, que provavelmente correspondiam as demais nações. Lembro ainda que os jejes eram numerosos na citada Vila; assim, os da Guiné seriam os jejes, minas, nagôs, dentre outros.

Manolo Florentino et alii identificaram apenas um navio que saiu da Bahia para Guiné, entre 1811 e 1824⁵⁷⁴. Dessa maneira não chegaram muitos africanos da Guiné em Salvador, conseqüentemente em Sergipe. Maria Inês Côrtes de Oliveira menciona que os portugueses não ignoravam as distinções entre os africanos, no entanto, no momento em que se transformaram em mercadoria foram denominados de negro da Guiné e Gentio da Guiné. Portanto, essas foram as primeiras denominações usadas para os africanos. Porém, a autora acredita que após um século no continente, em algumas regiões como o Congo, os portugueses começaram a identificar como os africanos se autodenominavam. A autora citada e Marisa Soares mostram como esse termo variou no

⁵⁷¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 15/15/1830. Ação de mandato e termo de apreensão e sequestro do escravo boçal de *nação*. p.6

⁵⁷² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.6, 09/08/1824. Inventariada: Maria José do Pilar.

⁵⁷³ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Sergipe/Aracaju. p.38

⁵⁷⁴ Florentino, Manolo, Ribeiro, Alexandre V. Silva, Daniel Domingues. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”. In: *Afro-Ásia*, 31 (2004).p.94

tempo e no espaço, podendo remeter a alta Guiné, em torno de Cachéu indo até o Congo⁵⁷⁵.

Os inventários nos Oitocentos trazem mais informações, incluindo as idades dos africanos. No entanto, persiste a classificação de fases como crianças e moleques. A Tabela 4.2 tem essas fases encontradas nos inventários e testamentos.

Tabela 4.2
Idade dos Africanos e africanas (1801-1820)

Fase/Local	São Cristóvão	Santa Luzia	Santo Amaro	Vila Nova	Total	%
Criança	1	0	0	1	2	3%
Moleque	1	3	1	0	5	8%
Moça (s)	0	31	0	0	31	47%
Meia idade	0	2	0	0	2	3%
Velho	6	12	1	0	19	29%
Idoso	1	4	0	0	5	8%
Bastante velho	1	1	0	0	2	3%
Total	10	53	2	1	66	100%

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1801-1820)

Percebe-se na tabela que duas fases se destacam: os classificados como moços e moças e os velhos. Os moços possivelmente possuíam entre 15 e 35 anos e correspondiam a 46%; homens e mulheres que estavam no auge da força reprodutiva e produtiva. Os velhos que perfaziam 29% dos escravizados, possivelmente tinham em torno de 60 anos, pois os preços variavam em torno de 60\$000 réis. Alguns africanos classificados como velhos tinham ocupação específica e, possivelmente, eram muito ativos nos seus ofícios.

O número de menções a idades aproximadas ou que os africanos representam ter também aumenta, como pode ser notado na Tabela 4.3:

Tabela 4.3

⁵⁷⁵ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtez. Quem eram os “negros da Guiné”? A origem dos africanos na Bahia. *Afro-Ásia*, 19/20. (1997) pp.37-73; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor*: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Idade dos Homens e Mulheres Africanos (1801-1820)

Idade/ Local	São Cristóvão	Propriá	Santa Luzia	Itabaiana	Santo Amaro	Vila Nova	Lagarto	Total	%
Até 15	2	0	1	0	3	0	0	6	2
16 a 25	18	5	11	0	28	0	4	66	26
26 a 40	49	5	7	1	51	2	2	117	46
> 40	22	2	2	2	39	0	0	67	26
Total	91	12	21	3	121	2	6	256	100

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1801-1820)

Os homens e mulheres africanos entre 26 e 40 anos foram majoritários, seguidos pelos maiores de 40 anos, depois os entre 16 e 25 anos. Observando as Tabelas 4.2 e 4.3 percebe-se que poucos entraram nas terras sergipanas crianças ou moleques. A maioria dos africanos estava envolvida na lavoura açucareira que requeria força, bem como os riscos de mortalidade eram maiores quando mais novos e, assim, poder-se-ia perder o capital investido.

Por fim, os nascidos no Brasil compunham cerca de 77%, e havia um certo equilíbrio entre os mestiços e crioulos. Grande parte de nascidos no Brasil sem classificação de cor eram crianças. Novamente, grande parte dos crioulos eram filhos de africanos, bem como alguns mestiços. Segundo Mary Karash, crioulos e pardos eram nações “brasileiras” distintas, com identidades e compunham comunidades diferenciadas⁵⁷⁶. Foge ao escopo desse trabalho tal análise, mas posso afirmar que parte dos crioulos estava próxima dos africanos, casando com os mesmos, apadrinhando seus filhos, fazendo parte das mesmas irmandades, dentre outros aspectos, sobretudo dos angolas.

Em relação aos nascidos no Brasil também há menções as fases da vida. No entanto, em meio a esses há um equilíbrio maior entre os ciclos humanos, pois como pode ser notado crianças, idosos e moços tem percentagens próximas, ver na tabela 4.4:

A maioria dos nascidos no Brasil foram classificados como crianças (39%), seguidos pelos moços e moças (38,25%). Isso evidencia que havia uma relativa reprodução. Acredito que havia incentivos à reprodução de escravizados, por motivos a seguir expostos. Os velhos, juntamente com os idosos, também eram uma parcela significativa da mesma forma que entre os africanos.

Tabela 4.4

⁵⁷⁶ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 37-39.

Idade dos Nascidos no Brasil

Fase/Local	São Cristóvão	Propriá	Santa Luzia	Itabaiana	Santo Amaro	Vila Nova	Lagarto	Total	%
Criança	25	0	36	1	28	7	6	103	39,01
Moleque	0	0	0	0	1	0	0	1	0,37
Moça (s)	1	0	100	0	0	0	0	101	38,25
Meia idade	0	0	5	0	0	0	0	5	1,89
Velho	3	1	25	0	1	0	0	30	11,36
Idoso	2	0	17	0	0	0	0	19	7,19
Bastante velho	1	0	4	0	0	0	0	5	1,89
Total	32	1	187	1	30	7	6	264	100

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1801-1820).

Nos inventários em que há as idades desses escravizados confirma que as crianças, ou seja, possivelmente até oito anos, foram maioria, cerca de 35%. Identifiquei algumas cartas de alforrias de africanas, concedidas devido ao fato das escravizadas terem tido diversas crianças. Em 1809, em São Cristóvão, Joana de *nação* angola recebeu sua carta de alforriada do seu senhor, Matias Fernandes, por *ter dado algumas crias e pelos bons serviços*. Quatro anos antes, Mariana, também angola, casada com João angola, recebeu a alforria por *ter dado 10 crias*, mas deveria servir a sua senhora, Francisca Franco até o momento do falecimento desta⁵⁷⁷. Assim, como pontuei no terceiro capítulo, havia um incentivo à reprodução mediante a promessa da carta de alforria.

Uma pesquisa futura deverá apontar se entre as africanas as angolas foram as que mais realizaram esse tipo de acordo. A alforria era um projeto de aproximadamente dez anos, no mínimo, para essas escravizadas, após a entrada na vida fértil. Para as que não fossem casadas possivelmente um projeto ainda mais difícil. Saliento que quando essas escravizadas eram casadas os senhores informavam, talvez tentando mostrar para a Igreja Católica que seu acordo não feria os preceitos da citada Instituição. Informo, ainda, que algumas escravizadas africanas que vieram para o Brasil já adultas ou moças podem ter presenciado ou ouvido narrativas sobre mulheres escravizadas que entregavam seus filhos e que ficavam forras mediante a entrega de algumas crianças

⁵⁷⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx.54, livro de 1809-1815, 06/06/1809, p.10, carta de alforria de Joana angola. AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx.54, Livro de 1806-1811, 08/01/1805, pp. 104 v e 105, carta de alforria de Mariana angola.

para seus senhores⁵⁷⁸. Dessa forma, o acordo proposto em Sergipe era algo conhecido para algumas delas.

Relembro aqui que o o vigário Marcos Souza mencionava sobre a reprodução e a produção de alimentos.

Nas outras fases da vida havia certo equilíbrio. Em Propriá e em Santa Luzia as crianças correspondiam a uma faixa ainda maior entre os escravizados. Talvez os incentivos fossem maiores nessas Vilas para a reprodução que em outras localidades.

Tabela 4.5
Idade dos Nascidos no Brasil

Idade/ Local	São Cristóvão	Propriá	Santa Luzia	Itabaiana	Santo Amaro	Vila Nova	Lagarto	Total	%
< 8	84	13	161	5	38	4	13	318	35
9 - 15	47	3	70	6	21	0	6	153	17
16 a 25	69	5	76	6	40	0	7	203	22
26 a 40	56	8	52	7	28	0	4	155	17
> 40	33	2	30	2	21	0	4	92	10
Total	289	31	389	26	148	4	34	921	100

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1801-1820)

Com os debates sobre o tráfico e promulgação da legislação específica, muitos senhores ficaram receosos de ficarem sem a mão de obra escrava e, possivelmente, endividaram-se e compraram inúmeros africanos. Esse fenômeno foi observado no Rio de Janeiro e em Salvador⁵⁷⁹. Ressalto que enquanto ocorria esse debate internacional, em Sergipe ocorria uma franca expansão canavieira. No período de 1821 a 1835, os africanos e africanas eram 24,27 % dos escravizados, ou seja, ocorreu um ligeiro aumento em relação ao período anterior. Isso pode ter ocorrido devido aos dois motivos citados, a expansão e a correria em busca de mão de obra. Na Tabela 4.6 pode ser observada a distribuição dos homens e mulheres africanos em Sergipe:

⁵⁷⁸ REIS, João José. “Notas sobre a escravidão na África pré-colonial” in: *Estudos Afro-Asiáticos*, Nº 14, setembro de 1987, pp. 5-21; LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁵⁷⁹ Florentino, Manolo, Ribeiro, Alexandre V. Silva, Daniel Domingues. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”. In: *Afro-Ásia*, 31 (2004). p.97.

Tabela 4.6
Composição Étnico-racial da População e Escrava.
Capitania de Sergipe D'El Rey -1821-1835

Localidade/ Sexo	Santa Luzia		Lagarto		São Cristóvão		Itabaiana		Santo Amaro		Vila Nova		Propriá		Total	%
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M		
Centro-Occidentais																
Angolas	80	42	13	4	92	33	19	14	18	8			2	5	330	10,41
Congo	9	3			7	1	2		3					1	26	0,82
Benguela	4	3			5	1	1		1						15	0,47
Cabinda	11	4			2				1						18	0,57
Camundá					4	1									5	0,16
Rebolo										3					3	0,09
Cassange						1	1								2	0,06
Subtotal	104	52	13	4	110	37	23	14	23	11			2	6	399	12,58
Orientais																
Moçambique	7	3			7	1			2						20	0,63
Macuas					2										2	0,06
Subtotal	7	3			9	1			2						22	0,69
Occidentais																
Mina	1	7			12	4			2				1	1	28	0,88
Jeje	19	15			26	19	1	1	1	2	1				85	2,68
Haussás	6	1	1		20	2			1				1		32	1
Nagô	4	5	1		34	8	5	4		3					64	2,01
Fula					4	2	1								7	0,22
Camarão					3										3	0,09
Borno					4										4	0,12
São Thomé					2										2	0,06
Outras nações					2	1									3	0,09
Subtotal	30	28	2		107	36	7	5	4	5	1		2	1	228	7,19
Nomenclaturas genéricas																
Da Costa	1				25	15									41	1,29
Africanos	1		5		1		7	10	33	18					75	2,36
Outras nações	2	1			2										5	0,16
Subtotal	4	1	5		28	15	7	10	33	18					121	3,81
Total de africanos	145	84	20	4	254	89	37	29	62	34	1	0	4	7	770	24,27
Nascidos no Brasil																
Crioulos	200	206	19	15	349	333	29	30	55	56	3	2	16	11	1324	41,74
Mestiços	195	182	22	19	198	227	16	13	21	29	1	1	12	12	948	29,88
Sem cor	13	17	3	1	31	41	1		17	5			1		130	4,1
Total	408	405	44	35	578	601	46	43	93	90	4	3	29	23	2402	75,72
Total	553	489	64	39	832	690	83	72	155	124	5	3	33	30	3172	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e testamentos (1821-1835)

As proporções de homens e mulheres africanos variaram nas localidades de 42,58%, na Vila de Itabaiana, a 12,5%, em Vila Nova. A percentagem alta em Itabaiana foi devido ao inventário da esposa de Albano do Prado Pimentel, senhor do engenho Piedade que ficava nas proximidades da Povoação de Laranjeiras e, conforme foi mencionando no primeiro capítulo, alguns senhores optaram em fazer os inventários na Vila citada. A segunda maior proporção foi de Santo Amaro (34,4%), a terceira a Vila de Lagarto (23,3%), a quarta São Cristóvão (22,53%), seguida pela de Santa Luzia (21,90%). Em números absolutos São Cristóvão, Santa Luzia e Santo Amaro continuaram sendo as vilas em que mais se possuíam escravizados africanos; eram também as que tinham uma maior quantidade de engenhos.

As razões para a escolha por escravos continuaram variando entre as vilas da Província de Sergipe. Algumas aumentaram as razões, dentre elas São Cristóvão, Santa Luzia e Itabaiana, respectivamente 171, 284, 127. Já Santo Amaro e Propriá diminuíram 182 e 57. Os dados da Vila de Lagarto mostram uma razão muito elevada, de 500 homens para cada 100 mulheres, valor que acredito esteja superestimado. Excetuando a Vila de Propriá, os homens africanos eram grande maioria em todos os locais e o aumento das razões provavelmente está associado à expansão da quantidade de engenhos, bem como uma maior entrada de africanos no período.

No período de 1817 a 1819 e no de 1822 a 1824, foram identificadas várias viagens partindo da Bahia para os portos da África Central⁵⁸⁰. Ocorreu, portanto, um acréscimo no tráfico entre esses portos. O resultado dessas viagens é o número expressivo de escravizados dessa região, como os de *nação* angola, além dos congos, cabindas, benguelas, rebolo, camundá e cassanges, todos eles identificados nos inventários.

Camundá era uma corruptela de Cabundá, também conhecido como bundas. Corresponha aos povos de Luanda e seu interior, falantes de Quibundo. Encontrei cinco africanos dessa *nação*. Cassange era um reino no interior de Angola no século XVII, e em seguida se transformou em um centro, onde escravizados eram comercializados em uma feira⁵⁸¹. Ser um cassange significava alguém que foi adquirido nessa feira, vários

⁵⁸⁰ FLORENTINO, Manolo, Ribeiro, Alexandre V. Silva, Daniel Domingues. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”. In: *Afro-Ásia*, 31 (2004), 83-126.

⁵⁸¹ MILLER, Joseph C. A África central durante a era do comércio dos escravizados de 1490 a 1850. In: *Díspora Negra no Brasil*. Linda M. Heywood. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 29-80; KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 42-45.

foram os grupos étnicos que estavam sob o rótulo de cassange. Os cassange e camundás identificados conviviam com angolas, ou seja, no interior da comunidade havia espaço para as identidades mais específicas.

Os números absolutos dos angolas aumentaram em relação ao período anterior. São Cristóvão e Santa Luzia continuaram sendo os dois lugares em que a presença angola era marcante. Os angolas também continuaram sendo a *nação* africana que estava presente em um número maior de locais na Província de Sergipe; a única Vila que não identifiquei angolas nesse período foi Vila Nova.

Na capital da Província, São Cristóvão, os 92 homens e 33 mulheres angolas da Cidade de São Cristóvão pertenciam a 67 senhores e senhoras, desses 31 tinham apenas um escravizado angola. Dessa forma, novamente, muitos dos angolas tinham parceiros de mesma nação na mesma senzala. Alguns desses angolas que eram únicos dos seus senhores viviam em engenhos que tinham outros angolas pertencentes a outros proprietários. Vinte e um dos senhores desses africanos eram plantadores de cana de açúcar e/ou senhores de engenho que detinham 58 escravizados angolas (46,4%), maior parcela desses escravizados. Trinta senhores eram lavradores de mandioca e outros produtos e, alguns, aglutinavam essa atividade com as salinas, estes possuíam 39,2% dos angolas. Dois senhores plantavam cana de açúcar e mandioca; mas, no restante dos inventários, não encontramos dados da atividade econômica dos senhores. Dessa forma, grande parte dos angolas continuou envolvida com a fabricação do açúcar e da farinha de mandioca.

Seis mulheres e doze homens angolas casaram legalmente, no entanto, apenas dois casaram entre si; João e Clemencia de *nação* angola fora um desses casais; eles pertenciam à dona Margarida Josefa de Oliveira⁵⁸². Quatro casamentos ocorreram entre crioulos e angolas e três deles entre homens angolas e mulheres crioulas. Além desses, entre brasileiros e angolas, também ocorreu um entre uma mulher angola e um escravizado mestiço. Luiza, angola, era casada com Joaquim, mestiço, e pertenciam a Maria Magdalena⁵⁸³. Três homens angolas casaram com mulheres que não há informações sobre suas nações. Ainda sobre os casamentos exôgamicos, duas mulheres angolas casaram com homens de *nação* jeje e outro casal foi formado pelo contrário, homem de *nação* angola com mulher jeje.

⁵⁸² AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.7, 24/11/1829; Inventariada: Margarida Josefa de Oliveira.

⁵⁸³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.163,07/01/1828, Maria Magdalena.

Lembro que a quantidade de homens era muito maior que o de mulheres angola, assim, as mulheres angolas tinham maiores possibilidades de escolha que os homens. Entre os africanos, os angolas foram os que mais conseguiram contrair as núpcias, eles eram maioria, mas também acredito que eles tinham maior poder de barganha com os senhores. Uma mostra disso é que alguns desses angolas conseguiam autonomia para construir suas casas e não ficarem ao alcance dos olhos dos seus senhores. A senzala de João, de *nação* angola, ficava no final do terreno do seu senhor, Manoel Joaquina de Jesus⁵⁸⁴.

Ainda sobre os angolas, dois foram classificados com angolas jabú e outro angola caiana. Esses termos podem indicar grupos étnicos dentre os angolas, pois esses angolas viviam com diversos outros escravizados de uma mesma nação o que pode ter possibilitado a visibilidade dos grupos. No entanto, Russel Wood identificou uma nação da costa ocidental intitulada como jabu⁵⁸⁵. Esse elemento aponta outra possibilidade, a de serem africanos da costa ocidental que foram rotulados como angola devido às restrições do tráfico no período.

Em Santo Amaro ocorreu uma diminuição na quantidade de angolas. Os vinte e seis homens e mulheres angola de Santo Amaro pertenciam a dez senhores e, desses, cinco tinham apenas um angola. Da mesma forma que nas outras localidades, esses homens e mulheres tiveram parceiros de nação. Como ocorria em São Cristóvão, eles estavam envolvidos com o cultivo da cana de açúcar e produção de alimentos. Três proprietários tinham essa atividade e possuíam 57,69%; cinco senhores cultivavam a mandioca e detinham 34,61% dos angolas. Sobre os demais não há dados.

Os angolas foram tão comuns na Capitania que, em 1830, em Propriá, para algumas autoridades, angola era sinônimo de africano. No decorrer do processo foi que eles conseguiram identificar se os escravizados eram ou não de fato angolas. Esse foi o caso de Francisco, mina, que inicialmente no processo foi classificado como angola⁵⁸⁶.

Entre os angolas possivelmente tinham os libolos ou rebolos. Libolo era um reino localizado ao sul do Rio Kuanza, habitado pelos ambundos. Seus homens eram extremamente militarizados, pois se tratava de uma área de disputas desde o século XVI. No entanto, portugueses iam resgatar escravizados nesse Reino, bem como no

⁵⁸⁴ AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, cx.03/69, 08/08/1826, Testador: Manoel Joaquina de Jesus.

⁵⁸⁵ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁵⁸⁶ AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 20/06/1830. Ação Justificação do escravo Joaquim de nação mina.

Reino de Quissamã⁵⁸⁷. Os homens provenientes do Libolo também eram chamados de rebolos. Devido ao fato de terem muitos angolas eles conseguiam distinguir os rebolos dentre outros grupos no interior de suas comunidades.

Os homens e mulheres angola de Santa Luzia pertenciam a 39 senhores, apenas 14 senhores possuíam apenas um angola. Da mesma maneira que em São Cristóvão, a maioria dos angolas teve companheiros angolas, bem como cabindas, benguelas e congo. Apenas Maria, de *nação* congo, e Joaquim, benguela, dividiam suas senzalas com africanos ocidentais ou, ainda, com nascidos no Brasil. A senhora de Joaquim, Ana Joaquina, vivia nas proximidades da Capela do Rosário, o que pode ter possibilitado a ele uma sociabilidade com outros africanos da mesma nação ou de nações que compartilhavam valores culturais⁵⁸⁸. As idades dos angolas girava em torno de 12 a 70 anos, e muitos escravizados moços e moças e com idades superiores a 30 anos. O que novamente indica uma entrada com diversas idades e em diversos momentos.

Em 1824, vários foram os pedidos ao governador da Bahia para *resgatar*⁵⁸⁹ escravizados no Molembo. Alguns iam para a Costa da África, leia-se Costa Ocidental e, em seguida, para o porto de Molembo. Na primeira parada comercializaria *produtos legais*, como o dendê, tecidos, dentre outros, e na segunda buscaria escravizados. No entanto, como era uma solicitação oficial não podia explicitar que ia buscar escravizados nas duas localidades⁵⁹⁰.

Segundo Manolo Florentino, Alexandre Vieira Ribeiro e Daniel Domingues da Silva, a saída de franceses e ingleses dos portos de Molembo e Cabinda possibilitou um crescimento no tráfico para o Brasil nesses portos, sobretudo pós 1815⁵⁹¹. Os dois portos ficavam ao norte de Luanda, bem como o porto de Loango, ao norte do rio Zaire. Os traficantes que viviam em torno desse rio usavam o Porto de Cabinda para exportar os escravizados também conhecidos como Congo Norte, que abarcava a foz do Rio Zaire até a região do Cabo Lopes.

⁵⁸⁷ SILVA, Alberto. *A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002. pp.407-450; 831-848.

⁵⁸⁸ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 07/487, 14/07/1830 Inventariado: Ana Joaquina de Jesus.

⁵⁸⁹ Expressão utilizada nos documentos. Segundo Bluteau resgatar tem vários significados, pegar mercadorias em algum lugar ou ainda livrar prisioneiros. In: BLUTEAU, Raphael. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.p.280. O resgate pode estar ligado a um discurso cristão que estaria retirando os africanos do pecado.

⁵⁹⁰ APEB, Solicitações para o Governador, Maço 6470 cx.2362, 1824.

⁵⁹¹ FLORENTINO, Manolo, Ribeiro, Alexandre V. Silva, Daniel Domingues. "Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)". In: *Afro-Ásia*, 31 (2004),83-126

Segundo Karash, o porto de Cabinda foi importante antes de 1830, no entanto, após esse período sua importância foi ampliada. E da mesma forma os traficantes *resgatavam* escravizados através de Cabinda, não somente carga e, por isso, os africanos recebiam esse nome⁵⁹². Possivelmente, os *homens de grosso trato* da Bahia procederam do mesmo modo.

Os africanos chamados de cabindas eram de diversas etnias, dentre elas os nsudis, tekes e tios. Os últimos no Brasil eram conhecidos como angicos ou monjolos, por possuírem escarnificações faciais. No Rio de Janeiro seus senhores propagavam que eram bons escravizados quando eram bem tratados. Em Sergipe, apenas um escravizado, o José, possivelmente era de *nação* monjolo e vivia em São Cristóvão⁵⁹³. Esse foi um dos poucos povos africanos que identifiquei nos inventários. O fato de ele viver em São Cristóvão possibilitou que essa identidade viesse à tona, pois nessa cidade circulavam diversas pessoas de nações centro-africanas identificadas nas macro-identidades, como os citados angolas e cabindas. No entanto, essas pessoas conseguiam identificar os grupos mais específicos e, possivelmente, nos momentos de intimidade e entre os africanos, essas denominações apareciam e, em algumas delas, os senhores tomaram conhecimento desse fato.

Em Santa Luzia, treze homens e mulheres de *nação* cabinda pertenciam ao mesmo senhor, José Fernandes de Souza: três eram velhos ou idosos e os demais classificados como moços⁵⁹⁴. O que pode indicar que boa parte desses homens e mulheres foi possivelmente comprado junto, na Praça da Bahia. Talvez fossem malungos que fizeram juntos as longas caminhadas até o porto, em seguida a chamada *middle passage* e, logo após, foram para Santa Luzia.

Os congos eram escravizados exportados através do Rio Zaire e eram de diversos povos, alguns deles tributários do Reino do Congo. Dentre esses povos estavam os bacongus. No Rio de Janeiro, os homens e mulheres de *nação* congo gozavam de boa reputação, pois acreditava-se que eram bons lavradores, bem como nos ofícios e trabalhos domésticos. Eles também rememoravam seus reis na Cidade citada e, por isso, eram considerados orgulhosos⁵⁹⁵. Em Sergipe foram encontradas em quase todas as Vilas, as exceções foram Vila Nova e Lagarto. No entanto, através da história

⁵⁹² KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 50-52.

⁵⁹³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, Cx.3, 15/09/1806. Inventariados: Dionisio Antônio e Joaquina Francisca.

⁵⁹⁴ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 07/487, 08/07/1825. Inventariado: Joze Fernandes de Souza.

⁵⁹⁵ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*.... pp.54-55.

de Joaquim, de *nação* congo ou Catende, que tratarei adiante, é possível afirmar que havia homens de *nação* congo na citada Vila. Em São Cristóvão e em Santa Luzia eles foram mais numerosos e, por isso, alguns congos conseguiam ser entendidos na sua língua por outros do Congo ou por cabindas ou ainda pelos angolas⁵⁹⁶.

Catende, nome de Joaquim na *terra dele*, era de *nação* congo e chegou a Sergipe no ano de 1828, naquele momento tido como um moleque, pois tinha entre 10 e 11 anos. Após o batismo recebeu o nome de Joaquim; algo que o caracterizava era uma marca na mão direita. Viveu por cerca de dez anos no engenho do Grilo, na Vila de Lagarto, em seguida fugiu. Quando evadiu-se ainda era tido como bruto, pois pouco respondia o que perguntava, por não entender bem a língua portuguesa.

Nessa breve narrativa, percebe-se primeiro a data de entrada de Catende, em 1828. Evidenciando nesse período uma entrada de congos nas terras sergipanas. Segundo o fato das pessoas conhecerem o nome africano dele, incluindo as testemunhas do senhor que também sabiam o nome que ele recebeu quando nasceu. Dessa forma, deduzo que havia outros africanos no engenho que conseguiam entender a língua dele e conseguiam se comunicar com o senhor, dentre outras pessoas, em português, possivelmente os citados angolas ou ainda benguelas. Outro aspecto é a idade que Catende entrou nas terras sergipanas, entre dez e 11 anos, tido como um moleque. Por fim, que o processo de ladinação para alguns era longo. Mesmo após dez anos Catende pouco falava o português⁵⁹⁷.

Catende não obteve muita sorte com a fuga, pois foi preso nas cadeias de Lagarto por andar vagando pelas ruas. Possivelmente, os policiais indagaram sobre seu dono e ele nada respondeu. Em decorrência disso, novamente esse africano fez uma relativa caminhada, no entanto dessa vez escoltado por policiais entre Lagarto e São Cristóvão, onde ele seria colocado para ser arrematado em Praça Pública, quando seu senhor conseguiu retomar a posse do escravizado⁵⁹⁸.

No segundo período, os jejes continuaram sendo a segunda maior *nação*, todavia percebe-se uma diminuição no número de jejes e um aumento na cifra de nagôs. Apesar de a quantidade ter diminuído, identifiquei homens e/ou mulheres de *nação* jeje em uma quantidade maior de Vilas que no primeiro período. No entanto, os que viviam em Vila

⁵⁹⁶ SLENES, Robert. "Malungu, ngoma vem!" África coberta e descoberta do Brasil". *Revista USP*, 12, (1991/92), pp. 48-67.

⁵⁹⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Cx. 03/33. Justificação civil de 13/03/1848. Justificante: Domingos Dias Coelho e Mello.

⁵⁹⁸ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, Cx. 03/33. Justificação civil de 13/03/1848. Justificante: Domingos Dias Coelho e Mello.

Nova e Itabaiana possivelmente pouco encontravam pares de mesma *nação*, situação distinta dos que viviam nas outras localidades, como em São Cristóvão e Santa Luzia.

Segundo Nicolau Parés, entre 1780 e 1820, ocorreu uma recuperação no tráfico com o Reino do Daomé, possibilitando uma nova entrada de jejes nas terras baianas. Apenas a partir de 1820 que os nagôs começaram a ser majoritários, deixando os angolas e jejes em segundo e terceiro lugar⁵⁹⁹. Ressalto que as primeiras décadas dos Oitocentos foi o período de atuação de Francisco Félix de Souza, e que, pós 1818, ele se fixou em Ajudá que pertencia ao Daomé e passou a ter todo o apoio do Rei Guezo. Nesse período, incluindo os anos seguintes a 1820, inúmeros escravizados foram traficados pelo porto de Ajudá, o citado traficante chegou a ter agentes na Bahia, como André Pinto da Silveira⁶⁰⁰. Por isso, o número de jejes continuou sendo significativo em Sergipe.

A Cidade de São Cristóvão possuía a maior comunidade jeje do período. Os escravizados de *nação* jeje pertenciam a 19 senhores e desses 12 possuíam apenas um escravizado de *nação* jeje. Os sete possuíam juntos 32 escravizados, dessa maneira, boa parte desses homens e mulheres convivia com parceiros de mesma *nação* na propriedade em que vivia. Desses senhores, oito estavam envolvidos com o plantio e/ou fabricação do açúcar; eles possuíam juntos 29 homens e mulheres de *nação* jeje, 64,44% dos que foram identificados no período, proporções maiores que de angolas envolvidos com esse plantio. Seis senhores envolvidos com plantio de alimentos, incluindo a mandioca, detinham 25% dos angolas. Dos cinco restantes não há dados sobre as atividades econômicas, mas os dados apresentados evidenciam uma preferência pelos jejes na lavoura canavieira; ainda que, provavelmente, nem todos os senhores puderam adquirir os citados jejes. Acredito que os traficantes que vendiam escravizados para Sergipe negociavam mais com os portos centro-ocidentais.

Após os angolas, os jejes foram os que mais tiveram acesso ao casamento legalizado. Oito mulheres e oito homens de *nação* jeje tiveram essa experiência. Quatro casais endogâmicos, seis exôgamicos e dois com parceiros de outros senhores, não há referências de suas nações. Entre os exôgamicos, dois com angolas, um homem jeje e uma mulher angola e outro casal formado pelo contrário. Outros casais exôgamicos,

⁵⁹⁹PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: UNICAMP, 2006.

⁶⁰⁰LAW, Robim. *A Carreira de Francisco Félix na África Ocidental (1800-1849)*. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar, 2001. pp. 9-39.

Maria de *nação* jeje com João haussá ou, ainda, Inácio jeje casou com Maria crioula⁶⁰¹. Por fim, do último casal não há dados sobre a *nação* da esposa. O fato de ser uma *nação* numerosa e antiga rendeu poder de barganha, da mesma forma que os angolas. Essas barganhas renderam legalizações de casamentos e profissionalização para alguns, como será mostrado adiante. Já em Santa Luzia identifiquei apenas uma união, que ocorreu entre Severiano crioulo e Teodozia de *nação* jeje, ambos moços, ou seja, casaram jovens e tinham um filho ainda novo, José crioulo⁶⁰².

Na Vila de Santa Luzia, segunda maior comunidade dos jejes da Província, foi possível identificar que os jejes pertenciam a 14 senhores, 8 deles possuíam apenas um escravo. Ou seja, a maioria dos escravizados vivia com outros da mesma *nação* nas senzalas. Um número maior de senhores estava envolvido com a produção do açúcar em relação ao período anterior. No entanto, nesta Vila a maioria dos jejes estava envolvida com a fabricação de alimentos. Lembro que boa parte da farinha de mandioca produzida nesta Vila era comercializada para outras Vilas ou para a Província da Bahia.

Não identifiquei jejes em Lagarto nem Propriá. Nas Vilas de Santo Amaro, Vila Nova e Itabaiana as quantidades de jejes eram pequenas. Importante salientar que com exceção de Propriá, os locais que havia jejes também tinham os de *nação* mina. Os últimos, os minas ou da Costa da Mina, foram em maior número nos locais que possuíam vida urbana mais frequente, São Cristóvão e Santa Luzia, onde ficava a afamada Povoação de Estância. Três dos minas pertenciam a senhores que eram comerciantes. Dois deles eram José e Aleixo, escravizados de Francisco Moreira Borges, na Cidade de São Cristóvão⁶⁰³.

Lembro que os minas tinham grande fama de serem comerciantes, principalmente as mulheres, e de serem bons para os engenhos. Talvez por isso a maioria deles trabalhasse nos engenhos. Em São Cristóvão, nesse período, jejes e minas não conviveram nas mesmas posses, diferentemente de Santa Luzia. A maioria dos minas eram moços; identifiquei seis classificados dessa maneira e três como velhos. O que indica entrada de minas em momentos distintos na Província de Sergipe. Apenas cinco desses minas viviam sem companheiros de *nação*, os demais tinham no mínimo

⁶⁰¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 161, 10/11/1824; Inventariada: Clara Maria dos Anjos; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.6; Inventariada: Anacleto Rufino de Santa Anna.

⁶⁰²; AGJSE, Cartório de Estância, cx. 14/494; Inventariado: Jozé Marques de Souza.

⁶⁰³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx. 6, 09/08/1826; Inventariado: Francisco Moreira Borges.

um parceiro. No entanto, poucos legalizaram as uniões, identifiquei apenas um casal: João Barbeiro, de *nação* mina, foi casado com Gertrudes, de mesma *nação*⁶⁰⁴.

Na Cidade de São Cristóvão 39 homens e mulheres foram classificados como da Costa ou ainda Costa d'África; 9 mulheres e 16 homens pertenciam a José Ribeiro Navarro, que era senhor de engenho. Possivelmente, formavam uma comunidade; alguns constituíram famílias, a exemplo de Maria da Costa, 36 anos, que casou com Vicente mulato, que tinha 40 anos. Ou ainda, Antônia da Costa, meio idosa e que era mãe de três crioulos: Manoel Pinto, Antônio e Maria, respectivamente 6, 14 e 8 anos⁶⁰⁵. Dezesesseis desses africanos foram classificados como moços e moças, quatro tinham idade entre 10 a 16 anos, a citada Maria com 36; quatro classificados como meio idosos, um de meia idade e dois velhos. Dessa maneira, da mesma forma que os angolas, evidenciam uma provável entrada em vários momentos. O citado senhor de engenho deve ter comprado parte dos seus escravizados da Costa em uma só leva. A maioria dos escravizados dessa *nação* trabalhava em engenhos (90%); grande parte desses africanos tiveram parceiros da mesma *nação*, a da Costa, mas ainda resta a indagação de quem seriam esses africanos da Costa. A narrativa adiante lança pistas.

Em junho de 1830, Joaquim foi apreendido na Vila de Propriá do São Francisco, Província de Sergipe. Quando questionado sobre qual era a sua *nação*, respondeu, ou seus interpretes deduziram, que era da Costa e que pertencia a Feliciano. No entanto, no decorrer do processo foi chamado de Francisco mina⁶⁰⁶. Assim, os escravizados da Costa nesse período eram possivelmente os minas. Especulo, conforme mencionei no terceiro capítulo, que em todos os períodos abarcados nesta pesquisa, os da Costa eram os da Costa da Mina e, com esse dado, percebe-se que a *nação* mina foi significativa, sobretudo em São Cristóvão.

O número de nagôs aumentou nesse último momento devido às jihads ocorridas em seu território e às guerras internas, como aquelas sobrevindas no sul do Império. Ifé e Ijebu, entre os anos de 1811 e 1822, atacaram violentamente Owu. João José Reis, citando Adeniyi Oroge, pontua que esses ataques possibilitaram que os chefes de guerra, os ologuns, chegassem às lideranças políticas. Esses conflitos, bem como as jihads, possibilitaram a chegada de grande número dos nagôs. Muitos escravos soldados

⁶⁰⁴ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 02/03/1825. Inventariado: Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo.

⁶⁰⁵ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.164, 27/7/1829. Inventariado: José Ribeiro Navarro.

⁶⁰⁶ AGJSE, São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 20/06/1830. Ação Justificação do escravo Joaquim de *nação* mina.

foram traficados para a Bahia⁶⁰⁷. Em Òyó, em 1817, ocorreu uma revolta escrava incitada por Afonjá. Após essa revolta os conflitos se intensificaram. Esses povos tinham maneira própria de se autoidentificarem, utilizando os nomes das cidades: Ijexá, Òyó, Ketu, Egba dentre outros. Segundo Oliveira, em Salvador era possível encontrar essas identidades e, nos inventários pesquisados, encontrei apenas no primeiro período um escravizado classificado como Òyó, conforme foi citado.

Na Cidade de São Cristóvão, nos inventários, encontrei 64 homens e mulheres nagôs. Os 42 homens e mulheres pertenciam a seis senhores. Um deles, Antônio Telles de Menezes, possuía doze escravizados nagôs e estava envolvido na fabricação do açúcar, bem como a maioria deles⁶⁰⁸. Apenas três senhores possuíam apenas um escravizado da nação citada. Ou seja, escravizados de algumas nações minoritárias também tiveram a possibilidade de conviver com um dos seus.

Os nagôs que viveram em Santa Luzia não tiveram as mesmas possibilidades de coexistir com um escravizado de mesma nação. No entanto, identifiquei dois casais endôgamicos na Vila citada, Joaquina e Reinaldo nagôs eram casados, bem como Paulo e Virginia⁶⁰⁹. Em São Cristóvão encontrei quatro nagôs casados e dois deles casado entre si, Paulo e Joana; os demais Maria e David casaram com escravizados de *nação congo*⁶¹⁰. Os senhores nem sempre conseguiam mesclar nações no interior de suas senzalas, devido às opções do tráfico. Essa impossibilidade provocou a coexistência de pares de mesma nação, o que possibilitou a reconstrução de identidades. As idades dos nagôs oscilaram entre 8 a 50 anos, mas a maioria tinha entre 16 e 40 anos. Mostrando as idades que eles estavam entrando nas terras sergipanas.

Ainda sobre os nagôs, há notícias de várias revoltas protagonizadas por eles em Santo Amaro, incluindo escravizados que pertenciam a senhores e engenhos distintos, como o coronel José Rodrigues Dantas e Manoel Rollemberg⁶¹¹. Essas revoltas ocorreram na década de 1820, uma delas foi narrada no segundo capítulo. A mesma vila, como observado na Tabela 4.6, é a que mais possuía africano genericamente dessa

⁶⁰⁷ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp. 161-163.

⁶⁰⁸ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 167, 14/03/1835 Inventariado: Antônio Telles de Menezes.

⁶⁰⁹ AGJSE, Cartório de Estância, cx.5, 30/06/1822. Inventariados: Luiz Jaques Hollim e Maria Francisca Coquim; AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 02-03-1825. Inventariado: Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo.

⁶¹⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.7, 03/02/1827. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira.

⁶¹¹ MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986. pp. 194-196.

maneira. Assim, especulo que parte desses africanos era os nagôs que se envolveram nas ditas revoltas. Lembro que segundo João José Reis muitos deles tinham experiências de conflitos⁶¹².

Alguns haussás conviveram com os nagôs nas mesmas senzalas. Agostinho haussá conviveu com doze escravizados nagôs em São Cristóvão⁶¹³, mas poucos foram os haussás que tiveram parceiros em suas senzalas. Eles começaram a entrar em levas maiores em Salvador após 1804, momento que os fulanis declaram a jihad contra os haussás⁶¹⁴. O xeque Usuman da Fodio, dos fulanis, acusava os líderes muçulmanos dos haussás de serem negligentes. Isso levaria os seus seguidores a serem pagãos. Partiram de Gobir e, nesse momento, devido a jihad, alguns haussás foram traficados pelo Atlântico chegando à Bahia e boa parte dos traficados através do reino de Òyó. Informo que o xeque citado teve apoio de alguns haussás mais radicais, dentre eles alguns que residiam em Gobir⁶¹⁵. Em Sergipe, o número deles aumentou consideravelmente nos inventários realizados pós 1820. Nesse período foram localizados 32 homens e mulheres haussás.

Os reinos haussás eram os de Kano, Gobir, Katsina, Zamfara, Zaria, Adamawa, Kebbi, dentre outros. O islamismo chegou nessa região por volta do século XVI e seus habitantes eram conhecidos como hábeis artesãos, sobretudo com o algodão e com a lida de animais⁶¹⁶. O tráfico através do oceano Índico aumentou pós 1808. Após esse período ocorreu uma consolidação do porto de Quilimane em Moçambique e o resultado foi a entrada de inúmeros moçambiques no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. No entanto, Bahia e Pernambuco também receberam alguns navios procedentes dessa região.

Ainda sobre os ocidentais, identifiquei um africano de *nação* Calabar em São Cristóvão. Soterio Calabar, que era moço em 1821⁶¹⁷; sete de *nação* fula, três de

⁶¹² REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁶¹³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 167, 14/03/1835 Inventariado: Antônio Telles de Menezes.

⁶¹⁴ PARÉS, Nicolau. *A formação do Candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p. 69

⁶¹⁵ REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. pp.73-74

⁶¹⁶ SILVA, Alberto da Costa. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. 3ªEd. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 2006. pp.417-435.

⁶¹⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 2308, 28-05-1821, Inventariado: Tenente coronel Mathias Gonçalves Pereira.

nação camarão e quatro de *nação* Borno. Todos em São Cristóvão, onde tinha uma maior diversidade de nações africanas, a babel.

As ilhas de São Tomé e Príncipe tinham um importante papel no tráfico Atlântico. No século XVI, elas eram um importante entreposto para a venda de escravizados, sobretudo provenientes do Reino do Congo. No XVIII, era um importante apoio para as embarcações, sobretudo originárias da Bahia, que iam para a Costa da Mina. Tratava-se de uma parada obrigatória para fiscalizar o número de africanos, bem como a quantidade de tabaco que era levada e, ainda, pagavam impostos naquele porto. Essa obrigatoriedade foi extinta em 1800⁶¹⁸. A partir desse momento, a Ilha continuou sendo um suporte para a existência do tráfico, nela os navios eram carregados com alimentos; poucos navios saiam de lá com escravizados. No entanto, quando necessário, também eram comprados escravizados dessas ilhas para “completar” a carga. Manolo Florentino⁶¹⁹ identificou alguns navios que foram da Bahia para a Ilha de São Tomé no período entre 1776 a 1824. Identifiquei apenas três indivíduos em São Cristóvão cuja *nação* era São Tomé.

O número de africanos classificados apenas dessa forma aumentou; sobretudo pós 1830, com a intensificação das leis contrárias ao tráfico. Até esse momento desconfio que os classificados como africanos eram ocidentais, onde a legislação contra o tráfico foi pioneira. Todavia, após esse momento, acredito que os africanos, independentes da *nação*, foram classificados de maneira genérica. Encontrei nesse período 75 homens e mulheres africanos.

Nos inventários encontrei alguns africanos recém-chegados, certamente não falavam o português e eles pouco compreendiam os valores culturais da nova terra, estes eram classificados como boçais. Foi o caso de Domingos, que vivia na Vila de Lagarto em 1835; ou ainda do citado escravizado encontrado em São Cristóvão e classificado como *de nação*⁶²⁰.

Os Africanos orientais continuaram sendo raros. Para Manolo Florentino, Alexandre Vieira Ribeiro e Daniel Domingues da Silva a região congo-angola não

⁶¹⁸ FLORENTINO, Manolo, Ribeiro, Alexandre V. Silva, Daniel Domingues. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”. In: *Afro-Ásia*, 31 (2004).pp.117-118. SILVA, Alberto. *A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002.p.36

⁶¹⁹ Florentino, Manolo, Ribeiro, Alexandre V. Silva, Daniel Domingues. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil...”

⁶²⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, cx.1, 15/15/1830. Ação de mandato e termo de apreensão e sequestro do escravo boçal de nação; AGJSE, Cartório de Lagarto, cx. 1, 28/06/1832. Inventariada: Barbara Maria do Rosário.

estava atendendo às demandas da região, que atualmente é o sudeste e, por isso, fez-se necessário consolidar o tráfico em novos portos⁶²¹. Com isso, alguns homens e mulheres moçambiques viveram nas terras sergipanas. Encontrei esses homens e mulheres na Vila de Santa Luzia, que possuía a povoação cosmopolita de Estância, na cidade de São Cristóvão e dois na Vila de Santo Amaro. Segundo Mary Karash, o tráfico com essa região aumentou pós 1815 com a ilegalidade do tráfico ao norte da linha do Equador. Dentre os portos estavam Lourenço Marques e Inhambane, além de africanos do Quênia até a região que atualmente é Moçambique; todos agrupados na nação em debate. No século XIX, a mortalidade nos navios negreiros diminuiu, pois os navios passaram a ser mais rápidos⁶²².

A relação de habitantes da antiga missão capuchinha de Porto da Folha, que pertencia a Vila de Propriá, confirma a pequena quantidade de africanos na citada Vila, bem como a presença majoritária de homens e mulheres angolas. Na localidade havia 69 fogos e alguns deles possuíam escravizados. Cataloguei 5 mulheres e 2 homens angolas, desses um casal era forro. José Barbosa, angola, forro que possuía 100 anos, era casado com Maria do Rosário, angola, também forra e que tinha 70 anos. Ela vivia de agricultura e ele de esmolas. Na missão existia um grande número de mulheres costureiras, rendeiras, fiadeiras e tecedeiras e a possibilidades de exercerem essas ocupações talvez justifique a preferência por mulheres. Os cinco angolas que eram escravizados viviam em casas distintas, mas possivelmente conviviam entre si, bem como com índios, crioulos e escravizados de outras nações, pois havia na mesma nação dois escravizados jejes e um benguela. Em mais de uma localidade os angolas, jejes e benguelas conviviam⁶²³.

No decorrer desta tese pontuei algumas idades dos escravizados. No entanto, os avaliadores dos escravizados continuaram classificando os escravizados nascidos no Brasil, brasileiros e africanos em fases. Na tabela 4.7 podemos perceber algumas dessas fases:

⁶²¹ FLORENTINO, Manolo, Ribeiro, Alexandre V. Silva, Daniel Domingues. “Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (séculos XVIII e XIX)”. In: *Afro-Ásia*, 31 (2004),83-126

⁶²² KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pp.58-63.

⁶²³ APES, pacotilha 114, Relação dos Habitantes da Freguesia Missão de São Pedro do Porto da Folha, 12 de novembro de 1829.

Tabela 4.7
Idade dos homens e mulheres africanos (1821-1835)

Fase/Local	São Cristóvão	Santa Luzia	Itabaiana	Santo Amaro	Total	%
Criança	0	2	0	0	2	1
Moleque	2	12	0	1	15	5
Moça (s)	96	63	1	0	160	54
Meia idade	2	0	0	0	2	1
Velho	43	25	1	1	70	23
Idoso	17	11	0	0	28	9
Meio idoso	11	0	0	0	11	4
Bastante velho	10	1	0	0	11	4
Total	181	114	2	2	299	100

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1821-1835).

A grande maioria era de moços e moças, aproximadamente 54%. Com o debate e as leis que restringiam o tráfico muitos escravizados entraram nas terras sergipanas nessa fase de moços e moças ou moleques. Na última fase entrou o citado Joaquim Catende, quando ainda era um moleque. Mary Karash chama atenção que pouco há a referência moleca⁶²⁴. Em Sergipe, as mulheres eram criança, em seguida negrinhas, raparigas ou ainda moças, termo mais usado. Outra parcela significativa era composta por velhos, idosos, meio idoso e bastante velho. Os homens e mulheres que entraram possivelmente no início dos Oitocentos eram idosos, meio idosos e velhos, com valores significativos para o período. Alguns escravizados entravam na Província já classificados como velhos; além de chegarem com doenças, como foi o caso do escravizado de *nação* boçal, que foi apreendido em São Cristóvão, em 1830⁶²⁵.

Da mesma forma que no período anterior, nos inventários também tinham as idades que homens e mulheres africanos aparentavam ter. Conforme pode ser observado na tabela 4.8.

Os africanos com idade inferior a quinze anos continuaram sendo uma parcela pequena. No entanto, a percentagem de maiores que 40 anos aumentou, correspondia cerca de 36%. Muitos desses tinham entre 40 e 50 anos. Um aspecto interessante é que poucos aparecem com idades intermediárias, como 46 ou 47 anos. Nos registros da maioria os avaliadores colocaram 40, 45 ou 50 anos.

⁶²⁴ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 37.

⁶²⁵ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, Cx.1, 15/15/1830. Ação de mandato e termo de apreensão e sequestro do escravo boçal de *nação*.

Tabela 4.8
Idade dos africanos e africanas (1821-1835)

Idade/Local	São Cristóvão	Propriá	Santa Luzia	Itabaiana	Santo Amaro	Vila Nova	Lagarto	Total	%
<15	9	0	2	0	6	0	0	17	8
16 a 25	21	0	0	8	12	0	0	41	19
26 a 40	44	2	2	18	11	0	4	81	37
> 40	35	1	15	14	8	0	5	78	36
Total	109	3	19	40	37	0	9	217	100

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1821-1835)

Os nascidos no Brasil e alguns já brasileiros correspondiam a 75,72%, dentre esses os crioulos eram maioria, 41,75%. O pequeno aumento na quantidade de africanos talvez também tenha possibilitando um crescimento no número de crioulos nas senzalas sergipanas. As idades desses escravizados variaram e os registros das fases continuaram sendo informados nos inventários, como podem ser identificados na tabela 4.9:

Tabela 4.9
Idades dos escravizados nascidos no Brasil (1821-1835)

Fase/Local	São Cristóvão	Propriá	Santa Luzia	Itabaiana	Santo Amaro	Vila Nova	Lagarto	Total	%
Criança	68	0	78	3	15	0	6	170	25
Moleque	1	0	3	0	1	0	1	6	1
Moça (s)	94	0	252	0	0	0	0	346	51
De maior	4	0	2	0	0	0	0	6	1
Meia idade	4	0	0	0	0	0	0	4	1%
Gasta	1	0	0	0	0	0	0	1	0%
Velho	22	0	48	0	1	0	0	71	10%
Idoso	29	0	24	0	0	0	0	53	8%
Meio idoso	13	0	0	0	0	0	0	13	2%
Bastante velho	8	0	4	0	0	0	0	12	2%
Total	244	0	411	3	17	0	7	682	100%

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1821-1835)

Os moços e moças eram majoritários, em torno de 51%, mas as crianças continuaram sendo uma parcela significativa, cerca de 25%. Já na tabela 4.10, que há a menção as idades, as crianças foram majoritárias e correspondiam a 41%; grande parte era crioula, filhas de africanas e de crioulas. Lembro, mais uma vez, dos incentivos à reprodução dado às africanas e nascidas no Brasil, via alforria. Maria crioula, meio idosa, provavelmente vivia com Miguel, angola, teve doze filhos, com duas gestações

de gêmeos. Talvez ela tenha recebido a promessa de alforria mediante dar determinado número de crias aos seus senhores⁶²⁶. Em 1813, o senhor Manoel Pereira, morador da Povoação de Estância, faleceu e dentre os seus bens havia a escravizada Mariana, crioula casada com Raimundo, moço, também crioulo e seus filhos Lourença (criança), Inácio (6 anos), Felipe (3 anos), Domingos (14 meses), todos crioulos. Ela foi escrava desse senhor por doze anos. O mencionado senhor no seu testamento mencionou que Mariana ficaria forra após parir mais quatro crias. Em 1824, Mariana entrou na justiça contra seus senhores, Manoel Felipe e sua mulher, Rita Maria, herdeira de Manoel Pereira, reivindicando sua alforria e o cumprimento da vontade do seu primeiro senhor, alegando que teve as quatro crias e cita o nome delas, dentre seus novos filhos estava Gonçala.

Nessa ocasião, Mariana revelou que no momento do acordo tinha parido seis filhos, além dos citados Manoel Lourenço e Claudio. Teve, ainda, uma gravidez interrompida⁶²⁷. Assim, seu primeiro senhor desejava que a escravizada tivesse dez crias, das quais ele ou seus herdeiros usufruiriam; após esses dez filhos a escravizada estaria livre. Mulheres africanas também devem ter feito esses acordos, no entanto, provavelmente tivera menos acesso à justiça para reivindicar o cumprimento do mesmo. Ou seja, os senhores que residiam em Sergipe usaram desse expediente para repor em parte a população escravizada, a reprodução foi uma possibilidade para os senhores com poucos recursos. Solange Rocha defende que os senhores na Paraíba Oitocentista também utilizaram essa estratégia⁶²⁸.

Na tabela 4.10 percebe-se a importância das crianças nas senzalas sergipanas. Como pode ser observada na tabela 4.10, a menor parcela estava entre os maiores que 40 anos, apenas 9%. Excetuando São Cristóvão, onde se encontrava uma presença expressiva dessa parcela da população. Ressalto que muitos deles tinham preços significativos para o período.

⁶²⁶ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 163, 15/10/1827. Inventariado: Manoel Joaquim Carvalho.

⁶²⁷ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 09/489, 03/11/1813. Inventariado: Manoel Pereira de Azevedo Cardoso. AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 3/37. Libelo cível. Autora: Marianna crioula escrava.

⁶²⁸ ROCHA, Solange. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. SP: UNESP. pp.136-138.

Tabela 4.10
Idades dos escravizados e escravizadas nascidas no Brasil (1821-1835)

Idade/Local	São Cristóvão	Propriá	Santa Luzia	Itabaiana	Santo Amaro	Vila Nova	Lagarto	Total	%
Até 8	233	8	56	23	33	2	12	367	41
9 a 15	99	3	27	17	10	0	6	162	18
16 a 25	89	4	12	7	22	0	15	149	17
26 a 40	74	5	13	13	18	1	12	136	15
> 40	47	1	12	5	10	0	4	79	9
Total	542	21	120	65	93	3	49	893	100

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1821-1835)

Conforme foi citado, homens e mulheres escravizados continuaram sendo em sua maioria do eito, trabalhando nas mesmas lavouras que no XVIII. No entanto, o número de escravizados envolvidos com o plantio da cana de açúcar aumentou, pois nesse período há um grande aumento no número de engenhos. Todavia, nos registros foram apontados apenas três escravizados classificados como do eito. Possivelmente, o inventário foi realizado por um escravidão mais cuidadoso, bem como os avaliadores. Os trabalhavam no plantio da cana de açúcar limpavam o terreno, derrubando os matos e queimando em seguida; faziam as covas, plantavam a cana em gomos. A colheita ocorria um ano e meio depois⁶²⁹.

No entanto, o número de trabalhadores envolvidos nessa atividade era finitamente maior. Na tabela 4.11 percebe-se as ocupações encontradas no XIX:

Tabela 4.11
Ocupação dos homens e mulheres escravizados

Ocupação/ Cor	Mestiços		Crioulos		Africanos		S/D		T
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Ocupações ligadas à cana de açúcar									
Alambiqueiro	–	–	–	–	3	–	1	–	4
Caldeireiro	1	–	3	–	8	–	–	–	12
Purgador	1	1	–	1	7	2	1	1	14
Mestre de açúcar	2	–	1	–	4	–	–	2	9
Tacheiro	–	–	–	–	1	–	–	–	1
Caixeiro	–	–	–	–	–	–	–	3	3
Subtotal	4	1	4	1	23	2	2	6	43
Ofícios mecânicos									
Ferreiro	6	–	5	–	1	–	3	–	15
Oleiro	3	–	2	–	–	–	–	–	5
Pedreiro	1	–	–	–	1	–	2	–	4

⁶²⁹ FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e Colonização. São Paulo: Alameda, 2010.

Serrador	5	–	2	–	2	1	–	2	12
Carpinteiro	1	–	3	–	–	–	1	–	5
Carpina	12	–	7	–	4	–	9	–	32
Marceneiro e carpina	1	–	–	–	–	–	–	–	1
Armador e carpina	–	–	1	–	–	–	–	–	1
Sapateiro	4	–	1	–	1	–	1	–	7
Costureira	–	11	–	–	–	1	–	–	12
Costureira e engomadeira	–	–	–	1	–	–	–	–	1
Costureira e rendeira	1	–	–	–	–	–	–	–	1
Rendeira	–	3	–	1	–	–	–	–	4
Alfaiate	6	–	–	–	–	–	–	–	6
Calafate	1	–	–	–	1	–	–	1	3
Subtotal	41	14	21	2	10	2	16	3	109
Serviços Domésticos									
Doceira e engomadeira	–	–	–	–	–	1	–	–	1
Caseiro	1	–	–	–	–	–	–	–	1
Cozinheira	–	1	–	–	–	–	–	1	2
Subtotal	1	1	–	–	–	1	–	1	4
Transporte									
Carreiro	11	–	48	–	23	–	7	–	89
Canoeiro	–	–	1	–	–	–	1	–	2
Barqueiro	2	–	–	–	1	–	–	–	3
Subtotal	13	–	49	–	24	–	8	–	94
Músicos	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Trombeteiro	–	–	–	–	1	–	–	–	1
Tocador de clarinete	–	–	2	–	–	–	1	–	3
Subtotal	–	–	2	–	1	–	1	–	4
Outras atividades rurais									
Vaqueiro	1	–	7	–	3	–	2	–	13
Assistente na fazenda	1	–	–	–	–	–	–	–	1
Feitor	–	1	–	–	1	–	–	–	2
Eito	–	–	2	–	–	–	–	1	3
Subtotal	2	1	9	–	4	–	2	1	19
Outras atividades									
Barbeiro	–	–	1	–	6	–	–	1	8
Do ganho	–	1	–	1	–	–	–	–	2
De todo o serviço	–	–	–	–	2	–	–	–	2
Caranguejeiro	–	–	–	–	–	–	–	2	2
Queijeiro	–	–	–	–	–	–	–	1	1
Subtotal	–	1	1	1	8	–	–	4	15
Total	61	18	86	4	70	5	29	15	288

Fonte: Inventários post-mortem e testamentos (1801-1835).

A especialização nas ocupações nas Vilas de Própria e Vila Nova entre os escravizados foi inexistente nesse período. Na Vila de Lagarto e Itabaiana eram raras, apenas quatro escravizados eram especializados nessas localidades. Nessas Vilas, provavelmente, as funções exercidas pelos escravizados nas Vilas de Santa Luzia, Santo Amaro e na cidade de São Cristóvão eram realizadas por livres e/ou libertos. Ou seja, a especialização de escravizados foi mais comum nos locais onde a mão de obra escrava era mais intensa.

Outro aspecto que merece ser destacado é que as mulheres, mesmo as nascidas no Brasil, tinham menor acesso a especialização que os homens. Poucas crioulas e africanas se especializaram, apenas 9 mulheres. Além da hierarquia de cor, fica evidente uma hierarquia de gênero. Nessa pirâmide as mulheres africanas estavam um grau abaixo dos homens africanos.

Os homens africanos foram maioria entre as pessoas que se ocupavam com o açúcar; com o aumento no número de africanos, muitos deles tiveram acesso à especialização. As nações dos especializados foram diversas: angolas, jejes, nagôs, haussás, moçambique dentre outros. As duas primeiras foram as que mais apareceram dentre os escravizados com ofício relacionado ao açúcar. Lembro que os angolas e jejes eram maioria entre os africanos, sobretudo nas localidades açucareiras. Novamente as mulheres foram minoritárias, no entanto, percebe-se um aumento na quantidade de mulheres com especialização.

Observando a Tabela nota-se que o número de ocupações realizadas por escravizados aumentaram em relação ao XVIII. A urbanização das Vilas, bem como o crescimento no número de engenhos e o aumento de escravizados, possibilitou esse aumento de escravizados especializados, conforme citei, principalmente nas Vilas de Santa Luzia, Santo Amaro e na Cidade de São Cristóvão. Uma das mostras disso é a especialização dos escravizados envolvidos na fabricação do açúcar. Contabilizei 43 homens e mulheres envolvidos diretamente na fabricação do açúcar e, no mínimo, 25 eram homens e mulheres africanos. Dos 75 homens e mulheres especializados a maioria era dedicado a feitura do açúcar, 33,33%.

Dentre as ocupações encontrei: os mestres de açúcar, caldeireiros, purgadores, tacheiros, alambiqueiros e caixeiros. Duas ocupações apareceram nesse período: tacheiro e caixeiro. O caixeiro possuía várias atividades e existiam dois tipos: o da cidade e o do engenho. O primeiro possuía menos atividades que o segundo, tirava o açúcar já em caixas, possivelmente dos carros e colocava no trapiche. Segundo Antonil,

o caixeiro tinha um livro de contas e servia, muitas vezes, ao papel de procurador do senhor. Para exercer essa atividade, especulo que possivelmente era necessário ter noções de matemática. O segundo tipo de caixeiro, que trabalhava no engenho, tirava o açúcar das formas após ele estar seco, separava o açúcar dos lavradores e o do engenho, colocava marcas nas caixas para identificar o dono e guardava o açúcar em lugar seco⁶³⁰. Ou seja, era a pessoa responsável por preparar o açúcar para ser comercializado. Essa foi a função de três escravizados, dentre eles José, escravizado do Capitão-mor Manoel Francisco da Cruz e Lima, da Vila de Santa Luzia⁶³¹.

O tacheiro trabalhava junto ao banqueiro. Era responsável por colocar o melado nas tachas, temperar e colocar nas formas, momento que exigia grande atenção para não perder o melado e, assim, a produção de açúcar⁶³². Geralmente trabalhavam em conjunto, em torno de quatro tacheiros. Antônio, de *nação* da costa, foi o único escravizado que identifiquei nessa função⁶³³.

Alambiqueiros era uma das atividades masculinas registradas. Ofício responsável por elaborar as cachaças nos alambiques. Outro artigo bastante produzido nas terras sergipanas. Entre os africanos, Abraão, nagô, e José, jeje, foram os únicos cujas nações foram possíveis de serem identificadas⁶³⁴.

Trabalhar nas caldeiras no processo de cozimento do caldo era uma das atividades perigosas, que requeria grande esforço físico e, por esses elementos, possivelmente uma ocupação que não desfrutava de prestígio. Talvez devido a esses elementos os africanos foram os preferidos para essa função. Dentre os africanos que foram possíveis de identificar as nações têm-se: Matheus, *nação* da costa; Amaro, nagô, e Vitorino, moçambique⁶³⁵. Saliento que nenhum angola nem jeje ocuparam essa função, mesmo sendo maioria entre os africanos. Talvez a função fosse exercida por africanos que não tinham poder de barganha com os seus senhores.

Situação diferente foi a ocupação de purgar, que exigia maior grau de ladinização, mais atenção e era um trabalho menos pesado, quando comparado ao de

⁶³⁰ ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil...* pp. 35-36.

⁶³¹ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 4, 14/02/1814. Inventariado: Manoel Francisco da Cruz e Lima.

⁶³² ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil...* p. 34, 51.

⁶³³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.164, 27/7/1829. Inventariado: José Ribeiro Navarro.

⁶³⁴ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 167, 14/03/1835. Inventariado: Antônio Telles de Menezes; AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 02/03/1825. Inventariado: Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo.

⁶³⁵ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.164, 27/7/1829. Inventariado: José Ribeiro Navarro; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 167, 14/03/1835. Inventariado: Antônio Telles de Menezes; AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 08/07/1825. Inventariado: Joze Fernandes de Souza.

caldeireiro. Nessa função identifiquei sete homens e duas mulheres africanas; esses foram a maioria nessa atividade. Dentre os africanos, os de *nação* angola, bem como os jejes, foram majoritários. Dois angolas, um camundá, um homem e uma mulher de *nação* jeje foram purgadores. A outra *nação* registrada foi nagô. Assim, os angolas e jejes foram preferidos na atividade que requeria mais atenção e conhecimentos sobre o processo de feitura do açúcar. Como os angolas era maioria, seria mais fácil para um deles aprender esse ofício com outro de mesma nação ou com algum crioulo que conseguisse entender a língua. Saliento que mulheres também exerciam essa função, mostrando que tal ocupação não requeria extremo esforço físico.

Os mestres de açúcar também foram majoritariamente africanos e dentre as nações possíveis de identificar estavam a mina fula e a angola. Função também exercida por homens e extremamente especializada, conforme foi abordado no terceiro capítulo. Esses escravizados em sua maioria eram velhos, grande parte casados, incluindo os africanos, e seus valores eram altos. Manoel mulato, com 44 anos, custava em 1835, 500\$000 réis. Pedro Macaio, africano, também custava o mesmo valor citado em 1831; valores maiores que a média do período⁶³⁶. Apenas Canuto, de *nação* angola, era um moço; no entanto já era casado⁶³⁷. Possivelmente, antes dos escravizados atingirem o posto de mestre de açúcar foram banqueiros e/ou purgador e, por isso, quando chegavam à função de mestre de açúcar já eram, em sua maioria, considerados velhos. A especialização possibilitava o casamento, isso evidencia que era um escravizado que conseguia barganhar e conseguia melhorias para a sua vida cotidiana.

Identifiquei cinco homens com a ocupação de oleiro. Esses podiam fazer panelas e pratos, bem como as formas para a feitura do açúcar. Três deles viviam em um engenho e os outros dois em um alambique. Conforme citei no terceiro capítulo, Antonil recomendava que quando possível tivessem oleiros nos engenhos. Eles podiam chegar a fazer três mil formas, usadas para fazer açúcar⁶³⁸.

A ocupação de carreiro continuou sendo uma ocupação masculina e foi a que os escravizados mais exerceram, chegando a 89 homens envolvidos nessa atividade. Realizada majoritariamente por crioulos, seguidos pelos africanos. Possivelmente uma ocupação que também não era valorizada e que requeria grande força física; por isso,

⁶³⁶ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 167, 14/03/1835. Inventariado: Antônio Telles de Menezes; AGJSE, Cartório de Rosário, cx. 01/1683, 01/06/1831. Inventariado: Gonçalo Paes Barbosa Madureira.

⁶³⁷ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 02/03/1825. Inventariado: Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo.

⁶³⁸ ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil...*pp.56-57

homens crioulos e africanos foram majoritários no momento que havia possibilidades de escolha. Dentre os africanos, homens de *nação* angola, congo e haussá estavam entre os carreiros. As idades oscilaram entre moços e idosos, entre 20 e 50 anos; oito eram casados. Conforme foi mencionado no terceiro capítulo, era uma função que requeria confiança do senhor.

Muitos desses carreiros trabalhavam em engenhos, transportando canas para serem moídas e, possivelmente, o açúcar para os trapiches para serem exportados para Salvador. Bernardo borno, Antônio de Oliveira, Joaquim José, Felipe e Felix de *nação* haussá, Pedro, João Catinga⁶³⁹, Silvestre todos de *nação* angola, e Frederico congo, Elias, João Muniz, Raimundo, Manoel e Benedito crioulos, e Simão cabra, eram carreiros nos engenhos de Leandro Ribeiro de Siqueira⁶⁴⁰. O tornar-se carreiro também requeria um processo de aprendizado. Florêncio, moço, estava passando pelo processo de aprendizagem para se tornar um carreiro, era um principiante. Estava aprendendo o ofício com José, de *nação* da costa, idoso e provavelmente experiente no ofício, e com Ivo, crioulo, todos escravizados de Luiz de Souza de Andrade⁶⁴¹.

Alguns carreiros acumulavam funções. Na Vila de Santa Luzia, Querino era idoso e ocupava-se como carreiro e serrador. Outro carreiro, Teotônio, crioulo, tinha duas atividades, a de carreiro e carpina⁶⁴². Provavelmente estava aprendendo o ofício de carpina e deixaria de ser carreiro ou, ainda, nos momentos de colheita ele exercia a atividade de carreiro, e nos demais meses ele fazia reparos no interior do engenho. No engenho no qual ele trabalhava, o Periperitinha, existiam outros carreiros, bem como um carpina que também era marceneiro, João pardo⁶⁴³.

Diversos escravizados, incluindo homens e mulheres africanos, desenvolveram atividades especializadas que podiam ser exercidas no interior de propriedades ou nas Vilas. Algumas dessas atividades são classificadas como artesãs. Outra atividade masculina era o trabalho com madeiras, fosse carpina ou carpinteiro, ou ainda na condição de marceneiros. Carpina e carpinteiro possivelmente eram a mesma função e

⁶³⁹ Catinga ou Katinga, segundo Ney Lopes tem dois diversos significados, a palavra existe no idioma quiconco e significa cheiro ruim, e no quimbundo pessoa avarenta. Talvez Catinga fosse um apelido depreciativo do citado escravizado. E uma mostra da sobrevivência de línguas no interior das senzalas. Vê em: LOPES, Nei. *Dicionário Banto do Brasil*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995. p.81.

⁶⁴⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.7, 03/02/1827. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira.

⁶⁴¹ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 20/500, 15/06/1832. Inventariado: Luis de Souza de Andrade.

⁶⁴² AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 13/03/1824 Inventariado: Cap. Ignácio Freire de Mesquita.

⁶⁴³ AGJSE, Cartório de Rosário, cx. 01/1683, 01/06/1831. Inventariado: Gonçalo Paes Barbosa Madureira.

cuidava de construções de igrejas e casas, reparos em telhados, cercas em engenhos, dentre outros. Romão mulato era aprendiz de carpina, ele tinha como parceiro de trabalho Domingos, crioulo, que além de ser carpina também era armador⁶⁴⁴. Ou seja, ele aprendia o ofício com um parceiro de trabalho.

Marceneiro era um ofício mais nobre e fabricavam móveis. Alguns marceneiros abriam lojas, mas não encontrei referências a lojas abertas por eles⁶⁴⁵. João, possivelmente, estava se especializando ainda mais no ofício com as madeiras, deixando de realizar construções para fazer móveis. Outra ocupação era a de serrador, que também trabalhava nas construções, outra atividade masculina; a exceção era Limoa, uma africana que era serradora. As duas funções, serrador e carpina, também foram exercidas por africanos. Manoel Dias congo, João angola, Fortunato haussá e Cipriano africano eram carpinas e todos residiam na Cidade de São Cristóvão. Os africanos Custodio e Estevão eram serradores na povoação de Rosário, na Vila de Santo Amaro⁶⁴⁶. Quatro escravizados eram pedreiros. Dentre eles Joaquim jeje, que já era meio idoso. Segundo Karash, pedreiros além de assentar tijolos, também serravam as madeiras nas construções, bem como os serradores também trabalhavam na função de pedreiro⁶⁴⁷.

Outra atividade masculina era a de ferreiro, 15 homens exerciam essa função. A maioria deles nascidos no Brasil. Segundo Karash, os ferreiros no Rio de Janeiro trabalhavam com diversos metais, dentre eles o ferro, estanho, cobre, ouro e prata. Esses escravos eram muito valorizados. Em Sergipe não foi diferente, eles também tinham preços altos, na década de 1830 chegava a custar 500\$000 réis. Pedro, africano, custava esse valor em 1835. Os ferreiros deviam ser muito úteis nos artefatos do engenho. Todavia, segundo a autora citada, alguns dos instrumentos de tortura usados pelos senhores eram feitos por esses escravizados, como argolas, algemas, dentre outros⁶⁴⁸.

⁶⁴⁴ AGJSE, Cartório de Estância, cx.4,14/02/1814. Inventariado: Manoel Francisco da Cruz e Lima.

⁶⁴⁵ FLEXOR, Maria Helena. “Os ofícios mecânicos na Cidade Notável de Salvador”. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6161.pdf>. Acessado dia 20 de janeiro de 2013.

⁶⁴⁶ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159,22/09/1819. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.166, 1834. Inventariado: Maria Thereza Jesus e Mello; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.164, 27/7/1829.

. Inventariado José Ribeiro Navarro; AGJSE, Cartório de Rosário, cx. 01/1683, 01/06/1831. Inventariado: Gonçalo Paes Barbosa Madureira.

⁶⁴⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.7, 03/02/1827. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira; KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 277.

⁶⁴⁸ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.p. 277; AGJSE, Cartório de Rosário, cx. 01/1683, 01/06/1831. Inventariado: Gonçalo Paes Barbosa Madureira.

Alguns desses escravizados trabalhavam em tendas, ou seja, em espécies de lojas nas Vilas. Possivelmente, esse foi o caso de Pedro, citado, e do seu parceiro de cativeiro Manoel crioulo, pois seu senhor, Gonçalo Paes Barbosa Madureira, possuía tenda de ferreiro fora do engenho⁶⁴⁹. Em Santa Luzia e em São Cristóvão alguns senhores também tinham tendas de ferreiro.

Outra atividade especializada e masculina era a de sapateiro. Conforme apontei no capítulo anterior, alguns deles tinham tenda. Essa função também era exercida por homens livres ou libertos, como Anastácio Lopes Fiuza que possuía uma tenda e um escravizado velho, José, que possivelmente o ajudava no ofício⁶⁵⁰.

Além de calçar as pessoas livres e libertas, os escravizados vestiam as mesmas pessoas e, possivelmente, faziam roupas para os escravizados também. Assim, outra atividade era o trabalho com linhas e tecidos. Seis homens eram alfaiates e viviam em Santa Luzia, São Cristóvão, incluindo na povoação de Laranjeiras e em Santo Amaro. Todos eram mestiços, pois eles estariam próximos dos senhores; era uma atividade valorada e por isso não foi acessível aos crioulos e africanos.

Segundo Karash, os escravos faziam chapéus, cintos, luvas; ou seja, todos os elementos do traje completo. Os alfaiates cuidavam das roupas masculinas. Eles aprendiam a fazer o ofício ainda novos, pois João Gomes, mulato, tinha 22 anos. Dois desses alfaiates trabalhavam com mulheres que também trabalhavam com as linhas, uma rendeira e uma costureira. Carlos mulato e Joana mulata, rendeira, pertenciam ao mesmo senhor, Manoel de Campos. Possivelmente, além das roupas para os seus senhores, deviam fazer roupas para outras pessoas, recebendo através de diárias. João, moço, dividia as linhas com Silvana, costureira, escravizados do Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo⁶⁵¹. Os alfaiates também tinham preços elevados.

Nesse quadro de ocupações 14 mulheres eram costureiras e apenas Joaquina, angola, era africana. Ser costureira era quase sinônimo de ser mestiça. As costureiras eram responsáveis pela feitura do vestuário feminino. Em 1832, Mariana Francisca Vieira de Mello tinha cinco costureiras e uma que fazia rendas. Outra senhora que possivelmente ganhava dinheiro através do ofício de suas escravizadas. Duas costureiras

⁶⁴⁹ AGJSE, Cartório de Rosário, cx. 01/1683, 01/06/1831. Inventariado: Gonçalo Paes Barbosa Madureira.

⁶⁵⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.6, 18/02/1826. Inventariado: Anastacio Lopes Fiuza.

⁶⁵¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 167, 14/03/1835 Inventariado: Antônio Telles de Menezes; AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 02/03/1825. Inventariado: Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 160, 12/08/1822. Inventariado: Manoel de Campos.

acumulavam funções, além de costurar e engomar as roupas; outra era rendeira. Três mulheres e uma criança faziam rendas. Margarida, crioula e ainda criança aprendeu a fazer rendas.

Na antiga Missão de Porto da Folha diversas mulheres trabalhavam com algodão, panos e linhas. Essas ocupações foram exercidas por mulheres livres, escravizadas e libertas. Maria Angélica e Clara Maria, crioulas, libertas e/ou livres, 22 e 36 anos respectivamente, eram costureiras. Ana de Castro, crioula também, liberta e/ou livre, com 26 anos, era tecedeira, e sua filha Luiza com 12 anos já era costureira⁶⁵². Dessa forma, as escravizadas que aprendiam esse ofício, conseguindo a alforria, tinham maiores condições de sobrevivência. O aprendizado de rendas e costuras era iniciado ainda quando a escravizada ou livre era uma menina.

Domingas era a escravizada citada, que costurava e ainda engomava as roupas. Além dela identifiquei outra escravizada que engomava roupas, Aguida africana, ela também era doceira⁶⁵³. Afora essas encontrei apenas mais duas escravizadas com atividades domésticas, a maioria delas era mestiça. Aguida foi uma exceção e talvez fosse do ganho, pois sua senhora só tinha duas escravizadas como bens. No entanto, acredito que o número de escravizadas que exerciam essas atividades era maior; elas possivelmente lavavam, cozinhavam, engomavam, não tinham atividades específicas e, por isso, pouco foram listadas suas ocupações. Apenas um homem foi listado como caseiro que, provavelmente, exercia atividades domésticas. As prendas domésticas era majoritariamente atividade feminina e de mulheres mestiças.

Sobre o ganho, identifiquei duas escravizadas, no entanto, não percebi qual ocupação elas exerciam. Joana crioula e Luzia mestiça viviam do ganho. Viver do ganho garantia maior autonomia, maiores possibilidades de conquista da alforria e uma maneira de ganhar a vida quando liberta. Rosa Benedita, africana e liberta, de quem tratarei com mais profundidade no próximo capítulo, possivelmente fazia doces e vendia nos seus tabuleiros na Vila de Santo Amaro, juntamente com sua escravizada⁶⁵⁴.

Outra função especializada era a de calafate. Responsável por fazer vedações nas madeiras, barris ou em canoas. A função foi exercida por dois homens e uma mulher. A mulher classificada foi como preta, mas não identifico se crioula ou africana, era Luiza

⁶⁵² APES, Pacotilha 114, Relação dos Habitantes da Freguesia Missão de São Pedro do Porto da Folha, 12 de novembro de 1829.

⁶⁵³ AGJSE, Cartório de Maruim, cx.04/810, 17/02/1830, Maria Quitéria Viana.

⁶⁵⁴ AGJSE, Cartório de Santo Amaro, 20/02/1816, Caixa 01/1764. Inventariada: Rosa Benedicta.

que tinha 40 anos⁶⁵⁵. Entre os homens, Pedro velho era angola e talvez ensinasse o ofício para seu parceiro de cativo, José crioulo que era moço; ambos pertenciam ao Capitão Antônio José Ribeiro, que possuía armazém na Povoação de Estância. Assim, ter escravizados vedando barris e canoas era algo necessário para aumentar os lucros do seu senhor⁶⁵⁶.

Segundo Mary Karash, alguns escravizados tornaram-se músicos e tocavam instrumentos europeus, outros tocavam os instrumentos africanos. Identifiquei quatro escravizados músicos, que tocavam instrumentos de sopro: clarinetes e trombetas. Um deles era José de *nação* jeje, trombeteiro⁶⁵⁷. Karash informa que os negros tinham bandas de músicas, essas se apresentavam em cortejos fúnebres e nas procissões, incluindo as dos santos padroeiros das irmandades⁶⁵⁸. Talvez José fosse um dos músicos que acompanhavam a festa do Rosário em São Cristóvão, dentre outras festas.

Debret registrou que no Rio de Janeiro Oitocentista, da mesma maneira que na Salvador Setecentista, os barbeiros era uma função que continuava, na maioria das vezes, a ser exercida por um mulato ou negro, e ainda eram responsáveis por fazer alguns tratamentos que existiam na época, sangrias, aplicavam bichas, dentre outros⁶⁵⁹. Além do ofício de barbeiro ligado as curas, eles também cortavam cabelo e a barba. Podiam ser músicos, dentistas e cirurgiões, daí porque a ocupação também é denominada de barbeiro cirurgião. Havia os que trabalhavam em lojas ou a céu aberto, estes eram ambulantes. Segundo Karash, escravizados e libertos exerciam essa função. Identifiquei oito escravizados que exerciam essa função: seis deles eram africanos, dois angolas, três jejes e um mina. O aprendizado do ofício se iniciava cedo. Joaquim angola já era barbeiro e tinha 14 anos⁶⁶⁰.

Outra atividade ligada à saúde era a de parteiras, exercida por mulheres. A citada Mariana usou dos serviços delas, cita que elas podem ser suas testemunhas, mas não cita os nomes⁶⁶¹. Não identifiquei parteiras nesta pesquisa. Passos Subrinho, pesquisando um período posterior, registrou três mulheres nessa ocupação, escravizadas

⁶⁵⁵ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.4, 31/05/1816. Inventariado: Jozé de Souza Vieira.

⁶⁵⁶ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 14/494, 23/06/1823. Inventariado: Antonio José Ribeiro.

⁶⁵⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159, 22/09/1819. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo.

⁶⁵⁸ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 281.

⁶⁵⁹ DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1979. p. 149.

⁶⁶⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159, 14/11/1810. Inventariado: Francisco Teles Barreto.

⁶⁶¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 3/37. Libelo cível. Autora: Marianna crioula escrava.

na Província de Sergipe, em 1872⁶⁶². Evidenciando que a atividade também era realizada por mulheres na condição jurídica citada.

Dois escravizados eram caranguejeiros, possivelmente pescadores de caranguejo. Segundo Schwartz, os escravizados que viviam nas proximidades dos mangues tinham uma dieta alimentar mais diversificada, comendo caranguejos, ostras, dentre outros⁶⁶³. Os dois, Pedro e João, viviam em São Cristóvão, onde os mangues abundavam⁶⁶⁴. Outro escravizado envolvido com a alimentação era José Brás, um idoso⁶⁶⁵. Ele era queijeiro, seus queijos possivelmente eram servidos na casa grande do engenho e, talvez, comercializados.

Diversos escravizados eram lavradores, apesar de nos inventários constarem apenas três escravizados com a ocupação *do eito* e um de todo o serviço, acredito que lavoura e cuidado com os animais. Em algumas posses tinha mais de vinte escravizados e, por isso, acreditava-se que se fazia necessário um feitor. Dois escravizados ocupavam a função de feitor, ou seja, o que fiscalizava e punia os demais escravizados. Dentre eles, Domingos angola que era velho, bem como o outro Domingos feitor, a idade possibilitava liderança entre os escravizados e a conquista da confiança do senhor⁶⁶⁶. O primeiro, Domingos angola, gerenciava 25 escravizados. Essa atividade que era as mãos e olhos do senhor, certamente era exercida em sua maioria por homens livres e/ou libertos.

Além do cultivo, outro trabalho realizado no eito era o de criar animais. Possivelmente muitos escravizados cuidavam de animais pequenos, como galinhas, e alguns se especializaram em cuidar de animais de médio e grande porte, bois, cavalos, bodes dentre outros, os vaqueiros. Além deles, também tinham os assistentes de fazenda. Identifiquei 13 escravizados com essa ocupação, dentre eles um angola, o Luís, com 25 anos⁶⁶⁷. Os demais africanos que exerciam essa ocupação estavam em

⁶⁶² PASSOS SUBRINHO, Josué. Reordenamento do Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe. 1850-1888. Aracaju: FUNCAJU, 2000.p. 82

⁶⁶³ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁶⁶⁴ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159, 22/09/1819. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo; AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.166, 03/02/1827. Inventariada: Maria Thereza Jesus e Mello.

⁶⁶⁵ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.166, 03/02/1827. Inventariada: Maria Thereza Jesus e Mello.

⁶⁶⁶ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, cx.30,28/05/1821. Inventariado: Tenente coronel Mathias Gonçalves Pereira; AGJSE, Cartório de Aracaju, cx. 1/2308, 08/10/1818; Josefa Francisca Siqueira da Conceição.

⁶⁶⁷ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159,22/09/1819. Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira.

inventários pós 1830 e não há menção a nação. Os vaqueiros eram em maioria crioulos, além de ser uma atividade masculina era uma atividade que também requeria confiança do senhor, pois permitia mobilidade física para os escravizados. Novamente uma atividade que requeria confiança exercida por um escravizado angola.

Quatro escravizados trabalhavam com barcos, jangadas, pescando, ou ainda transportando cargas até o porto. Na Vila de Santa Luzia havia mais de um porto; eles eram necessários; sendo que apenas um parava as embarcações maiores. Assim, era necessário levar as cargas do Porto da Areia ou ainda das propriedades para o das Farinhas, onde aportavam embarcações maiores. Por isso, jangadas e canoas estavam em alguns inventários, em São Cristóvão também tinham esses bens nos inventários. Apenas um africano foi identificado nessa função; Francisco de *nação* jeje, que tinha como parceiro de ofício o mulato Basílio, que era velho, possivelmente seu instrutor no ofício ou nas rotas⁶⁶⁸.

Os portos de Laranjeiras, Estância e Itaporanga tinham grande movimento, além das diversas embarcações, como jangadas, sumacas e iates também circulavam pessoas de diversas nacionalidades, incluindo africanos⁶⁶⁹. Algumas atividades exercidas pelos escravizados ou ainda por libertos não apareceram nos inventários, dentre elas temos a de marinheiro. Um africano da costa da mina trabalhava no porto de Itaporanga, possuía 30 anos⁶⁷⁰. Eis outra atividade especializada e que requeria confiança do senhor, pois o escravizado tinha mobilidade, ficando grande parte do tempo distante da senzala.

Outra atividade não citada nos inventários era o trabalho nas salinas, possivelmente também exercida por escravizados, incluindo os africanos. Segundo Marcos Souza, nos anos secos tiravam sal marinho das praias de Aracaju. As pessoas faziam grandes fossos, depositavam ao sol, esperavam secar e quando evaporavam restava o sal cristalizado que era vendido no interior de Sergipe e para a Bahia⁶⁷¹. Os 32 senhores de São Cristóvão possuíam 123 escravizados e dentre esses 27 africanos, certamente alguns desses, principalmente nos anos secos, trabalhavam retirando o sal das salinas.

⁶⁶⁸ AGJSE, Cartório de Estância, cx. 15/495, 08/07/1825. Inventariado: Joze Fernandes de Souza.

⁶⁶⁹ AN, X-M- 67. Relação das embarcações que pertencem a esta Província existente no ano de 1829; APES, pacotilha 472 Lista de indivíduos que haverão emprego no alto mar do termo da Vila de Santa Luzia 1824; APES, Pacotilha 472. Lista de todos os indivíduos empregados no Mar Pertencentes ao Porto de Itaporanga Sergipe 22 de outubro de 1824

⁶⁷⁰ APES, Pacotilha 472. Lista de todos os indivíduos empregados no Mar Pertencentes ao Porto de Itaporanga Sergipe 22 de outubro de 1824, p.1.

⁶⁷¹ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a capitania de Sergipe*. Sergipe/Aracaju. p.17

Os escravizados especializados eram mais caros, principalmente os mestres de açúcar, ferreiros, alguns carpinteiros e alfaiates. Os preços oscilaram no período de 1801 a 1835. Nas tabelas seguintes podem ser observadas as mudanças nos valores dos homens e mulheres escravizados. Para calcular a média de africanos utilizei os dados dos africanos de todas as localidades. Utilizei na amostragem os africanos com idade entre 15 e 50 anos, retirando os que possuíam doenças. Percebi que a queda era mais acentuada nos africanos com idade superiores a idade citada. Na tabela 4.12 considerei todos os africanos entre a faixa etária citada:

Tabela 4.12
Preços de homens e mulheres africanos

Africanos	Homens	Mulheres
1801 a 1809	124\$00	126\$133
1810 a 1819	118\$46	112\$5
1820 a 1829	148\$078	153\$605
1830 a 1835	303\$873	271\$048

Fonte: Inventários *post-mortem* (1801-1835).

Conforme pode ser notado, os preços entre os anos 20 e 30 dos Oitocentos aumentou consideravelmente. Mais de 100% entre os homens; as mulheres, cerca de 77%. Os preços entre homens e mulheres eram próximos, apenas na última década ocorreu um distanciamento. O aumento foi devido ao acirramento da legislação contrária ao tráfico pós 1830.

Dentre os escravizados africanos os angolas eram os mais valorizados, excetuando na última década. Eles também estavam entre os que mais possuíam especialização, o que pode ter contribuído para os altos valores. A tabela seguinte mostra os preços de homens e mulheres angolas. Ver tabela 4.13:

Tabela 4.13
Preços de homens e mulheres angolas

Angola	Homens	Mulheres
1801 a 1809	144\$731	103\$448
1810 a 1819	133\$688	112\$083
1820 a 1829	161\$654	139\$727
1830 a 1835	254\$363	252\$037

Fonte: Inventários *post-mortem* (1801-1835).

Para a elaboração da Tabela 4.13 foram considerados os angolas das Vilas de Santa Luzia, Santo Amaro, Itabaiana e da Cidade de São Cristóvão. Percebe-se que também havia um equilíbrio nos preços entre homens e mulheres angolas. Com esse

dado percebe-se que os senhores que preferiam os jejes não tinham uma quantidade maior devido à oferta do tráfico, já que eles eram mais baratos que os angolas.

Para realizar a Tabela 4.14 calculei os preços dos homens e mulheres jejes das Vilas de Estância e Santo Amaro e da Cidade de São Cristóvão, as localidades que possuíam um maior número de jejes.

Tabela 4.14
Homens e mulheres jeje

Jeje	Homens	Mulheres
1801 a 1809	123\$367	111\$500
1810 a 1819	124\$736	128\$055
1820 a 1829	158\$518	151\$190
1830 a 1835	283\$333	170\$000

Fonte: Inventários *post-mortem* (1801-1835).

As mulheres de *nação* jeje eram valorizadas, pois custavam valores mais altos que as angolas. A exceção foram os últimos anos. Já os homens angolas eram mais valorados que os jejes. Só nos anos trinta que ocorreu uma inversão na valorização dos homens de *nação* jeje, possivelmente devido a uma grande oferta desses escravizados nesse período.

Por fim, pontuarei os preços dos homens e mulheres escravizados nascidos no Brasil. A tabela 4.15 mostra que eles eram mais baratos que os africanos.

Tabela 4.15
Homens e Mulheres Nascidos no Brasil

Nascidos no Brasil	Homens	Mulheres
1801 a 1809	115\$149	108\$772
1810 a 1819	119\$583	111\$445
1820 a 1829	153\$022	136\$071
1830 a 1835	264\$936	248\$784

Fonte: Inventários *post-mortem* (1801-1835)

Analisando a tabela 4.15 percebe-se que os preços dos nascidos no Brasil também aumentaram na década de 30 dos Oitocentos. Em decorrência das restrições do tráfico. Por fim, também havia um equilíbrio entre os preços de homens e mulheres. O distanciamento entre os preços entre nascidos no Brasil e africanos ocorreu nos anos trinta dos Oitocentos, até então as diferenças eram pequenas.

Por fim, os angolas e outras nações centro-ocidentais como congos, benguelas e cabindas, acompanhados dos jejes, foram as grandes nações nos Oitocentos. Alguns deles fizeram suas comunidades. Esses escravizados foram os que mais conseguiram

legalizar suas uniões, bem como os que tiveram mais acesso a especialização, principalmente as que requeriam mais confiança. Por fim, o leque de nações se ampliou nos últimos anos, entre 1821 a 1835.

CAPÍTULO V

OS HOMENS E MULHERES AFRICANOS NAS IRMANDADES DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS NAS TERRAS SERGIPANAS

Em 1813, a africana mina Rosa Benedita, liberta, solteira e sem filhos, vivia na Vila de Santo Amaro, *mais famosa e rica de toda a Capitania*⁶⁷², na rua da Santa Cruz em casa própria. Ela se autoidentificou como proveniente da Costa da Mina, Gêntio da Guiné. Veio para o Brasil em tenra idade, possivelmente próximo a década de 50 do século XVIII, e, por isso, não recordava os nomes dos pais. Foi escrava de Inácia Queiroz e adquiriu sua alforria, possivelmente nos Setecentos, através da compra. Após tornar-se forra conseguiu adquirir alguns bens, dentre eles dois tabuleiros, um par de brincos de ouro no formato de lagartixa, além de botões também de ouro, dentre outras posses, como uma escrava chamada Tereza a quem alforriou em testamento.

Rosa Benedita fazia parte da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, sediada na Vila citada. Entre as suas últimas vontades estava a de alforriar a sua escrava. Desejo esse que foi cumprido pelo seu testador, o crioulo João Valentino. Rosa Benedita possivelmente mercadejava, foi uma escravizada do ganho, sobrevivia do trabalho com o seu tabuleiro. Com essa renda comprou sua alforria, uma escrava, construiu a casa em que residia e estava construindo uma segunda quando faleceu. Sua escravizada deveria ajudá-la nas vendas e por isso ela possuía dois tabuleiros. Essa atividade foi interrompida quando adoeceu e foi ajudada financeiramente pelo crioulo baiano João Valentino, com quem também estabeleceu uma relação de solidariedade, possivelmente eram duas pessoas que não possuíam relações familiares em terras sergipanas e, assim, construíram laços de solidariedade. Rosa Benedita faleceu em 1816, e pediu para ser enterrada na Capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ela possuía dívidas com o crioulo João Valentino e o instituiu como herdeiro no seu testamento. Esse fato evidencia uma gratidão pelo referido crioulo, quiçá um liberto⁶⁷³.

⁶⁷² Descrição de Marcos Souza sobre a Vila em 1808. Ver: SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a capitania de Sergipe, ano 1808*. Sergipe: Aracaju, 2005.

⁶⁷³ AGJSE, Cartório de Santo Amaro. 20/02/1816, Caixa 01/1764. Inventariada: Rosa Benedicta.

Através dessa breve narrativa se tem a notícia de uma mulher africana forra que participou da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Santo Amaro, possivelmente no final do século XVIII e início do XIX. Todavia, inúmeros africanos, homens e mulheres, ingressaram nessas associações; além deles, os crioulos, brancos e pessoas de *cor*. Os historiadores têm estudado as irmandades há algum tempo, incluindo as dos Homens Pretos, e vários são os temas enfocados sobre essas: as construções das suas capelas, a composição étnica, dentre outros⁶⁷⁴. Neste capítulo abordarei a participação de africanos e africanas nessas Instituições, bem como as nações africanas que foram possíveis de serem identificadas nessas irmandades. Também pontuarei alguns aspectos das Irmandades dos Homens Pretos de Sergipe, priorizando as que tinham como devoção Nossa Senhora do Rosário, pois essas foram as majoritárias; apontarei alguns aspectos da sua organização, bem como dados sobre as construções de suas Capelas, dentre outros. As Capelas dessas Irmandades, bem como as Associações, foram lugares frequentes de trânsitos dos africanos em Sergipe; nos momentos de batismo, nas festas dos santos da Capela da Irmandade, quiçá nos casamentos e, por fim, diversos africanos, bem como seus filhos foram enterrados nessas irmandades.

Debruçar-me-ei com mais atenção sobre as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que ficavam localizadas em São Cristóvão, a de Santo Amaro, a do Saco do Rosário, a de Lagarto, Estância e Vila Nova. Em São Cristóvão havia duas Freguesias: Nossa Senhora da Vitória e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e em cada uma delas tinha uma Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. No entanto, me deterei mais na que ficava localizada na primeira Freguesia. Ressalto que além das Irmandades do Rosário, os homens pretos em Sergipe também construíram confrarias para São Benedito e São Martírios.

No primeiro capítulo foi visto que ocorreu um crescimento no número de engenhos no final do século XVIII e início do XIX, que possibilitou uma maior importação de escravos africanos e que também favoreceu uma intensificação da vida urbana em Sergipe. Esse dado contribuiu para o surgimento de irmandades, capelas, ordens terceiras dentre outros. Com a economia em efervescência, as famílias abastadas

⁶⁷⁴ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986; REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: [s.n.], 2005. QUINTÃO, Antônia. *Lá vem o meu parente*. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco no século XVIII. São Paulo: Ana Blume/FAPESP, 2002. SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. A Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo: Nacional, 1978.

construíram casas nas vilas, assim podiam fazer melhores negócios, participar das festas religiosas e da esfera política da Capitania⁶⁷⁵.

No século XVIII, há notícias da existência das Irmandades dos Homens Pretos em São Cristóvão, Estância, Lagarto, Santo Amaro, Vila Nova e do Rosário do Saco. A de São Cristóvão teve seu compromisso aprovado em 1769, a de Lagarto em 1771, Estância em 1772, a de Santo Amaro teve seu compromisso enviado para a Mesa de Consciência e Ordens em 1783 e recebeu a provisão do Arcebispado da Bahia em 1786; a de Vila Nova teve seu estatuto aprovado em 1800, por fim, a de Rosário do Catete produz documentos desde 1732. No entanto, até o momento, só foram encontrados o compromisso de três irmandades: a de São Cristóvão, Lagarto e Vila Nova⁶⁷⁶.

As irmandades eram associações de leigos que possuíam uma devoção comum, cuja finalidade era a ajuda mútua, socialização e diversão; além do enterro cristão que era um aspecto muito importante. Essas associações foram muito comuns no período colonial, no século XIX, e contribuíram para a conversão e propagação do catolicismo⁶⁷⁷.

Para Mintz e Price, as instituições criadas por africanos no Novo Mundo, ou as que eles participavam em interação com os senhores, foram criadas nos primeiros anos após a chegada dos mesmos a América. As irmandades são exemplos dessas instituições criadas pelos africanos dentro das possibilidades do Novo Mundo e que permitiu aos africanos se relacionarem com pessoas livres, pobres ou não, em uma esfera que não era o da intimidade, nem o do trabalho. Utilizo aqui a ideia de instituição de Mintz e Price: “qualquer interação social regular ou ordeira que adquira um caráter normativo e, por conseguinte, possa ser empregada para atender a necessidades reiteradas.”⁶⁷⁸ Essas

⁶⁷⁵ MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986, pp.145-146; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

⁶⁷⁶ Torre do Tombo, Estatutos das Irmandades Lagarto, São Cristóvão e Vila Nova. Correspondência da Mesa de Consciência e Ordens. Agradeço a Lucilene Reginaldo por ter cedido esses estatutos.

⁶⁷⁷ MELO, Veríssimo. “As confrarias de N. S. do Rosário como reação Contra-aculturativa dos negros no Brasil”. In: Salvador: *Afro-Asia*, nº13, 1980, pp.107-118. BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986. REIS, João J. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996, pp. 7-33. REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: [s.n.], 2005. SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. Alguns autores abordam como um espaço de resistência dos africanos, outros como um local de incorporação de valores dos senhores, e outros intelectuais defendem como uma instituição que permitia reconstrução de identidades. É essa perspectiva que estou adotando, pois as irmandades permitiam vários momentos de sociabilidade e construção de laços.

⁶⁷⁸ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura*

necessidades eram diversas: o zelo com a morte, construção de laços de solidariedade dentre outros. Os africanos que chegaram às terras brasileiras no momento em que já existiam essas Instituições encontraram mais espaços para construir laços de solidariedade e de (re)construção de identidade étnica.

5. 1 As Irmandades Setecentistas

As irmandades religiosas, incluindo as dos Homens Pretos de Sergipe, constituem um tema já visitado por alguns pesquisadores. Embora existam irmandades que não foram estudadas, como a de Nossa Senhora do Rosário de Brejo Grande e a de Santo Amaro. Thétis Nunes, uma das estudiosas dessa matéria, afirma que muitos negros fizeram parte das irmandades do Rosário em Sergipe, seguidas pelas de São Benedito⁶⁷⁹. Vanessa Oliveira também concorda com a assertiva da autora citada: a primeira devoção dos negros em Sergipe seria Nossa Senhora do Rosário e a segunda devoção mais popular São Benedito. Oliveira conseguiu mapear quatro irmandades com devoção ao Santo Preto nas terras sergipanas no século XIX. As mesmas ficavam localizadas em Estância, São Cristóvão, Santa Luzia e Laranjeiras e, posteriormente, fundiram-se à Irmandade do Rosário. Por fim, também havia irmandades do Rosário que festejavam o citado santo, como a de Lagarto⁶⁸⁰.

Ressalto que essas irmandades possivelmente foram criadas algum tempo antes da aprovação dos seus estatutos. Os Irmãos da Associação de São Cristóvão, por exemplo, informam que não sabiam da necessidade de se fazer o estatuto devido ao fato de serem *ignorantes*; assim justificaram o fato de não terem feito o citado documento anteriormente. Outro aspecto importante é que após 1765, no período de gestão do Marques de Pombal, os compromissos das irmandades tinham que ser aprovados pela Coroa Portuguesa, para isso eles deveriam ser enviados à Mesa de Consciência e Ordens em Lisboa. Desse modo, a Coroa exerceria um maior controle sobre as irmandades.

afro-americana: uma perspectiva antropológica. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Pallas: Universidade Candido Mendes, 2003.

⁶⁷⁹ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

⁶⁸⁰ OLIVEIRA, Vanessa. *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - Se (século XIX)*. São Cristóvão: UFS, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia); SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Salvador: UFBA, 2004. (Dissertação de Mestrado).

Anteriormente, entre 1707 e 1765, as autoridades avaliavam os compromissos utilizando as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia⁶⁸¹

No alvorecer do século XIX, as irmandades dos homens pretos proliferaram nas terras sergipanas, concomitantemente ao aumento na população escrava e forra, africana e crioula, como também pelo acréscimo no número de vilas. Além das já citadas, foram criadas as irmandades do Rosário dos Homens Pretos nas vilas de Frei Paulo, Itabaiana, São José, Propriá, Brejo Grande, Itabaianinha, Divina Pastora e Laranjeiras⁶⁸². Boa parte das vilas onde elas estavam localizadas era pouco habitada, pois a maioria da população vivia em sítios, engenhos e fazendas. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Povoação do Saco ficava no interior de uma propriedade. Antonil cita a existência de devoções ou Irmandades no interior de uma propriedade⁶⁸³. Assim, elas parecem ter sido frequentes no Brasil Seiscentista.

Retornando aos estatutos, neles ficava explícito quem poderia participar da confraria e da mesa diretora, o que evidenciava os grupos que tinham o poder na irmandade; se homens e/ou mulheres, brasileiros e/ou africanos e quais as nações dos últimos. Enfim, esse documento aponta as nações possíveis e as que ficariam na mesa diretora, a condição jurídica, estado civil, a cor e o gênero das pessoas que podiam ingressar na irmandade. Como também, as finalidades da associação, os cargos existentes, bem como quem podia ocupá-los também ficava explicitado nos estatutos. Por fim, os deveres civis e religiosos dos confrades e os seus direitos. Dentre as finalidades era comum constar a ajuda mútua. A confraria ajudava um irmão e/ou a sua família, caso o irmão adoecesse, ficasse em miséria, ou morresse. Outro escopo delas era o de cuidar dos ritos ligados à morte, como missas, velórios e sepultamentos dos irmãos. No século XIX, algumas delas tinham cemitério; a maioria tinha um jazigo em algum cemitério. Outro objetivo era organizar a festa da padroeira da irmandade; as festas eram um momento importante das confrarias⁶⁸⁴. E, por fim, em algumas irmandades de homens pretos constava comprar a alforria dos irmãos⁶⁸⁵.

⁶⁸¹ BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.

⁶⁸² OLIVEIRA, Vanessa. *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - Se (século XIX)*. São Cristóvão: UFS, 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia)

⁶⁸³ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

⁶⁸⁴ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991;

⁶⁸⁵ QUINTÃO, Antônia. *Lá vem o meu parente*. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco no século XVIII. São Paulo: Ana Blume/FAPESP, 2002.

5.1.1 Administração

Ainda nos estatutos, constavam os cargos das associações religiosas, quem podia ocupá-los e suas obrigações. Os cargos eram muito parecidos: procurador, escrivão, juízes dentre outros. Ao olhar sobre as categorias que ocupavam os cargos percebe-se quais grupos, conforme foi citado, tinham o “domínio” da irmandade: grupo racial, étnico ou social. Havia algumas semelhanças na administração das irmandades, dentre elas eram comuns os cargos de tesoureiro, escrivão, juízes e juízas, mordomos e mordomas. O que evidencia que possivelmente essas irmandades trocavam informações, por isso tinham semelhanças na administração e nas taxas. Na de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova havia ainda os juízes de mesa e de coroa, o que a distinguiu das demais.

Os mordomos e mordomas cuidavam de arrumar os altares, avisavam aos confrades o falecimento de algum irmão e participavam dos enterros. Iam às missas e faziam sua iluminação. Possivelmente, havia separações dessas atividades entre os homens e as mulheres. Rosa de Santa Anna Gomes, possivelmente uma mulher *de cor*, era confrade das Irmandades dos Martírios, São Miguel e Nossa Senhora do Rosário, todas localizadas na Capela de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão. Provavelmente era mordoma da primeira irmandade, pois no seu testamento deixou toalhas para o altar do Senhor dos Martírios⁶⁸⁶. Em Vila Nova, os mordomos e mordomas deveriam ainda esmolar para a festa da Nossa Senhora. Evidenciando que a irmandade tinha recursos parcos para realizar a sua grande festa. Havia em Portugal um costume de recolher doações nas folias em nome dos reis da festa e nas aldeias centro-ocidentais africanas também se enviava tributos para o rei. Ou seja, a prática de esmolar para uma finalidade remetia a costumes africanos e não iria de encontro aos costumes lusitanos⁶⁸⁷.

Outro cargo ocupado por homens e mulheres era o de juiz. Cabia aos juízes e juízas cuidar das questões políticas e administrativas da irmandade, mas não eram responsáveis por seus documentos. Como citado anteriormente, na irmandade de Vila Nova havia a figura do juiz e juíza de coroa. Para Reginaldo e Almeida, que estudaram a irmandade de Vila Nova, a nomenclatura juiz de coroa seria um termo usado pelos

⁶⁸⁶ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 03.69, 1830. Testamento de Rosa de Santa Anna Gomes.

⁶⁸⁷ SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.p.209.

irmãos do Rosário de Vila Nova para disfarçar os reis negros⁶⁸⁸. Em São Cristóvão, no início dos Oitocentos, os jejes também possuíam os seus reis, conforme citado no capítulo quarto. Além de Vila Nova, São Cristóvão, a povoação do Bom Jesus em Santo Amaro também realizava a coroação dos reis no dia seis de Janeiro, São Benedito. Em 1828, o Presidente da Província, Manoel de Deus Machado, não permitiu que ocorressem as coroações devido aos boatos de insurreição de escravizados. E, em 1829, o capitão-mor mandou ofício perguntando como proceder, pois os negros, cativos e forros, estavam prometendo pegar as coroas e realizar a coroação dos seus reis⁶⁸⁹.

Os cargos de escrivão e tesoureiro eram ocupados por homens livres e/ou libertos. Na irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão e a de Lagarto além de homens e livres tinham que ser brancos. O recorte da cor é justificado devido à necessidade de que fossem pessoas alfabetizadas e familiarizadas com os números, pois os mesmos se ocupariam dos documentos da irmandade, como o livro de assento dos irmãos e das finanças da instituição. Desse modo, acredita-se que possivelmente não haveria homens negros no século XVIII que atendessem a esses critérios. Assim, as mulheres e os homens negros, africanos ou não, eram excluídos desses cargos. Luiz de França Vianna, tesoureiro da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Saco, possivelmente era pardo, pois seus filhos eram livres e classificados pelo vigário como pardo; ele também era alfabetizado, ou seja, preenchia os pré-requisitos para ser tesoureiro⁶⁹⁰. O mesmo tesoureiro era frequentador da Capela do Rosário da sede da Vila de Santo Amaro, tanto levava seus escravizados para batizarem seus filhos nessa Capela como também ele foi padrinho de escravizados, incluindo africanos⁶⁹¹. Maria, africana, escrava de João Nepomeceno, foi batizada em 1822 e teve como padrinho o citado Luiz de França Vianna⁶⁹². Outro tesoureiro pardo foi Antônio Correia de Vasconcelos, que ocupava o cargo na Irmandade de São Benedito de São Cristóvão, localizada na Capela do Rosário⁶⁹³.

⁶⁸⁸ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: [s.n.], 2005.; ALMEIDA, Ivânia Maria. *“Irmãos de Cor e Crença...” Análise do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco*. São Cristóvão: UFS, 2005. (Monografia de História)

⁶⁸⁹ APES, pacote 150, Ofício do Capitão-mor da Povoação do Bom Jesus ao Presidente, 12-11-1829. In: MOTT, Luiz. *Sergipe...pp.57-58*.

⁶⁹⁰ Paróquia de Santo Amaro, Livro 2 de batismo, 1816-1823.

⁶⁹¹ Ressalto que a Capela do Amparo onde possivelmente abrigava a Irmandade dos Homens Pardos teve a sua construção concluída em meados de XIX.

⁶⁹² Paróquia de Santo Amaro, Livro 2 de batismo, 1816-1823, p. 172v, 08/09/1822. Registro de batismo de Maria.

⁶⁹³ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx.69, 18/08/1827. Testador: Antônio Correia de Vasconcelos.

Segundo Silva, nas irmandades de Cuiabá, com o decorrer do tempo, esses cargos também foram ocupados por negros. A autora encontrou 10 negros, dentre esses 5 pretos⁶⁹⁴, 1 pardo, 3 crioulos e um índio que sabiam ler, de um universo de 89 pessoas que faziam parte da irmandade dos homens pretos.⁶⁹⁵ O juiz presidente da Irmandade do Rosário de Vila Nova assinou a petição solicitando a aprovação no compromisso nos Setecentos; o de Santo Amaro também assinou uma petição no início do XIX, assim sabe-se que em Sergipe também tinha negros alfabetizados, já que esses cargos eram ocupados por homens pretos, crioulos ou africanos.

5.2 Valores e arrecadação

Os estatutos das três confrarias de Nossa Senhora do Rosário, localizadas em São Cristóvão, Lagarto e Vila Nova, encontrados até o momento, mostram que os meios de arrecadação das confrarias não diferem de outras estudadas por pesquisadores sergipanos e nacionais. A arrecadação se dava através das taxas de entrada e as do dia da festa de Nossa Senhora, as anuidades, as esmolas e os valores pagos pelos não irmãos para serem enterrados. O pároco de Santo Amaro elencou as citadas formas de arrecadação para a Irmandade do Rosário da sua Vila e acrescentou as ofertas ou doações dadas pelos fiéis não irmãos. Através de dados retirados dos inventários de São Cristóvão, acrescento os valores que os familiares pagavam para que as irmandades acompanhassem o corpo do seu ente querido, bem como as taxas para que os sinos fossem tocados no cortejo fúnebre. Enfatizo que os irmãos que faziam parte da mesa diretora pagavam taxas altas para a realização da festa da irmandade.

A confraria de São Cristóvão e a de Lagarto tinham valores semelhantes para o pagamento de entrada e no momento das festas; os valores eram dois tostões para o homem solteiro e um cruzado caso fosse casado, esse valor seria pelos dois; para a festa, quatro vinténs se solteiro e meia pataca se casado. Em Vila Nova cada novo irmão ou irmã pagaria duas patacas pela entrada; e, em caso de estar velho ou moribundo, sua taxa de entrada seria de 10 a 16 mil réis, ou seja, entrar na irmandade em um momento próximo do falecimento custaria mais caro.

⁶⁹⁴ Possivelmente africanos.

⁶⁹⁵ SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. Cuiabá: UFMT, 2001. (Dissertação de Mestrado)

Segundo Reginaldo, as pretas pobres pagavam ao Senado em Lisboa, Portugal no século XVIII, a taxa de um cruzado para mercadejarem seus produtos⁶⁹⁶. O cruzado equivaleria a 400 réis; o dízimo que a colônia pagava sobre a produção era calculado em cruzados⁶⁹⁷. A pataca era uma moeda que valeria um pouco menos que o cruzado, 320 réis⁶⁹⁸. Deduzo que cada tostão era um valor igual ou menor a 100 réis. O tostão e o vintém eram moedas com valores menores que o cruzado e a pataca. Assim, concluo que esses valores eram pequenos, mas requeria um acúmulo por parte dos escravos, fossem africanos ou nascidos na Colônia, mulheres ou homens para ingressarem nas irmandades, como também dos libertos e livres. Lembro que também havia as taxas periódicas.

Um debate feito entre os estudiosos das irmandades é de quem seria responsável pelo pagamento de taxas dos homens e mulheres escravos nas irmandades, uma vez que possivelmente alguns dos africanos e crioulos no interior das irmandades não possuíam condições de arcar com estes custos. Possivelmente os senhores poderiam arcar com os custos de alguns dos escravos em uma atitude paternalista. Alguns homens e mulheres senhoras de escravizados, incluindo de alguns africanos que foram batizados na Capela do Rosário de Santo Amaro, deixaram ofertas para as irmandades, o que pode indicar que esses senhores pagavam uma parte das taxas dos escravizados irmãos. Em 1821, Maria Accioli, por exemplo, senhora do engenho Mato Grosso em Santo Amaro, deixou esmolas para as duas Irmandades do Rosário da Vila de Santo Amaro, a da sede e a do Saco. Oito escravizados da senhora de engenho foram batizados na Capela da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, incluindo Benedito, africano que foi batizado em 1820. Pelo grande número de escravizados que se deslocaram para a citada Capela, conclui-se que alguns deles possivelmente eram irmãos; ênfase que entre os padrinhos dos seus escravizados tinham pessoas na mesma condição jurídica, bem como libertos e/ou livres. Ou seja, alguns senhores contribuía com a Irmandade dos seus escravizados.

Entretanto, alguns homens e mulheres escravos podiam vender produtos da sua roça ou prestar serviços para outros nos seus momentos de folga. Assim, alguns escravos, incluindo os africanos, também pagaram seus custos na Irmandade e também

⁶⁹⁶ REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: UNICAMP, 2005, p.46. (Tese de Doutorado)

⁶⁹⁷ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁶⁹⁸ <http://www.numismatic.com.br/new/HD.pdf> acessado no dia 1 de abril de 2013.

deixavam dívidas nessas associações, haja vista constar no Estatuto um dispositivo indicando que serão cobradas dívidas dos irmãos falecidos, caso esses tivessem como arcar com os seus débitos. Alguns irmãos quitaram suas dívidas após falecimento.

Os irmãos, incluindo os africanos que ocupavam cargos, pagavam taxas maiores. Eufêmia Rodrigues, uma liberta, crioula, devia a irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto mais de dez mil réis, o que pode indicar que a mesma podia ocupar um cargo na irmandade, ou já ter ocupado ou ainda ter adquirido um empréstimo na sua confraria. No seu testamento ela mencionou a citada dívida, possivelmente por saber que seria cobrada ao seu herdeiro⁶⁹⁹.

Havia ainda irmãos livres e ou libertos que deixavam esmolas ou doações para as irmandades e, possivelmente, alguns desses irmãos livres eram senhores dos confrades que eram escravizados. Essas doações ocorreram desde a criação dessas irmandades em Sergipe, no século XVIII e perduraram no XIX. Em 1776, Maria Telles da Silva Menezes deixou dois mil réis de esmola para a irmandade de Vila Nova. Encontrei 21 doações entre 1776 e 1835 para diversas irmandades, dentre elas a de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão, da mesma invocação de Estância, de Vila Nova, Santo Amaro, Povoação do Rosário, da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro e Santa Luzia. E ainda duas doações para São Benedito, que ficava nas capelas das Irmandades citadas. Por fim, uma doação para a irmandade de São Benedito de São Cristóvão. As doações variaram entre \$960 e 100\$000 réis; no entanto, a maioria, 19 ofertas ou esmolas, oscilaram entre 2\$000 e 10\$000 réis. Algumas dessas colocaram como condição para a doação ou a esmola o acompanhamento no cortejo fúnebre. Ou seja, boa parte não era de valores grandiosos.

Em algumas situações os herdeiros não cumpriam os desejos dos testadores em doarem as esmolas. Os Irmãos de Nossa Senhora do Rosário do Socorro precisaram entrar na justiça para receber a doação que o reverendo Felipe Gomes de Sá fez para a citada irmandade no valor de 100 mil réis. Além das doações em dinheiro, as Irmandades também receberam doações de bens, alguns deles de raiz. Como a esposa de André Lopes que, em 1817, deixou a sua parte na casa para a irmandade de Vila Nova; ou ainda Alexandre Rosário que doou a sua casa, que ficava nas proximidades da Capela da Irmandade, para a Nossa Senhora do Rosário da Irmandade de São

⁶⁹⁹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 1º OF. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp.33-42, 16/03/1762. Testador: Eufemia Rodrigues.

Cristóvão⁷⁰⁰; Gonçalo Alexandrinho deixou um sítio para o Rosário em Vila Nova⁷⁰¹. Os dois últimos eram irmãos das irmandades do Rosário das suas Vilas. Havia ainda quem doasse joias, como Teresa Maria de Jesus que deixou um par de brincos para a citada Irmandade de São Cristóvão⁷⁰².

Todas essas formas de arrecadações permitiram a irmandade possuir algum capital, com isso chegavam a emprestar dinheiro aos irmãos. Esse foi o caso da Confraria do Rosário dos Homens Pretos de São Cristóvão que emprestou dinheiro ao irmão José Pedro Ratty. Saliento que desconheço sua origem, no entanto, era irmão do Rosário e fez um empréstimo no valor de 100 mil réis a irmandade, para cuidar de problemas particulares, comprometendo-se a pagar o referido valor. Ele faleceu em 1814 sem pagar a dívida, por isso, a irmandade cobrou-a da viúva e do irmão do mesmo. No entanto, José Pedro Ratty era um pobre homem e a irmandade teve que se contentar com alguns objetos, como fivela de ouro, mesa com gavetas e um relógio⁷⁰³. Seria José Pedro um escravizado que comprou sua alforria com valores emprestados pela irmandade? Ou um liberto em dificuldades financeiras?

Além dos empréstimos, o dinheiro arrecadado pela irmandade era gasto com construção e reformas das capelas, ornamentação de altares, acompanhamentos de enterros e com a realização destes, construção de túmulos, pagamentos de missas, e, sobretudo, com as festas dos santos, momento de ápice das Irmandades.

5.2.1 As Capelas das Irmandades

Cinco irmandades, São Cristóvão, Santo Amaro, Rosário do Saco, Vila Nova e Estância, construíram suas capelas até 1841, o que também evidencia uma tardia organização das confrarias. As irmandades quando surgiam ocupavam altares laterais, aos poucos iam acumulando dinheiro e construíam suas capelas. A de São Cristóvão começou a sua construção no início dos Setecentos; Rocha Pitta, a cita como capela em 1724⁷⁰⁴. Em 1757, ela consta na relação dos templos existentes na cidade e

⁷⁰⁰ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 69, 20/03/1832. Testador: José Alexandre do Rosário.

⁷⁰¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 72, 04/06/1822. Testador: Gonçalo Alexandrino de Britto Freire Vasconcelos.

⁷⁰² AGJSE Cartório de São Cristóvão, cx.63, 19/08/1816. Theresa Maria de Jesus.

⁷⁰³ AGJSE , Cartório de São Cristóvão, 21/06/1814, cx. 35. Justificação Cível, Autor: Irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos,

⁷⁰⁴ Segundo Thétis Nunes afirma que sua construção foi iniciada em 1746 e concluída na segunda metade do XVIII, no entanto, a autora não cita qual foi a fonte que menciona que a Capela é de 1746. Ver: NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.55. Por fim,

possivelmente terminada⁷⁰⁵. Outra informação sobre a Capela consta no estatuto da irmandade em 1769, que menciona a necessidade de serem feitos reparos na Capela no momento da festa de Nossa Senhora do Rosário. Em 1790, a Capela já era um local que marcava os cortejos fúnebres, pois Escolástica de Almeida de Mendonça solicitou que o seu cortejo tivesse começo na Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos até a Matriz⁷⁰⁶. Possivelmente, ela escolheu os templos mais distantes para que o seu cortejo fosse longo. Outra mostra da importância do mesmo Templo na vida religiosa da cidade foi o fato de Arcângela Pereira de Almeida, moradora da Cidade de São Cristóvão, solicitar que fosse rezada uma capela de missas no citado Espaço após a sua morte⁷⁰⁷. Por fim, Marcos Souza também cita a capela em 1808 dentre os templos que tinham na citada Vila. A capela da Nossa Senhora do Rosário abrigava a irmandade de Nossa Senhora, dos Martírios e de São Benedito. As últimas tinham suas imagens nos altares laterais. Alguns africanos eram irmãos das três irmandades. Na figura 5.1 pode ser visto a Capela na atualidade:

Em Vila Nova, segundo o vigário Joaquim de Oliveira, em 1757 já existia a Capela do Rosário; ela ocupava o lugar da Matriz, que ainda estava sendo construída. Na década de 20 da centúria seguinte poucos africanos e crioulos, libertos ou escravizados, contraíram as núpcias na Capela que abrigava a irmandade. Talvez o fato de ser uma Vila relativamente pobre fazia com que houvesse poucos párocos e assim os africanos contraíam suas núpcias na Igreja Matriz de Santo Antônio, onde deveria ser realizado a maioria dos casamentos⁷⁰⁸.

acredito que para a Capela estar finalizada em 1757 foi porque o início da sua construção é anterior a 1746.

⁷⁰⁵ NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p.55.

⁷⁰⁶ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 01 – pp.33-43, 4/10/1790. Testadora: Escolastica de Almeyda de Mendonça.

⁷⁰⁷ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1ºOF. Livros de Testamentos - CX. 62 - LV. 01 - pp. 25-33,14/02/1793. Testadora: Archangela Pereira de Almeida.

⁷⁰⁸ Secretaria Paroquial de Neópolis, Livro de casamento nº1.

Ilustração 5.1
Capela do Rosário de São Cristóvão



Fonte: Acervo Joceneide Cunha, 2011.

Em 1757, a capela da irmandade de Santo Amaro estava em fase de conclusão, também não se sabe a data de término das obras, mas posso afirmar que na capela, muitos anos depois, em 1816, eram realizados inúmeros batizados de crioulos e africanos⁷⁰⁹. Ou seja, possivelmente ela ficou pronta no final dos Setecentos.

A capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Santo Amaro era um espaço no qual transitavam os angolas, jejes, minas dentre outros africanos classificados genericamente de africanos ou de *nação*. A maioria dos angolas e jejes, bem como boa parte dos seus filhos, foram batizados no Templo citado⁷¹⁰. A escolha pela Capela do Rosário pode ter ocorrido pelos escravizados, incluindo os que eram irmãos e irmãs do Rosário, o que evidencia que a Irmandade possivelmente era um espaço de trânsito das nações citadas.

Ainda nos Setecentos, em 1752, os irmãos do Rosário da Freguesia do Perpétuo Socorro pagaram a dívida de 100\$000 réis que fizeram com Marques de Souza, tendo como fiador o capitão João Ferreira para construírem a sua Capela. Ou seja, nesse

⁷⁰⁹ SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a capitania de Sergipe, ano 1808*. Op. Cit.; AHU, Projeto Resgate – Bahia, doc. nº 2.708, anexo ao 2.666. Relação dos lugares, povoações, distância da Freguesia à Vila Nova Real do São Francisco, pelo Vigário Joaquim Marques de Oliveira; Livros de Batismo, número 1.

⁷¹⁰ Paróquia de Santo Amaro, Livros de Batismo de Santo Amaro, nº2 e 3.

período a Irmandade já existia e tinha organização e credibilidade suficientes para pegar dinheiro emprestado e saber que precisava das notas comprovando o pagamento⁷¹¹.

No início dos Oitocentos, 1818, a Capela dos Irmãos do Rosário da Povoação de Rosário do Catete já era construída; era de pedra e cal, possuía dois altares laterais, um com a imagem de São Benedito e outro com a imagem de Santa Ana. Além disso, tinha também dois confessionários, além de altares e púlpitos de madeira e pintados⁷¹². Ou seja, era uma capela bem estruturada e com requintes arquitetônicos, o que evidencia a circulação de dinheiro e bens entre os africanos da irmandade. A irmandade em questão acertou com o mestre José Simão do Rosário o valor de 160 mil réis para que ele fizesse o retábulo novo da igreja: esse valor seria pago em duas prestações anuais. Os altares laterais podem indicar outras confrarias ou ainda devoções familiares. No entanto, a construção da capela remonta ao século XVIII; o terreno foi doado por Rodrigo de Campos Caldas e sua mulher Anna Correa no engenho Jordão. Além disso, o filho do casal, Jorge de Campos, doou quatro *tarefas* de cana para que fosse erguida a capela do Rosário⁷¹³. O valor arrecadado das quatro tarefas de cana serviria para pagar os visitantes e para administrar a Capela. Possivelmente, vários africanos e crioulos libertos viraram foreiros dessas terras e pagavam taxas para cultivá-la; as terras possuíam cerca de 42 foreiros que pagavam taxas anuais que oscilavam entre 100 e 200 réis. Essa Irmandade surgiu no início do século XVIII, dentro de uma propriedade e com a ajuda do Senhor, que também era devoto de Nossa Senhora do Rosário⁷¹⁴. Possivelmente, Rodrigo de Campos Caldas, sua esposa e filho tentaram cumprir as sugestões dos eclesiásticos do período, de ensinar a doutrina e permitir que os escravos tenham suas devoções cristãs.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Povoação de Estância iniciou as obras da sua Capela na segunda metade do século XVIII. Algumas das pessoas que residiam na povoação na centúria citada deixaram esmolas para a construção da Capela. Em 1776, Apolônia Soares dos Prazeres, moradora de um sítio na Biriba, deixou dois mil réis para as obras da Capela de Nossa Senhora do Rosário da Povoação de Estância. Além dela, Francisca de Serqueira Pacheco também doou cinco mil réis para as obras,

⁷¹¹ AGJSE, São Cristóvão, Cartório 1º Ofício, Livro de Notas. Cx. 01-52- Lv. 03 – Fls. 35-36.11/04/1752.

⁷¹² AN. Relatório da Vistoria realizado pelo provedor, 9/12/1818, cx. 291.

⁷¹³ A tarefa é uma medida agrária constituída por terras destinadas ao cultivo de cana de açúcar. Cujo tamanho na atualidade varia de acordo com o Estado. No Ceará equivale a 3.630m², em Alagoas e em Sergipe a 3.025 m² e na Bahia a 4.356 m². In: http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf acessado dia 01/04/2013.

⁷¹⁴ AGJSE, Cartório de Rosário, Cx. 01- 1668, 30/01/1796. Ação de Prestação de Contas.

que deduzo serem as de construção do templo. As duas eram senhora de escravizados e talvez alguns deles fossem irmãos da Irmandade e, por isso, elas fizeram as citadas doações. Além disso, as duas possuíam relações com escravos de outros senhores, a primeira devia dinheiro a dois escravos que não pertenciam a ela, mas sim ao seu compadre Antônio Ferreira Soares; a segunda doadora era comadre da escrava Juliana mulata, que pertencia a sua filha. Nessa capela do Rosário tinha um altar com São Benedito que também recebeu esmolas. Segundo Francisco Alves a capela encerrou a sua construção em 1841⁷¹⁵.

Referente à capela do Rosário de Lagarto sabe-se poucas informações de quando foram iniciadas suas obras. No Estatuto de 1771 já menciona que a festa de Nossa Senhora do Rosário seria na Capela, mas não deixa evidente que seria no templo dedicado a mesma Santa da Irmandade. Até 1835, não encontrei nem batizados nem casamentos sendo realizados na citada Capela; nesse período os africanos e seus filhos casavam e se batizavam, ou ainda a seus filhos, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, o que indicia que o Templo da Irmandade não existia até a data citada. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que existe atualmente em Lagarto, ficou pronta em meados do XIX; na segunda metade do mesmo século passou por inúmeras reformas⁷¹⁶. No entanto, não é possível afirmar que a capela foi terminada no XIX e que abrigava a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Irmandade que surgiu no XVIII. Sobre a localização da Capela também ficava em uma região periférica da Vila. Em suma, logo após a criação das irmandades elas se organizavam em torno da construção de suas capelas, em seguida, faziam seus ornamentos.

Pinheiro mostra que boa parte dos irmãos do Rosário de Mariana, Minas Gerais, no século XVIII, era de *nação* mina. Eles esmolaram, cobraram as taxas, enfim utilizaram de vários recursos para acumularem dinheiro para construírem suas igrejas⁷¹⁷. No caso de Sergipe, pouco se sabe quais foram as estratégias utilizadas, possivelmente não foram diferentes. No entanto, as igrejas eram construções que se faziam lentamente, por isso os irmãos também podem ter utilizado de vários expedientes para a construção de suas capelas. Segundo Vanessa Oliveira, os irmãos do Rosário contavam com

⁷¹⁵ ALVES, Francisco José. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância. Série Pesquisa. Notas para sua História*. São Cristóvão: UFS/PDPH, 1988.

⁷¹⁶ SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Salvador: UFBA, 2004 (Dissertação de Mestrado), p.73.

⁷¹⁷ PINHEIRO, Fernanda Aparecida. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais, 1745-1820*. Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de Mestrado)

grandes doações para as construções das suas capelas, como foi o caso da irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Divina Pastora, para a qual Antônio Leonardo da Silveira e sua mulher, Dona Anna Maria de São Joaquim, doaram um terreno no valor de 120 mil reis para construir a capela⁷¹⁸.

Ilustração 5.2

Capela de Nossa Senhora do Rosário de Lagarto



Fonte: Acervo Particular, fotografia de Hortência Santana, 2013.

Todavia, acredito também que as contribuições dos irmãos, incluindo a dos africanos, não deveriam ser parcas, pois os irmãos e o pároco de Santo Amaro se envolveram em um conflito, em 1817, com os irmãos do Rosário da Povoação de Rosário do Catete. Os primeiros reivindicavam o fechamento da confraria da povoação, já que não havia motivos para existir duas irmandades com a mesma invocação e com igual público na referida freguesia. Eles alegavam ainda que a irmandade da sede da vila de Santo Amaro não possuía um sólido patrimônio e que a outra irmandade, a da Povoação, era posterior, e retirava valores da primeira, além de enganar e explorar os irmãos. Ou seja, era uma disputa pelos irmãos e irmãs africanos e pelas suas taxas. Entretanto, a grande maioria das doações encontradas é em valores pequenos.

⁷¹⁸ OLIVEIRA, Vanessa. *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - Se (século XIX)*. São Cristóvão: UFS, 2008. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). p.92.

As Capelas, excetuando a de Vila Nova, foram construídas em lugares periféricos. Possivelmente os irmãos africanos compravam ou recebiam doações dos terrenos, como o exemplo da irmandade que ficava no engenho Jordão; em algumas situações as doações eram em lugares menos valorizados. Aos poucos, em torno dessas capelas foram sendo construídas residências de *taipa e telha*, ou seja, pessoas de poucas posses foram residir nas proximidades dessas capelas; algumas dessas casas eram dos irmãos, incluindo possivelmente os africanos e seus descendentes. Encontrei residências simples nas proximidades da Capela da Povoação de Estância e São Cristóvão. Em 1781, Quitéria Rodrigues morava no campo do Rosário na povoação de Estância. Era uma pessoa de pequenas posses, pois possivelmente só possuía dois escravos como bens e a casa velha de *taipa* orçada em 50\$000 mil réis⁷¹⁹. No XIX, Pedro Barbosa de Vasconcelos tinha uma casa na Rua do Rosário, na mesma povoação, e também possuía recursos parcos⁷²⁰. Apenas na década de 30 da centúria citada se percebe a existência de pessoas com médias posses residindo na Rua do Rosário, em Estância.

No início do século XIX, nas proximidades da Capela dos Homens Pretos de São Cristóvão existiam várias casas e alguns sítios. Antônia Francisca, Dionizio Pereira Rabello, José Francisco Santa Carrelho e Clara Maria da Conceição tinham casas de *taipa* e poucos recursos. Francisca Xavier do Nascimento e José Alexandre do Rosário tinham casas nas proximidades da Capela e eram irmãos do Rosário. O último era irmão de outras confrarias, mas todas localizadas na Capela do Rosário. O que indicia que ele possivelmente era uma pessoa *de cor*. Já, em 1812, Alexandre José Silvério tinha um sítio também nas proximidades da Capela e Zeferino José de Barros possuía terreno nas redondezas do Templo citado⁷²¹. O fato de no século XIX ainda existir sítios na proximidade da Capela evidencia que a ela foi construída em uma região pouco povoada e nos limites da Cidade. E que nos seus arredores ficavam pessoas com recursos parcos e, possivelmente, boa parte delas eram pessoas de cor, incluindo os africanos.

No Rio de Janeiro as Capelas das Irmandades dos Homens Pretos foram construídas além dos muros, conhecidos como as antigas valas. Os muros seriam construídos para a defesa de invasões de estrangeiros. Foram além dos muros que os

⁷¹⁹ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 04 – pp. 84-92. 2/11/1781. Testadora: Quitéria Rodrigues.

⁷²⁰ AGJSE. Cartório de Estância, cx. 11/491. Inventário *post-mortem* de Pedro Barbosa de Vasconcelos.

⁷²¹ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx. 159, 1812. Inventário *post-mortem* de Alexandre José Silvério; Cartório de São Cristóvão 1º ofício cx. 6, 11/07/1825. Inventário *post-mortem* de Zeferino José de Barros.

pretos, africanos e crioulos, receberam doações de terrenos para a construção dos seus templos⁷²². Em suma, grande parte das Capelas das Irmandades do Rosário de Sergipe foi construída em regiões periféricas das Vilas, não diferenciando das Capelas de outras localidades.

A proximidade das Capelas permitia aos irmãos cumprir suas obrigações com mais facilidade, como a de rezar ou ainda acompanhar os cortejos fúnebres. Bem como possibilitava que a Capela fosse um espaço de sociabilidade da comunidade que vivia em torno do Templo.

Sobre as orações, Mott pontua que as pessoas que residiam na colônia, incluindo os africanos, sabiam realizar as orações. A Rosa Egípcia, de *nação* Courá, que viveu grande parte de sua vida em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, sabia rezar o Pai Nosso e a Ave Maria.⁷²³ Possivelmente homens e mulheres africanos também aprenderam a fazer suas orações.

5.2.2 As festas dos Santos de homens e mulheres pretos

As festas eram o grande momento das irmandades e por isso em seus estatutos eram dedicados espaços para determinar algumas das suas regras. Segundo João José Reis era um sistema de troca simbólica, em que os confrades enalteciam o santo e esse, em troca, cuidaria da vida dos irmãos e da alma no pós-morte. Essa visão é compartilhada por portugueses e africanos.⁷²⁴ Uma das maneiras de enaltecer o padroeiro ou padroeira seria através da festa.

No dia da festa saíam as confrarias que existiam na Vila e, por isso, era estabelecido rivalidades entre as irmandades, incluindo entre as negras. Ressalto que as festas das irmandades eram luxuosas, portanto caras; requeriam músicos para a missa cantada, um número de ministros e um celebrante de qualidade para a missa⁷²⁵. Assim, tinha que ser um bom pregador para que atraísse os irmãos e que todos compreendessem seu discurso; esse pregador possivelmente custava mais caro. Lembro que os irmãos que possuíam cargo pagavam taxas mais altas para a festa. Assim, os

⁷²² SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p.137-138.

⁷²³ MOTT, Luiz. *A Rosa Egípcia: Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. p.66

⁷²⁴ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p.59.

⁷²⁵ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Notícias do Arcebispado da Bahia para suplicar a Sua Majestade. Em favor do culto divino e das almas, 1712. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 54, (1891), pp. 323-364.

grandes responsáveis pela festa seria a mesa diretora, tanto por serem provedores como pelo fato de organizarem a festa. Porquanto, uma boa festa com músicos, cortejos, fogos, capela bem ornamentada dentre outros seria a marca de uma boa administração, bem como evidenciaria a organização da Irmandade. Reginaldo pontua que as festas das Irmandades eram devocionais e por isso precisavam da autorização do Ordinário⁷²⁶. O que possivelmente limitava os exageros.

As festas das Irmandades da Capitania de Sergipe ocorriam em momentos distintos. E nos estatutos se determina como seria a festa. Não encontrei informações de quando ocorriam as festas das Irmandades de Santo Amaro, Povoação do Saco, Nossa Senhora do Socorro e de Estância. A festa de Nossa Senhora do Rosário em São Cristóvão acontecia na primeira oitava do Natal, ou seja, oito dias após essa festa; coincidia com a entrada do Ano Novo, momento no quando a Vila estaria em festa e, assim, escravos e forros podiam participar delas. Neste período seria o verão e mais fácil de chegar até a Vila, pois as estradas estariam melhores. Em 1712, segundo o Arcebispo da Bahia, Sebastião Vide, esse era o período mais indicado para se realizar as festas, o Natal, e ele cita a dificuldade de se locomover⁷²⁷.

Toda uma rotina de preparativos era realizada em torno dessa festa. A capela era consertada e o altar de Nossa Senhora arrumado com toalhas. Lembro que os procuradores tinham essa função. Os irmãos que residiam em lugares distantes tinham que ir para a Vila na véspera da festa, pois a eleição dos irmãos ocorria nesse momento e também deveriam se confessar, um dos sacramentos do catolicismo. A missa nos dias festivos era cantada, após o culto tinha a pregação e durante a tarde a esperada procissão. Ênfase que em São Cristóvão, além da Irmandade do Rosário possivelmente participava das procissões a dos Martírios e a de São Benedito, ambas abrigada na mesma Capela.

O critério da antiguidade era levado em consideração na precedência das procissões nos momentos festivos e nos fúnebres. O estatuto da Irmandade de São Benedito do Convento do Bom Jesus de São Cristóvão indicia que havia conflitos nas

⁷²⁶ Ordinário era um cargo eclesiástico que padres, reverendos estavam subordinados. Os Ordinários eram responsáveis pelas dioceses. Ver: MONTEIRO DAVIDE, S. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Typ. 2 de Dezembro, 1719. [São Paulo, 1853]. In: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/222291/8/000056491.pdf>, acessado dia 01 de abril de 2013.

⁷²⁷ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Notícias do Arcebispado da Bahia para suplicar a Sua Majestade. Em favor do culto divino e das almas, 1712. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 54, (1891), pp. 323-364.

ocasiões dos cortejos fúnebres e que deveria ser respeitado o critério da Antiguidade⁷²⁸. No estatuto da Irmandade em pauta também cita a obrigatoriedade de participar das festas organizadas pelas outras irmandades.

Lembro que em São Cristóvão e em Estância identifiquei escravizados músicos, trombeteiros e tocadores de clarinete. Possivelmente esses escravizados, incluindo José angola que vivia em São Cristóvão, tocavam nas missas e procissões das Irmandades⁷²⁹.

Em Lagarto a festa da Santa da Irmandade ocorria na segunda Oitava do Natal, segundo o estatuto por eles serem pobres. A festa ocorria em torno do dia seis de janeiro, dia de Reis, ou seja, a festa também fazia parte das janeiras. O estatuto menciona que, contrariando as características desse tipo de festa, a missa seria rezada apenas se os irmãos pudessem pagar a festa; ela seria com missa cantada, pregação e com a procissão que ocorreria à tarde em torno da Capela, que também deveria estar ornamentada. A missa cantada envolveria músicos, o Arcebispo Sebastião menciona que eles cobravam 12\$000 para tocarem em uma missa⁷³⁰. Talvez o valor do reverendo fosse maior que 2\$000 caso a missa fosse cantada. Lagarto não possuía uma grande quantidade de escravizados, incluindo africanos; no entanto, havia um grande número de pessoas negras libertas; por outro lado, os moradores da Vila, em sua maioria, não eram abastados; assim, o orçamento da Irmandade refletia os recursos limitados da localidade.

Ressalto que na década de 1820 havia uma tensão nas festas de final de ano. Pois sempre havia o temor de revoltas no Natal. Em algumas localidades logo após o Natal havia as festas das Irmandades dos Pretos. Muitos negros ficavam reunidos, com bebidas e danças; elementos que causavam aflição aos senhores⁷³¹.

A festa do Rosário da irmandade de Vila Nova ocorria no primeiro domingo de Outubro, com missa e procissão a tarde. No sábado, véspera da festa, a Vila ficava mais iluminada com as luminárias e fogueiras na Capela. Ressalto que a eleição e posse ocorriam no primeiro de janeiro. Os mordomos passavam todo o ano esmolando para a

⁷²⁸ IAN/TT, Chancelarias Antigas/ Ordem de Cristo, Livro 280, fl. 350v. Compromisso da Irmandade de São Benedito ereta no Convento do Bom Jesus na Comarca de Sergipe Del Rey, Arcebispado da Bahia, IAN/TT, Chancelarias Antigas/ Ordem de Cristo, Livro 280, fl. 350v. In: REGINALDO, Lucilene. O Rosário dos angolas...p.122.

⁷²⁹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.159, 22/09/1819, Inventariado: Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo.

⁷³⁰ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Notícias do Arcebispado da Bahia para suplicar a Sua Majestade. Em favor do culto divino e das almas, 1712. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 54, (1891), pp. 323-364.

⁷³¹ MOTT, Luiz. Sergipe...pp.59-72;198-201

citada festa. Assim, as festas das irmandades do Rosário ocorriam em momentos distintos. Outras Irmandades do Rosário, localizadas em outras cidades como em Salvador, também faziam a sua festa no mês de Outubro, como a Irmandade do Rosário das Portas do Carmo⁷³². Lembro que na irmandade do Rosário de Vila Nova havia o Juiz e a Juíza de Coroa, o que pode indicar que havia coroação de reis na procissão, mais um atrativo da festa. Para Reginaldo, era possivelmente uma maneira que os irmãos encontraram de disfarçar a proibição que o governo de Dom João VI fez, de coroação de reis africanos, e manter os reis e rainhas na irmandade⁷³³.

Essa Irmandade, além de cuidar da festa da sua padroeira, também possuía um calendário extenso de encontros dos irmãos através das missas, o que possibilitava sociabilidade entre os irmãos. Eram 10 missas solenes em comemoração a fases distintas da vida de Nossa Senhora, mais as de Jesus Cristo e do Patriarca de São Domingos de Gusmão⁷³⁴.

Sobre os reis, as coroações dos reis africanos em alguns momentos foram toleradas e em outras ocasiões foram reprimidas. Elas eram aceitas quando ocorriam em ocasiões oficiais do Estado Português, como casamento de reis dentre outros. Todavia, as citadas coroações não eram bem vistas quando ocorriam nos momentos de folga dos escravos e organizada por eles, pois havia excessos com bebidas dentre outros e, por isso, foram proibidas. Para Silvia Lara, entender quem estava organizando a coroação dos negros é de suma importância para compreender os sentidos da coroação e o tratamento que a mesma recebia das autoridades⁷³⁵.

No século XVIII, as coroações de reis africanos encontraram nas irmandades um locus privilegiado e no final dessa centúria foram reprimidas. No entanto, segundo Reginaldo, as mesmas continuaram ocorrendo na Bahia Setecentista⁷³⁶. Esses reis

⁷³² REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, SP : [s.n.], 2005.

⁷³³ REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, SP : [s.n.], 2005

⁷³⁴ Seis missas para as diversas fases da Nossa Senhora, dia 2 de fevereiro Purificação, 25 de março, a Anunciação, 15 de agosto a Assunção, 8 de setembro em louvor do Nascimento, no primeiro domingo de Outubro para Nossa Senhora do Rosário, 8 de dezembro para a Conceição. Para Jesus Cristo três missas, 25 de dezembro, o dia do Nascimento, outra no domingo de Páscoa e por fim no dia da Sua Ascensão. Por fim, uma no dia 4 de agosto em Louvor ao Patriarca Domingos Gusmão por ter enviado o Rosário. In: *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real D'El Rey do Rio São Francisco*. Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa. Documentos Referentes a Capitania de Sergipe – Inventário de Eduardo Castro de Almeida.

⁷³⁵ LARA, Silvia. “Significados cruzados: as embaixadas de Congos na Bahia Setecentista”. In: *Carnavais e outras F (r)estas*. Org. Maria Clementina Cunha. Campinas/CECULT: Editora UNICAMP, 2001.

⁷³⁶ REGINALDO, op. cit. p.127

fariam doações nos momentos das festas e caso eles fossem escravos seus senhores poderiam ceder dinheiro com o intuito de que os reis cumprissem o seu papel de provedores da festa. Na Irmandade de Vila Nova, os juizes de coroa só seriam eleitos caso houvesse necessidade de mais dinheiro para a festa da padroeira, o que indicia que seus papéis eram de provedores da festa. Saliento que para um senhor ter um escravo ocupando o posto de rei poderia lhe conferir status e prestígio. Antonil, tratando de uma realidade rural, recomendava aos senhores de engenho que deixassem seus escravos louvarem seus santos, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, e criassem seus reis; mas que evitasse o consumo de aguardente. E que os gastos das festas não ocorressem por conta dos juizes, mas sim do senhor de engenho⁷³⁷.

Em algumas situações os reis podiam ser homens e mulheres escravizados, ou seja, homens e mulheres escravizados podiam ter atributos que os projetavam enquanto espécies de líderes. Esses atributos podiam ser diversos, como capacidade de liderança, hábeis negociadores, possuir conhecimento de alguma habilidade peculiar ou ainda deter saberes tradicionais⁷³⁸.

Relatos de cronistas posteriores ao período estudado noticiam a existência de cortes nas festas das Irmandades do Rosário dos Homens Pretos, quiçá elas já existissem no período estudado. Segundo Serafim Santiago, lembrando o final do século XIX, no dia seis de janeiro, em São Cristóvão, os reis eram coroados e assistiam a missa ao lado do altar. Após a missa, as taieiras, os cacumbis, e a chegada se apresentavam; ou seja, os três grupos faziam parte da Corte Festiva. Esses grupos se apresentavam nas casas acompanhados pela realeza, regados a comida e bebida, como o vinho e a gengibre. Ainda em São Cristóvão, ocorria outra festa dos negros. A mesma era no dia 14 de agosto, em homenagem a Nossa Senhora da Boa Morte. Segundo as memórias de Serafim Santiago, a devoção a Nossa Senhora da Boa Morte era antiga e de africanas. A santa da devoção das mesmas ficava abrigada na Igreja do Carmo⁷³⁹. Há relatos de reis, rainhas e suas cortes que incluíam os congos nas festas da Irmandade do

⁷³⁷ REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, SP : [s.n.], 2005.; ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982.

⁷³⁸ SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.p.212

⁷³⁹ SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*, manuscrito. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Péricles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

Rosário em Lagarto, bem como em Laranjeiras⁷⁴⁰. Essas memórias evidenciam que as coroações ocorriam nas festas das Irmandades mesmo após as proibições.

Para Marina Souza, as coroações estavam associadas ao costume português, bem como as tradições da África Centro-Occidental. A festa mostra que a tradição cristã não foi recebida de forma apática pelos escravos, a presença dos “congós” indica antigas rememorações africanas. Os reinados dos congós, que não eram compostos apenas pelos congueses, recriavam rituais que aproximava a população negra, escrava e liberta, da África; e que, portanto, afastava os mesmos do mundo senhorial. No Congo, o rei, o manicongo, era eleito após a morte do anterior, após isso empossado em praça pública onde recebia as embaixadas. Ou seja, as coroações de reis nas Américas poderiam rememorar esses ritos. O Reinado do Congo tinha um papel simbólico importante para os negros no Brasil, seja pelo fato da elite ter sido cristianizada, seja por ter sido um importante reino unido, respeitado pelos vizinhos e, até mesmo, pelos europeus. Assim, a coroação de reis e rainhas negros tinha diversos significados, para algumas autoridades as coroações do reino de Congo e de Angola mostravam a autoridade do poder monárquico português, pois rememorava o êxito da conversão do reino do Congo, como também a deferência de outros reinos aos portugueses. No entanto, provavelmente eles não rememoravam apenas o êxito da catequese no Congo, porque a relação de cordialidade entre os congueses e portugueses passou por modificações, mas o Congo continuou sendo referência de um reino africano que “civilizou-se” por conta dos portugueses⁷⁴¹. Por fim, as embaixadas também podiam rememorar outras embaixadas. Pois, portugueses e brasileiros conheceram as africanas, como a do Daomé e a de Ajudá, que estiveram no Brasil no século XVIII. Assim, para os africanos as festas era um momento de re(criação) de ritos africanos.

Os significados da festa é muito discutido pelos intelectuais. Para alguns era uma brecha no cotidiano do trabalho, um momento de lazer e de sociabilidade. Para muitos africanos e africanas em Sergipe significava uma pausa na labuta da cana de açúcar, já que outubro e janeiro era momento de colheita e feitiço do açúcar. Para Marcos Aguiar, um momento de gastos e de acúmulo de dinheiro e as irmandades elegiam um grande

⁷⁴⁰ Silvio Romero que nasceu em Lagarto descreveu essa festa para Melo Moraes Milho que publicou as suas impressões. Ver: MORAES FILHO, Melo. *Festas e Tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. p. 69-75. Sobre Laranjeiras ver: OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. *Registro dos fatos históricos de Laranjeiras*. Aracaju: s/ed, 2005.

⁷⁴¹ SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

número de juízes para aumentar a arrecadação⁷⁴². Para a Irmandade de Lagarto possivelmente era principalmente de gastos, pois a Irmandade, conforme foi citado, recomendava em seu estatuto uma maneira de promover festa com poucos gastos. Para Reginaldo, as festas das Irmandades também serviriam para mostrar a competência da Irmandade na organização de cortejos fúnebres e assim serviria de propaganda para que novos irmãos a elas se filiassem⁷⁴³. Por fim, conforme foi citado, as festas era um momento de (re)criação de cerimônias africanas.

Outra ocasião de grande importância para as irmandades era no momento derradeiro, ou seja, os enterros dos irmãos, pois era função estatutária cuidar dos confrades quando estivessem doentes e no momento da morte.

5.3 Cortejo e sepultamentos nas Capelas do Rosário

O cuidar da morte era algo relevante no período estudado; lembrando que uma das finalidades das irmandades era a de cuidar dos ritos relacionados a ela. Os procuradores avisavam aos demais irmãos do falecimento de um confrade, para que eles pudessem acompanhar o cortejo fúnebre, além disso, ir a casa do irmão falecido e lá colocar as tochas. Os irmãos que estavam em dívidas com as irmandades não teriam o direito às missas, a exceção era quando era provado que o irmão falecido não tinha condições de quitar a dívida.

As Irmandades dos Homens Pretos de Salvador, em grande parte, tinham esquife para enterrar os confrades, diferentemente das Irmandades que ficavam nas terras Sergipanas. Alguns irmãos dessas Irmandades queriam ser enterrados no interior das suas capelas, alguns deles solicitavam o lugar que desejavam ser enterrados. Francisca Xavier do Nascimento, irmã do Rosário de São Cristóvão, por exemplo, solicita que no momento da sua morte se faça o sinal dos costumes pelos sinos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão e que os irmãos conduzissem o seu corpo e o depositassem aos pés do altar de Nossa Senhora dos Prazeres, na mesma Capela, possivelmente a sua maior devoção. Além dela, encontrei outros irmãos sendo

⁷⁴² AGUIAR, Marcos Magalhães de “Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas Colonial”. In: István Jancsó e Iris Kantor (org.) *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 2001, pp. 361-393.

⁷⁴³ REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: UNICAMP, 2005, p.121

enterrados na mesma Capela, como Caetana Maria do Espírito Santo, uma possível crioula, que pediu para ser enterrada na entrada da Capela⁷⁴⁴. Assim, as pessoas ao entrarem no Templo lembrar-se-iam dela e rezariam pela irmã falecida. Uma das obrigações dos irmãos era rezar um rosário por semana e se lembrar dos mortos. Para Reis, as pessoas oitocentistas acreditavam que o Rosário era uma oração recomendada para que a alma tivesse um bom destino⁷⁴⁵.

Os templos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova e do Saco foram os mais utilizados para enterros dos irmãos. O primeiro porque a construção da Matriz é posterior ao citado templo, dessa forma, os irmãos brancos também foram enterrados no interior da Capela de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova. Outro aspecto importante é que nessa Capela as pessoas que ocuparam o cargo de Juiz seriam enterradas no Cruzeiro da Capela, por terem servido a Nossa Senhora do Rosário, o solo da Capela não seria tão essencial para que as suas almas encontrassem um bom descanso. E a segunda Capela, a da Povoação do Saco, por ficar no interior de uma propriedade, facilitava para o enterro dos irmãos que viviam no entorno.

A Irmandade de Vila Nova tinha um calendário de missas para os irmãos falecidos e para os benfeitores da Irmandade. Além disso, os irmãos da Irmandade do Rosário de Vila Nova que assumissem o posto de presidente teriam um lugar privilegiado para ser enterrado no interior da Capela. Os demais seriam enterrados em diversos lugares na Capela⁷⁴⁶.

A Capela do Rosário de São Cristóvão ocupava uma função importante nos ritos fúnebres da Cidade. A Irmandade recebeu três mil réis para que os sinos fossem badalados no cortejo fúnebre de Rosa Maria de Sacramento, uma possível parda. Ela era irmã do Rosário, além da Capela do Rosário, a Santa Casa de Misericórdia e a Capela do Amparo entoaram suas badaladas⁷⁴⁷.

Abri este capítulo narrando um sepultamento ocorrido na Capela do Rosário de Santo Amaro. Além de Rosa Benedita diversos sepultamentos ocorreram nessa Capela, local preferido para os escravizados e forros enterrarem os seus até os anos 1830.

⁷⁴⁴ AGJSE, Cartório de São Cristóvão, cx. 159, 19.08.1819. Testadora: Caetana Maria do Espírito Santo.

⁷⁴⁵ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁷⁴⁶ Torre do Tombo, Estatuto da Irmandade de Vila Nova. Correspondência da Mesa de Consciência e Ordens.

⁷⁴⁷ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, cx. 69, 06/09/1819. Testadora: Rosa Maria de Sacramento.

5.3.1 O caso da Vila de Santo Amaro

No dia primeiro de maio de 1832, possivelmente, José Guedes, um africano com sessenta anos foi mordido por uma cobra e faleceu em decorrência do veneno do animal. José Guedes, forro, viúvo de Rosa de Tal, tinha 60 anos, e provavelmente foi vitimado pela cobra nas suas atividades laborais no campo. O africano foi enterrado no dia seguinte na Capela do Rosário, provavelmente os sinos da citada Capela tocaram anunciando o sepultamento que foi realizado sem ele ter todos os sacramentos.

No seu registro de óbito, realizado pós 1830, há a menção que ele era um africano. Ele não deixou de ser apontado como africano no momento derradeiro e possivelmente o lugar que alguns foram enterrados está ligado a esse elemento identitário. Os cortejos fúnebres e os sepultamentos marcavam o cotidiano Oitocentista e alguns deles possuíam bastante pompa, incluindo de africanos e seus descendentes. Principalmente para os africanos que faziam parte das irmandades. Os irmãos eram convocados, saíam acompanhando o corpo até o lugar do sepultamento. A citada Rosa Benedita, da Vila de Santo Amaro, solicitou que fosse enterrada com o hábito de São Francisco, acompanhada pelo Reverendo e mais três sacerdotes. Não quis a missa de corpo presente, pois mesmo sendo irmã do Rosário, essa missa seria um gasto que ela não podia arcar, solicita ainda as duas capelas de missa costumeiras e ser enterrada na Capela do Rosário. Ou seja, a Rosa Benedita teve um cortejo fúnebre com a presença dos seus irmãos e dos quatro padres. E, como Rosa Benedita, diversos homens e mulheres escravizados e forros foram enterrados no Rosário em Santo Amaro.

Nesta sessão identificarei as nações que foram registradas nos óbitos da Freguesia de Santo Amaro, única que possui registros de óbito para o período e apontarei alguns elementos sobre os rituais ligados à morte desses homens e mulheres africanos. Foram pesquisados três livros de óbito que cobrem o período de 1802 a 1835. No entanto, o intervalo entre 1816 e 1825 não há registros de óbitos para Santo Amaro. Vários párocos fazem esses registros e com isso as informações mudaram, alguns foram mais cuidadosos na feitura desses óbitos. Entre 1802 e 1805, as informações sobre as nações são parcas nos registros de óbito, no último ano citado que começam aparecer registros de minas e angolas. E, pós 1832 as nações africanas desaparecem, a grande distinção era se africano ou nascido no Brasil, para esses as cores eram apontadas, outra elemento apontado era a condição se escravizado ou forro. Ressalto que o Reverendo

continuou sendo Gonçalo Pereira Coelho, que ocupou o cargo por no mínimo 20 anos. Assim, a omissão das nações fazia parte da política de esconder quais eram as nações africanas, sobretudo para não evidenciar as que eram provenientes do Norte da Linha do Equador. Para analisar os óbitos também dividi os registros em duas fases, a primeira de 1802 a 1815, e depois de 1826 a 1835.

As Constituições do Arcebispado da Bahia possui uma série de normas sobre os sepultamentos e os sacramentos da Igreja Católica. Os sacramentos eram o batismo, confirmação, eucaristia, matrimônio, Penitência, extrema unção e ordem. Esses sacramentos, excetuando a ordem, deviam ser realizados com os escravizados, incluindo os africanos. Eles incluíam a comunhão, unção com óleos e, em alguns casos, a confissão. Os padres ao saberem que havia um doente em estado grave deviam fazer a extrema unção com todos os aparatos, cabendo à família ou aos responsáveis pelo enfermo chamar o padre para fazer o procedimento. As Constituições previam punições para a família que não chamasse o padre. E para esse quando se negasse a fazer a extrema unção. João Reis narra algumas procissões do viático, a ida do vigário a casa do moribundo em Salvador e no Rio de Janeiro. O moribundo quando era irmão de alguma Irmandade os seus confrades acompanhavam o cortejo até a casa do doente. As pessoas quando viam a procissão na rua se curvavam e a casa do moribundo recebia incensos e folhas para a chegada da procissão⁷⁴⁸. Algumas perguntas deviam ser feitas ao doente, mesmo sendo escravizados, neste caso o questionário era abreviado, pensando principalmente nos africanos. As perguntas eram as seguintes:

O teu coração crê tudo o que Deus disse?
 O teu coração ama só a Deus?
 Deus há de levar te para o Céu?
 Queres ir para aonde está Deus?
 Queres morrer porque Deus assim quer?⁷⁴⁹

A resposta para todas as perguntas era sim. No entanto, na extrema unção, ainda havia necessidade de tradutores quando os homens e mulheres africanos não compreendiam o português e quando os padres também não sabiam se comunicar na língua do africano. Lembro que alguns padres transitaram pelas duas margens do Atlântico e que houve incentivo para que eles aprendessem os idiomas dos africanos.

⁷⁴⁸ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. pp.84.85

⁷⁴⁹ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1707*, pp.221-222.

Outras normas que constavam nas Constituições eram sobre os sepultamentos. Os senhores deviam custear os enterros de seus escravos. Alguns senhores obedeciam às recomendações pagando os enterros e mandando rezar as missas pelas almas dos escravizados falecidos, outra regra prevista. No entanto, muitos escravizados, africanos e nascidos no Brasil, não tiveram seus sepultamentos registrados. Foram enterrados em fazendas, largados em matos ou deixados nas estradas; esses não tiveram seus sepultamentos registrados. As Constituições do Arcebispado condenavam essa postura do senhor, e ainda estipulou uma multa para os senhores que o assim fizessem⁷⁵⁰. No entanto, possivelmente inúmeros escravizados tiveram esses destinos.

Em Santo Amaro, nos inventários de alguns senhores constam as prestações de contas e alguns deles há enterros de escravizados. Em 1825, Antônio Pinheiro devia 5\$040 do enterro de três escravizados. Ana Joaquina, de São José, também devia diversos enterros. Nos anos de 1822, 1824, 1828 e em 1831 foram enterrados escravizados dela na Capela do Rosário, por isso ela devia 23\$780 réis com sepultamentos.

Os enterros dos escravizados deviam ocorrer de forma mais simplificada, pois os custos dos sepultamentos dos forros eram muito mais altos. Mesmo quando esses faziam parte da Irmandade. Os custos do enterro de Rosa Benedita foram de 18\$140 réis. Valor que foi utilizado para pagar a mortalha de São Francisco, o serviço dos três padres e talvez a sepultura⁷⁵¹. Talvez também tenha tido gastos para preparar o corpo para o sepultamento. Segundo João Reis, o corpo era preparado para o enterro. Nesses preparos estavam os banhos nas pessoas falecidas, fazer a barba quando homens, cortar cabelos. Houve uma fusão de tradições europeias e africanas. Nas duas tradições, a morte deveria ser planejada e o corpo preparado para o enterro. Os africanos incorporaram elementos portugueses e mantiveram alguns deles⁷⁵². Segundo Carlos Silva Júnior, citando Vilhena as covas dos escravizados eram rasas e comuns, por isso os corpos se tornavam alvo dos animais. Nos Oitocentos esse tipo de cova para os escravizados continuaram⁷⁵³.

⁷⁵⁰ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 1707, p.295

⁷⁵¹ AGJSE, Cartório de Santo Amaro, Caixa 01/1764, 20/02/1816, inventariada: Rosa Benedicta.

⁷⁵² VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 1707, pp .P114-115.

⁷⁵³ SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado).p.171

Sobre os registros, muitos deles não fazem referência se os sepultados nasceram no Brasil. Sobretudo os realizados no início dos Oitocentos. O primeiro africano registrado foi em 1802, uma mulher forra, Luiza⁷⁵⁴. Pós 1813, percebe-se um aumento de africanos sendo registrado, momento em que se modificam os padres que encomendavam as almas e faziam os registros. Em 1812, assumiu a Freguesia Gonçalo Pereira coelho que permaneceu por cerca de vinte anos. Assim, como nos batismos, nos registros de óbitos não aparece o mesmo vasto leque de nações dos inventários e muitos assentos têm poucos dados. Entre 1802 e 1815 foram coletados 683 registros de óbitos de escravos, forros e dos seus filhos. Desses, em 383 não há referência da nação, acredito que uma parte deles eram africanos. Os africanos identificados corresponderam a 7,66% dos casos em que foi possível identificar a nação do sepultado, percentagem abaixo do encontrado nos inventários e nos batismos. Ver tabela 5.1:

Tabela 5.1
Nação dos enterrados – Santo Amaro (1802-1815)

	Africanos				Nascidos no Brasil				Sem informação				Inocentes sem dados		Total
	H ⁷⁵⁵		M ⁷⁵⁶		H		M		H		M		E	F/L	
	E ⁷⁵⁷	F/L ⁷⁵⁸	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L			
1802	-	-	-	1	1	-	4	2	3	-	-	-	2	1	13
1803	-	-	-	-	23	1	11	2	22	2	14	-	5	-	80
1804	-	-	-	-	4	-	1	-	13	-	11	2	7	-	38
1805	1	1	-	-	14	2	11	9	30	1	13	2	5	-	90
1806	1	-	-	-	19	2	11	2	54	-	35	1	11	-	136
1807	1	-	-	-	9	-	2	-	21	3	20	1	2	-	59
1808	-	-	-	-	6	-	1	1	12	-	11	-	2	-	33
1812	-	-	1	1	14	3	6	1	18	2	13	-	1	-	60
1813	5	1	2	-	14	10	9	7	38	5	20	1	-	1	113
1814	6	-	2	-	16	4	11	3	6	-	8	-	1	-	57
1815	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	3
Total	14	2	5	2	121	22	67	28	218	13	145	7	36	2	683

Fonte: Livros de óbito 1 da Paróquia de Santo Amaro (1802-1815)

Como se observa na tabela 5.1 foram registrados em todo o período 16 homens e 7 mulheres africanos. Entre 1802 e 1809, foram identificados cinco escravizados, um angola, um benguela, um mina, um haussá e a citada Luiza africana forra. Em 1805, Pedro angola faleceu com vinte anos, quando ainda era um moço⁷⁵⁹. Os

⁷⁵⁴ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1, registro de Luzia, 1802, p.1

⁷⁵⁵ Homens

⁷⁵⁶ Mulheres

⁷⁵⁷ Escravizados

⁷⁵⁸ Forros e livres, as crianças crioulas filhas de pais libertos foram contabilizadas.

⁷⁵⁹ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1, registro de Luzia, 1802, p.49.

demais não constavam a idade. Mas possivelmente chegaram em Santo Amaro no final dos Setecentos.

Percebe-se na tabela, um aumento de africanos entre o período de 1812 a 1814. Os 18 africanos identificados eram das nações citadas anteriormente acrescida dos jejes. A *nação* angola foi majoritária com 10 escravizados, correspondendo a 55,55% dos africanos. As idades dos angolas falecidos variaram de 30 a 70 anos. Eles novamente foram seguidos pelos jejes que identifiquei 5 homens e mulheres (27,78%). Apenas três desses tinha menção à idade, e dois eram velhos um com noventa anos e outro com 60 anos. Confirmando uma grande entrada dos jejes nos Setecentos, lembro que entre 1801 e 1820 essa Vila era a que mais tinha escravizados jejes na Capitania de Sergipe.

Boa parte das pessoas escravizadas ou forras e/ou livres que foram sepultadas no período eram nascidas no Brasil, cerca de 79,33%. Um aspecto que chama atenção é o desequilíbrio entre as mulheres forras e os homens nesse grupo. As mulheres nascidas no Brasil tiveram maior acesso que os homens e que as africanas. Entre os africanos houve um equilíbrio na conquista da alforria a mensurar pelos óbitos desse período.

Os locais dos enterros é algo revelador, pois é possível especular uma “geografia dos sepultamentos”. A maioria dos escravizados e forros nascidos no Brasil, bem como dos que não há referência, também foram enterrados na Capela do Rosário. O segundo lugar mais utilizado foi a Capela de Nossa Senhora da Conceição, seguindo pela Matriz. Os outros templos foram Capela do Santo Antônio em Maruim, Capela do Maruim, Amparo (sede da Irmandade dos Pardos), Capela do Rosário da povoação do Catete, Capelas de Nazareth e a Nazareth do Catete, Capelas de Santa Ana e Nossa Senhora da Boa Hora e da Missão. A Freguesia de Santo Amaro era grande e incluía várias povoações, bem como engenhos, por isso as diversas capelas. Lembro que as duas Igrejas do Rosário eram sede de Irmandades do Rosário dos Homens Pretos. Ver tabela 5.2:

Tabela 5.2

Local dos Sepultamentos – Santo Amaro (1802-1815)

	Africanos				Nascidos no Brasil				Sem informação				Inocente sem dados		Total
	H		M		H		M		H		M		E	F/L	
	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L	E	F/L			
Capela do Rosário da Vila	5	1	1	1	41	6	20	7	58	5	46	1	8	1	201
Capela do Rosário do Catete	2	-	-	-	3	7	4	4	12	1	9	1	-	-	43
Matriz	3	1	2	-	32	3	16	13	18	3	15	1	4	1	112
Capela de N ^{sa} S ^{ra} da Conceição	-	-	-	-	26	1	11	1	56	-	42	-	5	-	144
(rasurado) e n/c	-	-	-	-	6	1	4	-	15	3	15	-	1	-	45
Capela Amparo	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	1	-	4
Capela Antônio de Maroim	-	-	1	-	-	-	-	2	2	-	1	-	1	-	7
Capela da Missão	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	3
Capela de N ^{sa} . S ^{ra} . de Nazareth do Catete	-	-	-	-	-	2	-	1	5	-	2	1	1	-	12
Capela de Santa Anna	2	-	1	1	10	2	7	-	33	-	8	2	11	1	78
Capela de Santo Antônio	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Capela do Catete	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	1	-	-	-	4
Capela N. S ^a . da Boa Hora	-	-	-	-	3	-	3	-	7	-	3	-	-	-	16
Capela N ^{sa} S ^{ra} de Nazareth	1	-	-	-	2	-	1	-	2	-	4	--	-	-	10
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2
Total	14	2	5	2	123	22	66	29	216	14	148	6	33	3	683

Fonte: Livros de óbito 1 da Paróquia de Santo Amaro (1802-1815)

Os africanos foram enterrados na Capela do Rosário e a maioria deles eram os angolas, cerca de sete dos 11 identificados dessa nação foram sepultados no local citado, os demais foram enterrados Capela de Santa Ana (2), um na Matriz e outro na Capela do Santo Antônio do Maruim. Já entre os 12 homens e mulheres africanos das demais nações, cinco africanos foram enterrados na Matriz, ou seja, a maioria. seguidos por dois que foram enterrados no Rosário do Catete e a mesma quantidade na Capela de Santa Ana; os demais na Capela de Nossa Senhora de Nazareth e na Missão dos Carmelitas. Da mesma forma que o batismo, os sepultamentos eram feito em lugares diversos, incluído capelas particulares.

Acredito, que alguns escravos e/ou seus parentes tiveram a oportunidade de escolherem o local do enterro. Em outros casos, coube ao senhor escolher o destino final do defunto. Identifiquei alguns escravizados do mesmo senhor que foram enterrados em lugares distintos. Já outros senhores enterravam seus escravizados em sua propriedade ou possivelmente em lugar de sua preferência. Tenente José Leandro, enterrou no período três escravizados, cada um deles foi enterrado em uma Capela, João na Capela de Nazareth, Leandro, possível criança, filho legítimo de Vicente e Silveira, por fim, Quitéria na Capela do Rosário da povoação. Possivelmente sua propriedade era nas proximidades da Povoação. Da mesma forma, os sete escravizados de Antônio Pinto de Resende foram sepultados em locais distintos, três no Rosário da Vila, um na Capela de Nossa Senhora da Conceição, um na Matriz e dois não há menção. Outro exemplo foram os 35 escravizados homens e mulheres do sargento Felipe Luís de Faro e que depois foi promovido a Capitão-mor. Desses 35, 31 foram sepultados na Capela de Nossa Senhora da Conceição e os outros quatro na Capela do Rosário. As crianças e os africanos desse senhor foram batizados no Oratório da sua casa. Dessa forma, acredito que grande parte dos 31 escravizados sepultados na Capela da Conceição foi uma escolha dele, da mesma forma que o local dos batizados.

Nas Constituições do Arcebispado da Bahia pregavam que as pessoas deviam ser enterradas nos locais que escolhessem, a capela, adros e/ou túmulos, incluindo os escravizados. Os padres e clérigos não deveriam mudar as escolhas, nem tentar mudá-las. Sugere ainda que para aqueles que não escolheram, se na condição de homens solteiros seriam enterrados junto aos seus pais ou avós; e as mulheres quando, viúvas juntas aos seus maridos; quando casadas, o marido decidiria o local do sepultamento e as solteiras da mesma forma que os homens, juntos aos pais ou avós. As Constituições ainda afirma que os fregueses, incluindo escravizados, fossem enterrados nas Igrejas

dos santos dos quais eram devotos. Os fregueses deviam ainda serem sepultados em lugares cristãos e que outras pessoas tivessem acesso, para que assim pudessem se lembrar dos mortos para poder interceder a favor das almas que foram para o purgatório logo saírem⁷⁶⁰. Ou seja, a ideia de ficar entre os seus no após morte e de ter alguém que intercedesse no pós-morte.

Identifiquei quatro que foram sepultados no adro das Capelas, nas duas do Rosário e na Capela de Nossa Senhora da Boa Hora. Incluindo Antônio angola que em 1814 foi sepultado no adro da Capela do Rosário. Dessa forma, todos que passavam pelo adro se lembrariam de rezar. Em 1819, Caetana Maria do Espírito Santo foi enterrada na entrada da Capela do Rosário de São Cristóvão, ela fazia parte da Irmandade do mesmo nome. Desejou usar hábito branco e ser acompanhada pelos irmãos⁷⁶¹. Além do adro, outro lugar que foi registrado foi no telheiro da Capela do Rosário. Soterio com 9 anos que morreu de terra foi enterrado no local citado⁷⁶².

Para João José Reis, as pessoas se preparavam para a morte, assim, alguns escravizados tiveram tempo de explicitar aonde queriam ser enterrados e com qual mortalha⁷⁶³. E libertos como Rosa Benedita e Caetana Maria do Espírito Santo fizeram seus testamentos e com isso além de explicitar aonde e como queriam ser enterradas, também oficializaram como ficariam seus bens materiais, com quem tinha pendências financeiras e ainda com os destinos da vida de algumas pessoas como a de escravizados, para isso serviam os testamentos.

Seis africanos tiveram acesso a todos os sacramentos, isso quer dizer que fizeram a penitência, e os demais passos que faziam parte da extrema unção, a confissão, comunhão e a unção com óleos. Quatro angolas, um benguela e um jeje, esses foram enterrados na Matriz e Capela do Rosário. Talvez para os escravizados que residiam mais próximos da Vila, ou os que tinham acesso a esses templos, tiveram maior acesso aos sacramentos. Alguns africanos julgavam importante esse sacramento, mas sobretudo tiveram tempo de preparar a sua partida. Além desses mais 57 escravizados tiveram todos os sacramentos, uma minoria dos que foram enterrados.

⁷⁶⁰ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 1707, pp.295-296.

⁷⁶¹ AGJSE, Cartório de São Cristóvão 2º ofício, cx. 159,19/08/1819, Inventariada: Caetana Maria do Espírito Santo. Inventário com testamento em anexo.

⁷⁶² Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº1, 23/07/1813, registro de Suterio, p.150.

⁷⁶³ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.p.92

Muitos partiram sem a extrema unção. Outros receberam a unção com os óleos, fizeram a comunhão e alguns apenas a penitência, incluindo os africanos.

Outro aspecto importante era a roupa usada no sepultamento. João José Reis ao pesquisar os testamentos, percebeu que a maioria utilizou a mortalha de São Francisco ou a branca. A citada Rosa Benedita escolheu a mortalha do patriarca. A mesma que Rosa Maria do Espírito Santo, negra liberta, irmã do Rosário de São Cristóvão também quis ser enterrada na Capela da sua irmandade e solicitou 10 missas. As missas, juntamente com a mortalha e o sepultamento custaram 75\$860 reis em 1812. Outra que possivelmente teve um cortejo com tochas, estandarte da Irmandade dentre outros elementos⁷⁶⁴.

Para Reis, a sua mortalha significava a simplicidade cristã, bem como o seu cordão poderia ser usado para que os anjos tirem as almas do purgatório. E em Salvador, da mesma forma que em São Cristóvão tinha franciscanos que comercializava essas roupas e contribuiu para a popularização. E o branco era uma cor ritualística para muitas nações africanas, dentre elas os iorubás. No entanto, o branco era fúnebre para o mundo cristão também. Simbolizaria a ressurreição de Cristo, foi a cor usada para envolvê-lo⁷⁶⁵. O branco também estava associado a pureza, mulheres ainda não casadas talvez fossem mais obrigadas a usar essa mortalha. Após terem sido casadas ou terem filhos usavam hábitos pretos. Em Santo Amaro, a mortalha mais usada foi a branca, mais de 50% dos defuntos usaram essa roupa. Incluindo quatro africanos, um angola, um mina, um haussá e a africana forra Luiza. Os demais não há referências.

A segunda grande parcela são os que não tem referências dos hábitos enterrados, 43,77%. Assim desses identifiquei mortalhas azuis, roxas, amarela, vermelhas ou encarnadas e preta. A vermelha foi usada para crianças, os chamados inocentes, o mais velho que usou essa mortalha foi Maria de José com seis anos, foi usada independente de ser menino ou menina. Novamente para Reis, esta associado a fertilidade ou a perda dela, bem como é a cor que os padres usam no dia 28 de dezembro, dia que se relembra a morte de crianças mandada por Herodes⁷⁶⁶. Lembro ainda que nas roupas das Nossas Senhoras, Conceição ou Rosário tem partes vermelhas e azuis. O que seria outra possibilidade já que na Vila não tinha muitas ordens religiosas, comprar hábitos

⁷⁶⁴ AGJSE, Cartório de São Cristóvão 1º ofício, 01/07/1812cx. 4, Inventariada: Rosa Maria do Espírito Santo. Inventário com testamento em anexo.

⁷⁶⁵ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁷⁶⁶ REIS, João J. *A morte é uma festa...* pp.122-123

de santos não deveria ser tão fácil, e assim uma opção para buscar proteção dos santos que os pais eram devotos era vestir-se com a cor dos santos.

Dos 701 registros, 340 não há informações sobre a nação, se nascidos no Brasil ou no outro lado do Atlântico. E, nos registros dos óbitos também não tem referências aos hábitos usados nos sepultamentos dos homens e mulheres escravizados e forros. Lembro que os óbitos permitem perceber apenas uma parcela dos escravizados que faleceram. Na tabela 5.3 percebe-se melhor a distribuição de nações por ano.

Tabela 5.3
Nação dos enterrados – Santo Amaro (1826-1835)

	Africanos				Nascidos no Brasil				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	Escravizados	Forros e livres	Escravizados	Forros e livres	Escravizados	Livres e forros	Escravizados	Livres e forros	
1826	1	–	–	–	5	2	1	1	10
1827	2	1	3	–	4	2	7	2	21
1828	9	–	3	1	9	6	6	5	39
1829	10	1	4	–	9	2	10	1	37
1830	13	2	6	1	24	8	24	4	82
1831	9	–	8	1	3	1	2	1	25
1832	3	2	3	1	21	4	20	9	63
1833	5	–	3	–	9	3	13	1	34
1834	3	2	8	1	14	–	7	–	35
1835	3	–	–	–	5	–	8	–	16
Total	58	8	38	5	103	28	98	24	362

Fonte: Livros de óbito 2 e 3 da Paróquia de Santo Amaro (1826-1835)

Dos que registros que há dados 29,92% são africanos. Índice um pouco menor que o encontrado nos inventários no mesmo período, em torno de 34%. Dentre os africanos há os angolas, africanos e um Benguela. Entre 1826 e 1831, há registros de 8 mulheres e 18 homens angolas, correspondiam a 36,11%, 1 benguela (1,39%), 28 homens e 17 mulheres africanos (62,5%). Dentre esses africanos possivelmente estavam os jejes, nagôs dentre outros. A exemplo, de Brígida nagô e que no seu sepultamento foi chamada apenas de africana, era escravizada do afamado coronel José Rodrigues Dantas.

A tão citada Capela do Rosário teve 8 mulheres e 16 homens angolas enterrados em sua área, correspondendo a 92,31%. Apenas duas exceções, umas delas foi Justino angola com 20 anos que em 1828 foi sepultado no Hospício da Missão. E, José angola que no seu registro não há menção do local que foi sepultado. Ou seja, os angolas em sua maioria foram batizados, levaram seus filhos, talvez se casaram e também foram sepultados na Capela do Rosário. A capela do Rosário da Vila foi a preferida pelos angolas, e o segundo lugar mais procurado pelos crioulos e demais africanos. Essa capela nos Oitocentos era um espaço de trânsito de africanos, principalmente dos angolas e crioulos. Nesse ambiente eles batizavam, quiça casavam e alguns foram sepultados.

Entre 1826 e 1831, 27 africanos dos 45 identificados foram sepultados na Igreja Matriz de Santo Amaro; 14 na capela do Rosário da Vila e os demais nas Capelas da Povoação de Maruim e na Conceição. Da mesma forma que período anterior, os sepultamentos continuaram a ocorrer em diversos locais, alguns na sede da Vila, outros em povoações e ainda em capelas dos engenhos. Dentre os templos cito: a Igreja Matriz, as Capelas do Rosário da Vila e da povoação do Catete, as capelas de Maruim, Santa Ana, Nossa Senhora da Boa Hora e da Conceição, na Missão dentre outros locais.

E, escravizados de um mesmo senhor continuaram sendo sepultados em locais distintos. O que indicia que esses escravizados e/ou sua família escolhiam o local do sepultamento, e indicia a existência de comunidades. Esses escravizados e forros sendo enterrados aonde desejassem, parte dos *seus* estariam no sepultamento, bem como *descansariam* entre os seus parceiros de uma mesma nação.

Benedito, crioulo, filho de Caetana e Estevão, faleceu com dois meses e foi sepultado no Rosário no mesmo dia que Cristina, africana com 11 anos, esta última foi enterrada na Matriz. Todos pertenciam ao coronel José Rodrigues Dantas. Ou ainda Maria, recém nascida, filha de Damião e Francisca, que faleceu com 1831 e foi enterrada na Capela de Nossa Senhora da Boa Hora. No mesmo ano, Jorge angola faleceu com 40 anos e foi enterrado na Capela do Rosário. Ainda em 1831, faleceram Joana e Tomás, foram enterrados respectivamente na Capela do Rosário na povoação do Catete e na Capela da Conceição. Os quatro escravos citados pertenciam ao coronel Manoel Rollemberg⁷⁶⁷.

⁷⁶⁷ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, Livro nº2, 1831, registros de Maria, Jorge, Joana e Tomás, p.118v, 199v, 120v, 122v.

Nesse período 1826 e 1831, três africanas, um angola e três africanos eram forros. Os outros seis africanos entre 1832 e 1835. Havia um equilíbrio proporcionalmente entre as mulheres e os homens forros africanos. Os nascidos no Brasil tiveram mais acesso à alforria, e as mulheres um pouco mais que os homens.

Alguns faleceram logo após a chegada, e sem o batismo. Sobretudo os que chegaram quando ainda eram crianças. Em 1828, um párvulo faleceu que pertencia a Alferes José Inácio. Ou seja, a criança ainda não tinha nem sequer recebido um nome cristão. Dessa forma, alguns dos africanos foram enterrados sem terem sido batizados, ou seja, sem receber nenhum sacramento. Já outros receberam todos os sacramentos, incluídos na extrema unção. Nove africanos e um angola receberam todos os sacramentos, que nesse livro significava ter os seguintes: o batismo, a confirmação, comunhão, penitência, matrimônio para alguns e a extrema unção, seis eram escravos e quatro forros. Os sacramentos foram mais acessíveis para os africanos forros, 30% deles tiveram todos os sacramentos e três deles se casaram. E 22 dos nascidos no Brasil e 24 escravizados e forros que não há informações sobre a nação também receberam todos os sacramentos. Alguns tinham recebido apenas o batismo, que eram crianças, outros batismo e comunhão, e ainda batismo e penitência. .

No livro entre 1832 e 1835, os angolas desapareceram dos registros, nos assentos há menção apenas aos africanos, 20 homens e 17 mulheres africanos. Possivelmente a maioria desses africanos não eram angolas, não havia motivos para esconder a morte de angolas, sobretudo porque boa parte dos que faleceram nesse período possivelmente tinham algum tempo que viviam em Santo Amaro. E conforme venho mencionando os angolas eram facilmente identificados, seja por estarem entre as primeiras nações africanas que chegaram em Sergipe, por serem numerosos, ou ainda por terem conseguido (re) construir relações e possivelmente uma comunidade. Desses quatro homens e duas mulheres eram forras.

Como mencionei anteriormente nos óbitos, sobretudo pós 1832 também há a preocupação de camuflar as nações dos africanos sepultados, devido as legislações de proibições do tráfico. O leque de lugares que ocorreram o sepultamento dos africanos continuou diverso. 15 homens e mulheres africanos foram enterrados na Matriz, uma inversão em relação aos períodos anteriores. Também devido a ausência dos angolas, 8 na Capela do Rosário da Vila, 7 na Capela da Conceição, três registros não há dados, 1 na Capela de Nossa da Boa Hora e outro na do Amparo, um na Capela de Maruim.

Nesse período os sepultamentos na Matriz foram majoritários também entre os nascidos no Brasil. 47 escravizados homens e mulheres, 9 forros e/ou livres foram sepultados nesse templo; bem como dois sem informações sobre a nação. Entre esses nascidos no Brasil há uma maior diversificação de cores que nos períodos anteriores, cabras, mestiços, pardos e crioulos. 24 escravizados foram sepultados na capela de Nossa Senhora da Conceição¹³ dentre os nascidos no Brasil escravizados foram sepultados na Capela do Rosário e 7 livres e forros no mesmo local. E dois sem informação sobre a nação também desceu a sepultura no Rosário. A outra capela muito usada no momento foi a de Nossa Senhora da Conceição. Talvez nesse momento tenha aumentado o diminuído o número de angolas entre os africanos, bem como a diversificação de mestiços pode ter causado um afastamento da Irmandade do Rosário. Lembro que nesse momento já existia a Irmandade dos Pardos na Capela do Amparo, onde alguns sepultamentos foram realizados.

Ilustração 5.3

Igreja Matriz de Santo Amaro



Fonte: Acervo Pessoal de José Domingues, 2008.

Dessa forma, dois momentos de grande importância para as Irmandades eram as suas festas e enterros. No primeiro os africanos e africanas tinham a possibilidade de lembrar seus reinos e no segundo as Irmandades possibilitaram aos indivíduos um

enterro digno, e em algumas ocasiões com pompas. No entanto, acredito que algumas nações africanas tiveram mais acesso as festas e enterros nas Capelas das Irmandades e organizados por elas.

5.4 As nações africanas do Rosário

Os indícios mostram que nas cinco irmandades do Rosário dos Homens Pretos, homens e mulheres, africanos, brasileiros e portugueses, escravos, libertos ou livres, brancos, pardos e principalmente os pretos podiam torna-se irmãos.

Retornando a história de Rosa Benedita, da Costa da Mina, percebe-se a fecunda participação de uma africana na irmandade de Santo Amaro invocação. Além delas possivelmente inúmeros africanos e africanas lideraram diversas dessas associações religiosas. Os estatutos indiciam isso, pois dos três estatutos encontrados, dois fazem referência a nações africanas, o de São Cristóvão e o de Vila Nova. Os dois colocam os africanos, angolas para São Cristóvão e *Ethiopinos* para Vila Nova, em posição de destaque, visto que os dois grupos podiam ocupar cargos na irmandade. A minha hipótese para a não participação dos africanos no estatuto da irmandade de Lagarto é devido ao pequeno número de africanos na Vila e por isso possivelmente não eram numerosos na irmandade, assim pouco disputariam cargos na confraria.

Na irmandade de São Cristóvão angolas e crioulos dividiam a mesa diretora, somando um total de quatro juizes, dois homens e duas mulheres, e quatro procuradores. Essa configuração evidencia como os angolas eram numerosos na irmandade e possuíam uma relação amistosa, com alguns interesses comuns aos crioulos, já que ambos dividiam a citada mesa administrativa. No entanto, esses grupos além de possuírem interesses comuns também tinham os distintos e, por isso, precisavam ser representados de forma distinta. Outro aspecto evidenciado através da composição da mesa é que entre os africanos, os angolas possivelmente eram hegemônicos nessa irmandade. No tópico seguinte mencionarei quem eram os angolas.

Na segunda irmandade, a leitura do estatuto indicia que a relação era conflituosa entre *ethiopinos* e crioulos, pois os mesmos se revezavam no cargo de Juiz-Presidente, possivelmente o principal cargo da irmandade. Ressalto que nos estatutos das

irmandades fica evidente a nação como uma identidade assumida pelos africanos⁷⁶⁸.
 Todavia, pode-se nos questionar quem eram os *ethiopinos*?

5.4.1 As nações africanas: Angolas e *Ethiopinos*

Os angolas estavam na mesa diretora da Irmandade do Rosário de São Cristóvão. Dividiam a mesa com os crioulos. O sentido do termo Angola variou no tempo e de acordo com quem estava chamando. Para os europeus do norte, os africanos da região ao sul do Cabo Lopes na África central eram denominados de angolas, enquanto que para os portugueses, em 1570, referia-se à região que estava sob os domínios do Ngola a Kiluanje, que se localizava ao longo do meio do rio Cuanza. Essa região conheceu o tráfico no início do século XVI e por volta de 1580 já eram traficados africanos da região do Rio Cuanza para as Américas. Devido ao título do monarca ser Ngola a região ficou conhecida como “angola”. Aos poucos, além da região do Cuanza, também passaram a ser traficados africanos da região do baixo rio Zaire e os que viviam entre os rios Cuanza e Cumina, além do interior de Luanda. Em 1648, os brasílicos reconquistaram Luanda, naquele momento dominada pelos holandeses. No século XVII, para os portugueses e brasílicos era a região conquistada por angola, e correspondia aos africanos traficados pelo porto de Luanda⁷⁶⁹.

Ainda no XVIII, os escravos traficados pelo porto de Luanda eram conhecidos em uma referência à região conquistada como *reino e conquista d’Angola*. Nesse período no Brasil o termo angola se referia a Luanda, ou seja, africanos escravizados através de protocolos governamentais pelo porto de Luanda. Já o termo angola para os ingleses e franceses se refere aos africanos que foram traficados nas baías ao norte do Zaire-Mayumba, próximo a Cabo Lopez, depois Loango, Malimbo, Cabinda e da foz do rio Congo, maneira como era conhecido o rio Zaire. No final do XVIII, os franceses adquiriram angolas da região de Benguela.

Para Joseph Miller os carregamentos de escravizados foram constantes e com os mesmos padrões do século XVII até o XIX. No decorrer do XIX, com as pressões

⁷⁶⁸ Segundo Mariza Soares as nações tem dois momentos de reconstituição da identidade, quando é atribuída pelos senhores, traficantes, padres dentre outro. E um momento de auto-identificação dos africanos e por isso esse elemento foi tão importante nas formas de organização, incluindo nas Irmandades. Vê em: SOARES, Mariza. *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 2007.p.24

⁷⁶⁹ MILLER, Joseph C. “África Central durante a era do comércio dos escravos, de 1490 a 1850”. In: *Diáspora negra no Brasil*. Linda Heywood (org.). São Paulo: Contexto, 2008. pp.29-80

inglesas, o tráfico se modificou após 1810. No XVIII, o tráfico se intensificou na região de Benguela através dos traficantes do Rio de Janeiro, que forneciam escravizados para a região das Minas. Esses traficantes do Rio de Janeiro substituíram os de Pernambuco, que passaram a adquirir seus escravizados através da Bahia⁷⁷⁰. O que ratifica a ideia de que os africanos de Sergipe chegaram, a grande maioria, através do tráfico com a Bahia.

Entre os europeus nas áreas de tráfico não havia concorrência, pois eles dividiram as regiões que traficavam entre si. No final do XVIII, com as guerras europeias, os brasileiros e portugueses, sobretudo os que residiam no Rio de Janeiro, aproveitaram-se da situação para traficar na Costa de Loango e, assim, entre 1800 e 1840, chegaram Cabindas ao Brasil. No entanto, traficantes de Pernambuco e da Bahia se juntaram aos do Rio para traficar os africanos das regiões deixadas pelos europeus do norte, assim pessoas originárias de Cabinda e Malimbo também chegaram ao nordeste⁷⁷¹. Nos registros sergipanos Oitocentistas é possível encontrar alguns africanos e africanas cabindas. Dessa maneira, os africanos designados como angolas, correspondiam a pessoas que viviam em diversas regiões da África Central, dentre elas as próximas ao Rio Cuanza, e que foram traficadas através do porto de Luanda.

Conforme foi mostrado, esses angolas foram presentes no Sergipe colonial e imperial, e se fizeram constantes também na Confraria em São Cristóvão. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dessa cidade é chamada no libelo cível como irmandade dos A. Acredito que o A. seria uma abreviação do termo angolas, pois na irmandade havia um casal de juízes angolas e dois procuradores da mesma nação. Saliento também que alguns dos crioulos que faziam parte da irmandade podiam ser parentes, filhos e netos dos angolas, assim não estariam distantes dessa nação. Os angolas possivelmente se organizaram enquanto nação ainda no século XVIII, uma mostra disso é o estatuto da centúria mencionada. Talvez com a grande entrada de minas e jejes, os primeiros passaram a se organizar e ser percebidos pelas autoridades enquanto diferentes dos segundos e terceiros.

Defendo também que os angolas em Santo Amaro se organizaram em torno da Irmandade, e um bom exemplo são os sepultamentos que ocorreram na Capela da citada associação.

⁷⁷⁰ MILLER, Joseph C. “África Central durante a era do comércio dos escravos, de 1490 a 1850”. In: *Díáspora negra no Brasil*. Linda Heywood (org.). São Paulo: Contexto, 2008. pp.29-80

⁷⁷¹ MILLER, Joseph C. “África Central durante a era do comércio dos escravos, de 1490 a 1850”. In: *Díáspora negra no Brasil*. Linda Heywood (org.). São Paulo: Contexto, 2008. pp.29-80

Possivelmente existia outra irmandade dos Homens Pretos na Cidade de São Cristóvão, provavelmente a devoção era a Nossa Senhora da Boa Morte e abrigada na Capela da Ordem Terceira do Carmo, essa Irmandade ou Confraria também tinha africanos no poder⁷⁷². Talvez, a outra irmandade foi dominada por jejes e/ou minas, pois era a segunda maior nação nessa Cidade.

Para responder a segunda questão, quem eram os *ethiopinos*, se faz necessário algumas digressões. Segundo Anderson Oliveira, o século XVIII foi um período no qual alguns santos pretos chegaram ao altar, dentre eles o já citado São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia e Santo Antônio do Categeró. O autor cita Mott ao mencionar que franciscanos e carmelitas divulgaram esses cultos no Brasil Setecentista, o que mostra uma preocupação da Igreja com a chamada população de cor. Uma prova do incentivo ao culto desses santos pelos Carmelitas é a devoção a Santa Efigênia, encontrada na Vila de Lagarto onde também era área de atuação dos carmelitas⁷⁷³. Outro aspecto é que o Clero utilizou a vida dos santos através das hagiografias como modelos de virtude e de obediência para os homens brancos e da população mencionada. Essas hagiografias podiam ser transmitidas através de músicas, tradições orais, gestos e iconografia. No mesmo período, são escritas e publicadas em Portugal as hagiografias de Santo Elesbão, Santa Efigênia e São Benedito. Frei José Pereira de Santana, carmelita brasileiro, escreveu as hagiografias dos dois carmelitas pretos, Santo Elesbão e Santa Efigênia, entre 1735 e 1738, intitulada: *Os dois Atlantes de Etiópia. Santo Elesbão, imperador XLVII da Abissínia, advogado dos perigos do mar & Santa Efigênia, Princesa da Núbia, Advogada dos edifícios*⁷⁷⁴. Saliento que os carmelitas também se fizeram presentes nas vilas de São Cristóvão, Santo Amaro, Vila Nova e Lagarto, ou seja, em grande parte das vilas que estavam localizadas as irmandades que estão sendo tratadas.

Segundo o Frei José Pereira de Santana, Santo Elesbão era *etiopino*, o 46º neto do rei Salomão e da rainha de Sabá, e imperador da Etiópia no século VI. Elesbão foi o responsável pela expansão da Cristandade até o Mar Vermelho, vencendo os árabes e judeus. Santa Efigênia também seria da nobreza, mas da Núbia, filha do rei Egipó. Ela

⁷⁷² SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*, manuscrito. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Pérciles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

⁷⁷³ SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Salvador: UFBA, 2004. (Dissertação de Mestrado); NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

⁷⁷⁴ OLIVEIRA, Anderson José M. *Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quarteto: FAPERJ, 2008.

foi convertida e em seguida batizada por Mateus. Ainda segundo Oliveira, o frei faz um discurso de predestinação a santidades dos dois santos. Nesse discurso o local do nascimento e a família ocupavam lugares centrais⁷⁷⁵.

Para Oliveira, rememorar esses reinos, Núbia e Etiópia, através das vidas dos santos possuía o intuito de afastar os africanos das lembranças referentes ao seu local de origem e da escravização, pois esses reinos estavam distantes do tráfico Atlântico. Ou seja, uma África que deveria ser esquecida no processo de evangelização. O importante seria rememorar um pedaço da África já cristianizado, muitas vezes criando uma tradição cristã, pois o cristianismo que lá existia se ligaria com o do ocidental. Assim, a nomenclatura de *ethiopinos*, no século XVIII, se refere aos africanos cristianizados, possivelmente de localidades distintas já que todos ao sul do Saara eram Etíopes, mas ao serem batizados se tornavam africanos cristãos. Lembro que a irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova surgiu no momento de difusão da hagiografia de Santo Elesbão, e possivelmente da ideia que o Reino Etíope era um reino cristão. Tânia Pinto cita um discurso de Antônio Vieira no século XVII, em Salvador, referindo-se aos negros como provenientes da Etiópia. Este termo era usado com frequência para se referir a África nos séculos XV e XVI, no entanto desde o século I d.C que o termo é utilizado para designar parte da África⁷⁷⁶.

Na mesma centúria, Manoel Ribeiro Rocha publicou o livro *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. O Etíope seria um africano que foi escravizado, instruído na fé Católica e por fim libertado, mediante o pagamento do seu valor. Ou seja, era comum entre os religiosos católicos fazerem essa associação, entre negro cristão com os etíopes, ou de Etiópia com África⁷⁷⁷. Por esses indícios, acredito que os religiosos, principalmente carmelitas e franciscanos, fizeram essas associações com os africanos que residiam em Vila Nova, e os que faziam parte da irmandade assumiram essa identidade de *ethiopinos*⁷⁷⁸. Dessa forma, ethiopino era o africano cristão ou cristianizado.

⁷⁷⁵ OLIVEIRA, Anderson José M. *Devoção Negra...*

⁷⁷⁶ Manoel Ribeiro Rocha cita no seu livro texto de Pomponius Mela que trata da geografia de vários continentes dentre eles de um trecho da África e ele se refere aos africanos como Aethiopum. Ver: ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope Resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Departamento de História, IFCH, UNICAMP, agosto de 1991.

⁷⁷⁷ ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etíope Resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Departamento de História, IFCH/ UNICAMP, agosto de 1991

⁷⁷⁸ PINTO, Tânia Maria de Jesus. *Os negros cristãos católicos e o Culto aos Santos na Bahia Colonial*. Salvador: UFBA, 2000, pp.135-142. (Dissertação de Mestrado)

Retornando ao estatuto da irmandade de Vila Nova, ele indicia a existência de africanos de diversas nações na congregação. No momento de entrada de novos irmãos buscavam-se referências desses africanos com os do *mesmo país*, ou seja, possivelmente com um irmão da mesma *nação*. Assim, *ethiopinos* eram africanos de diversas localidades, mas unidos pelo cristianismo. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia pontua um papel para os africanos que estavam por um período de tempo maior na América Portuguesa, pois eles seriam os responsáveis por ajudar no ensino da doutrina⁷⁷⁹. Assim, buscar africanos mais antigos seria uma maneira de buscar referências, bem como possivelmente eles contribuiriam para um melhor aprendizado das regras da Irmandade e das orações como o Rosário. Por fim, lembro que dentre os africanos encontrados em Vila Nova no século XVIII foram identificados, moçambiques, guiné, congo, benguela, mina, jejes e angolas; ou seja, havia um leque diverso e o número não era tão expressivo de nenhuma dessas nações, assim esses africanos foram abrigados em uma mesma irmandade.

Na irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Cristóvão os angolas e os crioulos eram hegemônicos. Na Cidade de São Cristóvão os angolas foram maioria dentre os africanos nos Setecentos e Oitocentos. Já em Vila Nova, conforme mencionado anteriormente, havia africanos de diversas localidades que em torno da Irmandade se identificavam como *ethiopinos* e cristãos, dividindo o poder com os crioulos.

5.4.2 Relação entre africanos e crioulos

Através dos estatutos é possível afirmar que a relação entre africanos e crioulos, oscilou de Vila para Vila na capitania e posterior província. Em São Cristóvão e Lagarto ela era possivelmente pacífica, já que na primeira ambos faziam parte da mesa administrativa e, na segunda, não há menção nem a participação nem a exclusão de nenhum grupo. Na Irmandade de Santo Amaro também acredito que a relação era de alianças, já que identifiquei diversos batismos e sepultamentos realizados de crioulos e angolas. No entanto, havia algumas nações africanas que possivelmente não

⁷⁷⁹ MONTEIRO DAVIDE, S. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Lisboa: Typ. 2 de Dezembro, 1719. [São Paulo, 1853]. In: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/222291/8/000056491.pdf>, acessado dia 01 de abril de 2013.

estabeleceram alianças com os angolas e crioulos, já que foram batizados e sepultados na Matriz.

Ainda sobre Santo Amaro, a história da já citada Rosa Benedita também nos indicia essa relação, africanos e crioulos. Entre a africana Rosa e o crioulo João Valentim foi estabelecida uma rede de alianças e de solidariedade. Através da história de Rosa, vislumbra-se outra *nação* africana presente nas irmandades sergipanas, a da Guiné que incluiria os africanos nascidos na Costa da Mina.

Na confraria de Vila Nova provavelmente havia conflitos pelo cargo de juiz-presidente, pois havia o revezamento entre *ethiopinos* e crioulos. E uma maneira encontrada para diminuir as disputas entre crioulos e as diversas nações africanas abrigadas sob o rótulo de *ethiopinos*, foi dividindo os cargos de juízes da mesma mesa, entre os dois grupos.

5.5 Os irmãos e irmãs do Rosário

Nos Setecentos, nasceu na vila sertaneja do Lagarto, em tão *remotas distâncias*⁷⁸⁰, a escrava Eufêmia Rodrigues, filha de uma escrava que pertencia a uma senhora da família Dias. No entanto, no decorrer da sua vida foi vendida juntamente com a sua mãe para o Reverendo Antonio Rodrigues Teixeira, de quem foi escrava alguns anos e possivelmente aprendeu orações e sacramentos do catolicismo. Com o falecimento desse, Eufêmia conseguiu sua alforria gratuitamente, possivelmente pelos bons serviços que prestou ao seu Senhor. Com o passamento do Reverendo, ela também herdou algumas propriedades, como uma casa com telhas, na mesma Vila em que nasceu. Além desse bem, a escrava tinha outros, como uma escrava de *nação* Angola, a Gracia, e outra casa. Essa casa ficava em uma localidade denominada Angola Cachorro, onde ela residia. Possuía também alguns móveis; alguns deles foram herdados dos seus irmãos de quem já não tinha mais notícias. Entre os móveis que possuía estavam uma mesa e um oratório com imagens. O que evidenciava a sua religiosidade, possivelmente aprendida ou acrescida com o convívio com o Reverendo. Mott afirma que as orações privadas foram comuns no Brasil colonial, e por isso quartos com santos e oratórios

⁷⁸⁰ Expressão utilizada pelo vigário Marcos Souza, que viveu em Sergipe no início do século XIX, ao se referir a dificuldade que os filhos dos moradores de Lagarto tinham para ir estudar na Capital de Sergipe e na Vila de Santa Luzia.

existiam com frequências nas residências. Nos oratórios além dos santos também havia *reliquias* santas⁷⁸¹. Acredito que Eufêmia tenha herdado o oratório do seu ex-proprietário e o manteve por julgar importante.

Eufêmia circulava na sede de Lagarto e nas suas povoações, como Itabaianinha, nesta também estabelecia relações comerciais, pois Antônio Martins, morador da Povoação de Itabaianinha, devia dinheiro a ela. Em 1772, ela ficou convalescente e por isso resolveu expor suas últimas vontades em forma de testamento: alforriar condicionalmente sua escrava, Gracia, deixando a possibilidade de ela poder trabalhar para comprar a sua alforria. Outro desejo era o de pagar suas dívidas, dentre elas, uma que possuía com a irmandade, no valor de dez mil e quarenta réis, acrescidos de oito mil réis de juros. Possivelmente, Eufêmia fazia parte da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Lagarto e as taxas que deveria pagar para a irmandade estavam atrasadas. Outro débito era o que possuía com a sua já citada escrava, Gracia.

No campo religioso, quis ser enterrada na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto e mandou rezar missas para a sua mãe e seu irmão Luiz. Eufêmia Rodrigues não casou, nem teve filhos, apenas criou com amor um mestiço, Antônio, que se tornou seu herdeiro⁷⁸².

Na última narrativa, vimos uma mulher, a Eufêmia, uma forra, que provavelmente era irmã da Irmandade do Rosário de Lagarto. No entanto, além delas havia africanas, de *cor* e por fim mulheres brancas que ingressaram nesses grêmios religiosos.

No Brasil, em muitas irmandades de homens Pretos, as mulheres, incluindo as africanas, além de serem aceitas, tinham uma participação efetiva; diferentemente de algumas irmandades dos homens brancos; espaço nos quais as mulheres brancas não eram aceitas ou tinham uma participação limitada. Essa participação ativa das mulheres africanas nas irmandades negras tinha várias razões. Uma delas, devia-se ao mercado matrimonial no Brasil, em algumas localidades, a exemplo de São Cristóvão, os homens africanos foram mais números que as mulheres africanas. Por isso, eles criaram estratégias para adquirir as núpcias e uma delas foi a de não impedir a entrada das mulheres nas irmandades; em algumas irmandades o ingresso delas foi inclusive

⁷⁸¹ MOTT, Luiz. “Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a Capela e o Calundu”. In: *História da Vida Privada 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. Org. Fernando Novais e Laura de Mello e Souza. pp.166-167.

⁷⁸² AGJSE, São Cristóvão 1º OF. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp.33-42.15/03/1772. Testadora: Eufemia Rodrigues.

estimulado. Outro motivo, possivelmente, seja em virtude do papel que as africanas tinham em algumas sociedades africanas. Por fim, quiçá elas tinham maiores interesses em entrar nas Irmandades que os homens e, por isso, passaram a ocupar os cargos de comando com eles.

Na irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Baixa dos Sapateiros ou das Portas do Carmo as mulheres foram maioria, no decorrer dos Setecentos, e muitas delas ocupavam cargos de juízas ou mordomas, sendo escravas, libertas ou livres. Para Reginaldo, as mulheres irmãs cuidavam dos irmãos enfermos, das procissões, missas dentre outras atividades⁷⁸³. Ou seja, elas possuíam um leque diverso de atividades. No entanto, Reis também aponta que houve irmandades negras que tinham elementos do patriarcalismo, como na associação que existia em Camamu. Nesta irmandade as mulheres deveriam cuidar das atividades que eram tidas como femininas como, por exemplo, lavar as roupas brancas, costurar e consertar as roupas necessárias para a missa⁷⁸⁴.

Em Sergipe, as mulheres ingressavam em todas as irmandades em que os estatutos foram encontrados. No entanto, os estatutos da irmandade de São Cristóvão e Lagarto não mencionam a possibilidade da mulher entrar na irmandade na condição de solteira ou casada sem a presença do marido na mesma. No entanto, no século XVIII, na confraria da Vila de Lagarto, sabe-se que era possível o ingresso de mulheres solteiras através da história de Eufêmia. Na de Vila Nova, de acordo com o seu compromisso, a mulher casada podia ingressar no grêmio católico sem a presença do marido. E, através da primeira narrativa deste texto, a história de Rosa Benedita, de *nação* Guiné ou da Costa da mina, posso afirmar que na confraria de Santo Amaro também era possível a entrada de irmãs solteiras. Assim, acredito que em todas as Irmandades dos Homens Pretos que existiam nas terras sergipanas as mulheres podiam ingressar solteiras, com ou sem filhos, casadas, com ou sem seus maridos, ou ainda viúvas.

Na irmandade da mesma santa em Mariana, as mulheres também ingressavam na confraria com ou sem os seus consortes ou ainda na condição de solteiras ou viúvas⁷⁸⁵. E na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da Baixa dos Sapateiros ou das Portas

⁷⁸³ REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: UNICAMP, 2005. pp. 203-209.

⁷⁸⁴ REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.58

⁷⁸⁵ PINHEIRO, Fernanda Aparecida. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais, 1745-1820*. Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de Mestrado)

do Carmo não se sabe se elas ingressavam na irmandade na companhia ou não dos seus maridos, sabe-se que algumas delas eram casadas⁷⁸⁶.

As mulheres se fizeram presentes nas irmandades estudadas desde a sua criação, ou seja, desde os Setecentos. Uma mostra disso é que Eufêmia, em 1772, já era uma irmã com dívidas com a sua confraria. Consegui rastrear alguns vestígios de mulheres que participaram das irmandades dos homens pretos, incluindo africanas. Além de Eufêmia e da citada Rosa, encontrei algumas das mulheres que ingressaram nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Santo Amaro, Vila Nova, Rosário e São Cristóvão. Algumas delas possivelmente brancas, como Francisca Maria da Silva, irmã da confraria de Vila Nova; africanas como a Rosa Benedita, irmã da de Santo Amaro; livres, como possivelmente era Rosa de Santa Anna Gomes, irmã da confraria de São Cristóvão; e libertas, como a já conhecida Eufêmia. Assim, mulheres de diversas origens e que ocupavam lugares distintos na sociedade conviviam nesse espaço religioso dominado por homens e mulheres pretos, crioulos e africanos.

Além de estarem nessas irmandades, essas mulheres podiam ocupar cargos, como o de juízas e mordomas, conforme já foi mencionado. Na de Vila Nova, havia ainda as juízas de coroa. Várias eram as relações de poder no interior das irmandades: crioulos x africanos ou ainda mulheres x homens. Os cargos eram divididos entre os diversos grupos que se faziam presentes na irmandade. Assim, o papel das mulheres africanas nas irmandades dos homens pretos era algo relevante, pois podiam ocupar vários cargos. A exceção era Vila Nova, onde o principal cargo era permitido apenas aos homens. Todavia, as africanas podiam ocupar os cargos de juíza de coroa e a dos 15 mistérios.

Nas irmandades sergipanas, além de participar da mesa, elas contribuía para as arrecadações no momento das eleições ou esmolando, ou ainda fazendo doações para as construções das capelas. Na década de 30 dos Oitocentos, Rosa de Santa Anna Gomes fazia parte da Ordem Terceira do Francisco e da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, ambas em São Cristóvão, e doou trinta mil réis para a construção da Capela de São Miguel Arcângelo em São Cristóvão⁷⁸⁷. Segundo Vanessa Oliveira, essa devoção também era das pessoas de cor⁷⁸⁸. Ademais, fazer parte de inúmeras irmandades

⁷⁸⁶ REGINALDO, Lucilene. *Op. cit.*

⁷⁸⁷ AGJSE. Testamentos de São Cristóvão, cx. 69. Testadora: Rosa de Santa Anna Gomes.

⁷⁸⁸ OLIVEIRA, Vanessa. *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - Se (século XIX)*. São Cristóvão, 2008. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Sergipe p.56

conferia prestígio e status. Além dos cargos e atividades citadas, essas mulheres também cuidavam ou patrocinavam os ornamentos dos altares, por isso, a mesma Rosa também deixou toalhas para a irmandade dos Martírios. Talvez ela ocupasse o cargo de mordoma na irmandade. Ela também doou dinheiro para a irmandade do Rosário de São Cristóvão, ou seja, ela fazia parte de algumas das irmandades das pessoas ditas de *cor*, além da Ordem Terceira, onde quis ser enterrada, possivelmente por ser a irmandade que ela tinha maior apreço. Lembro que a confraria dos Martírios ocupava um altar na Capela da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos.

Cristiane Silva pontua que boa parte das irmãs da confraria dos Homens Pretos de Cuiabá eram africanas da *nação* mina, solteiras e com filhos, e algumas delas possuíam bens. Para a autora, as mulheres que pertenciam às irmandades exerciam cargos de liderança por serem necessárias nas procissões, organizações de altares e missas. Também tinham mais mobilidade nas cidades que os homens, e por isso compravam suas alforrias e a de seus filhos. Essas mulheres também eram as intermediárias entre o mundo dos brancos e o dos pretos⁷⁸⁹.

Traçando um perfil das dezoito mulheres encontradas e que eram irmãs das confrarias do Rosário, há algumas informações reveladoras. Seis eram solteiras, nove eram casadas e as três restantes eram viúvas. Doze das mulheres encontradas eram possivelmente crioulas ou africanas, seis eram solteiras, cinco casadas e uma viúva. Uma delas, Teresa Maria de Jesus, que vivia na Vila de Santa Luzia, afirma em seu testamento ser filha da escrava Vicência, crioula⁷⁹⁰. Apenas duas delas tinham filhos, uma casada e a viúva. Outro aspecto é sobre a condição jurídica das mesmas, duas eram libertas, e as dez eram libertas ou livres. Ou seja, essas mulheres, africanas e crioulas, podiam circular livremente nas Vilas nas quais residiam, ir às capelas das suas irmandades para assistir as missas ou ainda para cumprir outros ritos, como rezar o Rosário, ir aos velórios, ajudar os irmãos enfermos e enterros. Além de cuidar das atividades e cargos que lhes cabiam⁷⁹¹. O fato de boa parte delas serem solteiras e sem filhos possibilitava que as mesmas pudessem se dedicar às atividades das Irmandades.

As outras seis irmãs eram brancas ou pardas, e todas passaram pela experiência do casamento, quatro eram casadas e duas viúvas; dessas apenas duas não tinha filhos.

⁷⁸⁹ SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. Cuiabá: UFMT, 2001. (Dissertação de Mestrado).

⁷⁹⁰ AGJSE. Cartório São Cristóvão, cx.63, 19/08/1816. Testadora: Theresa Maria de Jesus.

⁷⁹¹ AGJSE Testamentos de São Cristóvão. Cxs. 67, 68 e 69.

Ou seja, talvez a possibilidade de casamento fosse maior para as mulheres pardas e/ou brancas, bem como ter filhos. Ressalto que, possivelmente, apesar de existir irmãs brancas, as Irmandades do Rosário dos Homens Pretos era um espaço de mulheres africanas e crioulas.

Segundo Reginaldo, as mulheres escravizadas priorizaram trabalhar e adquirir a alforria e o ter filhos dificultaria essa empreitada; assim, lutar pela alforria explicaria a ausência de filhos de algumas das irmãs libertas que ela pesquisou. Ter filhos para essas irmãs seria uma opção ou um sonho para o pós-alforria, porquanto não transmitiriam a sua condição jurídica a sua prole. No entanto, a alforria muitas vezes era conseguida em uma idade já avançada e em alguns casos já não era mais possível gerar filhos. O casamento também era mais fácil para as mulheres forras. Uma vez que, ao ficar libertas na maturidade diminuía as chances de arranjar casamento e de possuir filhos⁷⁹². Essa seria uma possível explicação para as libertas irmãs não terem filhos. Por outro lado, as mulheres africanas e crioulas sem filhos além de poderem dedicar mais tempo às Irmandades, também podiam cobrir os gastos necessários com a Associação. E, possivelmente, também precisavam mais da solidariedade e do amparo da Agregação, pois não teriam os filhos e/ou consortes para cuidar delas em um momento de enfermidade e na morte.

As doze mulheres irmãs africanas ou crioulas tinham alguns bens: casas, móveis e escravas. Onze eram senhoras de escravas e as que possuíram o bem escravo priorizaram ter escravas, isso pode ter ocorrido por diversos motivos. Boa parte das escravizadas era africana. Primeiro, as mulheres escravas eram mais baratas que os homens escravos; assim, por elas não terem grandes fortunas, ter uma escrava era a possibilidade de adquirir um bem. Segundo, devido ao fato de duas delas serem mulheres solteiras talvez fosse mais fácil gerenciar uma mulher no cativeiro. Terceiro, porque ter escrava era uma possibilidade de aumentar a posse; duas das irmãs tinham uma família dentre os seus escravizados, a mãe africana e seus filhos.

Seis das mulheres e homens escravizados pertencentes às irmãs do Rosário foram alforriadas completamente ou em parte. Mostrando que essas mulheres livres ou libertas criaram relações de solidariedade com suas escravas, seja devido ao fato de possuírem uma origem jurídica comum ou por serem mulheres. Outro aspecto já pontuado é que a grande maioria dessas mulheres não tinham filhos, diminuindo o

⁷⁹² REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas, SP : [s.n.], 2005. pp. 199-200

número de herdeiros diretos, o que facilitava a disposição dos seus bens de acordo com suas vontades. Um exemplo da relação de parceria que se estabeleceu entre as irmãs e suas escravas foi o da forra Eufêmia Rodrigues que devia dinheiro a sua escrava angola Gracia, a quantia de onze patacas e doze vinténs⁷⁹³.

Ressalto que não encontrei mulheres escravas que faziam parte das irmandades, no entanto, segundo os estatutos o ingresso delas era permitido. Enfatizo que a documentação pesquisada não permite visualizar as irmãs escravizadas, já que não encontrei os livros de assentos dos irmãos de nenhuma das Irmandades nas quais os africanos transitavam. No entanto, consultando as cartas de alforrias, percebi que alguns escravos e escravas ficaram libertos com a condição de mandar rezar uma capela de missas. Vinte e sete escravizados⁷⁹⁴ receberam a alforria com a condição de rezar capelas de missas, para alguns deles era a única condição. Dentre esses 14 crioulos e 3 angolas, 1 congo, e uma mulher da Guiné; ou seja, os dois primeiros grupos citados era os que comandavam a Irmandade, correspondendo a 68% dos escravizados que receberam esse tipo de alforria. Sete eram do sexo feminino, dessas apenas duas eram crianças; seis crioulas, dentre elas a citada mulher da Guiné. Em 1810, José, angola, recebeu alforria da sua senhora Angélica George, com a condição de acompanhá-la até a morte e mandar rezar duas capelas de missa, uma para ela e outra para o seu marido⁷⁹⁵. Outro exemplo é o de Arcângela, crioula, que residia em São Cristóvão, em 1818, e recebeu a carta de alforria de Vivência Ferreira dos Anjos pelos *bons serviços*, com a condição do pagamento de 130\$000 réis e de mandar rezar duas capelas de missas⁷⁹⁶. Talvez Arcângela fosse uma das irmãs cativas da irmandade do Rosário dos Homens Pretos da referida Vila. Esppeculo que esses homens e mulheres escravizados que recebiam a alforria com essa condição, eram irmãos e irmãs do Rosário ou de outra confraria e por isso teriam um maior acesso a Capela e a sacerdotes e, assim, poderiam conseguir com mais facilidade rezar as missas. As missas custavam em torno de 200 réis cada uma, uma capela de missa eram 50 missas, ou seja, não era algo barato ou acessível a grande parte dos africanos e africanas pagar uma capela de missa⁷⁹⁷. Por isso, defendo que o fazer parte da irmandade provavelmente possibilitava um maior

⁷⁹³ AGJSE, Cartório do 1º Ofício. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp.33-42. 15/03/1772. Testadora: Eufemia Rodrigues.

⁷⁹⁴ Desses dois não sabemos dados sobre naturalidade e cor.

⁷⁹⁵ AGJSE, Livros de Notas e testamentos de São Cristóvão.

⁷⁹⁶ AGJSE, Livro de Notas, Cartório de São Cristóvão, livro 4, 1818

⁷⁹⁷ Projeto Resgate: Inventário: 466, caixa 09, documento 5-A, 14 de Dezembro de 1798, Local de emissão: Vila Nova.

acesso às missas e, dessa forma, para algumas mulheres e homens escravizados a alforria já que o ser responsável por algumas missas garantia a manumissão.

Ainda sobre os irmãos escravizados, lembro que algumas irmãs e irmãos do Rosário tinham escravizados, esses possivelmente também circulavam ou eram irmãos da mesma irmandade. A citada Eufêmia também libertou a sua escravizada Gracia, angola, com a condição de mandar rezar missas⁷⁹⁸. Dessa forma, especulo que uma parte das mulheres e homens escravizados pelas Irmãs e irmãos do Rosário também faziam parte das Associações do Rosário. Assim, algumas irmãs ao alforriarem seus escravizados estavam libertando seus irmãos ou irmãs do Rosário. No século XIX, em 1825, Perpétua Felícia de Nazaré era irmã do Rosário do Saco e fez uma ação semelhante. Ela possuía duas escravizadas crioulas: Sintiliana e Anna, as duas foram libertas com a condição de mandar rezar uma capela de missa⁷⁹⁹.

Sobre as atividades laborais que essas mulheres exerciam há poucos indícios. Rosa Benedita, a africana da Guiné que viveu em Santo Amaro, possivelmente era do ganho e mercadejava. Atividade que deve ter lhe rendido algum dinheiro, pois conseguiu comprar alforria e adquirir alguns bens. Caetana Maria do Espírito Santo, uma crioula ou africana, provavelmente também era uma ganhadeira. Encontrei outras duas que eram lavradoras, dentre elas a citada Perpétua Felícia de Nazaré. Esse ofício permitia acúmulo de capital, possibilitando-lhe a compra da alforria, bem como pagar as taxas da Irmandade. Por fim, outra mostra da importância das mulheres africanas nas Irmandades de Homens Pretos é a já citada festa da Nossa Senhora da Boa Morte, organizada por africanas.

Também encontrei dezessete homens confrades dessas irmandades. Desses, oito eram brancos, incluindo seis portugueses, os nove restantes eram pardos, mulatos, crioulos ou africanos. Dos chamados homens de cor, seis eram casados, dois solteiros e um viúvo. Nesse aspecto temos a primeira diferença em relação às mulheres, pois a maioria dos homens passou pela experiência do matrimônio. Oito deles eram irmãos apenas do Rosário, incluindo alguns brancos; assim, a maioria eram irmãos de mais de uma Associação. Outra diferença é o grande número de homens brancos, incluindo portugueses, o que evidencia a grande devoção ao Rosário entre os Portugueses. Outra possibilidade é que as mulheres eram maioria entre as libertas e, por isso, o maior

⁷⁹⁸ AGJSE, Cartório do 1º Ofício. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp.33-42. 15/03/1772. Testadora: Eufemia Rodrigues São Cristóvão.

⁷⁹⁹ AGJSE. Cartório São Cristóvão, cx. 69, 04/08/1825. Testadora: Perpétua Felícia de Nazaré.

número de mulheres crioulas ou africanas que homens na mesma condição nas Irmandades, pois seus ofícios possibilitava-lhes o acúmulo e, em decorrência, elas conseguiam liberdade. As Irmandades requeriam pagamentos de taxas, o que seria mais fácil para os libertos. Por fim, os homens africanos e crioulos podem ter desenvolvido outras possibilidades de amparo e sociabilidade, por isso o pertencimento da Irmandade não teria a mesma importância que para mulheres.

No século XIX, alguns dos irmãos do Rosário também mostraram proximidades com homens e mulheres escravizados. Antônio Correia de Vasconcelos, possivelmente um pardo, pois era irmão da Irmandade do Amparo, Associação dos Homens Pardos, também era confrade do Rosário e de São Benedito onde ocupava o cargo de Tesoureiro⁸⁰⁰. Ele deixou alguns dos seus bens para as suas escravizadas. Outra mostra da aproximação é Alexandre José Silvestre, que era casado com a sua única escrava, a Maria Madalena. Em seu testamento ele a deixou parcialmente forra⁸⁰¹. José Felix da Conceição também alforriou a sua escravizada, Maria, cuja origem desconhecemos, com a condição já conhecida de mandar rezar missas. Maria também recebeu duas salinas de herança⁸⁰².

Possivelmente Ponciano José de Souza, membro da Irmandade do Rosário do Saco, era filho de uma das foreiras do terreno doado a mesma Invocação no século XVIII, a senhora Rosa Maria. Assim, o fazer parte da Irmandade foi passado de mãe para filho⁸⁰³.

Ainda sobre os irmãos, os bens eram mais numerosos que os das irmãs, isso em parte porque havia um grande número de brancos. Engenho, parte no engenho, sítios, casas, salinas estavam entre os bens de raiz dos confrades. Todos os irmãos tinham esse tipo de bem, apenas uma minoria tinha escravizados.

As irmandades possibilitaram para os homens e mulheres africanos uma construção de redes de solidariedades, um espaço de sociabilidades que ocorria nas suas Capelas nos batizados, casamentos, missas, procissões e cortejos fúnebres. E a de São Cristóvão e bem como a de Santo Amaro se consagraram como um espaço dos africanos, sobretudo dos angolas. Nesse espaço muitos africanos e incluindo os angolas foram sepultados, evidenciando que esses africanos conseguiram (re)construir uma comunidade e mesmo após a morte queria ficar entre os seus. Por fim, os óbitos, os

⁸⁰⁰ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, cx.69, 18/08/1827. Testador: Antônio Correia de Vasconcelos.

⁸⁰¹ AGJSE. Cartório de São Cristóvão, cx.62, 15/07/1812. Testador: Alexandre José Silvestre.

⁸⁰² AGJSE. Cartório de São Cristóvão, cx.69, 3/07/1831. Testador: José Felix da Conceição.

⁸⁰³ AGJSE. Cartório de Rosário, Cx. 01- 1668, 30/01/1796. Ação de Prestação de Contas.

poucos que restam para o período em Sergipe não são fontes preciosas para identificar as diversas nações que viveram em Sergipe, mas são valiosas para estudar as doenças e penetrar na vivência dos homens e mulheres escravizados e forros .

Ressalto que a religiosidade desses homens e mulheres se apresentava também em outros espaços, conforme citei anteriormente, pois em Sergipe chegaram islâmicos e adoradores dos orixás. E, mesmo para os católicos, deveria ter espaços para amuletos, dentre outros elementos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Joaquina, africana, entrou possivelmente ainda moça nas terras sergipanas, essa segunda *travessia* deve ter ocorrido antes de 1816. Foi comprada para trabalhar no engenho do Coronel José Rodrigues Dantas. Em 1822, Joaquina já era casada com Clemente, de quem desconheço a *nação*, e compareceu à Matriz para batizar provavelmente sua primeira filha, a crioula Pastora. A africana nesse período tinha aparentemente 22 anos. Quatro anos após, apareceu no mesmo lugar para batizar Balthazar, que nascera no início daquele ano. Seus compadres foram pessoas livres e libertas. Em 1830, Joaquina e Clemente tiveram seu terceiro filho, Delfino. Três meses após o seu nascimento, ele faleceu de *maligna*. Clemente, dessa vez sozinho, retornou a Igreja Matriz para o sepultamento seu filho. Um dia após o enterro de Delfino, no dia seis de dezembro de 1830, Joaquina africana também faleceu, com aparente 30 anos, também de *maligna*, deixando Clemente viúvo. Este novamente retornou a citada Igreja para enterrar sua esposa⁸⁰⁴.

Brígida, nagô, pertencente ao mesmo senhor, foi batizada em 1828, na Igreja Matriz de Santo Amaro. Seus padrinhos foram Guilherme e Victoria, escravizados do mesmo senhor de Brígida, o citado coronel José Rodrigues Dantas. Ela foi batizada no mesmo dia que sete escravizados nagôs e mais dois africanos. Um ano após seu batismo, ela faleceu de *desgraça*, e foi enterrada no mesmo lugar qual fora batizada⁸⁰⁵. No registro de óbito consta que era uma africana. A identidade como nagô não foi apontada. Morrer por tal motivo, nesse período, pode ser um indício de que ela tenha se envolvido em alguma revolta. Lembro que esse período foi o de revolta dos africanos, principalmente dos nagôs, e as pessoas que faleceram na Revolta citada, no decorrer do trabalho, tiveram como causa morte a *desgraça*.

Histórias como essas se repetiram inúmeras vezes em Sergipe. Vários foram os homens e mulheres africanos que entraram nas terras sergipanas entre 1720 e 1835. Muitos foram batizados, alguns por parceiros de trabalho e, quiçá, de *nação*. A maioria

⁸⁰⁴ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro de batismo nº2 e 3, 11/08/1822, registro de Pastora, 11/03/1826, registro de Balthazar, p. 171 e p.38. Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro de óbito nº2, 05/12/1830 e 06/12/1830, registros de Delfino e Joaquina, p.111.

⁸⁰⁵ Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro de batismo nº 3, 04/05/1828, registro de Brígida, p. 102v. Secretaria Paroquial de Santo Amaro, livro de óbito nº2, 04/02/1829, registro de Brígida, p.58.

trabalhou no eito, cultivando mandioca e cana de açúcar, dentre outros produtos. Alguns casaram com parceiros de nação, outros com crioulos, tiveram filhos e aumentaram a família, formando uma possível rede. Outros também tiveram oportunidade de fazer parte de uma Irmandade e, por fim, ao morrerem alguns puderam ser enterrados na Capela que abrigava a sua irmandade. No entanto, as possibilidades de quem apadrinhar no batismo, os parceiros de trabalho, a possibilidade de casamento, fazer parte da Irmandade foram circunstâncias que variaram no tempo e de acordo com a Vila.

Na Capitania de Sergipe e em seguida a Província de Sergipe, apesar do pequeno tamanho, as Vilas tinham características econômicas distintas, o que possibilitou uma maior ou menor aquisição da população escrava, sobretudo da africana. As Vilas de Santo Amaro, Santa Luzia e a cidade de São Cristóvão eram mais agrícolas. Dentre os produtos mais cultivados estavam a mandioca e a cana de açúcar, que resultavam na farinha de mandioca e no açúcar, ambos eram exportados para Salvador. Enquanto que as de Itabaiana e Lagarto eram agropastoris, seus moradores cultivavam algodão, tabaco e criavam animais. Os moradores das Vilas Franciscanas mais dedicados à criação dos diversos tipos de animais.

Depois de percorrer várias léguas, os homens e mulheres africanos chegavam as terras sergipanas e, possivelmente, alguns meses depois eram batizados. Os registros de batismo são fontes preciosas para os estudos dos africanos e africanas. As mulheres e homens africanos foram classificados, em sua maioria, com denominações genéricas. Tais como: africanas, *gentios de nação*. Também foram encontradas angolas, jejes, congos, cabindas, minas e nagôs. No século XVIII, os angolas pouco apareceram nos registros, provavelmente porque os que entraram nas terras sergipanas já eram batizados. Nos registros do século XIX, os homens e mulheres de *nação* angola foram encontrados em todas as freguesias. Saliento que o número de africanos e africanas variou de Freguesia para Freguesia, bem como as nações.

As idades mais frequentes nas quais esses homens e mulheres foram batizados, foi entre 12 e 30 anos, quando estavam no auge da produção e da reprodução. Assim, muitos tiveram vivências no continente que permitiram conhecer valores de suas culturas, dentre outros elementos. Os padrinhos dessas mulheres foram casais, ou homens e mulheres sozinhos, pessoas livres, forras ou escravizadas. A possibilidade de apadrinhamento variou também de acordo com a Freguesia. A Freguesia de Santo Amaro foi onde os africanos mais foram apadrinhados por homens e mulheres

escravizados, possivelmente isso ocorreu devido ao grande número de escravos que tinha na citada localidade.

Por fim, o rito do batizado era um momento de trânsito de africanos, seja na condição de afilhados, enquanto mães levando seus filhos para serem batizados ou ainda apadrinhando. Percebemos esse trânsito nas freguesias. Além disso, o batismo permitia a construção ou o fortalecimento de relações entre os africanos bem como, fazer parte nas irmandades.

A entrada de africanos remonta o século XVI, no entanto, o número de africanos bem como o leque de nações era pequeno. Pós 1750, há uma ampliação desse número, bem como nas nações. Os angolas foram maioria no decorrer dos Setecentos e no início dos Oitocentos, seguidos pelos de *nação jeje*. Os africanos tinham menores possibilidades de especialização, e dentre eles os que mais tiveram acesso a profissionalização foram os angolas, nos setecentos, a maioria deles estava ligados ao trabalho na lavoura; nos Oitocentos, angolas e jejes foram os que mais tiveram acesso as especializações. Muitos homens e mulheres africanos tiveram em suas senzalas pessoas com quem podiam conversar e que comungavam valores, o que possivelmente contribuiu para a reconstrução das identidades étnicas. Alguns homens e mulheres angolas, jejes e nagôs conseguiram casar com alguém da mesma *nação*. Todavia, alguns casamentos foram exôgamicos, entre africanos e nascidos no Brasil, ou entre africanos de nações distintas.

Nossa Senhora do Rosário foi a principal invocação dos homens e mulheres pretos sergipanos, incluindo os africanos de diversas nações. Destaco os angolas, *ethiopinos* e Guiné ou os da Costa da Mina. Uma parte das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi criada no século XVIII e nesse século também foram construídas boa parte das suas capelas. As mulheres faziam parte das irmandades e ocupavam um lugar de destaque, pois possuíam cargos importantes como o de juízas. Em dois dos estatutos há a menção a nações africanas; em São Cristóvão a confraria era dominada também pelos angolas e crioulos; e, em Vila Nova, pelos *ethiopinos*, nomenclatura genérica que se refere possivelmente a africanos cristianizados.

Por fim, a relação entre africanos e crioulos variou de região a região, pois em São Cristóvão os principais cargos eram divididos entre os dois grupos, enquanto que em Vila Nova havia um revezamento entre os grupos no principal cargo. As Irmandades, bem como as capelas, foram locais que possibilitaram convívio para esses

africanos, onde eles batizavam seus filhos, eram enterrados, participavam de festas, dentre outros. Ressalto que uma parte das fontes utilizadas, os testamentos, dão-nos apenas uma amostragem das pessoas que participavam das Irmandades, possivelmente apenas das pessoas que possuíam alguns bens ou ainda que desejavam planejar a sua morte.

Nações foram atribuídas no momento derradeiro. Minas, haussás, benguelas e principalmente os angolas apareceram nos registros de óbito. Através desses registros de também percebe-se que alguns africanos, especialmente os angolas conseguiram reconstruir seus laços. Pois eram enterrados na Capela do Rosário, no mesmo local que eram batizados e onde podiam ficar perto dos seus.

Ademais, os homens e mulheres africanos foram uma presença marcante em algumas das Vilas Estudadas, principalmente os angolas. Alguns deles (re)construíram suas identidade, laços familiares e de solidariedade, acredito que os angolas seguidos pelos jejes tiveram maiores possibilidades de reconstruírem esses laços. Creio que isso tenha sido apontado no decorrer da tese. A minha hipótese de que Sílvia Romero e João Ribeiro quando afirmaram que os *bantus* eram maioria também estavam falando de Sergipe se confirmou, afinal os angolas estão entre os bantus.

Por fim, o leitor deve se lembrar dos nomes dos diversos lugares que mencionei, na introdução, ter ouvido em minha infância, como Tábuá. Ao encerrar essa tese a mulher que buscou recriar um passado, descobriu que todos os nomes citados, a exemplo de Mundo Novo, Cumbe são nomes de engenhos que cercam os Povoados Quissamã e Cardoso, onde a minha família se reúne até a contemporaneidade para celebrar a vida. E que o doce termo Quissamã, como foi citado na tese, correspondia a um reino no interior de Angola.

LISTA DE FONTES

Arquivo Geral Judiciário de Sergipe - AGJSE

CARTÓRIOS

Cartório de Porto da Folha

Caixas: 2954 a 2958 inventários *post-mortem*.

Cartório de São Cristóvão - 1º Ofício,

Caixas de 63 a 73 testamentos.

Caixas: 1 a 9 inventários *post-mortem*.

Caixas: 1 e 2, diversificada escravos.

Caixas: 1,2,3 e 4, Livro de Notas.

Caixas: 35, Justificação Cível.

Cartório de São Cristóvão - 2º Ofício

Caixas: 159 a 167 Inventários *post-mortem*.

Caixas: 1 diversificada escravos.

Cartório de Aracaju

Caixas: 2308 a 2311, inventários *post-mortem*.

Cartório de Socorro

Caixas: 2310 a 2311, inventários *post-mortem*.

Cartório de Maruim

Caixas: 807 a 811 e a 935, inventários *post-mortem*.

Cartório de Santo Amaro

Caixas: 1764 a 1768, inventários *post-mortem*.

Cartório de Rosário do Catete

Caixa: 1683 a 1686 inventários *post-mortem*.

Ação de Prestação de contas, Cx.: 01- 1668, 30/01/1796.

Cartório de Lagarto

Caixas: 1128 a 1132 inventários *post-mortem*.

Cartório de Estância

Caixas: 481 a 503 inventários *post-mortem*.

Paroquias**Santo Amaro**

Livros de Batismo nº2 e 3.

Livros de Óbito, nº1, 2 e 3.

Lagarto

Livro de Batismo nº1

Tobias Barreto

Livros de Batismo nº1, 2,3 e 4.

Itabaianinha

Livro de Batismo nº1

Estância

Livro de Batismo nº1 e 2.

Itabaiana

Livro de Batismo nº1

FONTES MANUSCRITAS DIVERSAS

Estatutos das irmandades Lagarto, São Cristóvão e Vila Nova. Correspondência da Mesa de Consciência e Ordens.

Lista das pessoas que plantão mandiocas para fabricarem farinhas, nesta Villa Real de Santa Luzia de Sergipe de El Rey, 20 de setembro de 1786.

Lista de Plantadores de mandioca do No sertão de baixo em uma das partes da freguesia de N.Sra do Socorro, Primavera e verão de 1785, p. 43\46.

Lista de Plantadores de mandioca do Vaza Barris, 1785.

Inventário: 466, caixa 09, documento 5-A, 14 de Dezembro de 1798, Local de emissão: Vila Nova.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

Correspondências expedidas pelos capitães-mores, maço 213, 1809.

Solicitações para o Governador, Maço 6470 cx.2362, 1824.

PROJETO RESGATE

Inventário: 466, caixa 09, documento 5-A, 14 de Dezembro de 1798, Local de emissão: Vila Nova.

CD 02, rolo 006, pasta 001, código 0115 ate 0119. Documento 24, Local de Emissão: Lisboa 06 de Setembro de 1779.

CD 02, rolo 006, pasta 002, códice 370, Inventário 474, caixa 09, documento 09, Emissão 31 de janeiro 1802, Sergipe Del Rey.

CD 02, rolo 006, pasta 02, códice 0248 até 0254, Documento 40, Local de Emissão: Vila de Santo Amaro da Brotas 31 de janeiro 1787.

CD 02, rolo 006, pasta 001, código 0095 até 0097, N° do inventário: 436 caixa: 08 Documento n° 18, , 29 de agosto de 1777.

IAN/TT – Torre do Tombo

Compromisso da Irmandade de São Benedito ereta no Convento do Bom Jesus na Comarca de Sergipe Del Rey, Arcebispado da Bahia, Chancelarias Antigas/ Ordem de Cristo, Livro 280, fl. 350v.

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe – Coleção Sebrão Sobrinho

Inventário *post-mortem* de Albano do Prado Pimentel, doc. 05 cx. 33, 25/08/1818.

Inventário *post-mortem* de Albano do Prado Pimentel, doc. 3 Cx32a, 1759.

Inventário *post-mortem* de Bernarda de Jesus Maria José, Cx32a, 21/06/1757.

Inventário *post-mortem* de Gonçalo de Moura Rezende, cx. 32, 11/05/1784.

Inventário *post-mortem* de Joana Maria de Deos, doc.5 Cx32a, 05/03/1798.

Inventário *post-mortem* de Luís Barroso Pantojá, doc. 1 Cx32a, 1750.

Inventário *post-mortem* de Maria de Jesus de são José, doc.6 Cx32a, 27/07/1816.

Inventário *post-mortem* de Ana Francisca do Nascimento, doc. 10 cx. 33, 28/08/1829.

Inventário *post-mortem* de Manoel Francisco dos Santos e sua mulher Clara Francisca, doc. 04 cx. 33, 17/08/1818.

Inventários *post-mortem* de Quitéria Feliciano de Menezes, doc.10, Cx32a, 14/09/1832.

Pacotilha 114, Relação dos Habitantes da Freguesia Missão de São Pedro do Porto da Folha, 12 de novembro de 1829.

Pacotilha 472. Lista de todos os indivíduos empregados no Mar Pertencentes ao Porto de Itaporanga, Sergipe 22 de outubro de 1824.

Pacotilha 472. Lista de indivíduos que haverão emprego no alto mar do termo da Vila de Santa Luzia 1824.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Ofício enviado pelo Ouvidor-mor da Comarca de Sergipe sobre a importância da povoação de Estância, 1755, -Sergipe, doc. s/n.

Relação dos lugares, povoações, distância da Freguesia à Vila Nova Real do São Francisco, pelo Vigário Joaquim Marques de Oliveira. Bahia, doc. nº 2.708, anexo ao 2.666.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

IJJ^o, folha 151, nº 51, ofício do Tenente Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice Presidente, 16/10/1827.

IJJ^o, 300 maço 4, fol. 145, nº 50, Carta ao Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice Presidente, 1/10/1827.

IJJ^o, folha 151, nº 51, ofício do Tenente Coronel Manoel Rodrigues do Nascimento ao Vice Presidente, 16/10/1827

Ofício X-M- 67, 1830.

Relatório da Vistoria realizado pelo provedor, 9/12/1818, cx. 291, ROLO 05, Nº do Inventario: 39, Caixa: 07, Documento :Nº 38 Ano emissão:ant.1756 mês emissão: janeiro, dia emissão: 27 Local da emissão: Bahia.

Biblioteca Nacional

BN II - 33,15,8 seção de manuscritos.

FONTES IMPRESSAS

Acta da sessão de Conselho de Governo da Província 2 de novembro de 1825. In: *Revista do IHGSE*, Ano II, fascículo II, volume II 1914, pp.181 e 182.

ANTONIL, André J. *Cultura e Opulência no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1979.

JABOATAM, Antonio de Santa Maria (Frei). “Novo Orbe Seráfico Brasileiro”. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 2, fasc. 1, 1914. pp51-52

MORAES FILHO, Melo. *Festas e Tradições populares do Brasil*. Prefácio de Sílvio Romero. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. pp. 69-75.

OLIVEIRA, Filadelfo Jônatas de. *Registro dos fatos históricos de Laranjeiras*. 2ªed. Introdução e notas de Luiz Antônio Barreto, Aracaju, 2005.

ROCHA, Manoel Ribeiro. *Étiope Resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Campinas: IFCH, UNICAMP, 1991.

SANTIAGO, Serafim. *Anuario Christovense ou Cidade de São Cristóvão*, manuscrito. Itamar Freitas, Beatriz Góis Dantas, Pérciles Morais Andrade. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. ARAUJO, Ubiratan Castro de Araújo. (org.) Salvador: IHGB, 2000.

SOUZA, Marcos Antônio. *Memória sobre a Capitania de Sergipe, ano de 1808*. Aracaju: Secretaria de Cultura, 2005.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Notícias do Arcebispado da Bahia para suplicar a Sua Majestade. Em favor do culto divino e das almas, 1712. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 54, (1891), pp. 323-364.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, São Paulo: Typografia 2 de dezembro 1853.

Fontes Iconográficas

Lista de Fontes Citadas

Cartorárias - AGJSE

Ação de justificação de João angola, Escravos, 06/06/1827, Cx.01.31, 1º ofício, São Cristóvão.

Ação Justificação do escravo Joaquim de nação mina. AGJSE, 20/06/1830, Cx.1 São Cristóvão, 1º ofício.

Ação de mandato e termo de apreensão e sequestro do escravo boçal de nação. Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, Escravos, 15/15/1830, Cx.1.

Apelação de Alferes Luiz Carlos Pereira. Cartório de São Cristóvão, 16/09/1779.

Carta de alforria de Joana angola, Cartório de São Cristóvão, Livro de 1806-1811, 08/01/1805, cx.54, pp. 104 v e 105,

Carta de alforria de Mariana angola, Cartório de São Cristóvão, Livro de 1806-1811, 08/01/1805, cx.54, pp.106.

Inventário *post mortem* de Alexandre Gomes Ferrão Castelo Branco, Cartório de Porto da Folha, 28/07/1762, 01. 2954.

Inventário *post mortem* de Antônio Telles de Menezes, Cartório do 2º Ofício de São Cristóvão, 14/03/1835, cx. 167.

Inventário *post-mortem* de Alexandre José Silvério, cx 159, 1812.

Inventário *post-mortem* de Ana Maria de Souza, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, 17/06/1820. cx.5.

Inventário *post-mortem* de Angélica Perpetua de Jesus, cartório de São Cristóvão, 24/09/1799, 01.14.

Inventário *post-mortem* de Anna Joaquina de Almeida, Cartório do 2ºOfício de São Cristóvão, 21/03/1816, cx. 159.

Inventário *post-mortem* de Antonia Maria de Santa Anna, Cartório de Socorro, 19/10/1834,

Inventário *post-mortem* de Antônia Rodrigues, Cartório de Porto da Folha, 11/07/1810, cx. 2955.

Inventário *post-mortem* de Antônio Gonsalves Dias, Cartório de São Cristóvão, 22/10/1800, cx.03.16.

Inventario *post-mortem* de Antônio Pereira de Vasconcelos, Cartório de Maruim, cx. 1.807, 03/04/1794.

Inventário *post-mortem* de Brigadeiro Guilherme José Nabuco de Araújo, Cartório de Estância, cx.15/495, 02/03/1825.

Inventário *post-mortem* de Diogo Rodrigues Vieira, Cartório de Estância, cx. 03/483, 18/07/1803.

Inventário *post-mortem* de Francisco José de Mello, Cartório de Maruim, cx. 02/808, 18/08/1803.

Inventario *post-mortem* de Gonçalo Paes Barbosa Madureira, Cartório de Maruim, cx. 01/1683, 01/06/1831.

Inventário *post-mortem* de Gonçallo Lourenço da Costa, Cartório de Estância, 23/06/1827, cx. 497.

Inventário *post-mortem* de Gregoria de Souza, Cartório de Estância, cx. 01/481, 05/02/1759.

Inventário *post mortem* de Joan Bernardo Barbosa, Cartório do 2º Ofício de São Cristóvão, 21/05/1827, cx. 163.

Inventário *post-mortem* de João da Gama, Cartório de Estância, 12/08/1821, cx.11/492.

Inventariado *post mortem* de João Manoel de Andrade, AGJSE, Cartório Maruim, cx. Caixa 810, 1827.

Inventário *post-mortem* de João da Silva Vieira, Cartório de Lagarto, 1818, cx.2.

Inventário *post-mortem* de Joaquim da Silva Roque, Cartório de São Cristóvão, 19/05/1798, cx. 159.

Inventário *post-mortem* de Joaquim Joze Braque, Cartório de Estância, 01/481, 02/01/1795.

Inventário *post-mortem* de José Correia de Rezende, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, 16/11/1816, cx.4.

Inventário *post-mortem* de José Frique do Prado, cartório de São Cristóvão, 02/02/1776, cx. 01.14.

Inventário *post-mortem* de José Soterio de Menezes (capitão), Cartório do 1ºOfício de São Cristóvão, 12/02/1824, cx.6.

Inventário *post-mortem* de Leandro Ribeiro de Siqueira, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, 03/02/1827, cx.7.

Inventário *post mortem* de Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo, Cartório do 1º ofício de São Cristóvão, 22/09/1819, cx.159.

Inventário *post-mortem* de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, 11/11/1826, cx. 162.

Inventário *post-mortem* de Manoel Querino de Melo Travassos, Cartório de Estância, 11/08/1806, cx. 05/485.

Inventário *post-mortem* de: Margarida Josefa de Oliveira, Cartório 1º ofício, 24/11/1829, cx.7.

Inventário *post-mortem* de Maria José do Pilar, Cartório de São Cristóvão, 1º ofício, 09/08/1824, cx.6. AGJSE, Cartório de São Cristóvão, 2º ofício, cx.163,07/01/1828, Maria Magdalena.

Inventário *post-mortem* de Marianna Félix de Todos os Santos, Cartório do 2º Ofício de São Cristóvão, 24/01/1826, cx. 162.

Inventário *post-mortem* de Marianna Francisca de Salles, Cartório de Maruim, cx.01/934, 19/11/1798.

Inventário *post-mortem* de Pedro Barbosa de Vasconcelos, cartório de Estância, cx. 11/491.

Inventariado *post mortem* de Rosa Benedicta, 20/02/1816, Caixa 01/1764.

Inventário *post-mortem* de Thomé de Fraga Pimentel, Cartório de Lagarto, cx.2, 25/05/1821.

Inventário *post-mortem* de Zeferino José de Barros, cx. 6, 11/07/1825.

Inventários *post-mortem* de Vicente Fernandes da Silveira, Cartório de Estância, 19/08/1811, cx. 07/487.

Justificação Cível, Autor: Irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Cartório de São Cristóvão, 21/06/1814, cx. 35.

Justificação Cível de José Pereira Couto, Cartório de Estância, 7/09/1807, cx.588.

Libelo civil, autor: Manuel Joaquim de Moura, Cartório São Cristóvão, 16/11/1821, cx. 3/37.

Testador: Alexandre José Silvestre, cx.62, 15/07/1812.

Testador: Antônio Correia de Vasconcelos, cx.69, 18/08/1827.

Testador: Antônio da Costa Roza, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 03 - pp. 54-61. 1800.

Testador: Gonçalo Alexandrino de Britto Freire Vasconcelos, cx. 72, 04/06/1822.

Testador: José Alexandre do Rosário, cx. 69, 20/03/1832.

Testador: José Alves da Roxa (capitam). Cx. 62 Livros de Testamentos - - Lv. 03 - pp. 54-61. 1780,

Testador: José Felix da Conceição, cx.69, 3/07/1831.

Testadora: Archangela Pereira de Almeida, Livros de Testamentos - cx. 62 - lv. 01 - pp. 25-33,14/02/1793.

Testadora: Caetana Maria do Espirito Santo, cx. 159, 19.08.1819.

Testadora: Eufemia Rodrigues. Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 02 - pp.33-42. 15/03/1772.

Testadora: Escolastica de Almeyda de Mendonça, AGJSE. Cartório de São Cristóvão, 1º OF Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 01 – pp.33-43, 4/10/1790.

Testadora: Perpetua Felicia de Nazaré, Cx. 69, 04/08/1825.

Testadora: Rosa de Santa Anna Gomes, Testamentos, caixa 69

Testadora: Rosa Maria de Sacramento, cx. 69, 06/09/1819.

Testadora: Theresa Maria de Jesus, cx.63, 19/08/1816.

Testamento de Angello Pereira, 09/12/1820, cx.62.

Testamento de Antonio Martins Ferreira (Padre), Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp.161-176, 02/03/1786.

Testamento de Apollonia Soares dos Prazeres, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 03 – pp.12-18, 13/03/1776.

Testamento de Domingos Lopes Coelho, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp. 42-52. 7/08/1788.

Testamento de Eleuteria Ramos de Jesus, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Livro 04 – pp. 34-42. 19/05/1769.

Testamento de Felles de Andrade Maciel, São Cristóvão, Livros de Testamentos - Cx. 62 - Lv. 04 - pp.122-131, 6/12/1780.

Testamento de Jose de Serqueira de Araújo, Cartório de São Cristóvão, 06/07/1819, cx. 71.

Testamento de Pedro José da Silva Caixa, Cartório de São Cristóvão, 24/04/1819, cx. 03.69.

Testamento de Rodrigo Antônio Alves, cx. 04/70, Cartório de São Cristóvão, 08/08/1826.

Testamento de Thomaz Domingues da Silva, São Cristóvão, Livros de Testamentos – Cx. 62 – Lv. 02, 24/12/1800.

Testamento de Valeria Maria do Sacramento, 11/05/1827, cx. 71.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcos Magalhães de “Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas Colonial”. In: István Jancsó e Iris Kantor (org.) *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.

ALENCASTRO, Luís. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000

ALMEIDA, Ivânia Maria. “Irmãos de Cor e Crença...” *Análise do compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco*. São Cristóvão: UFS, 2005. (Monografia de História)

- ALMEIDA, Maria da Glória S. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS; Secretaria do Planejamento; Banco do Estado de Sergipe, 1993.
- ALMEIDA, Maria da Glória S. *Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ALVES, Francisco José. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância*. São Cristóvão: UFS/PDPH, 1988.
- AMARAL. Sharyse Piroupo. *Escravidão, liberdade e resistência em Sergipe: Cotiguiba, 1860-1888*. Salvador: UFBA, 2007. (Tese de Doutorado em História)
- BARICKMAN, B.J. *Um Contraponto baiano... açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. pp.185-228
- BASSANEZI, Maria Silvia Registros paroquiais e civis: Os eventos vitais na reconstituição da história. In: *O historiador e as suas fontes*. Carla Bassanezi e PINSKY & Tania Regina Luna. SP: Contexto, 2009. pp.141-172.
- BEZERRA. Felte. *Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo*. 2º edição. Aracaju, J. Andrade, 1984.
- BEZERRA, Nielson. *Mosaicos da Escravidão: Identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Rio de Janeiro: UFF, 2010. (tese de doutorado)
- BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidaden Benguela, 1780-1850; traduccióndelinglés, Maria Capetillo Lozano*. México, D.F. : El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2011.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *A crise do colonialismo Luso na América Portuguesa – 1750-1822*. In: *História Geral do Brasil*. 9ªed. Rio de Janeiro: Campus, 2009. pp.111-126.
- CURTO, José. “Vinho verso Cachaça: A luta Luso-Brasileira pelo Comércio do Álcool e de Escravizados em Luanda, c. 1648-1703”. In: *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul* org Selma Pantoja e José Flávio Sombra (org.). Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.
- DAIBERT JR, Robert. *LUZIA PINTA: EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS CENTRO-AFRICANAS E INQUISIÇÃO NO SÉCULO XVIII*. *Religare* 9 (1), 3- 16, março de 2012.
- DANTAS, Beatriz G. & NUNES, Verônica. *Destinatário: Felte Bezerra, cartas a um antropólogo sergipano 1947-59 e 1973-85*. São Cristóvão: EDUFS, 2009.

DANTAS, Beatriz Góis. *A taieira de Sergipe*: pesquisa exaustiva sobre uma dança tradicional do nordeste. Petrópolis: Vozes, 1972.

DANTAS, Ibarê. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel*: O patriarca do Serra Negra e a política Oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

ELTIS, David. “The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment”, *William and Mary Quarterly*, v. 58, n. 1 (2001).

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas: ‘Damas mercadoras’*: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850) Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese Concurso para Professor Titular).

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio & Soares, Carlos Eugênio Líbano. *No Labirinto das nações*: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Sinhás pretas: ‘Damas mercadoras’*: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850) Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese Concurso para Professor Titular).

FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Açúcar e Colonização*. São Paulo: Alameda, 2010.

FERREIRA JUNIOR, Amarilio & BITTAR, Marisa. “Artes liberais e ofícios mecânicos nos colégios jesuíticos do Brasil colonial”. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 17 n. 51 set.-dez. 2012. pp.693-751.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

FREIRE, Felisbelo. “A antiga Vila de Santo Amaro (o seu passado)” In: *Revista do IHGSE*, Ano II, 1914, fascículo III e IV.

FURTADO, Junia. “A morte como testemunho da vida”. In: *O historiador e as suas fontes*. Carla Bassanezi e PINSKY & Tania Regina Luna. SP: Contexto, 2009. pp.106-107.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Teias de negócio: conexões mercantis entre as minas e a Bahia durante o século XVIII”. IN: *Nas rotas do Império*. Orgs. João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio Carlos Jucá, Adriana Campos. Org. Vitória: EDUFES; Lisboa: IICT, 2006. PP.165-192

GLEDHILL, Sabrina. “Velhos respeitáveis”: notas sobre as pesquisas de Manuel Querino e as origens dos africanos na Bahia. *História Unisinos*. 14(3):340-344, Setembro/Dezembro 2010.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp.143-179.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. *Afro-Ásia*, 45 (2012), 25-65.

HAMEISTER, Martha Daisson. “O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão”. In: *Escravidão e Liberdade*. Regina Celia Lima Xavier (org.). Pp. 97-122.

HEYWOOD, Linda. “De português a africano: a origem centro africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”. In: *Diáspora Negra no Brasil*. Linda M. Heywood (org.). São Paulo: Contexto, 2008.reis

IZAR.D M.& KI-ZERBO, J. “Do Níger ao Volta”. In: *História Geral da África*. vol. V, África do século XVI ao XVIII. Editado por Bethwell Allan Ogot. UNESCO; Ministério da Educação do BRASIL; Universidade Federal de São Carlos, 2010. pp.389-436

KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KARASH, Mary. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835. In: *Diáspora Negra no Brasil*. Linda M. Heywood (org.). São Paulo: Contexto, 2008. pp.127-164

LARA, Silvia H. *Campos da Violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

LARA, Silvia. “Significados cruzados: as embaixadas de Congos na Bahia Setecentista”. In: *Carnavais e outras F(r)estas*. CUNHA, Maria Clementina. (org.) Campinas/CECULT: Editora UNICAMP, 2001.

LAW, Robin. “Etnias de africanos na diáspora novas considerações sobre o significado do termo mina”. In: *Tempo*, 2005, nº. 20, pp. 98-120.

LAW, Robin. “The Slave Trade in Seventeenth-Century Allada: A Revision”. In: *African Economic History*, No. 22. (1994), pp. 59-92.

LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do Matadouro Público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. Salvador: UFBA, 2009. (Dissertação de mestrado).

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. O apadrinhamento Colonial: O (Re) encontro na América (Mariana, 1715-1750). In: *Afro-Ásia*, 36, 2007. pp.39-80.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. *Quem Tem Padrinho Não Morre Pagão: As relações de compadrio e apadrinhamento de escravos numa Vila Colonial (Mariana, 1715-1750)*. Rio de Janeiro: UFF, 2007. (Dissertação de mestrado).

MARCON, Frank, BEZERRA, Daniela Moura, SILVA, Williams Souza e SILVA, Aline Ferreira.” Africanos livres e sociabilidades no Vale do Cotinguiba”. In: *Revista do IHGSE*, nº38, 2009.pp.49-74.

MATTOS, Hebe. “Racialização e cidadania no Império do Brasil”. In: José Murilo de Carvalho e Lucia Bastos Pereira das Neves (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

MATTOSO, Kátia. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: Uma província no Império*. 2ªed. RJ: Nova Fronteira, 1992.

MEIRELES, Marinélva Costa. As Conexões do Maranhão com a África no Tráfico Atlântico de Escravos na Segunda Metade Do Século XVIII. In: Revista *Outros Tempos*, Volume 6, número 8, dezembro de 2009 - Dossiê Escravidão, pp. 130-145.

MELO, Veríssimo. “As confrarias de N. S. do Rosário como reação Contra-aculturativa dos negros no Brasil”. In: Salvador: *Afro-Asia*, nº13, 1980.pp.107-118.

MILLER, Joseph C. “África Central durante a era do comércio dos escravos, de 1490 a 1850”. In: *Diáspora negra no Brasil*. HEYWOOD, Linda (org.). São Paulo: Contexto, 2008. pp.29-80

MINTZ, Sidney W. e PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Candido Mendes, 2003.

MORAES FILHO, Melo. *Festas e Tradições populares do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. p. 69-75.

MOTT, Luiz. “Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a Capela e o Calundu”. In: *História da Vida Privada I: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras. Org. Fernando Novais e Laura de Mello e Souza. 1997.pp.168-169.

MOTT, Luiz. *A Rosa Egípcíaca: Uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand. 1993.

MOTT, Luis. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 1996.

NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NUNES, Maria Thétis. “O professor Felte Bezerra (1909-1990)”. In: *Revista do IHGS*. Aracaju, n. 31, 1992.

OLIVEIRA, Anderson José M. *Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Quarteto: FAPERJ, 2008.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. “Viver e morrer no meio dos seus”. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX. *Revista USP*, 28 (1995/96), p.175-93.

OLIVEIRA, Vanessa. *A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - Se (século XIX)*. São Cristóvão: UFS, 2008. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

PASSOS SUBRINHO, Josué. *Reordenamento do Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe. 1850-1888*. Aracaju: FUNCAJU, 2000

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Fernanda Aparecida. *Confrades do Rosário: sociabilidade e identidade étnica em Mariana – Minas Gerais, 1745-1820*. Niterói: UFF, 2006. (Dissertação de Mestrado)

PINTO, Tânia Maria de Jesus. *Os negros cristãos católicos e o Culto aos Santos na Bahia Colonial*. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado)

PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: As Vozes do Silêncio. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. (org. FREITAS, Marcos Cezar) São Paulo: Contexto, 2000.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1938.

QUINTÃO, Antônia. *Lá vem o meu parente*. As irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco no século XVIII. São Paulo, Ana Blume/FAPESP, 2002.

REGINALDO, Reginaldo, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. Campinas: UNICAMP, 2005. (Tese de Doutorado)

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do levante dos Malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João J. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1996.

REIS, João J. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. “Notas sobre a escravidão na África pré-colonial” in: *Estudos Afro-Asiáticos*, Nº 14, setembro de 1987, pp. 5-21;

REIS, João José. "População e rebelião: notas sobre a população escrava na Bahia na primeira metade do século XIX", *Revista das Ciências Humanas*, FFCH/UFBA, vol. 1, n. 1 (1980), pp. 143-154.

REZENDE, Rodrigo Castro. As “nossas Áfricas”: população escrava e identidades africanas nas Minas Setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 2006. (dissertação de mestrado)

RIBEIRO, Alexandre Vieira. *O tráfico atlântico de escravos e a praça mercantil de Salvador, c.1680 c.1830*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005, p. 195. (Dissertação de mestrado em história)

ROCHA, Solange. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. SP: UNESP

ROMERO, Silvio. *Folclore Brasileiro 2: Contos Populares do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

ROMERO, Silvio. Resposta ao inquérito de João do Rio, realizado entre intelectuais do Rio. *O Momento Literário*, Rio de Janeiro, 1906.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. Salvador: UFBA, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, MACIEL, SANTOS. Carlos J.A; Carlos R. S & Ronaldo P. *ARRAIA-MIÚDA: uma análise sobre a propriedade escrava e da população cativa em Lagarto-Sergipe (1800-1850)*. Estância, 2007. (Monografia)

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. A Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no Século XVIII. São Paulo: Nacional, 1978.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Alberto da Costa. *A enxada e a lança: A África antes dos portugueses*. 3ªEd. Rio de Janeiro: nova Fronteira, 2006

SILVA, Alberto. *A Manilha e o Libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2002

SILVA Junior, Carlos Francisco. *Identidades afro-atlânticas: Salvador, século XVIII (1700-1750)*. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Cristiane dos Santos. *Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)*. Cuiabá: UFMT, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Sheyla Faria. *Nas teias da fortuna: homens de negócio na Estância Oitocentista 1820-1888*. Salvador: UFBA, 2005. (Dissertação de Mestrado)

SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SLENES, Robert. ““Malungu, ngoma vem!” África coberta e descoberta do Brasil”. *Revista USP*, 12, (1991/92), pp. 48-67.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. “Instruído na fé, batizado em pé”: batismo de africanos na sé da Bahia na 1ª metade do século XVIII, 1734-1742. In: *Afro-Ásia*, 39 (2010), 79-113.

SOARES, Mariza. *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 2007

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

SOUZA, Cândido Eugênio D. “*Perseguidores da espécie humana*”: capitães negreiros na Cidade da Bahia na primeira metade do século XVIII. Salvador: UFBA, 2011. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Daniele Santos. *Entre o “serviço da casa” e o “ganho”*: escravidão em Salvador na primeira metade do século XVIII. Salvador: UFBA, 2010. (Dissertação de mestrado).

SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil Escravista: História da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3) 1994: pp.29-62.

VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos Séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987.

VIANA FILHO, Luís. *O Negro na Bahia: Um ensaio clássico sobre a escravidão*. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Sites e artigos eletrônicos

ALVES, Solange Mouzinho. “Economia e relações de trabalho na Paraíba oitocentista (1800-1850)”. In: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Solange%20Mouzinho%20Alves%20TC.PDF. Acessado no dia 27/12/2013.

FLEXOR, Maria Helena. “Os ofícios mecânicos na Cidade Notável de Salvador”. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6161.pdf>. Acessado dia 20 de janeiro de 2013.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*, coleção Brasileira eletrônica, p. 499. site: <http://www.brasiliana.com.br/obras/> viagens-ao-nordeste-do-brasil/ pagina/499/ foto, acessado dia 24/11/2013.

<http://images.clubedolivro2008.multiply.multiplycontent.com/attachment/0/SXDX7goKCB8AAGfKcFQ1/Caio%20Prado%20J%C3%BAnior%20->

%20Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf?key=clubedolivro2008:journal:24&nmid=170882243pp 28-30 .acessado dia 20 de fevereiro de 2013.

MARCUSS, Alexandre Almeida. “O dever catequético: A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII”. In: <http://www.historia.uff.br/7mares/?p=240>. Acessado dia 2 de Janeiro de 2014.

PRADO JUNIOR. Caio. História Econômica do Brasil. In: [\[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf\]\(http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf\) acessado dia 01/04/2013.](http://images.clubedolivro2008.multiply.multiplycontent.com/attachment/0/SXDX7goKCB8AAGfKcFQ1/Caio%20Prado%20J%C3%BAnior%20-%20Hist%C3%B3ria%20Econ%C3%B4mica%20do%20Brasil.pdf?key=clubedolivro2008:journal:24&nmid=170882243pp 28-30 .acessado dia 20 de fevereiro de 2013.</p>
</div>
<div data-bbox=)

<http://www.numismatic.com.br/new/HD.pdf> acessado no dia 1 de abril de 2013.

<http://www.revistacontinente.com.br/index.php/component/content/article/331.html>, acessado dia 09/02/2012

<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/222291/8/000056491.pdf>, acessado dia 01 de abril de 2013.

<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/222291/8/000056491.pdf>, acessado dia 01 de abril de 2013

Dicionários

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

LOPES, Nei. *Dicionário Banto do Brasil*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1995.